

**EXPLORAÇÃO SEXUAL E PROSTITUIÇÃO: UM ESTUDO DE FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO COM MULHERES ADULTAS E ADOLESCENTES**

**Monise Gomes Serpa**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia sob a orientação da Profa. Dra. Silvia Helena Koller

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Psicologia  
Curso de Pós-Graduação em Psicologia  
Março, 2009

Dedico esse trabalho a todas as mulheres adultas e adolescentes envolvidas com a prostituição e a todos os profissionais que lutam diariamente para que elas possam viver com mais dignidade.

## AGRADECIMENTOS

## AGRADECIMENTOS

Ao pensar em escrever esse tópico, veio primeiramente à minha cabeça uma música que costumava cantar, quando adolescente, nos grupos dos quais participava que possuía o seguinte refrão: “Achei difícil a viagem até aqui, mas eu cheguei, mas eu cheguei”. Eu cheguei feliz por diversos motivos. Um deles é que esse trabalho é resultado de um projeto de vida traçado há alguns anos, quando decidi trabalhar com crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. Outro é que não cheguei “a essa viagem” sozinha, pois diversas pessoas participaram dela comigo. Aqui então é o momento primordial para agradecer a todas essas pessoas que contribuíram, apoiaram e confiaram nesse trabalho.

Começo pelo início de tudo: a minha família. Meus pais, Analúcia Serpa e Erivaldo Serpa, pessoas tão especiais para mim, são minha base de amor, confiança, respeito e honestidade. Foi com eles que aprendi a gostar de estudar e trabalhar com essa realidade mais árdua da sociedade e a fazer disso uma ferramenta de luta para a garantia dos direitos humanos. Com eles também aprendi a não desistir fácil do que almejo, por mais difícil que possa ser. Se quando sigo adiante e não olho para trás é porque tenho a certeza de que eles estão ao meu lado. Agradeço por tornarem a minha vida feliz. Meus irmãos, Eriana, Mariana e Mateus, meus melhores amigos, meus parceiros de vida, estão espalhados por cada canto do Brasil, mas o amor permanece. Amo muito todos vocês!

Como andarilha por esse Brasil, preciso dirigir-me agora a Aracaju, cidade onde estudei e me formei. Lá fiz muitos amigos e guardo lembranças muito felizes dos momentos que lá vivi. Agradeço a todos os participantes do Grupo Phoenix e às suas famílias por serem pessoas maravilhosas, que me ensinaram muito sobre a vida: obrigada Décio, Aline, Albertinho, Roberto e família, Thaís, Judite e Edvaldo, Padre Oséas e Padre Raimundo e muitos outros que fizeram parte desse grupo. Acredito que a minha adolescência não teria sido tão feliz sem eles. Aos meus colegas de sala, do esporte e professores do Salesiano que conviveram comigo durante muito tempo e contribuíram para a minha formação como pessoa e como cidadã. Ao meu professor de dança, Francisco (*in memoriam*), que me ensinou o prazer e a beleza da arte. Aos meus colegas de curso de psicologia da UFS, que me ajudaram a ver e a pensar a vida de forma diferente. Aos meus professores da graduação por terem me ensinado a psicologia e contribuído para a formação da psicóloga que sou hoje. À minha prof<sup>a</sup> Teresa Nobre, por ter sido um modelo de professora pela humildade, dedicação e pelo conhecimento que transmitiu ao longo da minha formação. Ao Prof<sup>o</sup> Maurício Manguiera, por ter iniciado o meu processo de ser pesquisadora, pela confiança e por ter me ensinado muito sobre psicoterapia. Ao prof<sup>o</sup> Manoel Mendonça, por ter me ensinado a importância da psicologia social e a ver a vida de forma menos óbvia. A ele também dedico

esse trabalho, pois bem antes de tudo, foi ele quem me apresentou o desafio de estudar a prostituição e instigou-me a pensá-la como um “dispositivo” (como ele costuma falar) importante na análise da sexualidade.

Refiro-me agora a Teresina, terra querida, onde comecei a exercer a minha prática profissional e fiz grandes amizades. A Pastoral da Criança por ter me oportunizado o trabalho na comunidade da Vila Bandeirante e por ter me dado um incentivo para a minha formação como Psicóloga Comunitária. Agradeço aos meus colegas de trabalho e alunos da UESPI/FACIME que me ajudaram a ser a profissional que sou hoje e por terem proporcionado a mim momentos inesquecíveis. Aos meus colegas e alunos da FACID que permitiram que a psicologia comunitária pudesse estar presente nas comunidades de Teresina e tornado-as um exemplo de como a psicologia pode contribuir para melhoria da qualidade de vidas das pessoas. Dedico esse trabalho aos meus alunos que estiveram lado a lado me apoiando, confiando em mim e torcendo por um resultado positivo desse trabalho. Aos meus colegas e amigos do Conselho Regional de Psicologia 11/Piauí por terem me ensinado a complexidade e a riqueza do exercício da minha profissão. À Casa de Zabelê, espaço onde me realizei como profissional e como pessoa. Não seria a mesma se não tivesse passado por lá. Projeto modelo no enfrentamento da violência sexual, traz a garra e a determinação de pessoas que buscam alternativas melhores para as crianças e adolescentes teresinenses. O “Z” de Zabelê continua marcado na minha vida e foi por cada uma das crianças e adolescentes que compartilhavam comigo as suas alegrias, tristezas, dificuldades, esperanças, sonhos e projeto de vida que esse estudo se tornou uma realidade. Esse trabalho também é de vocês. Às minhas amigas queridas Dayanne, Helen e Mara, por serem fiéis e companheiras na alegria e na tristeza. Ao Profº Drº Cezar Wagner e ao NUCON por serem exemplos de uma psicologia comunitária de fato comprometida, na qual o seu saber não é apenas uma ideologia acadêmica, mas um modo de vida.

Chego então ao querido Rio Grande do Sul que antes era um sonho, há dois anos tornou-se realidade. Agradeço a Profª Silvia Koller pelo acolhimento e pelos ensinamentos compartilhados nesses dois anos. Estendo os agradecimentos ao seu esposo Ian, que me acolheu com carinho desde o primeiro dia que cheguei aqui. Agradeço também aos pais e à filha da Silvia Koller, por também terem me acolhido tão bem. Aos Cepianos que alegraram a minha vida e contribuíram muito para esse trabalho. Obrigada Ana Paula (Ane Paul querida), Lucas, Clarissa, Maria Clara, Luciana, Eva, Normanda, Elder, Laíssa, Luíza. Um obrigado especial as cepianas Camila e Ína que além de colegas, tornaram-se minhas amigas de fé, que vibraram, sofreram e riram comigo durante esses dois anos. Aos meus colegas de mestrado que me proporcionaram momentos muitos felizes, não só nas salas de aula, mas também nos famosos “churras” que tornaram o percurso do mestrado mais prazeroso. Aos meus professores do PPG do Instituto de Psicologia, pelos conhecimentos transmitidos. Às professoras da minha banca, às Profª Renata Libório, Débora Dell’aglio, Sheila Câmara, que ajudaram a construir esse trabalho. Aos funcionários do Instituto de Psicologia, pelo tratamento carinhoso, principalmente a Carmem e Ângeli

que foram meu suporte em muitos momentos nos quais precisei de ajuda no departamento. Ao movimento estadual de combate à violência sexual na pessoa da Mariza Alberton, por ter me incluído nessa luta para o enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul.

Aos meus colegas e alunos da UNIFRA que me deram a oportunidade de exercer a docência novamente e por terem sido grandes incentivadores para a realização desse trabalho. Agradeço também aos amigos que lá fiz e que hoje fazem parte da minha vida.

Aos profissionais do CPCA por terem me acolhido e permitido que essa pesquisa se realizasse. A todas as participantes da minha pesquisa que me deram uma grande lição de vida.

Ao meu amor, meu companheiro, Mateus Bittencourt, por ter me feito uma mulher mais feliz e realizada, por ter feito todos os meus obstáculos se tornarem menores e minhas conquistas maiores. Obrigada por existir e fazer parte da minha vida. Amo muito você! Agradeço também aos seus pais e avós por serem a minha família gaúcha e por terem me apoiado em todos os momentos que precisei. Obrigada por tudo!

Bem, se aqui é o fim de um trabalho, tenho certeza que não. É apenas o começo, mas sigo feliz por ter chegado até aqui. Obrigada a todos vocês que fizeram esse projeto se tornar realidade.

## SUMÁRIO

Resumo.....	12
Abstract.....	13
Lista de Tabelas.....	10
Lista de Figuras.....	11
Capítulo I- Introdução.....	14
1.1 História da exploração sexual.....	14
1.2 Definição de exploração sexual e as suas formas.....	17
1.3 Exploração sexual no mundo.....	19
1.4 O contexto da exploração sexual no Brasil.....	20
1.5 A exploração sexual e o mercado do sexo.....	22
1.6 Os clientes da exploração sexual.....	23
1.7 A abordagem ecológica do desenvolvimento humano.....	24
1.8 Fatores de Risco e Proteção na exploração sexual.....	26
1.9 As prostitutas adultas.....	29
Capítulo II- Estudo I.....	32
Método.....	32
2.1 Delineamento.....	32
2.2 Amostra.....	32
2.3 Contextualização .....	34
2.4 Instrumentos.....	34
2.5 Procedimentos.....	35
2.5.1 Inserção no messossistema: Conhecendo cada um dos microssistemas institucionais de atendimento, primeira etapa da inserção.....	35
2.5.2 Primeira etapa da inserção ecológica: participando das atividades com as adolescentes.....	40
2.5.2.1 Inserção no grupo 1 (turno matutino).....	40
2.5.2.2 Inserção no grupo 2 (turno vespertino).....	43

2.5.3. Segunda etapa da inserção com as adolescentes: o desenvolvimento das atividades lúdicas.....	45
2.5.3.1 Grupo com as adolescentes do turno matutino (Participante A e B).....	46
2.5.3.2 Grupo com as adolescentes do turno vespertino (Participante C acrescido de três adolescentes).....	52
2.5.4. Terceira etapa – entrevistas.....	61
2.5.4.1 Terceira etapa da inserção: Entrevistas com as adolescentes do turno matutino.	61
2.5.3.2 Entrevista com as adolescentes do turno vespertino.....	61
2.6 Análise de dados.....	61
2.7 Devolução dos dados.....	63
Resultados.....	64
2.8 A inserção ecológica e a identificação da exploração sexual.....	64
2.8.1 A inserção nas atividades: a formação do processo proximal.....	64
2.8.2 A díade pesquisadora-participante.....	67
2.8.3 A inserção ecológica e as atividades lúdicas.....	70
2.8.4 A inserção ecológica e a entrevista.....	73
2.9 Contexto.....	75
2.9.1 A rede de proteção de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual.....	75
2.9.2 Microssistema família.....	79
2.9.2.1 A família e a situação de rua.....	79
2.9.2.2 A família e a violência intrafamiliar.....	80
2.9.2.2.1 A família e a violência doméstica.....	80
2.9.2.2.2 O abuso sexual intra e extrafamiliar.....	83
2.9.2.3 As adolescentes e a figura materna.....	85
2.9.2.4 A família e a experiência com as drogas.....	90
2.9.2.5 A família e a sua relação com a exploração sexual.....	92
2.9.3 A prática da exploração sexual.....	93
2.9.4 A exploração sexual e as primeiras experiências.....	96
2.9.4.1 A exploração sexual e os assédios sexuais.....	96
2.9.4.2 A exploração sexual e a família.....	100
2.10 Pessoa.....	101

2.10.1 As adolescentes e o corpo.....	101
2.10.2 Relações afetivo-sexuais.....	105
2.10.2.1 A virgindade.....	105
2.10.2.2 A percepção do ato sexual.....	108
2.10.2.3 As relações de fica-namoro.....	110
2.10.3 As adolescentes e as drogas.....	119
2.10.4. As figuras masculinas e femininas.....	122
2.10.4.1 Os papéis masculinos e femininos.....	125
2.10.4.2 Os papéis masculinos e femininos na relação das adolescentes e os clientes..	126
2.10.5 A escola.....	131
2.10.6 A instituição de atendimento como fator de proteção.....	134
2.10.7 Tempo: projeto de vida para o futuro.....	135
Capítulo III- Estudo II .....	138
Método.....	138
3.1 Delineamento.....	138
3.2 Participantes.....	138
3.3 Instrumentos.....	139
3.4 Procedimentos.....	139
3.5 Análise dos dados.....	141
3.6 Devolução dos dados.....	142
Resultados.....	143
3.7 Processo.....	144
3.7.1 Aproximação com a prostituição na adolescência.....	144
3.7.2 Aproximação com a prostituição na fase adulta.....	148
3.8 Contexto.....	151
3.8.1 Família.....	151
3.8.1.1. A família e a violência intra e extrafamiliar.....	151
3.8.1.1.1 A violência intrafamiliar contra a mulher.....	151
3.8.1.1.2 O abuso sexual.....	153

3.8.1.2 A família e as drogas.....	155
3.8.1.3 A relação com a figura materna.....	156
3.8.1.3.1 As relações de conflito com a mãe.....	156
3.8.1.3.2 A relação da mãe com a prática da prostituição.....	158
3.8.1.4 As crianças e adolescentes envolvidas com a exploração sexual.....	160
3.9 Pessoa.....	162
3.9.1 Corpo.....	162
3.9.2 As relações afetivo-sexuais.....	164
3.9.3 Escola.....	169
3.9.4 O trabalho da prostituição.....	170
3.9.4.1 A prostituição e a necessidade de sobrevivência.....	170
3.9.4.2 A prostituição como profissão.....	172
3.9.4.3 Clientes.....	174
3.9.5 Filhos-família.....	181
3.9.6 Instituição de atendimento.....	184
3.10 Tempo.....	186
3.10.1 O tempo e o trabalho da prostituição.....	186
Capítulo IV- Considerações finais.....	188
4.1 Aspectos metodológicos: a inserção ecológica.....	188
4.2. Fatores de risco e proteção para as participantes adolescentes e adultas: integrando os dois estudos.....	190
Referências.....	197
Anexos.....	211
Anexo A- Roteiro de entrevista semi-estruturada .....	211
Anexo B-Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	214
Anexo C- Termo de Concordância para a Instituição.....	216
Anexo D Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -.....	218

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	Apresentação das unidades de análise, categorias e subcategorias do Estudo I.....	63
Tabela 2	Apresentação das unidades de análise, categorias e subcategorias do Estudo II.....	143

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Material Lúdico-garrafa.....	47
Figura 2	Material Lúdico-família.....	49
Figura 3	Material Lúdico-caixa de presente.....	51
Figura 4	Material Lúdico-diário do coração.....	54
Figura 5	Material Lúdico-escola.....	56
Figura 6	Material Lúdico-corpo humano.....	59
Figura 7	Material Lúdico-expectativas futuras.....	60
Figura 8	Material Lúdico-projeto de vida.....	136

## Resumo

O objetivo desse estudo foi identificar os fatores de risco e proteção em mulheres adolescentes e adultas em situação de exploração sexual e prostituição, analisando os contextos nos quais estão inseridas. No estudo I participaram três adolescentes com idade entre 13 e 17 anos, atendidas numa instituição. Foram utilizados o método da inserção ecológica e entrevista semi-estruturada. No estudo II foram entrevistadas três mulheres adultas com idade entre 29 e 30 anos, atendidas numa instituição. Nos dois estudos foram encontrados fatores de risco e proteção no contexto familiar, nas relações afetivo-sexuais, na escola, nas instituições de atendimento, na relação com os clientes e no envolvimento com a prática da exploração sexual e da prostituição. Os estudos mostraram a importância de considerar as diferenças e semelhanças nas fases desenvolvimentais estudadas; a relevância do contexto familiar; das estratégias para identificação da exploração sexual e de serviços de atendimento específicos para essa realidade.

**Palavras chave:** exploração sexual, prostituição, fatores de risco e proteção.

## Abstract

The general aim of this research was to identify the risk and protective factors for female adolescents and adult women in sexual exploitation and prostitution contexts, analyzing the background in which they are inserted. Study I consisted of interviews with three sexually exploited adolescents, aged 13 to 17, assisted in an institution. Ecological insertion and semi-structured interviews were the methods used. Study II consisted of interviews with three adult women, aged 29 to 30 assisted in an institution. In both studies, there were risk and protective factors related to family contexts, emotional-sexual relations, school, institutions, relationships with clients, and in their involvement with sexual exploitation and the prostitution. The studies showed the importance of considering differences and similarities on developmental stages; the relevance of family contexts, strategies for identification of sexual exploitation and of specific assistance services in such reality.

**Keywords:** sexual exploitation, prostitution, risk and protection factors.

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo foi identificar os fatores de risco e proteção de adolescentes em situação de exploração sexual, analisando os contextos da família, da escola, das redes de proteção social, a atividade de exploração sexual e prostituição, lazer, infância, adolescência e sua afetividade, assim como as concepções sobre si mesmas, seu corpo, ser mulher. Devido à necessidade de se aprofundar como as adolescentes envolvidas com a exploração sexual lidam com essa questão após tornarem-se adultas, foram também estudadas mulheres adultas em situação de prostituição. Para tal, foram realizados dois estudos sendo o Estudo I com adolescentes envolvidas com a exploração sexual e o Estudo II com mulheres adultas em situação de prostituição que iniciaram a prática na adolescência. Nos dois estudos investigou-se como os fatores de risco e de proteção se apresentam nesse processo, analisando as semelhanças e diferenças apresentadas pelos grupos. Os aspectos teóricos e metodológicos que embasaram essa pesquisa foram a abordagem ecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner. De acordo com essa abordagem, o desenvolvimento ocorre numa interação permanente entre a pessoa e o contexto, na qual ambos exercem influência mútua, produzindo mudanças e constâncias nas pessoas no decorrer do tempo (Bronfenbrenner, 1979/1986). Buscou-se também nessa pesquisa analisar o fenômeno da exploração sexual e da prostituição com base nos aspectos históricos, sociais, políticos, culturais e psicológicos que envolvem essa realidade. Neste capítulo serão apresentados os seguintes tópicos: história da exploração sexual, definição da exploração sexual e as suas formas, exploração sexual no mundo, o contexto da exploração sexual no Brasil, a abordagem ecológica do desenvolvimento humano e os fatores de risco e proteção no desenvolvimento humano.

#### 1.1 História da exploração sexual

A exploração sexual tem sido discutida em todo o mundo como uma das formas mais extremas de violação aos direitos humanos. No Brasil, as discussões sobre esse fato, incluído na categoria de violência sexual, incrementaram-se a partir de década de 90, quando o fenômeno da exploração sexual passou a ser alvo de discussões entre autoridades e pessoas ligadas à área da infância e da adolescência. Com base em um número crescente de registros de violência, as

organizações envolvidas com a defesa dos direitos da criança e do adolescente se mobilizaram para o enfrentamento dessa realidade (Dos Santos, 2004). Nesse período, surgem o Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (MDDCA), o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), o Fórum Nacional Permanente de Organizações Não-Governamentais de Defesa da Criança e do Adolescente, culminado com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Ippolito et al., 2003). No início do século XXI, a publicação do dossiê “Crianças da Amazônia”, realizada por entidades governamentais e não-governamentais de Belém – PA, foi um marco na história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Este dossiê denunciava a existência de meninas em situação de escravidão sexual nos garimpos no norte do país. De acordo com Dos Santos (2004), tal fato suscitou uma série de reportagens do jornalista Gilberto Dimenstein da Folha de São Paulo (Fev/92), sendo depois publicadas no livro “Meninas da Noite” (Dimenstein, 1992). A situação de prostituição infanto-juvenil no Brasil ganha, então, maior visibilidade ao mostrar a realidade destas meninas que era ainda desconhecida pela sociedade brasileira, mas que certamente se espalhava pelo país inteiro (Libório & Sousa, 2004). Várias matérias jornalísticas em diversos países sinalizaram para o mundo a gravidade desse problema no Brasil (Silva, Dias, Hazeu, & Nascimento, 1997). Este é um aspecto controverso, pois a mídia ao mesmo tempo em que denuncia a situação, divulga constantemente, na sua programação, imagens erotizadas de adolescentes, anúncios de serviços sexuais em jornais e, no mercado paralelo, a pornografia infantil (Leal, n/d).

Em resposta a toda mobilização gerada pela ampla divulgação da realidade da prostituição infanto-juvenil no Brasil, o Congresso Nacional instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição, com o objetivo de apurar os responsáveis em diversas regiões brasileiras (Dos Santos, 2004; Libório & Souza, 2004). De acordo com Leal (1999), houve então um avanço na compreensão sobre a prostituição infanto-juvenil, especialmente a mudança da terminologia para exploração sexual infanto-juvenil. A criança e o adolescente, ao estarem nessa situação, não estão se prostituindo autonomamente, mas estão sendo vitimizadas pela prática criminosa de outros. Na concepção anterior, a situação das crianças e dos adolescentes envolvidos nessa realidade era equiparada à realidade da prostituição adulta. Com isso, parecia haver sugestão de que as crianças e adolescentes encontravam-se nessa situação por terem “optado” por tal modo de vida e não por terem sido vítimas de alguma violência (seja ela física, psíquica, sexual), negligência ou violação de seus direitos (Libório, 2004).

Outro resultado da instauração da CPI foi a mobilização de diversos segmentos da sociedade, como os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF), Polícia Militar, artistas nacionais, que culminou na realização da campanha nacional “*Pelo fim da exploração sexual, violência e turismo sexual contra crianças e adolescentes*”, tendo como lema “*Exploração Sexual Infanto-Juvenil: Não Dá para Engolir*” (Dos Santos, 2004). A mobilização nacional gerada por essa campanha obteve a adesão de mais de cem entidades não-governamentais e dez governamentais além da adesão da End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking in Children por Sexual Purposes-ECPAT (Dos Santos, 2004). A ECPAT surgiu como uma campanha de mobilização contra o turismo sexual em países asiáticos e em 1995 tornou-se uma referência mundial, chegando também ao Brasil, no combate à exploração sexual comercial, ao tráfico e à pornografia. As organizações participantes dessa campanha promoveram vários seminários, conferências e encontros, sendo um dos mais relevantes o *Seminário contra a Exploração de Crianças e Adolescentes nas Américas*, realizado pelo Centro de Referências, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA) de Brasília, em abril de 1996. Esse encontro foi realizado como a etapa preparatória para o *I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual*, que ocorreu em Estocolmo, no mesmo ano.

De acordo com Leal (1999), o Congresso de Estocolmo foi um marco importante no enfrentamento da exploração sexual no mundo por ter reunido e mobilizado diversos países para o compromisso com uma agenda de ações, além de ter definido o conceito de exploração sexual. Após a realização do I Congresso, o Brasil elaborou, seguindo as ações definidas na agenda, o *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil*, em maio de 2000, que foi depois descentralizado pela elaboração de planos estaduais e municipais (Libório, 2004).

No II Congresso Mundial, ocorrido no ano de 2001 em Yokohoma, as ações, traçadas no primeiro, foram avaliadas, assim como também foi ratificada a definição das quatro modalidades da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes estipuladas pelo Instituto Interamericano del Nino, a saber: prostituição infantil, pornografia, turismo sexual e tráfico (Libório, 2004).

De acordo com Libório (2004), as quatro modalidades estão correlacionadas e geram influências umas nas outras, sendo que, muitas vezes, essa correlação produz um “ciclo vicioso”, tornando-se, assim, um problema difícil de ser enfrentado. No Brasil, apesar dessas modalidades

serem encontradas em todos os estados, cada região apresenta peculiaridades, devido às suas características sociais e culturais específicas (Leal, 1999).

No III Congresso Mundial, realizado no Brasil, as discussões estiveram voltadas para a análise das ações e dos êxitos após o II Congresso Mundial, e para implementação de um plano de ação com o objetivo de prevenir, enfrentar e eliminar a exploração sexual de crianças e adolescentes ([www.iiicongressomundial.net](http://www.iiicongressomundial.net)). Nesse congresso, um dos pontos mais discutidos foi o crescente uso da internet para a exploração sexual, assim como do turismo sexual. Foram propostas medidas como: ampliar as informações sobre essa realidade para a comunidade em geral com o objetivo de ratificar a gravidade das conseqüências negativas da a exploração sexual de crianças e adolescentes; apoiar a participação de crianças e adolescentes nas decisões sobre o enfrentamento dessa realidade; realizar e compartilhar pesquisas sobre o tema e elaborar indicadores para avaliar o impacto dos programas desenvolvidos para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual.

### 1.2 Definição de exploração sexual e as suas formas

De acordo com o que foi estabelecido no *I Congresso Mundial de Estocolmo*, a exploração sexual é toda ação que envolve o corpo de crianças e adolescentes, seja do sexo feminino ou masculino, para a obtenção de vantagem ou proveito sexual, baseada numa relação de poder e de exploração comercial (Leal, 1999). Ainda usando a terminologia prostituição, Faleiros (2004), ao relacioná-la com a população infanto-juvenil, define-a como o uso do corpo infantil ou adolescente em atividades sexuais, para a troca por dinheiro ou para a satisfação de necessidades básicas ou de consumo. De acordo com Faleiros (2004), a prostituição é uma prática pública visível, sendo ou não clandestina, e se apresenta em diferentes lugares como em ruas, bordéis ou estradas.

Pornografia é a exposição de atividades sexuais explícitas, sejam elas reais ou simuladas, com crianças e adolescentes, como também a exposição das partes de seu corpo ou de sua genitália, com objetivos sexuais. O seu conteúdo pode ser encontrado não só em materiais já considerados como pornográficos, como também na literatura, fotografia, publicidade ou cinema ao apresentar situações em que crianças ou adolescentes sejam expostas, desejadas ou usadas sexualmente por adultos. A pornografia infanto-juvenil, na Internet, tem crescido pela sua grande capacidade de alcance e pela sua facilidade de acesso. Tal fato tem mobilizado instâncias governamentais, não-governamentais e agências internacionais para o enfrentamento dessa

questão. Porém, por ser um *locus* virtual que atinge todo o mundo, o seu controle torna-se bastante difícil, tanto no âmbito operacional, como legal (Landini, 2004).

O turismo sexual envolve o comércio sexual de crianças e adolescentes em cidades turísticas, articulado por uma rede de agências, bares, boates, hotéis, restaurantes, taxistas, etc. De acordo com Faleiros (2004), o turismo sexual é a forma de exploração sexual que mais envolve atividades econômicas e possibilita, com mais facilidade, o acesso da população jovem empobrecida ao consumo, favorecendo, conseqüentemente, a sua inclusão social.

O tráfico, segundo Faleiros (2004), foi definido pelas Nações Unidas como uma ação clandestina e ilegal de pessoas, entre países, com o objetivo de forçar meninas e mulheres a participarem de atividades sexuais exploradoras ou opressoras, com fins lucrativos para aliciadores, traficantes e o crime organizado. De acordo com Leal (2004), o governo dos Estados Unidos calcula que a exploração sexual é a maior causa para o tráfico internacional. Nessa modalidade, as pessoas são envolvidas não só nas práticas sexuais, mas também no trabalho forçado e escravo, tráfico de órgãos e adoção. Tal prática, constitui-se, assim, uma forma moderna de escravidão que exige estratégias de enfrentamento que envolvam não só a responsabilização do agressor, mas também do estado e da sociedade. Diante da complexidade desse fenômeno, pesquisadores sobre o tema sugerem que o tráfico para fins sexuais seja dissociado dos conceitos de prostituição e de imigração para que as pessoas vítimas dessa violência sejam tratadas como sujeito de direitos e não por políticas repressivas (Leal & Pinheiro, 2007).

De acordo com Leal (1999), no Brasil a exploração sexual se manifesta em quatro formas. Na primeira, a exploração comercial acontece em lugares fechados, com maior frequência em regiões onde há um mercado de extração de minérios, como nos garimpos, caracterizando-se por cárcere privado, vendas, tráfico, leilões de virgens, mutilações, desaparecimento, prostituição nas estradas e em portos marítimos. A segunda refere-se à exploração de crianças e adolescentes em situação de rua e/ou vítimas de violência doméstica. Na terceira, a exploração acontece por meio do turismo e da pornografia, ocorrendo com maior frequência em regiões com alto fluxo de pessoas, como nas capitais do nordeste e outros centros. A quarta manifesta-se no turismo portuário, em regiões do norte banhadas por rios navegáveis, e nas fronteiras nacionais e internacionais do centro-oeste.

Na região sul, a modalidade mais predominante é a exploração sexual de crianças e adolescentes, do sexo feminino e masculino, que apresenta envolvimento com as redes de

narcotráfico e a prostituição em estradas (Leal, 1999). No último relatório realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Polícia Rodoviária Federal, o Rio Grande do Sul foi identificado como o segundo maior foco de exploração sexual nas estradas (Polícia Rodoviária Federal, 2007). Tal fato mostra a relevância de estudos nessa região, para que se aprofunde o conhecimento desse fato e, conseqüentemente, favoreça o seu enfrentamento. Além desse aspecto, o presente estudo levou em consideração as diferentes experiências envolvidas a partir das diversas modalidades apresentadas da exploração sexual.

### 1.3 Exploração sexual no mundo

A exploração sexual é um problema mundial e tem sido alvo de preocupação de autoridades e da sociedade em geral, como mostram os relatórios produzidos pela ECPAT que serão apresentados a seguir. Em cada país, expressa-se de maneira peculiar, com aspectos relacionados à cultura, mas sempre revelando a violação do direito das crianças e adolescentes e a presença de algum perpetrador de violência.

No Japão, as causas da exploração sexual têm sido relacionadas com a forma como os pais se relacionam com os seus filhos. A educação considerada rigorosa e pouco afetiva faz com que as crianças e adolescentes se queixem da falta de diálogo com os seus pais e de solidão. Além desses aspectos, são apontadas também a necessidade de consumo, a curiosidade e a necessidade de ser popular perante os demais colegas de escola (McCoy, n/d). Na Nova Zelândia, muitas adolescentes envolvidas na exploração sexual têm sido descritas como advindas de famílias conflituosas, nas quais foram vítimas de abuso sexual. A experiência de vida nas ruas e a convivência com usuários de drogas ou com pessoas consideradas danosas também têm sido descritas como fatores de risco (Saphira & Oliver, 2002). Na Austrália, segundo Grant, Grabosky e David (1999), os fatores de risco que levam crianças e adolescentes à exploração sexual são a pobreza limitante ao acesso de informações e de ações protetoras, o desemprego dos jovens, a sua utilização da exploração sexual como um meio de obter drogas e o isolamento, no caso de crianças indígenas e não falantes do inglês. Na República Dominicana, a dificuldade econômica das famílias, o abuso sexual, o sexismo e o racismo são considerados fatores preponderantes para a exploração infanto-juvenil por dificultar o acesso das mulheres, em sua maioria pobres e negras, ao trabalho (Davidson & Taylor, 1995). No Peru, as famílias das adolescentes são consideradas marginalizadas e por isso, responsabilizadas pela exploração. Lá, há leis que punem

as crianças e adolescentes envolvidas, mas não punem os agressores (IDEIF, CODENI, REDES, Movimiento El Pozo, 2005).

No norte da Tailândia, as causas apontadas para a exploração sexual não são a pobreza ou a falta de instrução, mas a obrigação, para as adolescentes, de reparar os sacrifícios feitos pelos pais durante a sua educação e a necessidade de sustentar a posição financeira da família (Bower, 2005). Assim, apesar do contexto da exploração sexual de crianças e adolescentes manifestar-se no mundo de formas variadas, a violação aos seus direitos se assemelha quando é gerada por uma sociedade que as exclui socialmente pela pobreza, gênero e raça.

Na África, as modalidades de exploração sexual mais identificadas são o tráfico para fins sexuais e o turismo sexual (ECPAT, 2007). Os constantes conflitos políticos, o aumento da pobreza e a proliferação do HIV/SIDA têm sido apontados como os principais fatores de risco para exploração sexual na África. Tal realidade tem feito com que crianças e adolescentes passem a ser responsáveis também pelo orçamento familiar, principalmente com a morte dos pais pelo HIV/AIDS.

Estudos mostram que os espanhóis são o segundo maior consumidor de pornografia infantil, principalmente na internet, assim como apontam um número elevado de espanhóis que se deslocam para a América Central e do Sul para o turismo sexual (ECPAT, 2006). Segundo a ECPAT, há uma carência de programas de prevenção na Espanha que trabalhem a sexualidade infantil de forma positiva, assim como há a necessidade de envolver as agências de turismo para o combate à exploração sexual, além de mecanismos de controle para o acesso de páginas na internet com conteúdo pornográfico.

#### 1.4 O Contexto da Exploração Sexual no Brasil

De acordo com Libório (2004), a violência sexual está inserida num contexto de violência estrutural, social, interpessoal e psicológica vigente no país. A exclusão social, as propostas neoliberais e a lei do mercado estão incluídas neste cenário, sendo, portanto, uma violência gerada pela estrutura sócio-econômica e política. Segundo Faleiros e Campos (2000), a história brasileira, assim como a da América Latina, foi marcada por colonização escravagista e por uma elite oligárquica dominante que tinha como característica a exclusão daqueles considerados inferiores. Os critérios utilizados pelas elites para a exclusão social eram baseados na cor, raça, gênero e idade, dando origem a uma sociedade machista, sexista e adultocêntrica, que predomina até os dias atuais.

O neoliberalismo, como proposta política-econômica, tem diminuído a intervenção do poder do estado no planejamento e manutenção do bem estar social, aumentando o índice de desemprego e a necessidade de qualificação profissional, restringindo cada vez mais o acesso da população desfavorecida à saúde, habitação, educação e ao transporte (Libório, 2004). Outro fator apontado é o favorecimento da lógica de mercado que cria uma cultura do consumo, impondo valores e modos de existência baseados na aquisição de bens materiais, como forma de inclusão social. Essa lógica pode ser vista na maneira como o corpo infantil e juvenil é valorizado no mercado do sexo e como as crianças e adolescentes são seduzidas por essa possibilidade de ter acesso ao consumo por meio da exploração sexual. De acordo com Faleiros (2004), o dinheiro adquirido na exploração sexual permite que as adolescentes tenham acesso a lugares e a bens de consumo que o seu padrão social anterior não lhe permitiria.

Um dos aspectos salientes na exploração sexual é a violência interpessoal, que conforme Libório (2004) ocorre nas relações pessoais mais próximas, dentro ou fora da família, favorecendo a vulnerabilidade de mulheres, crianças e adolescentes. A relação entre a violência estrutural e a interpessoal mostra como uma sociedade violenta pode influenciar nas formas de relacionamento entre as pessoas, assim como na interação dos membros de uma família. Segundo Leal (2001), a violência estrutural e social está fortemente relacionada com a violência intrafamiliar, pois a exclusão social e material, os altos índices de desemprego, a feminilização da pobreza, a discriminação por cor, raça e gênero favorecem o aumento dos conflitos interpessoais e, conseqüentemente, enfraquecem os laços familiares. A família é um fator de proteção social aos riscos se possibilitar a pessoa em desenvolvimento uma troca permanente de afeto, abertura ao diálogo, sensibilidade, coesão, disciplina consistente e coerente (De Antoni, Hoppe, Medeiros, & Koller, 1999). Assim, quando a família não exerce o seu papel de proteção, as crianças e adolescentes tornam-se vulneráveis, principalmente quando têm que abandonar os lares para fugirem da violência doméstica. Para Leal (1999), parte das meninas envolvidas na exploração sexual sofreu algum tipo de violência, seja ela física, psicológica, sexual e/ou a negligência, sendo a maioria ocorrida dentro do próprio lar.

Outro fator também discutido como influenciador da exploração sexual é o mercado do sexo. De acordo com Leal (1999), o corpo infanto-juvenil é um produto do mercado globalizado do sexo que utiliza o *marketing* e a publicidade para divulgar uma lógica de hiper erotização do corpo feminino, fortalecendo lógicas de submissão e desqualificação da mulher. Esse mercado envolve donos de boates, de motéis e bordéis, comerciantes de produtos e de drogas, que lucram

com a mercantilização do corpo infanto-juvenil, numa relação de poder e exploração (Faleiros, 2004). O mercado do sexo tem envolvido, também, agências de modelos e de fotografia que aliciam adolescentes de classe média, utilizando *books* ou desfiles para clientes (Dos Santos, 2004; Lopes & Stoltz, 2002).

Assim, percebe-se que a exploração envolve uma série de fatores, sejam eles sociais, culturais ou econômicos, tornando-se, portanto, um fenômeno complexo que refletirá profundamente na vida das adolescentes envolvidas. Por isso, nessa pesquisa foram focalizadas experiências de adolescentes em situação de exploração sexual e de mulheres profissionais do sexo que iniciaram essa prática na adolescência, analisando os impactos da exploração sexual em alguns contextos de sua vida.

### 1.5 A exploração sexual e o mercado do sexo

O mercado do sexo é considerado um dos mercados mais lucrativos e está incluído no mercado do trabalho chamado “mercado negro” por funcionar por regras não legalizadas, sem registro, pagamento de impostos ou emissão de notas fiscais. De acordo com Faleiros (2004), apesar de muitos autores não considerarem a exploração sexual como uma atividade de trabalho, muitas crianças e adolescentes buscam essa prática como alternativa de trabalho. Como forma de lidar com a situação de exclusão que vivenciam, crianças e adolescentes buscam nesse tipo de trabalho uma forma de ganhar autonomia perante a família, de ter acesso aos bens de consumo e serviços que lhe permitam o sentimento de pertença social.

Para que esse mercado exista, empresas fantasmas são criadas com o objetivo de camuflar as atividades sexuais que são realizadas em seus estabelecimentos e que não correspondem ao que foi determinado no seu registro comercial, como acontece em bares, boates, hotéis, pousadas, agência de modelo ou de viagem, etc. (Faleiros, 2004). Como toda empresa ou ramo de negócios, sua prática envolve a mercadoria, a oferta, a demanda, a troca, a venda e o lucro. A mercadoria, em questão, refere-se aos serviços e produtos sexuais que envolvem um aspecto subjetivo (prazer), com um alto poder de venda e de uso (Faleiros, 2004). Com a modernidade, o mercado do sexo foi se ampliando e se diversificando em qualidade, preço, tipos de consumidores e de profissionais.

A inclusão de crianças e adolescentes nesse mercado aconteceu por ser uma “mercadoria” de extremo valor comercial. Porém, apesar desse fato, a relação de trabalho estabelecida com as crianças e adolescentes envolvidas é considerada uma relação desigual, pois além de não

poderem trabalhar legalmente, estão realizando uma prática ilícita (Faleiros, 2004). No caso específico de crianças, a vulnerabilidade aumenta por se tratar de uma fase do desenvolvimento peculiar que apresenta alta dependência dos cuidados de adultos. Além desse aspecto, grande parte das crianças envolvidas nessa prática vivenciou situações de risco por ser pobre, ter sofrido violência sexual ou abandono. Devido a essa situação, as crianças passam a viver nas ruas e por estarem em situação de extrema pobreza estabelecem trocas comerciais de baixo valor. No caso de adolescentes, além dos fatores de risco, a idade, as suas experiências de vida, as relações afetivas e a consciência que possuem sobre a sua realidade, são fatores importantes para o estabelecimento de fatores de proteção. Assim, diante do fortalecimento do mercado do sexo e do aumento da inclusão de crianças e adolescentes como uma mercadoria cada vez mais rentável, faz-se necessário analisar as relações comerciais estabelecidas entre as partes envolvidas e como cada uma percebe a sua participação nesse processo.

#### 1.6 Os clientes da exploração sexual

Os clientes da exploração sexual têm sido um tema pouco explorado em pesquisas e estudos da área por envolver diversas dificuldades metodológicas para o seu acesso, seja por ser uma prática enquadrada como crime, seja pelo estigma que envolve tal questão. Uma análise “do outro lado” da questão faz-se necessária para que se entenda a dinâmica da exploração a partir daqueles que demandam e ajudam a manter a existência desses serviços.

Os clientes que buscam a prática sexual com crianças e adolescentes são estimulados pelo alto valor atribuído socialmente às práticas sexuais associadas à juventude. De acordo com Dos Santos (2004), muitos estrangeiros que vêm ao Brasil para o turismo sexual imaginam que as mulheres brasileiras são “mais calorosas” na prática sexual, estimulados por imagens mostradas internacionalmente, pela mídia, de mulatas brasileiras em situações de festa e diversão, como no carnaval.

Uma pesquisa realizada com caminhoneiros no Brasil por Koller et al.(2005) mostrou que muitos dos caminhoneiros que se envolvem com a exploração sexual são homens casados e pais de família que almejam levar uma vida honesta, mas que sofrem pressões no cotidiano de seu trabalho com estradas ruins, com o medo provocado pelos roubos constantes nas estradas, poucas horas de sono, um longo tempo sem a convivência familiar, pouca valorização de seu trabalho e pouco entretenimento. Um outro dado apresentado foi que 16% dos entrevistados relataram que aceitam a prostituição infantil, mas não permitiriam que tal fato acontecesse em sua família.

Muitos, de acordo com a pesquisa, falaram que sofrem pressão pela oferta de sexo barato e fácil e que quando isso acontece e encontram-se em situação de carência afetiva, acabam aceitando a oferta. Os caminhoneiros justificam também que quando aceitam estão contribuindo com a criança e a adolescente ao oferecer uma refeição ou dinheiro por trocas de favores sexuais.

A relação estabelecida entre cliente e prostituta é vista na exploração como uma relação explorador-vitimizador que traz benefícios comerciais por meio de um serviço que é imposto socialmente pelas condições desfavoráveis em que se encontram as crianças e adolescentes envolvidas para o benefício e o lucro de outro (Faleiros, 2004). Tal concepção contraria em parte a visão de caminhoneiros envolvidos com a exploração que vêem essa prática como uma relação de troca entre duas pessoas que, naquele momento, apresentam necessidades específicas e que podem ser satisfeitas nessa troca, ou seja, tanto um como o outro “lucram” nessa relação. Tais fatos mostram a relevância de se aprofundar a relação entre a adolescente e o cliente como uma díade importante na manutenção da exploração sexual.

### 1.7 A abordagem ecológica no desenvolvimento humano

Esta pesquisa utilizou como marco referencial teórico e metodológico a abordagem ecológica do desenvolvimento humano. De acordo com essa abordagem, o desenvolvimento ocorre numa interação constante entre a pessoa e o ambiente, na qual ambos se influenciam mutuamente, produzindo mudanças e constâncias nas pessoas, no decorrer do tempo.

Na abordagem ecológica, o desenvolvimento humano é estudado a partir de quatro elementos inter-relacionados, assim definidos: pessoa, processo, contexto e tempo. A pessoa é definida a partir de suas características pessoais, biológicas, psicológicas e físicas (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Com as participantes desse estudo, é importante analisar a diversidade das experiências propiciadas pela idade, raça e temperamento, evitando-se assim uma homogeneização da categoria “exploradas sexualmente” (Moraes, 1998).

O processo é visto como a interação recíproca, progressivamente mais complexa, de um ser humano ativo com as pessoas, objetos e símbolos. A prática da exploração, por ser uma atividade lucrativa, envolve uma interação complexa da adolescente, pois ao mesmo tempo em que contribui para a sua exclusão social, permite o seu acesso ao consumo. Por isso, em alguns depoimentos de adolescentes envolvidas nessa prática, há a percepção de aspectos positivos e negativos (Faleiros, 2004). Assim, faz-se necessário analisar o elemento processual do desenvolvimento em adolescentes envolvidas com a exploração para se identificar a forma como

a adolescente se relaciona com a idéia de lucro, com o tempo de “trabalho” realizado por semana ou por mês, como esse dinheiro é gasto, como se relaciona com os clientes, etc.

No processo de transição da fase de adolescência para a fase adulta em adolescentes envolvidas com a exploração sexual, as mudanças são provocadas não só pelos aspectos biológicos, psicológicos e físicos inerentes à pessoa em desenvolvimento, mas também pelo novo significado social dado à experiência da exploração, que na fase adulta passa a se chamar de prostituição. Nessa transição a adolescente sai, então, da condição de proteção social, determinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que enquadra a exploração sexual como uma violência, para uma condição, ao se tornar adulta, de prática considerada como ocupação. Assim, são necessários estudos que analisem como as participantes adultas vivenciam esse processo, apontando como elas interagem com a passagem dessa condição de proteção para a da autonomia e responsabilização.

O contexto, para Bronfenbrenner (1979/1986) é analisado a partir da interação entre quatro níveis ambientais, sendo eles o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema. No microsistema, a pessoa em desenvolvimento vivencia padrões de atividades, papéis e relações interpessoais, num ambiente específico. O microsistema é caracterizado pelas relações face a face, pelo elevado grau de estabilidade e pela sua importância. Nesse estudo, é importante analisar as relações estabelecidas na família, na escola, com as pessoas das instituições onde estão sendo atendidas, com a comunidade onde mora ou demais grupos nos quais a adolescente participa ativamente. No segundo nível, ocorre a inter-relação entre dois ou mais microsistemas nos quais a pessoa está participando ativamente. O terceiro é composto pelos contextos com os quais as pessoas não estão diretamente relacionadas, mas que exercem influência no seu desenvolvimento. O quarto engloba as crenças, ideologias e valores que constituem uma determinada cultura (Bronfenbrenner, 1979/1986).

No contexto envolvendo a exploração sexual, o discurso institucional e da mídia tem classificado as adolescentes envolvidas com a exploração sexual como uma categoria homogeneizada de “meninas pobres”, que estão sempre na iminência de se envolverem nessa prática, fortalecendo, assim, o processo de vitimização como única forma de manifestação de sua realidade (Moraes, 1998). A lógica da vitimização também é discutida como uma forma fatalista e alarmista de lidar com o fenômeno da exploração por polarizar a discussão na figura da vítima e do agressor, não propiciando uma compreensão mais complexa do fenômeno. Além desses aspectos, tal postura criaria empecilhos para a implementação do protagonismo infanto-juvenil

por não permitir o entendimento sobre o papel das crianças e adolescentes na violência sexual (Dos Santos, 2004). O conhecimento desse papel é importante para o estabelecimento de “estratégias de resistência” com forma de lidar com todas as adversidades que a prática da exploração produz nos diferentes contextos em que ela se apresenta (Moraes, 1998; Dos Santos, 2004).

O último elemento, o tempo, possibilita a análise das mudanças e permanências ocorridas, ao longo da vida, no desenvolvimento humano. No caso da exploração sexual, é importante analisar a influência do tempo de envolvimento das adolescentes e o quanto tal prática exerce ou exerceu influência na suas características pessoais ou no seu estilo de vida.

A abordagem ecológica do desenvolvimento humano permite, nesse estudo, uma compreensão multifatorial da realidade da exploração sexual ao se analisar não só os fatores que envolvem a realidade imediata da adolescente, mas a interação dos quatro níveis contextuais propostos na abordagem.

### 1.8 Fatores de risco e proteção na exploração sexual

O termo fator de risco tem sido utilizado para identificar situações, fatos ou acontecimentos capazes de propiciar resultados negativos ou indesejados para o desenvolvimento humano (Masten, 2001). Os fatores de risco podem ser definidos de diversas formas, levando-se em consideração o nível socioeconômico, a família ou as predisposições genéticas de uma pessoa (Masten, 2001). Podem ser considerados fatores de risco: o nível sócio-econômico baixo das famílias; a violência evidenciada pelos maus tratos sofridos pela adolescente; a baixa escolaridade da adolescente e da família, em geral; e eventuais processos de institucionalização.

Já os fatores de proteção são definidos como aqueles aspectos, seja da pessoa ou do ambiente, capazes de reduzir os efeitos destes fatores de risco e garantir o desenvolvimento (De Antoni, 2000). Nos fatores de proteção, são considerados os componentes biológicos, como a saúde física e o temperamento, a experiência da pessoa com o ambiente, a constituição da auto-estima e a confiança. No ambiente, também são considerados os aspectos socioeconômicos e a rede social de apoio gerada pela comunidade na qual a pessoa está inserida (De Antoni, 2000). Para a perspectiva ecológica do desenvolvimento, a análise dos fatores de risco e de proteção depende também da forma como a pessoa percebe e lida com as adversidades, que pode variar a partir do contexto e do tempo no qual está vivendo (Cecconello, 2003).

Nas experiências com a exploração sexual, a formação da autoimagem e da autoestima está comprometida devido à estigmatização, rejeição e exclusão sentidas pelas adolescentes. Esses elementos passam a incorporar sua autoimagem, vulnerabilizando-as emocionalmente, favorecendo o seu envolvimento e sua permanência na rede de exploração sexual (Libório, 2004).

A estigmatização da prostituição é formada pela sua associação às concepções de devassidão, desmoralização, desonra e desqualificação (Faleiros, 2004). Apesar de ser considerada uma das “profissões” mais antigas do mundo, a prática da prostituição é vista como uma ameaça a um determinado ordenamento social. Tal fato é atribuído à prostituição por ela provocar idéias de transgressão e liberdade no comportamento sexual feminino, rompendo com a lógica de um modelo familiar centralizado numa figura de mulher voltada para o marido e filhos (Moraes, 1998). A imagem da prostituta é vista como oposta à imagem da mãe e da virgindade, imagens essas representantes da castidade, moralidade, ordem social e reprodução. A prática da prostituição é vista como uma prática sexual fora da instituição casamento, sem objetivos de reprodução e sob o domínio do homem (Faleiros, 2004). A prostituição infanto-juvenil é identificada como uma “perdição, de si e de oportunidades”, porque as crianças e adolescentes estão realizando uma atividade não reconhecida como trabalho e por viverem uma vida considerada desonesta (Faleiros, 2004, p.52). Com isso, as adolescentes envolvidas com a exploração sexual encontram dificuldade em se inserir socialmente pela rejeição da sociedade e de seus pares (Libório, 2004).

As representações sociais sobre as mulheres envolvidas na prostituição apresentam concepções polarizadas entre a vitimização e acusação e tanto numa como na outra são identificadas lógicas violentas devido às prostitutas serem tratadas como pessoas diferentes e sem vontade própria (Moraes, 1998). No caso de adolescentes envolvidas na exploração sexual, mesmo com o enquadramento dessa prática na violência sexual, muitas adolescentes ainda são retiradas das ruas e presas como infratoras e muitos dos casos continuam sem a punição dos exploradores envolvidos (Faleiros, 2004). Um estudo realizado por Libório, Camargo, Dos Santos e Santos (2007) com professores de rede estadual e municipal em Presidente Prudente mostrou que o discurso da culpabilização e responsabilização das adolescentes envolvidas na exploração sexual está baseado numa lógica machista que, com relação à sexualidade, autoriza os homens a sua manifestação, mas, por outro lado, impõe à mulher a sua opressão. Assim,

quando as adolescentes não cumprem essa expectativa, são associadas à imagem de provocadoras e até “demoníacas”.

A formação do estigma da prostituição, muitas vezes, pode acontecer antes mesmo do envolvimento da adolescente com essa prática. No interior do Pará, por exemplo, a perda da virgindade antes do casamento representa uma prática libidinosa comparada à prostituição (Silva, Dias, Hazeu, & Nascimento, 1997). Para “honrar a sua moral e a da sua família”, as meninas são muitas vezes obrigadas pela família a casar (p.146). Muitas vezes, no casamento, sofrem violência doméstica e ao se separarem essas mulheres se deparam com uma sociedade que não lhes reconhece como uma mulher digna, assim como não oportuniza trabalho, favorecendo assim, a busca pela prostituição como alternativa de sobrevivência (Silva, Dias, Hazeu, & Nascimento, 1997).

A violência doméstica, principalmente o abuso sexual, é apontada como fator de risco para a exploração sexual. Em alguns casos, para fugir da violência, muitas adolescentes saem de casa e vão morar nas ruas. Estando nas ruas, estão sujeitas às diversas formas de violência, seja pelos moradores de ruas, seja pela própria polícia (Gomes, 1996). Estando fora de casa e convivendo com outras crianças e adolescentes que se encontram na mesma situação, a prática da exploração sexual passa a ser vista como uma estratégia de sobrevivência (Libório, 2005). Em muitos casos, devido ao abuso sexual sofrido, muitas adolescentes aprendem precocemente que o seu corpo é uma ferramenta poderosa de sedução e, com isso, utilizam-no como estratégia para adquirir o que desejam, favorecendo, assim, o envolvimento com a exploração sexual (Verardo, Reis, & Vieira, 1999). A total desinformação sobre o próprio corpo também tem sido apontada como um fator de risco, pois expõe as adolescentes à contaminação por Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) como a SIDA, e à gravidez precoce (Faleiros, 2004). Outros fatores de risco são alto índice de uso de drogas (álcool, maconha, crack ou cocaína), assim como baixa escolaridade ou analfabetismo (Libório, 2005).

A experiência com a exploração sexual é considerada um aspecto de alto prejuízo para a manutenção da qualidade de vida das adolescentes envolvidas (Libório, 2004). De acordo com a autora, a sua manifestação tende a acontecer de forma processual, podendo se manter constante, caso não haja ações de atendimento às adolescentes envolvidas. Apesar do reconhecimento da importância da rede de proteção às adolescentes, os programas voltados para essa realidade ainda são escassos, assim como pesquisas que investiguem os aspectos psicológicos e sociais que estão envolvidos com a exploração sexual (Dos Santos, 2004). Portanto, partindo dessa realidade, são

fundamentais estudos que se proponham, além da análises dos fatores de risco, a identificar os fatores de proteção e como eles se manifestam no desenvolvimento das mulheres adolescentes e adultas exploradas sexualmente.

### 1.9 A Prostituição de mulheres adultas

A prostituição é considerada uma das atividades mais antigas da humanidade, sendo observada em civilizações datadas em 3.000 A.C (Roberts, 1992). Porém, a prostituição por ser um fenômeno histórico, cultural e econômico foi sofrendo mudanças ao longo do tempo e por isso o seu estudo deve ser contextualizado. No período do matriarcado, a prostituição era vista como sagrada e praticada por mulheres que eram consideradas deusas e responsáveis pelo templo (Roberts, 1992). Nesse contexto, a prática sexual fazia parte do procedimento de adoração às deusas. Com o patriarcado, tal prática foi considerada pecaminosa, sendo delimitado que a sexualidade feminina deveria ser restrita ao casamento e família, não sendo “bem-vista” a autonomia sexual exercida pelas prostitutas. De acordo com Roberts (1992), as prostitutas tinham liberdade para obter conhecimento intelectual e também eram independentes economicamente, diferente das outras mulheres.

Na Grécia Antiga, a prostituição tornou-se uma prática lucrativa e o estado passou a controlá-la criando estabelecimentos específicos para a prostituição, como os bordéis (Roberts, 1992). Nesses espaços, muitas prostitutas viviam em condição de miserabilidade, semelhante à da escravidão. Em um mercado independente, mulheres prostitutas, conhecidas como meretrizes, comandavam o seu próprio negócio e nesse espaço os homens apenas participavam como clientes. Muitas dessas mulheres adquiriram poder financeiro e autonomia para circular em espaços públicos, o que contrastava com a realidade das outras mulheres que tinham a sua vida restrita ao ambiente familiar.

No Império Romano, as mulheres possuíam mais autonomia e as práticas sexuais eram propagadas principalmente pelos seus imperadores (Roberts, 1992). A prostituição era vista como uma prática comum, porém deveria ser exercida pelas mulheres mais pobres, cabendo às mulheres das classes dominantes casar e procriar. As prostitutas trabalhavam nos bordéis, nas ruas e nos banhos públicos, sendo a rua mais destinada para as mulheres mais pobres. Porém, com o surgimento e crescimento do cristianismo, a prostituição passou a ser combatida e vista como um mal para a sociedade. Para Roberts (1992), não só as prostitutas foram atacadas, mas as mulheres de uma forma geral.

A Europa na Idade Média tinha uma boa condição econômica e a igreja exercia um papel determinante na vida das pessoas, principalmente para os monges e sacerdotes (Rossiaud, 1991). A sexualidade feminina era controlada pela lógica da virgindade como sinônimo de pureza, sendo o sexo apenas permitido no casamento. Nessa época também eram comuns crimes sexuais contra mulheres que eram cometidos por grupos de jovens masculinos. Para esses crimes, não havia punição, sendo que muitas das mulheres vítimas dessa violência se tornavam prostitutas como forma de subsistência. Dentro desse contexto, a existência de prostitutas era entendida como um sinal de harmonia e equilíbrio social por garantir entretenimento aos jovens masculinos, reduzindo, assim, os crimes sexuais e garantindo a virgindade de muitas mulheres para o casamento. Por isso, nessa época, os prostíbulos eram financiados com o dinheiro público e administrados pelo governo (Rossiaud, 1991).

No século XVIII, com a revolução industrial, a grande oferta de mão-de-obra teve um importante impacto na redução dos salários, sendo as mulheres as mais afetadas (Roberts, 1992). Para a autora, as dificuldades encontradas pelas mulheres para sua inserção no mercado de trabalho fizeram com que muitas buscassem ou a união, pelo casamento, com homens que lhes sustentassem financeiramente ou a prostituição. Com o capitalismo, a prostituição passou a ser uma forma de trabalho que garantia a sobrevivência de muitas mulheres e famílias (Menezes, 1992). Para a autora, quando a prostituição passou a fazer parte da lógica capitalista, sendo uma prática rentável, a mulher também passou a ser explorada para a produção de riqueza, num comércio dominado pelos homens.

No Brasil, numa análise feita durante o período de 1890 a 1930 em São Paulo (Rago, 1991), com o desenvolvimento da modernidade e o seu crescimento econômico, muitos imigrantes vindos de vários países da Europa passaram a morar naquela cidade. Com eles vieram também as prostitutas francesas que se destacavam pelas vestimentas, pelos perfumes e pela forma como circulavam nas ruas. As mulheres, assim como em outros contextos históricos, eram valorizadas pelas atividades que exerciam nos espaços domésticos, como cuidar da casa, dos filhos e do marido. Contrariando essa concepção, as meretrizes estrangeiras tinham autonomia e assumiam os seus próprios negócios. Para Rago (1991), com o desenvolvimento da modernidade, o comércio sexual aumentou, tornando-se uma atividade altamente lucrativa. As meretrizes circulavam cada vez mais pela cidade e as cafetinas tornavam-se grandes empresárias. Os bordéis eram espaços de socialização de pessoas importantes da cidade, como poetas, coronéis, escritores, juristas, que buscavam não só o prazer sexual, mas trocas de informações, códigos e

símbolos. Nesse contexto, as meretrizes tinham um papel dominante por ter o controle dos desejos sexuais masculinos reprimidos e predominavam sobre as mulheres consideradas inexperientes. Muitas delas tinham uma vida luxuosa, financiada por seus clientes.

Segundo Rago (1991), a busca pelas meretrizes também se baseava no desejo do homem pela mercadoria, difundida no sistema capitalista. Para as meretrizes, o sexo e o amor eram duas coisas distintas, atitude essa condenável para a sexualidade feminina na época. Porém, elas tinham o papel de controle social dos desejos sexuais dos jovens masculinos, conservando, assim, a virgindade das jovens para o casamento. Tal fato fazia com que as meretrizes fossem mais toleradas pela igreja e pelas mulheres casadas. Porém, o discurso médico e jurista sobre a prostituição retratava essa prática como algo associado à degeneração, loucura, criminalidade.

Segundo Rago (1991), as descrições da prostituição estão intrinsecamente relacionadas a uma imagem de mulher constituída pelo discurso masculino que a sujeitava a um determinismo de inferioridade biológica e a um espaço restrito à família. Atualmente, como forma de enfrentamento para essa realidade, as prostitutas têm se organizado em movimentos coletivos para garantirem os seus direitos como mulher e como trabalhadora, combatendo, assim, práticas discriminatórias e agressivas contra elas e contra o exercício desse trabalho (Moraes, 1995). Em um outro estudo realizado por Kempadoo (1998) sobre o movimento organizado de prostitutas no mundo, observou-se que essas organizações lutam para terem mais autonomia e participação no mercado do sexo, que para as prostitutas é dominado pelos homens. Segundo a autora, as prostitutas denunciam a exploração e opressão no exercício do seu trabalho, assim como qualquer trabalhador. O fato do movimento organizado das prostitutas não desejar o fim da prática da exploração, mas a garantia dos seus direitos tem sido visto por algumas feministas como uma forma de submissão à lógica capitalista e patriarcal (Kempadoo, 1998).

Assim, apesar das controvérsias que envolvem a prostituição na história, ela permanece na nossa sociedade, não se restringindo apenas ao sexo feminino, à idade adulta ou às classes sócio-econômicas baixas, mas também sendo exercida por homens, crianças, adolescentes e pela classe média. Estudar todas as suas manifestações, aspectos sociais, históricos e culturais que a envolvem torna-se um desafio e ao mesmo tempo uma ferramenta importante para o enfrentamento de práticas que possam infligir os direitos das pessoas que exercem a prostituição.

## CAPÍTULO II

### ESTUDO I-MÉTODO

O objetivo do estudo I foi identificar os fatores de risco e proteção de adolescentes em situação de exploração sexual, analisando os contextos da família, a instituição de atendimento, escola, concepção de si e dos outros, do seu corpo, os papéis femininos e masculinos, o seu envolvimento com a exploração sexual, afetividade e seus relacionamentos interpessoais.

#### 2.1.Delineamento

Devido às características específicas do objeto de estudo e pela necessidade de aproximação da pesquisadora com as participantes no contexto institucional, foi utilizada a inserção ecológica, com base nos princípios do desenvolvimento bioecológico. Esse método permitiu que a pesquisadora, ao se inserir no ambiente de pesquisa, estabelecesse uma relação de proximidade maior com as participantes do estudo. O método de inserção favoreceu o desenvolvimento da empatia e da confiança entre a pesquisadora e as participantes (Ceconello & Koller, 2003; Eschiletti, Paula, Moura, Poletto, & Koller, 2008). Foi utilizado também um estudo de casos múltiplos (Yin, 2001). Tal método permitiu uma análise mais abrangente dos dados obtidos na pesquisa, pela diversidade de variáveis obtidas e por ter permitido observar a repetição dessas variáveis nos diferentes casos estudados nessa pesquisa (Yin, 2001).

#### 2.2 Amostra

Nas primeiras etapas da pesquisa participaram seis adolescentes do sexo feminino que freqüentavam uma instituição destinada às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social em Porto Alegre. As seis adolescentes participaram da segunda etapa da inserção (descrita nos procedimentos), sendo que duas delas formaram o grupo 1 (matutino) e quatro delas o grupo 2 (vespertino). O grupo 1 foi formado por duas adolescentes, ambas com 17 anos, e o grupo 2 por quatro adolescentes, de idades entre 13 e 15 anos. Os critérios para a inclusão nessa amostra foram: a) a identificação ou suspeita da situação de exploração sexual pelos profissionais da

instituição; e b) ter participado, nas etapas da inserção, da mesma atividade institucional com a adolescente identificada na situação de exploração sexual. O trabalho com esses participantes visou identificar e investigar, por meio da inserção ecológica, a situação de exploração sexual. Para a análise final, foram selecionados três casos, sendo dois do grupo 1 e um do grupo 2. O critério para a inclusão nessa última etapa foi a confirmação ou a identificação do envolvimento da adolescente em situação de exploração sexual durante o processo de inserção. A seguir estão apresentadas as descrições de cada participante, com dados como idade, participação na instituição, família e inclusão na pesquisa.

#### Participante A

A participante A tinha 17 anos, frequentava a Educação para Jovens e Adultos (EJA) no período noturno e participava da instituição há três anos. Participou das oficinas de culinária e informática durante a pesquisa no período matutino. Sua família era constituída por 11 irmãos, sua mãe e uma sobrinha, sendo que duas de suas irmãs já faleceram. Foi indicada para pesquisa por ter sido vista por educadores sociais no centro da cidade em situação de exploração sexual e pela confirmação da mãe da adolescente em relato a um dos técnicos da instituição. No processo de inserção ecológica, o caso de exploração sexual foi confirmado no relato da participante durante as entrevistas.

#### Participante B

A participante B tinha 17 anos, frequentava a 8ª série e participava da instituição há dois anos. A sua família era constituída por quatro irmãos, quatro primas e a sua avó paterna. Participou das oficinas de culinária e informática, durante a pesquisa, no período matutino. Os seus pais moravam em outra casa com uma das suas irmãs mais novas. Inicialmente participou da pesquisa para compor o grupo com a participante A, mas no decorrer da segunda etapa inserção, foram observados alguns indicadores de seu envolvimento com a exploração sexual.

#### Participante C

A participante C tinha 13 anos, frequentava a 6ª série e participava da instituição há seis anos. A sua família era constituída por oito irmãos e sua mãe, sendo que dois irmãos e duas irmãs eram casados e não moravam com ela. Participou de atividades sócio-educativas de artesanato durante a pesquisa no período vespertino. Foi indicada para a pesquisa devido às suspeitas dos profissionais da instituição de envolvimento com a exploração sexual, por causa da sua proximidade com uma das suas irmãs mais velhas, previamente identificada na situação

de exploração sexual. Durante a inserção, foram observados alguns fatores de risco associados à situação de exploração.

### 2.3 Contextualização

A pesquisa foi realizada em uma instituição filantrópica voltada para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. A instituição era mantida e gerenciada por uma entidade religiosa que mantinha parceria com a prefeitura municipal de Porto Alegre e Organizações Não Governamentais (ONGs). Na época da pesquisa atendia 200 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, com idade entre sete e 18 anos. A equipe é composta por 14 educadores, cinco assistentes sociais, uma psicóloga, duas estagiárias de psicologia, duas secretárias, duas cozinheiras, uma assistente de limpeza e seis voluntários.

A instituição desenvolvia atividades sócio-educativas para as crianças e adolescentes entre sete e 14 anos por meio de oficinas de aprendizagem como música, artesanato e atividades lúdico-pedagógicas. Para os adolescentes entre 15 e 18 anos, são oferecidas oficinas de culinária, informática, comunicação e violão. Com a família, em parceria com a prefeitura municipal são desenvolvidas reuniões temáticas mensais e encaminhamentos para outros serviços e bolsa auxílio.

### 2.4 Instrumentos

Para a realização da pesquisa, foram utilizadas a observação e as atividades em grupo com materiais lúdicos, papel branco e colorido, cola, lápis de cor, giz de cera, *glitter*, papel celofane, cartolina colorida, papel de carta, envelopes coloridos, músicas, caixas coloridas para presentes, desenhos, pincel, tinta guache. Por fim, foi feita a entrevista semi-estruturada (Anexo A).

A observação foi realizada nos espaços de convivência das adolescentes na instituição. Já as atividades lúdicas foram desempenhadas para criar ou fortalecer o vínculo pesquisadora-participante. A entrevista semi-estruturada conteve questões sobre aspectos biosociodemográficos, escola, lazer, corpo, gênero, família, infância e adolescência, atividades da exploração sexual, percepção sobre si e sobre os outros, afetividade, redes de apoio e projeto de vida.

Para todas as etapas foi confeccionado um diário de campo para relato das observações e impressões da pesquisadora sobre a realidade pesquisada. As perguntas foram reconstruídas e

adaptadas à realidade de cada participante estudada, fazendo com que os termos fossem adequados ao contexto em que estavam inseridas.

A sequência das perguntas também foi adaptada para cada entrevista, respeitando o conteúdo trazido por cada participante, assim como o seu interesse em abordar o assunto trazido no roteiro semi-estruturado, com os seguintes temas: dados biossociodemográficos, escola, lazer, corpo, gênero, família, infância e adolescência, atividade da exploração sexual, percepção de si e dos outros, afetividade, redes de apoio e projeto de vida. Outro cuidado tomado foi com relação ao termo e significado da exploração sexual durante a inserção e nas entrevistas, já que poderia dificultar o depoimento das adolescentes, devido aos estigmas envolvendo essa prática, como discutido no Capítulo 1 dessa pesquisa. Por isso, foi apresentado um Termo de Consentimento diferenciado para as adolescentes sem o uso do termo exploração sexual (ver Anexo B).

## 2.5 Procedimentos

Para que a pesquisa começasse, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Após a aprovação do projeto pelo Comitê, a coleta de dados foi iniciada. Os procedimentos incluíram: 1) a inserção no messossistema: conhecendo cada um dos microssistemas institucionais de atendimento; 2) a etapa inicial da inserção: participando das atividades com as adolescentes; 3) a segunda etapa: realizando as atividades lúdicas em grupo e 4) a terceira etapa: as entrevistas individuais.

### 2.5.1 Inserção no messossistema: Conhecendo cada um dos microssistemas institucionais de atendimento, primeira etapa da inserção

Para o início da inserção ecológica, foi necessário identificar as instituições que faziam parte da rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A importância do conhecimento sobre como funcionavam as políticas públicas foi fundamental no processo da pesquisa por indicar, à pesquisadora, quais aspectos do ambiente eram críticos para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional da adolescentes pesquisadas (Bronfenbrenner, 1979/1996). Para isso, a pesquisadora participou das reuniões do Comitê Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual e da comissão de organização de um dos encontros municipais e estaduais para o enfrentamento à violência sexual de Porto Alegre. O objetivo foi identificar os profissionais envolvidos com a rede de serviços e verificar

como a questão da exploração sexual estava sendo discutida no estado. Nesses encontros e, principalmente, nas reuniões da comissão organizadora, foram identificadas duas instituições que atendiam crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. As coordenadoras desses projetos participavam das reuniões e com isso foi solicitado o contato telefônico para agendar visitas aos locais. O objetivo das visitas foi apresentar a proposta da pesquisa e averiguar se haviam adolescentes envolvidas com a exploração sexual. Além disso, esse primeiro contato foi importante para conhecer o funcionamento da instituição e analisar as possibilidades para a realização da inserção ecológica. A visita só era feita caso os coordenadores informassem que a instituição atendia, no momento, adolescentes em situação de exploração sexual.

O primeiro local escolhido tratava-se de um projeto mencionado nos encontros municipais de enfrentamento à violência sexual como uma experiência piloto no atendimento da exploração sexual na cidade. Porém, não foi possível a realização da pesquisa nesse projeto por ele estar em processo de encerramento no período de realização da pesquisa.

O segundo local procurado foi um programa federal que atendia crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. A visita foi feita no próprio local, participando a equipe técnica composta por psicólogas, advogada e assistente social. Nesse contato, foi explicado o funcionamento da instituição e como cada profissional percebia a situação da exploração sexual. Segundo esses profissionais, no momento a instituição atendia duas adolescentes, sendo que apenas uma delas estava frequentando regularmente a instituição. Além deste aspecto, as adolescentes frequentavam a instituição para atendimentos pontuais com as psicólogas e com a assistente social. Assim, não foi possível a inserção ecológica nestas atividades pelo seu caráter restrito e específico das adolescentes com os profissionais.

Diante disso, a pesquisadora entrou em contato por telefone com a coordenadora estadual dos programas de atendimento a vítimas de violência sexual no estado. Foi agendado um encontro com o objetivo de averiguar a realidade da exploração sexual e em quais desses programas tinham adolescentes sendo atendidas. Foram escolhidos três locais próximos a Porto Alegre e registrados os contatos das coordenadoras. A pesquisadora deslocou-se até a cidade de um dos locais e em contato com os técnicos foram mencionadas as dificuldades encontradas no enfrentamento da violência em questão e da pouca adesão das adolescentes ao atendimento. No momento, apenas uma adolescente estava sendo acompanhada pelo assistente social naquele período. No segundo local, a pesquisadora conversou com um dos técnicos por telefone e não foi

identificada nenhuma adolescente atendida na época da pesquisa. No terceiro local, a coordenadora não sabia informar se havia adolescentes envolvidas, o que gerou a desistência da visita da pesquisadora nesse local.

Perante a esta situação, a pesquisadora buscou instituições que atendessem crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, no intuito de verificar se essas instituições atendiam alguma adolescente em situação de exploração sexual. A primeira instituição visitada foi escolhida por ter quatro sedes, caracterizada como proteção de alta complexidade por ter caráter de abrigo para crianças e adolescentes vítimas de violência. De acordo com uma das técnicas, não foi identificada nenhuma adolescente em situação de exploração sexual.

A segunda instituição foi indicada para a pesquisa por estar localizada numa das regiões com um dos maiores índices de vulnerabilidade social de Porto Alegre, segundo análise do IBGE (Censo 2000) <http://www.ibge.gov.br> e por atender um número significativo de crianças e adolescentes. O primeiro contato foi feito com a coordenadora e com a psicóloga do projeto que mencionaram a existência de três adolescentes e uma criança em situação de exploração sexual. Diante disso, foi apresentado o Termo de Concordância da Instituição (Anexo C) e com o aceite da coordenação foi acordado como ocorreria o procedimento de inserção (descrito no final desse tópico). A coordenadora explicou o funcionamento da instituição e solicitou que a pesquisadora participasse de uma reunião com os educadores para que fossem explicitados os objetivos e os procedimentos da pesquisa. Nessa reunião, os educadores explicaram o funcionamento das atividades desenvolvidas, assim como os horários e dias em que elas ocorriam.

As três adolescentes envolvidas com exploração sexual frequentavam atividades diferentes. Uma delas participava das ações sócio-educativas de artesanato, cinco vezes por semana, no período vespertino. As outras duas participavam dos projetos educativos, sendo uma da culinária e a outra da informática, pelo turno matutino, nas segundas, quartas e quintas. Os critérios utilizados para a identificação de exploração sexual pelas educadoras e pelas técnicas foram ter conhecimento de fatos como: ter sido vista pela noite em locais conhecidos como de exploração sexual; frequentar o centro constantemente para a exploração; e estar envolvida com a exploração e o tráfico de drogas.

Devido a duas das adolescentes participarem de atividades diferentes e nos mesmos horários, foi necessário escolher uma das atividades para a inserção inicial. Os critérios para a

escolha da atividade foram definidos junto com os profissionais do local que indicaram a atividade da culinária, já que na informática a atenção da adolescente se restringia ao computador, dificultando a interação pesquisadora-participante. Então, foi definido que a inserção aconteceria na culinária no período matutino, com uma adolescente, e nas atividades sócio-educativas, no período vespertino, com uma outra. A inserção com a terceira adolescente iniciaria no outro semestre, quando ela passaria para a atividade da culinária.

A pesquisadora explicou que a inserção na instituição ocorreria em três etapas: inserção nas atividades institucionais; proposição de atividades lúdicas em grupo; e entrevistas. Essas etapas foram estabelecidas seguindo os três primeiros aspectos descritos por Ceconello e Koller (2003) como indispensáveis para o estabelecimento de processos proximais e conseqüentemente para a inserção ecológica: (a) pesquisadores e participantes devem interagir numa atividade em comum; (b) são necessários vários encontros durante um período determinado de tempo; (c) os encontros informais devem aumentar de forma progressiva para conversas que abordem temas mais complexos.

A primeira etapa consistiu em frequentar o grupo da culinária pela manhã e o grupo de artesanato pela tarde, e participar junto com as adolescentes das atividades realizadas durante a inserção. Depois, formar um grupo com, no máximo, quatro adolescentes que participassem destas atividades e propor, então, seis encontros com atividades lúdicas definidas (a serem descritas no tópico sobre as atividades dos grupos) com as adolescentes.

Na inserção ecológica, as relações interpessoais estabelecidas pelo pesquisador-participante no contexto de pesquisa são fundamentais para a análise desse contexto (Bronfenbrenner, 1979/1996), e essas relações, para serem efetivas, necessitavam acontecer de forma recíproca, num determinado período de tempo. Por isso, o objetivo dessa etapa foi fortalecer o vínculo pesquisadora-participante e integrar as participantes nos propósitos da pesquisa. Por fim, realizar as entrevistas individuais com as adolescentes participantes do grupo para que as questões envolvendo as suas experiências pudessem ser aprofundadas.

Um dos pontos questionados pelos educadores foi como seriam formados os grupos, já que as adolescentes identificadas na exploração sexual estavam em atividades institucionais diferentes. Como a instituição não tinha um trabalho específico voltado para o público da pesquisa ou para a violência sexual, fazer um grupo só com as adolescentes identificadas poderia gerar algum sentimento de exclusão ou segregação perante as demais. Além disso, essas

adolescentes não se conheciam e nem participavam da mesma atividade, o que poderia dificultar o entrosamento entre elas. Por isso, optou-se por apresentar, na segunda etapa, a proposta do grupo para todas as adolescentes que estiveram na primeira etapa e, com isso, formar grupos com as aquelas que desejarem participar.

Assim, diante dessas questões foram definidos os seguintes critérios para a inserção ecológica no contexto de pesquisa: a) a primeira etapa ocorreria junto com todas as adolescentes que estivessem participando da atividade institucional; b) a proposta do grupo, na segunda etapa, seria apresentada para todas as adolescentes que participaram da primeira etapa; c) os grupos seriam compostos por um mínimo de duas adolescentes e no máximo de quatro; d) caso o número de participantes superasse o número de quatro, seria formado um outro grupo; e) os grupos seriam formados pelas próprias adolescentes; f) seria feito um grupo de cada vez; g) as atividades começariam com o grupo formado pela adolescente identificada em situação de exploração sexual; h) caso a execução do segundo ou demais grupos extrapolasse o tempo de pesquisa e da atividade da instituição, seria combinado com as adolescentes a realização dos mesmos no semestre seguinte; i) na terceira etapa seriam incluídas todas as adolescentes que participaram da segunda etapa; j) a inserção passaria para a segunda etapa quando o vínculo pesquisadora-participante estivesse estabelecido; l) a inserção iria para a terceira etapa quando o vínculo pesquisadora-participante estivesse fortalecido; m) o vínculo pesquisadora-participante seria analisado de acordo com os princípios do processo proximal definido por Bronfenbrenner (1999); n) só seriam incluídos na pesquisa para a análise dos dados as adolescentes que fossem identificadas na situação de exploração sexual.

Como o público alvo da instituição eram crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, os critérios “a”, “b” e “i” foram estabelecidos para que a inserção, nessas etapas, ocorresse de forma mais ampla possível. O objetivo foi evitar qualquer sentimento de exclusão ou segregação por parte das adolescentes envolvidas. Apesar da possibilidade da inclusão de adolescentes não identificadas na exploração sexual nas etapas da inserção, esperou-se que o método da inserção pudesse contribuir na identificação de outras adolescentes que pudessem estar nessa situação, mas que ainda não tinham sido reconhecidas pela instituição. Os critérios “c” e “d” foram constituídos para garantir que nos grupos as adolescentes tivessem um tempo favorável para a sua participação nas atividades. Além disso, um número pequeno de participantes facilitaria o acompanhamento da pesquisadora. No “e”, o objetivo foi que os grupos

fossem formados por adolescentes que tivessem afinidades entre si, porém sem ser imposto pela pesquisadora. Com isso, esperava-se que o entrosamento facilitasse a participação das adolescentes no grupo. O critério “f” foi criado para que a atenção da pesquisadora fosse focada em um grupo de cada vez, contribuindo para uma melhor descrição e análise dos dados. No critério “g”, mesmo partindo do princípio da não exclusão, a pesquisa não poderia correr o risco de não realizar todas as etapas com a adolescente alvo (identificada em situação de exploração sexual). Assim, seriam buscados outros critérios da instituição que pudessem facilitar a escolha do grupo no qual a adolescente envolvida com exploração sexual estivesse participando. No “h”, os grupos que ocorressem após o tempo de coleta da pesquisa fariam parte do processo de devolução da pesquisa.

Nos critérios “j”, “l” e “m”, primou-se por garantir que o processo proximal, base de todo o processo de inserção, ocorresse dentro dos princípios bioecológicos do desenvolvimento humano, assim definidos por Cecconello e Koller (2003): interação recíproca, complexa e regular da pesquisadora, participante, objetos e símbolos apresentados no contexto inserido. Em situações peculiares, como na exploração sexual, na qual há violação dos direitos humanos e envolve estereótipos sociais, o estabelecimento do vínculo pesquisador-participante torna-se fundamental para a realização da pesquisa. Com isso, esperava-se evitar relatos cristalizados das participantes, fundamentados em situações socialmente desejadas a respeito da situação de exploração sexual. No último, buscou-se manter os objetivos definidos para a pesquisa.

## 2.5.2 Primeira etapa da inserção ecológica: participando das atividades com as adolescentes

### 2.5.2.1 Inserção no grupo 1 (turno matutino)

O primeiro contato aconteceu com a apresentação da pesquisadora para o grupo da culinária. Nessa apresentação foi explicado que a pesquisadora participaria das atividades junto com as adolescentes, para depois realizar um trabalho específico com elas. O grupo da culinária era formado por três adolescentes do sexo feminino e oito do masculino, com idade entre 15 a 17 anos. A inserção da pesquisadora ocorreu duas vezes por semana, de quatro horas cada, durante um mês. Nesse grupo, apenas uma adolescente (participante A) foi identificada em situação de exploração sexual pelos profissionais da instituição. Para a primeira etapa desse grupo, não houve nenhum tipo de dificuldade, já que as atividades desenvolvidas facilitaram a interação pesquisadora-participante.

Uma estratégia de aproximação utilizada foi a realização da limpeza do local e dos objetos utilizados em conjunto com as adolescentes. Nessas atividades, foi possível não só uma aproximação, mas também uma relação de parceria entre a pesquisadora e as adolescentes. Além da culinária, as adolescentes participavam mensalmente de atividades esportivas em conjunto com os outros grupos, envolvendo vôlei e futebol. Apenas a adolescente identificada em situação de exploração sexual participava das atividades esportivas. As demais ficavam sentadas na arquibancada conversando com os demais. Esse espaço também foi aproveitado para a inserção, por meio das conversas informais que se estabeleciam entre as adolescentes, como futebol, festas, roupas e acontecimentos da instituição.

Nessa etapa, a pesquisadora também participou de uma das reuniões da equipe com as famílias para discutir a situação das crianças e dos adolescentes no projeto institucional e na escola. No final dessa reunião da equipe com as famílias, a pesquisadora foi apresentada às famílias, assim como os objetivos da pesquisa.

A terceira adolescente identificada em situação de exploração sexual foi excluída na pesquisa por ter sido desligada da instituição por ausências constantes. Segundo a coordenação, a adolescente estava passando por conflitos com o pai por estar envolvida com um traficante de drogas e este estar ameaçando a sua família.

Das três adolescentes do grupo, apenas duas permaneceram até o final da oficina da culinária, a participante A (identificada pelos profissionais) e a B (identificada pela pesquisa). Como a oficina estava encerrando naquele mês, a continuação da primeira etapa ficou para o mês seguinte, quando as adolescentes retornariam para um outro curso, o de informática. Diante disso, a pesquisadora comunicou às adolescentes que continuaria participando com elas na próxima atividade.

Na continuação da primeira etapa, no mês seguinte, a inserção ocorreu na oficina de informática. A oficina acontecia quatro vezes por semana, com duração de quatro horas por dia. A pesquisadora participou das atividades duas vezes por semana, durante um mês. Na atividade com informática, foi utilizado como estratégia de inserção o uso do *orkut*, já que todos os adolescentes do grupo participavam desse *site* e o utilizavam com frequência. Assim, foi solicitado às participantes A (identificada pelos profissionais) e B (identificada pela pesquisa) que a pesquisadora fosse adicionada como “amiga” no *orkut* delas. Nesse processo, foi visto em

conjunto com a adolescente o *orkut* e conversado sobre os elementos que o compunham, como músicas, fotos, comunidades. Da mesma forma, foi feito com o *orkut* da pesquisadora.

Os espaços do refeitório e das atividades esportivas foram utilizados nesta etapa para a realização das conversas informais. Com a Participante B, as conversas informais aconteciam também na parada do transporte coletivo municipal e, algumas vezes, no próprio transporte. Apesar do grupo da informática ter outras meninas, a proposta de constituição do grupo se manteve com as duas adolescentes (Participante A e B). Porém, uma das adolescentes (Participante A) passou a faltar com mais frequência, fazendo com que o início do grupo fosse postergado. Diante de tal fato, a pesquisadora procurou os técnicos para se informar do que estava ocorrendo com a participante. A adolescente continuou se ausentando e o contato só foi retomado quando ela e a sua mãe foram conversar com a psicóloga da instituição. Nessa oportunidade, na espera para o atendimento com a psicóloga da instituição, a pesquisadora conversou com a Participante A sobre as suas ausências e nesse processo tanto ela como a sua mãe relataram o que estava ocorrendo com a sua família. Durante esse processo, a outra adolescente (Participante B) se aproximou da pesquisadora e da participante A e passou a participar também da conversa. Com isso, foi possível restabelecer o vínculo e retomar as atividades da informática junto com as participantes A e B.

Para que fosse realizada a segunda etapa da inserção, foi analisado como estava estabelecido o vínculo da pesquisadora com as participantes, observando a familiarização da pesquisadora com o microssistema-instituição (regras, funcionários, lógica de funcionamento institucional) e, principalmente, com as adolescentes. Utilizou-se como critérios para a análise do vínculo os seguintes critérios: a) a quantidade de vezes que a pesquisadora foi procurada pela participante; b) o tempo de permanência junto à pesquisadora; e c) se os assuntos abordados progrediam de assuntos mais simples para assuntos mais complexos. Diante disso foi comunicada para as participantes a proposta do grupo, o que foi aceito por elas. Assim, foram agendados o dia e o horário para o início das atividades do grupo. Tal fato foi comunicado à coordenadora da instituição e solicitado uma sala para a realização do primeiro encontro.

#### 2.5.2.2. Inserção no grupo 2 (turno vespertino)

No segundo grupo, participava uma adolescente identificada em situação de exploração sexual pelos profissionais da instituição (Participante C). Tal grupo era formado por sete

meninos e 13 meninas de 10 a 15 de idade. A atividade desenvolvida no grupo envolvia o artesanato e a recreação, ocorrendo cinco vezes por semana, durante quatro horas cada. A pesquisadora participou dessa atividade duas vezes por semana, durante dois meses.

O primeiro momento de inserção aconteceu na manifestação que ocorreu em comemoração ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com diversas instituições que atendiam crianças e adolescentes do município. O objetivo dessa manifestação foi fazer uma caminhada do centro administrativo de Porto Alegre até a prefeitura para a entrega de uma carta, feita por todas as instituições, para o prefeito. A participante C foi apresentada à pesquisadora pela psicóloga da instituição que passou a acompanhar a pesquisadora durante o deslocamento do grupo até o centro. Nessa aproximação foram estabelecidas às primeiras conversas informais com a participante C a respeito da profissão da pesquisadora, sobre as atividades desenvolvidas, sobre as adolescentes, local de residência de ambas, etc. Depois, a pesquisadora conheceu as demais adolescentes que compunham o grupo e permaneceu com elas até o final do evento. Nesse processo foram estabelecidas conversas informais com essas adolescentes. O grupo da tarde era maior, em relação ao da manhã, principalmente no número de meninas. Isso fez com que, na inserção, os contatos com as adolescentes fossem ampliados.

No terceiro contato, a pesquisadora foi convidada a participar das visitas domiciliares junto com as educadoras. Apesar dos adolescentes e crianças visitadas não fazerem parte da pesquisa, esse momento foi importante para conhecer não só o contexto - moradia de alguns deles, mas também as diferentes formas de intervenção dos profissionais da instituição.

O quarto contato foi feito em uma das reuniões da educadora responsável pelo grupo para explicar as atividades que ocorreriam no dia. Ao término da reunião, a educadora apresentou a pesquisadora e explicou que ela participaria das atividades do grupo durante um tempo e que depois realizaria um trabalho com as adolescentes. Como já tinham sido feitos outros contatos, a aproximação nesse dia foi mais rápida. O grupo na qual a participante C fazia parte passou a acompanhar a pesquisadora durante as atividades recreativas realizadas. A estratégia utilizada foi participar com elas dessas atividades e estabelecer conversas informais sobre os assuntos que as adolescentes desejassem falar. Devido às atividades serem livres, foi possível conversar sobre assuntos mais pessoais como namoro, família e amigos.

Enquanto a frequência da pesquisadora aumentava progressivamente na instituição, os contatos foram sendo estabelecidos nas atividades recreativas, no refeitório e, principalmente,

nos momentos livres que ocorriam antes do lanche, no qual eram disponibilizadas frutas para a degustação de todos. Nessa etapa seguiu-se rigorosamente o critério de ampliar os vínculos com todas as adolescentes para evitar sentimentos de segregação e exclusão. Algumas adolescentes costumavam sentar juntas para descascar e comer as frutas que eram dispostas e permaneciam nessa atividade até receber o aviso para entrar no refeitório. Nesse momento, as adolescentes interagiam entre si e com a pesquisadora, conversando sobre diversos assuntos.

No início, a pesquisadora sentava junto das adolescentes e realizava as mesmas atividades delas: descascar e comer as frutas. Com o tempo, a pesquisadora passou a ser chamada para participar das conversas mais íntimas do grupo. Nesse processo, observou-se que oito adolescentes, incluindo a participante C (identificada pelos profissionais), permaneciam mais tempo juntas com a pesquisadora. No início, os assuntos eram mais corriqueiros como relacionamento com colegas da escola e da própria instituição. Com o tempo, as adolescentes passaram a falar sobre assuntos mais íntimos, como namoro e sexo. Essas conversas também ocorriam no almoço que era servido antes das atividades, logo na chegada das crianças e adolescentes na instituição.

Durante essa etapa da inserção, a pesquisadora procurou conversar com a educadora responsável pela turma para explicar como estavam ocorrendo os procedimentos da pesquisa. Em algumas ocasiões, a educadora repassava algumas informações que tinham sobre as adolescentes, da mesma forma que a pesquisadora repassava as suas impressões sobre elas. Essas conversas aconteciam nos intervalos já que era o momento que a educadora estava mais disponível.

Para que a inserção passasse para segunda etapa, seguiu-se o critério para a análise do vínculo pesquisadora-participante, utilizando os seguintes aspectos: a) a quantidade de vezes que a pesquisadora foi procurada pela participante; b) o tempo de permanência junto à pesquisadora; e c) se os assuntos abordados progrediam de assuntos mais simples para assuntos mais complexos. Assim, observou-se que das 13 adolescentes da atividade, oito encontravam-se nesse critério.

Para a realização da segunda etapa, seguiu-se o critério de apresentar a proposta do grupo para todas as adolescentes, mesmo que a vinculação não tenha ocorrido com todas. Ao ser apresentada a proposta de grupo para as adolescentes, duas, além das oito vinculadas demonstraram interesse em participar. Diante disso, foi utilizado o critério de que caso houvesse

mais de quatro adolescentes, seriam feitos dois grupos com no mínimo de dois e no máximo de quatro, sendo que um só começaria quando o outro terminasse. Assim, a pesquisadora inicialmente explicou para educadora que os grupos seriam formados por elas. Caso ocorresse alguma dificuldade, a educadora ajudaria na definição dos grupos, dando prioridade ao grupo da Participante C.

Na divisão dos grupos, as adolescentes tiveram dificuldades em se agrupar seguindo os critérios estabelecidos e, por isso, foi solicitada a ajuda da educadora que definiu dois grupos, sendo o primeiro constituído pela Participante C juntamente com as suas colegas mais próximas.

### 2.5.3. Segunda etapa da inserção com as adolescentes: o desenvolvimento das atividades lúdicas

Na segunda etapa, o objetivo foi fortalecer o vínculo pesquisadora-participante já estabelecido na primeira etapa. De acordo com Ceconello e Koller (2003), para o estabelecimento dos processos proximais na pesquisa é necessário uma postura de informalidade que propicie o diálogo, inclusive sobre assuntos não diretamente ligados ao objetivo do estudo. Além disso, os temas abordados na pesquisa deveriam ser interessantes e motivadores para que as histórias de vida pudessem ser aprofundadas.

Então, para os encontros foram elaboradas atividades que envolvessem as participantes e as estimulassem a discutir os temas referentes aos assuntos da pesquisa. Para isso, foram utilizados materiais lúdicos variados para produção de objetos que materializassem o conteúdo discutido. Uma das propostas foi elaborar um material que pudesse ser utilizado pelas adolescentes durante todos os encontros para uma escrita mais sigilosa sobre assuntos referentes à vida delas. Para isso, foi proposta a confecção de uma garrafa e de um diário personalizado (a ser descritos nos procedimentos seguintes). Outras estratégias realizadas buscaram descontrair e instigar as adolescentes para o diálogo no grupo, favorecendo a informalidade necessária para o processo proximal.

Os temas propostos nos encontros seguiram os tópicos do roteiro para a entrevista semi-estruturada (Anexo A). Porém, as participantes puderam opinar sobre os assuntos e mudar as atividades caso desejassem.

#### 2.5.3.1. Grupos com as adolescentes do turno matutino (Participante A e B)

Para a realização dos grupos, foram combinados os horários e os dias com a coordenadora e o educador responsável pelas atividades. A coordenadora comunicou que seriam disponibilizados para atividade: sala, equipamento de som, folhas e lápis. Caso fosse necessário outro material, a coordenadora explicou que fosse solicitado para a secretária da instituição. Participaram das atividades as participantes A (identificada pela instituição) e B (identificada na inserção). O material lúdico utilizado foi papel branco, colorido, celofane e crepom, *glitter*, cartolina, lápis grafite e de cor, hidrocor, pincel atômico, giz de cera, cartões de apresentação, massa de modelar, cola, fita para presente, caixa de papelão colorida para presente e uma garra branca de leite vazia com tampa. Uma vez por semana, foram realizados quatro encontros com duração aproximada de uma hora meia a duas horas, numa sala reservada da instituição com cadeiras e boa ventilação.

#### 1º Encontro

Para esse encontro, a proposta foi apresentar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE; Anexo B) e utilizar duas atividades lúdicas, uma para apresentação das pessoas do grupo e a outra para a confecção de um material, uma garrafa customizada, para ser utilizado em todos os encontros. A atividade foi iniciada com a leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE; Anexo B). Após a leitura do TCLE, foi solicitado que elas explicassem o que entenderam da pesquisa, sendo esclarecidas todas as dúvidas. Para dar continuidade, foi feita uma atividade de apresentação com cartões com figuras associadas a comportamentos como: genioso(a), inteligente, tímido (a), festeiro (a), etc. O objetivo foi estabelecer um clima favorável para o diálogo no grupo a partir das características de cada uma. Os cartões foram disponibilizados para as adolescentes que podiam escolher quantas características desejassem sobre si mesmas. Para interagir com o grupo, a pesquisadora também participou da escolha dos cartões. Em seguida, cada uma se apresentou. Já na apresentação, as adolescentes relataram alguns fatos sobre a sua vida e dificuldades que sofreram para sobreviver. Algumas dessas dificuldades se assemelharam, facilitando, assim, o aprofundamento dos relatos.

Para a elaboração da garrafa customizada foi disponibilizado todo o material lúdico. Durante essa atividade, foi utilizada uma música de ritmo lento para auxiliar na concentração. O objetivo foi transformar a garrafa em um objeto no qual elas pudessem escrever o que desejassem em cada encontro do grupo. Para que a garrafa tivesse características próprias delas, foi solicitado que elas criassem uma capa e depois colocassem uma expressão, frase ou palavra

que as identificassem. Assim, as garrafas não teriam nomes, mas uma identificação escolhida por elas, como mostra a Figura 1



*Figura 1.*Material lúdico-Garrafa.

Com isso, esperava-se estabelecer um espaço favorável aos relatos do cotidiano das participantes, principalmente os sigilosos. Foi explicado que a atividade da garrafa seria feita em todos os encontros.

Durante a elaboração da capa, as adolescentes interagem e alguns assuntos tratados relatavam as suas relações com meninos, colegas, saídas para diversão e opiniões sobre o cotidiano da instituição. Terminada a capa, foi entregue papel e lápis para a elaboração do conteúdo a ser posto na garrafa. No final, foi feita uma avaliação perguntando o que gostaram e o que não gostaram das atividades e combinado o próximo encontro. Foi explicado também que o material da garrafa só seria lido pela pesquisadora, caso elas permitissem, o que foi consentido pelas duas participantes. Foi combinado que a garrafa ficaria com a pesquisadora durante todo o processo e no final seria entregue às participantes, juntamente com todo o material produzido no

grupo. Esse procedimento foi tomado para que o material pudesse ser analisado após cada encontro, além de evitar que por algum motivo as adolescentes perdessem ou esquecessem de trazer o material regularmente. As adolescentes contribuíam na arrumação da sala e acompanhavam a pesquisadora até o local dos materiais. Esse momento também foi oportuno para estabelecer conversas informais sobre a atividade desenvolvida e sobre as próximas que seriam realizadas. Com uma delas (Participante B) o contato continuou na parada do transporte coletivo municipal e, em alguns momentos, no próprio trajeto dele.

Antes do planejamento da próxima atividade, o conteúdo da garrafa foi lido e analisado no diário de campo, assim como toda a atividade desenvolvida. Foi importante avaliar o primeiro escrito elaborado e a forma como elas se definiram na “capa” da garrafa. Nesses relatos foram identificados alguns fatores de risco e de proteção para a vida das adolescentes, principalmente relacionados à família. Assim, seguindo o roteiro da entrevista semi-estruturada (Anexo A) o tema família foi escolhido para ser trabalhado no próximo encontro.

#### 2º Encontro

Para esse encontro foram planejadas as atividades da garrafa e a composição das famílias com massa de modelar. Para isso, foi disponibilizado todo o material lúdico.

A primeira atividade foi a escrita da garrafa, ao som de uma música selecionada por elas. Essa música foi mantida para essa atividade em todos os encontros do grupo. Assim como no primeiro encontro, as participantes escreveram uma folha inteira do papel. Depois foi colocada uma música com o tema família, utilizada em um programa televisivo semanal. Em seguida, foi conversado sobre o conteúdo da música e a opinião das adolescentes sobre a mesma. O objetivo foi fazer um momento introdutório e preparativo para a atividade seguinte. Foi entregue uma caixa de massa de modelar para cada uma e solicitado que construíssem a sua família e a colasse em um papel, como mostra a Figura 2



*Figura 2.* Material lúdico-família.

A pesquisadora foi interagindo com as participantes durante a elaboração dos familiares com a massa de modelar, abordando como cada uma os percebia, quais membros foram incluídos e excluídos, como estabeleciam a relação com eles, os sentimentos que tinham e a história de vida de cada um. A participante A tinha dois familiares atendidos na mesma instituição e a outra participante três. Os relatos foram aprofundados, sendo possível perceber como alguns dos fatores de risco e proteção se constituíram na vida delas. No término da atividade, o procedimento foi semelhante ao do encontro anterior: avaliar as atividades e arrumar a sala.

No local de parada do transporte coletivo municipal, a pesquisadora encontrou a participante B. Ela aproximou-se da pesquisadora e relatou alguns fatos indicadores da aproximação com a situação de exploração sexual. Não foi possível aprofundar mais o diálogo, pois outras adolescentes do projeto chegaram ao local fazendo com que a participante parasse o seu relato e ficasse em silêncio.

3º encontro

Para o terceiro encontro foi planejado atividades abordando o tema amizade, seguindo os tópicos do roteiro da entrevista semi-estruturada (Anexo A). Para essa atividade foi planejada a elaboração de um presente, com uma caixa de papelão decorada, cartolina, fita de presente, lápis de cor, giz de cera e hidrocor colorido. Porém, a atividade não foi realizada na semana devido à ausência da participante A. A participante B foi até a sala onde a pesquisadora se encontrava e conversou sobre alguns aspectos da sua vida, principalmente da sua família.

O terceiro encontro só foi realizado na segunda semana seguinte quando a participante A retornou para as atividades. No início do encontro, a participante A explicou os motivos de sua ausência nas semanas anteriores. Depois, foi entregue a garrafa para a escrita espontânea das adolescentes.

Terminada a escrita da garrafa, foi disponibilizado o material para a elaboração dos presentes. Foi solicitado que elas construíssem um presente para alguém que considerasse amigo ou amiga e, depois, colocassem nas caixas de papelão decoradas, como mostra a Figura 3.



*Figura 3.* Material lúdico-caixa de presentes.

No processo de construção dos presentes foram discutidas as boas e más amizades, como eles estabelecem esses laços, a importância disso na vida delas e como elas identificam um

amigo. Como presente para o amigo, as duas criaram um poema abordando a importância da amizade. No encerramento das atividades, foi realizada a avaliação e solicitadas sugestões para o próximo encontro. As adolescentes avaliaram o encontro como positivo e sugeriram o tema amor para o quarto encontro.

#### 4º encontro

A atividade selecionada para esse encontro foi a elaboração de uma paródia com uma música escolhida pelas adolescentes com o tema amor. A proposta foi construir uma paródia, em grupo, a partir das experiências amorosas delas. De início foi entregue a garrafa para a escrita. Em seguida, foram disponibilizados papel, lápis e borracha para a elaboração da paródia. A adolescente A se ofereceu para escrever a letra e assim fez junto com a Participante B. A pesquisadora participou da atividade quando solicitada, seja para sugerir novas palavras ou sinônimos. No final, a música foi cantada com a nova letra e depois analisada, buscando relacioná-la com as experiências de vida delas.

Nas três semanas seguintes, a Participante A faltou novamente, não sendo possível realizar a quinta atividade em grupo. Na outra semana, a participante A compareceu a instituição e, assim, foi feita uma reunião com ela e a participante B para planejar as demais atividades. Antes do planejamento, foi entregue a garrafa para a escrita espontânea. Depois, a participante B sugeriu falar sobre responsabilidades, como no namoro e na vida em geral. Já a participante A gostaria de abordar assuntos mais íntimos, sem definir do que se tratava, mas que segundo ela abrangia a realidade das duas. Em seguida, as participantes relataram alguns fatos ocorridos em suas vidas recentemente, como término de namoro e assuntos sobre família.

Não foi possível dar continuidade às atividades deste grupo devido às ausências nas semanas seguintes das participantes. Diante disso, foi avaliado se os objetivos da segunda etapa já haviam sido alcançados para que fosse iniciada a terceira etapa. Observou-se que o vínculo da pesquisadora-participante estava estabelecido pelos relatos espontâneos e aprofundados das participantes. Além disso, as adolescentes estavam integradas com propósitos da pesquisa, seja pela participação ou pelo cuidado em explicar os motivos das ausências, quando elas ocorreriam.

2.5.3.2 Grupos com as adolescentes do turno vespertino (Participante C e mais três adolescentes)

Para que os grupos ocorressem, foi combinado com a coordenadora e a educadora responsável pelo grupo como aconteceriam os encontros. A pesquisadora continuaria participando das atividades da instituição para que o vínculo continuasse sendo mantido com as demais que não estavam participando do primeiro grupo.

Participaram do grupo a participante C (identificada pelos profissionais) e mais três adolescentes, sendo elas: 1) A.M., 13 anos, 5ª série, mora com a mãe e o padrasto e participa da instituição há três anos; 2) B.C., 13 anos, 7ª série, mora com a mãe, avó e uma tia e participa da instituição há três anos; 3) T.L., 14 anos, 7ª série, mora com a mãe, o padrasto e o irmão, participa da instituição há dois anos. Os temas trabalhados no grupo seguiram o roteiro da entrevista semi-estruturada (Anexo A), sendo abordados os seguintes assuntos: família, escola, amizade, namoro, corpo e planos para o futuro. O material lúdico utilizado foi papel branco, colorido, celofane, pardo e crepom, papel de carta, *glitter* colorido, cartolina vermelha e branca, tintas guache de diversas cores, lápis grafite e de cor, hidrocor colorido, pincel atômico, giz de cera, cartões de apresentação com figuras desenhadas de pessoas associadas a comportamentos, como ser genioso(a), (ex.genioso (a), inteligente, tímido (a), festeiro (a), etc., massa de modelar, cola, fita e caixa de papelão colorida para presente. Foram realizados sete encontros, com duração aproximada de uma a duas horas, uma vez por semana, numa sala reservada da instituição com cadeiras e boa ventilação.

#### 1º encontro

Para esse encontro, foram selecionadas as atividades de leitura e assinatura do TCLE (Anexo B), duas atividades lúdicas, uma para a apresentação dos componentes e a outra para a construção de um material, um diário personalizado para ser escrito em todos os encontros. Para a primeira atividade foi apresentado o TCLE e lido em conjunto. Depois foi pedido que as adolescentes falassem sobre o que entenderam dos propósitos da pesquisa. Esse momento foi significativo para analisar a percepção das participantes sobre a pesquisa. Para o início do encontro foram utilizados cartões de apresentação. Os cartões foram espalhados para que cada uma escolhesse as características que desejasse. Feitas as escolhas, foram realizadas as apresentações seguidas das explicações para essa escolha. Durante as falas, as participantes foram interagindo uma com as outras, inclusive concordando ou discordando das características escolhidas por cada adolescente.

Para o segundo momento, foi disponibilizado o material lúdico para a confecção de um diário personalizado. A capa do diário foi feita utilizando expressões, frases ou palavras escolhidas pelas próprias adolescentes para que os diários fossem identificados por esse código, como mostra a Figura 4



*Figura 4.* Material lúdico-diário do coração

Para a construção do diário, foi colocada uma música romântica, na qual, em alguns trechos, se podia ouvir o som das batidas do coração. As participantes aceitaram a música e ela foi escolhida para ser utilizada em todos os encontros. Na confecção do diário, algumas adolescentes tiveram dificuldade em desenhar e foram ajudadas pelas outras, porém, na maior parte do tempo elas ficaram em silêncio, concentradas na elaboração do diário. Depois, explicou-se que elas poderiam escrever o que desejavam naquele momento.

No final, foi esclarecido que todo material produzido ficaria com a pesquisadora e seria devolvido no término da coleta pelos motivos já descritos no procedimento do grupo da manhã. A pesquisadora solicitou a permissão das participantes para a leitura do diário, o que foi consentido. No final, foi feita a avaliação do encontro, abordando os aspectos positivos e negativos, assim como sugestões de temas para o próximo.

No final das atividades, as adolescentes contribuíram na arrumação da sala. As adolescentes após o término do grupo dirigiram-se para a atividade recreativa anterior ao lanche. A pesquisadora permaneceu participando dos momentos recreativos junto com as adolescentes, assim como feito na primeira etapa, por ser uma oportunidade de não restringir o contato só com as adolescentes que estavam participando do grupo. Portanto, a pesquisadora em um dia participava junto com todas as adolescentes das ações desenvolvidas pela instituição e no outro realizava o encontro com o grupo. O conteúdo da inserção no acompanhamento das atividades das adolescentes permaneceu sendo registrado no diário de campo.

Para a Participante C, o uso do diário foi limitado pois se verificou, na atividade, a sua dificuldade em escrever, restringindo-se a algumas palavras soltas e pequenas frases. Essa mesma dificuldade foi percebida em outras atividades na instituição quando se envolvia escrita. Porém, como a participante tinha uma boa participação verbal no grupo, esperava-se, com isso, compensar as poucas informações adquiridas no material escrito.

#### 2º Encontro

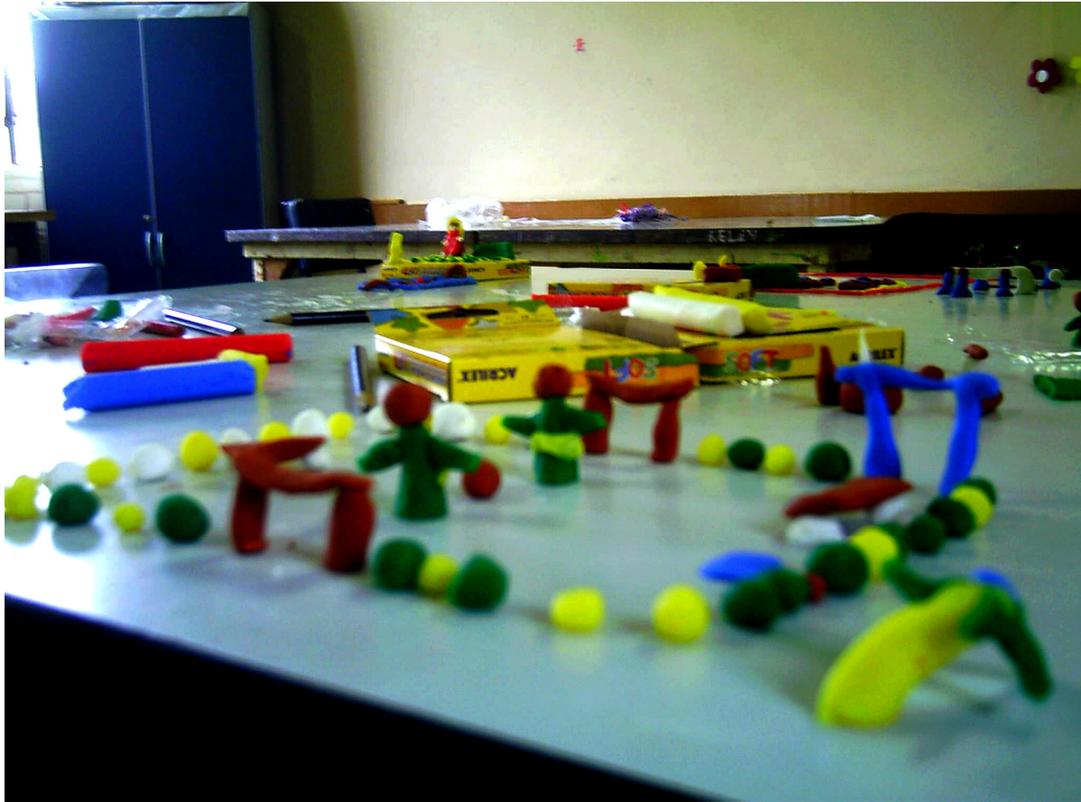
No segundo encontro foi trabalhado o tema família e para tal foi utilizada uma música sobre o tema, assim como no grupo matutino. Antes da preparação da sala, a pesquisadora dirigiu-se para o refeitório no qual as adolescentes estavam almoçando. Esses momentos contribuíam para a convivência com as demais, assim como para verificar as participantes que estavam presentes. A Participante C não foi para a instituição nesse dia, porém como todas as demais estavam presentes, o encontro foi realizado. Nesse grupo foi utilizado o desenho da família e foi disponibilizado o material lúdico. No início foi feito o diário e depois foi colocada uma música sobre a família com o mesmo objetivo realizado no grupo matutino. Em seguida, foi entregue papel, lápis grafite e de cor, borracha e giz de cera para que fosse desenhada a família de cada uma. Foi destinado um tempo para isso, para depois ser compartilhado no grupo o conteúdo desenhado sobre a família.

#### 3º encontro

No terceiro encontro foi trabalhado o tema escola e para tal foi disponibilizado massa de modelar para que cada uma construísse uma escola da forma como elas a percebiam. Como no encontro anterior, o local de refeição foi um dos primeiro espaços freqüentados para manter contato com as demais adolescentes e para também ver quais participantes estavam presentes.

Nesse momento também foi comunicada a sala que seria realizada o grupo, já que mudava de acordo com a disposição da instituição.

Depois da escrita do diário, foi entregue uma caixa de massa de modelar para que cada uma construísse a sua escola, como mostra a Figura 5



*Figura 5.*Material lúdico-escola

Durante a construção do material, as participantes foram interagindo e comentando sobre a realidade da escola. Ao término, todas apresentaram o que fizeram para as outras, relatando aspectos bons e ruins, a partir do que foi feito. Como sugestão das adolescentes para o próximo encontro foi escolhido o tema amizade.

#### 4º encontro

Para o quarto encontro foi selecionada uma música sobre amizade, e alguns materiais lúdicos para a confecção de um presente. O objetivo foi simbolizar na elaboração desse presente um pensamento ou afeto para alguém considerado amigo por elas, para depois discutir como são estabelecidas essas relações. Depois da escrita do diário, foi colocada uma música para que fosse discutido o conteúdo da letra. Uma das adolescentes lembrou a relação de amizade que tinha com o seu pai, já falecido, e isso fez com que as demais falassem sobre a sua relação com os seus

pais. A Participante C foi uma das que mais abordou esse assunto, ampliando para as outras relações familiares. Esse fato foi importante, já que ela não participou do encontro anterior sobre a família. Terminada a discussão sobre a música, foi disponibilizado o material lúdico. Cada uma construiu o seu presente, sendo que algumas fizeram pequenos bilhetes, outras cartas com diversos enfeites. Outras aproveitaram para fazer bilhetes para mais de uma pessoa. No final, foi lembrado que o presente seria devolvido para elas no término da pesquisa.

#### 5º encontro

Seguindo os tópicos do roteiro semi-estruturado (Anexo A), no quinto encontro foi planejado o tema namoro, porém não foi possível realizá-lo, pois a educadora informou que a Participante C estava hospitalizada por conta de um problema de saúde. No almoço, a educadora e as demais adolescentes demonstraram preocupação com o estado de saúde da adolescente Assim, a pesquisadora em decisão conjunta com as demais adolescentes foi visitar a adolescente no hospital em que estava internada. A educadora pediu que fossem levados alguns objetos para ela, como papel, lápis de cor e alguns alimentos. No hospital, a adolescente estava em companhia do irmão e pela noite da mãe. De acordo com a Participante, ela ficaria mais alguns dias no hospital para observação, até os médicos chegarem a uma conclusão sobre o seu diagnóstico.

Na semana seguinte, no dia anterior da atividade do grupo, a Participante C estava de volta às atividades da instituição. Segundo ela, a sua saúde estava boa e assim poderia retornar normalmente às atividades do grupo. Então, no dia seguinte, foi retomada a proposta do quinto encontro. Nesse encontro foram abordadas as mudanças percebidas por elas na transição da infância para a adolescência, como foram essas mudanças, os sentimentos gerados e os desejos despertados pelo sexo, as primeiras relações amorosas e como elas lidaram com isso. Em seguida, foi entregue papel de carta para que fosse elaborada uma carta ou algum outro material simbólico (desenho, música, poema) para alguém que elas gostassem. O objetivo foi perceber com elas manifestavam os seus sentimentos, desejos e comportamentos amorosos.

#### 6º encontro

No sexto encontro foi trabalhado o tema corpo e para isso foram preparadas duas atividades envolvendo o movimento corporal. A primeira delas consistiu numa dinâmica com uma bola pequena na qual as adolescentes teriam que passá-la umas para as outras utilizando a parte traseira do corpo. Na outra, foi colocada uma música instrumental composta de sons expressos pelo corpo junto com instrumentos. Com a música, foi solicitado que elas prestassem atenção ao

seu conteúdo relatassem como a percebiam. Depois, pediu-se que elas caminhassem pela sala e explorassem todo o local, caminhando em todos os espaços existentes, assim como percebendo todos os objetos presentes, as suas cores, texturas e tamanhos. Solicitou-se também que elas percebessem as demais componentes do grupo e se comunicassem apenas usando o corpo, sem a linguagem verbal. Em seguida, pediu-se que elas fizessem movimentos corporais em duplas, sendo que não poderiam soltar as mãos. Uma outra orientação foi que elas fizessem um movimento fechado com o corpo ao sinal da pesquisadora, sendo que, em cada sinal, elas teriam que fazer um gesto diferente. Após, foi feito o mesmo procedimento com movimentos do corpo mais fechados. Como o tema corpo, principalmente o feminino, envolve questões estereotipadas sobre sexo e gênero, essas atividades foram planejadas para que favorecessem a espontaneidade e a criatividade, evitando, assim, relatos cristalizados baseados em situações socialmente desejadas a respeito do assunto.

Terminada a experiência, cada uma relatou os seus pensamentos, sentimentos e percepções sobre o seu corpo. Em seguida, foi entregue papel pardo e demais materiais lúdicos para que elas fizessem um corpo. Terminado o corpo, solicitou-se que elas dessem nome, idade, profissão, família e, com isso, foi criada uma história para a personagem incluindo a relação familiar, os namoros, desejos, sonhos e expectativas como mostra a Figura 6



*Figura 6.* Material lúdico-corpo humano

Essa história foi construída coletivamente sendo que quando as sugestões foram discordantes, elas tiveram que negociá-las até chegarem a um acordo.

### 7º encontro

Apesar das atividades de grupo terem sido planejadas inicialmente para seis encontros, optou-se por mais um devido à ausência da Participante C em um dos encontros. Para o sétimo encontro, o tema trabalhado foi projeto de vida para o futuro. Para essa atividade foram selecionados cartolina branca, pincel e tinta guache colorida. O objetivo foi trabalhar as expectativas que as adolescentes tinham para a vida delas por meio de uma atividade projetiva, como mostra a Figura 7



*Figura 7. Material lúdico-expectativas futuras*

Foi entregue o material lúdico para cada uma e solicitado que elas desenhasssem e pintassem, na cartolina, como estaria a vida delas daqui a cinco anos. Depois de feito o cartaz, cada uma apresentou o que foi feito, relatando o que sentiam e pensavam a respeito. Foi entregue o diário para que fossem escritas as últimas considerações e lido todo o material escrito anteriormente. No final, foram avaliadas todas as atividades realizadas e agendadas as entrevistas que aconteceriam na próxima semana.

#### 2.5.4 Terceira etapa - entrevistas:

Seguindo os critérios utilizados desde o início da inserção, todas as adolescentes que participaram do grupo foram incluídas nas entrevistas. Porém, só foram utilizadas nessa pesquisa para análise dos dados as entrevistas das participantes identificadas na situação de exploração sexual. As entrevistas seguiram o roteiro semi-estruturado (Anexo A) e para que ele fosse cumprido, foram necessários três dias com as Participantes B e C e quatro dias com a Participante A. O tempo médio aproximado de cada entrevista foi de 40 minutos à uma hora. Foi respeitado o momento de cada participante e a sua disponibilidade para falar. No decorrer do processo da entrevista, o roteiro foi sendo adaptado ao conteúdo trazido espontaneamente pelas participantes. Esse procedimento permitiu observar as diferentes formas das Participantes revelarem ou omitirem a situação de exploração sexual.

##### 2.5.4.1 Terceira etapa da inserção: entrevistas com as adolescentes do turno matutino

Para o início da terceira etapa, foram agendadas as entrevistas com dia e horário, inicialmente com a Participante B. Quando a adolescente A retornou à instituição, foram agendadas as entrevistas também com ela. As entrevistas ocorreram numa sala reservada da instituição com condições favoráveis para a sua realização. Por conta da instabilidade na frequência das adolescentes na instituição, as entrevistas foram confirmadas por telefone com elas antes dos horários marcados. Foram realizadas três entrevistas com cada uma, com duração aproximada de uma hora cada, utilizando-se o gravador.

##### 2.5.4.2. Entrevista com as adolescentes do turno vespertino

Foram realizadas três entrevistas com a participante C, com duração aproximada de 40 a uma hora cada.

#### 2.6 Análise de dados

Os dados obtidos foram submetidos à análise de conteúdo, de acordo com o método de Bardin (1977/1979). Foram produzidas categorias e subcategorias temáticas e analisadas qualitativamente, destacando diferenças e semelhanças entre os grupos.

## 2.7 Devolução dos resultados

Este estudo seguiu os preceitos de Bronfenbrenner (1979/1996), para quem a pesquisa e as políticas públicas devem ter não só uma relação complementar, mas também integral. Partindo desse princípio, os resultados serão devolvidos de forma direta para os profissionais da instituição, por meio da entrega do relatório de pesquisa e da sua apresentação oral. Além do relatório, serão entregues materiais informativos e didáticos para se trabalhar o tema da exploração sexual com as adolescentes. Para as participantes, a apresentação dos resultados será feita por meio de oficinas abordando os dados e resultados obtidos na pesquisa. O objetivo desta atividade é que os resultados possam contribuir com o trabalho de profissionais para a identificação e prevenção da exploração sexual.

## ESTUDO 1-RESULTADOS

Os resultados foram analisados segundo o modelo bioecológico do desenvolvimento humano que propõe o seu estudo por meio da interação de quatro núcleos inter-relacionados: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Segundo os autores, o processo é visto como a interação recíproca, progressivamente mais complexa, de um ser humano ativo com as pessoas, objetos e símbolos. A pessoa foi definida a partir de suas características pessoais, biológicas, psicológicas e físicas. O contexto foi analisado a partir da interação dos quatro níveis ambientais, sendo eles, o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema. O último elemento, o tempo, possibilitou a análise das mudanças e permanências ocorridas ao longo da vida no desenvolvimento humano. Diante desses pressupostos foram construídas as seguintes unidades de análise, categorias e subcategorias, conforme a Tabela 1:

Tabela 1. Apresentação das unidades de análise, categorias e subcategorias do Estudo I

Unidades de análise	Categorias	Subcategorias
1 Processo	A inserção ecológica e a identificação da exploração sexual,	A inserção nas atividades: a formação do processo proximal, a díade pesquisadora-participante, atividades lúdicas e as entrevistas
2 Contexto	A rede de proteção de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual O microsistema família A prática da exploração sexual	A família e a situação de rua A família e a violência intrafamiliar A família e a violência doméstica O abuso sexual intra e extrafamiliar As adolescentes e a figura materna A família e a experiência com as drogas A família e a sua relação com a exploração sexual A exploração sexual e as primeiras experiências A exploração sexual e os assédios sexuais

		A exploração sexual e a família
3 Pessoa	As adolescentes e o corpo Relações afetivo-sexuais As adolescentes e as drogas A figura masculina e a feminina Cliente A escola A instituição de atendimento como fator de proteção	A virgindade A percepção do ato sexual As relações de fica-namoro Os papéis masculinos e femininos Os papéis masculinos e femininos na relação das adolescentes com os clientes
4 Tempo	Projeto de vida para o futuro	

## 2.8 A inserção ecológica e a identificação da exploração sexual

Nessa categoria, foram analisadas as etapas da inserção ecológica, abordando as estratégias e procedimentos utilizados para o processo de identificação da situação de exploração sexual. Para essa categoria, foram criadas as seguintes subcategorias: 1) a inserção nas atividades: formação do processo proximal; 2) a díade pesquisadora-participante; 3) as atividades lúdicas e 4) as entrevistas.

### 2.8.1 A inserção nas atividades: a formação do processo proximal

O processo foi visto nessa pesquisa como o principal mecanismo provedor do desenvolvimento. Para a teoria bioecológica do desenvolvimento, o processo ocorre nas interações no ambiente imediato, chamado de processos proximais (Bronfenbrenner & Ceci, 1994). Segundo Bronfenbrenner (1999), para que o processo proximal ocorra são necessários cinco aspectos como: o envolvimento das pessoas em uma atividade; a interação deve ocorrer em atividades regulares, num determinado período de tempo estendido; as atividades devem ser desenvolvidas de forma mais complexa e progressiva; as relações devem ser recíprocas e os objetos e símbolos do ambiente devem instigar a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa. Neste estudo, portanto, para a formação do processo proximal, foi necessária, inicialmente, a inserção no microssistema-instituição. Essa primeira etapa da inserção abrangeu

contatos com os profissionais que atendiam as adolescentes para depois efetuar-se a participação efetiva nas atividades com as participantes. O engajamento da pesquisadora com o contexto foi uma condição inicial para a inserção ecológica nessa pesquisa, pois possibilitou o entendimento do local estudado por meio da investigação das interações que ocorrem entre as diversas pessoas, símbolos e objetos do contexto (Eschiletti et al., 2008).

Um dos primeiros aspectos importantes para o favorecimento da inserção foi a característica da atividade que estava sendo realizada. Segundo Ceconello e Koller (2003), na pesquisa os processos proximais se desenvolvem quando os pesquisadores e participantes compartilham e interagem em uma tarefa comum e os encontros acontecem com uma determinada frequência ao longo do tempo. No turno matutino, a elaboração das refeições e a degustação delas em conjunto e o compartilhamento das responsabilidades para a limpeza do local favoreceram a reciprocidade entre a díade pesquisadora-participante. Buscou-se inicialmente interagir nas atividades que já estavam sendo feitas pelas adolescentes, como mexer na massa do bolo, ajudar a cozer o doce, limpar os pratos, cortar papel, separar roupas para o bazar, fazer capa de almofada, etc. Em outros momentos, algumas participantes se dispuseram a ajudar na atividade que a pesquisadora já estava realizando, fazendo, assim, uma permuta nesse processo de auxílio. Na execução dessas atividades, tanto as participantes como a pesquisadora trocaram informações sobre o que estava sendo feito, sobre o que ocorria nos contextos em que as participantes estavam inseridas como escola, família, vizinhança e a própria instituição. Com o compartilhamento de atividades e coisas em comum há mais probabilidade de trocas de experiências, confidências, e com isso o desenvolvimento da intimidade. A intimidade, na fase da adolescência, é vista pelos adolescentes como uma das questões mais importantes para as relações de amizade (Steinberg, 1998). Com a intimidade há um maior compartilhamento dos sentimentos, idéias e percepções que não são expostas abertamente em outras relações. Segundo Steinberg (1998), sem o desenvolvimento da empatia é difícil estabelecer uma relação de intimidade. Para o adolescente tal relação deve ser baseada na lealdade e na verdade. No caso das adolescentes, o fato da pesquisadora ser mulher pode também ter favorecido as relações de intimidade pela proximidade no contexto de gênero vivido pelas partes. Numa pesquisa realizadas com prostitutas, a “intimidade feminina” foi apontada como facilitador na aproximação da pesquisadora com as participantes de sua pesquisa (Gaspar, 1988, p. 56).

O compartilhamento de símbolos também é um elemento importante na inserção ecológica (Bronfenbrenner, 1999). No grupo da culinária (matutino), o uso da toca de cabelo, ainda no início da inserção na atividade, foi importante pois simbolizou a entrada da pesquisadora no contexto e a utilização de um objeto comum a todos. Um outro símbolo em comum foi o alimento, que no grupo da culinária significava não só compartilhar a mesma comida, mas aquilo que foi produzido em conjunto. No grupo do artesanato (vespertino), repartir a mesma comida no refeitório e no momento recreativo foi uma estratégia significativa para participar de conversas informais entre as adolescentes. A Internet, através do site de relacionamentos *orkut* ou site de jogos e interatividade também foi um símbolo importante para a troca de informações entre a díade pesquisadora-participante. No caso do *orkut* foi possível conhecer a rede de amigos apresentada pelas próprias participantes, os artistas preferidos nos vídeos selecionados, as fotos, assim como alguns dados colocados no perfil. O site de relacionamento *orkut* é um espaço virtual onde as pessoas podem estabelecer uma rede de interações para novas amizades, reencontros de antigos amigos assim como participar de comunidades temáticas (Morais & Rocha, 2005). Para alguns autores, o *orkut* é um fenômeno de repercussão mundial que abrange 43.346.696 usuários de todos países, sendo que 57,16% desses usuários são brasileiros (Corrêa, Souza, & Petta, 2007). No *orkut*, cada usuário constrói a sua identidade virtual, chamada de perfil, podendo descrever suas características, preferências em diversos aspectos como comida, música, filmes, pessoas, etc. Além disso, as pessoas podem se comunicar por meio de mensagens deixadas no site de cada um, assim como expor fotos pessoais. Porém, segundo especialistas do direito, o *orkut* está desprotegido das leis por ser considerado um espaço livre, sendo assim difícil responsabilizar algum usuário quando há violação ou danos por condutas ilícitas (Barrus & Baú, 2007). Na violência sexual contra crianças e adolescentes, o Ministério Público Federal está investigando 56 perfis e comunidades do *orkut* relacionados com a pornografia infantil a qual, principalmente a virtual, tem sido alvo de preocupações no combate à violência sexual (Quayle, Loof & Palme, 2008). De acordo com esses autores, a internet, pela facilidade de acesso, capacidade de abrangência e anonimato, tem sido apontada como um espaço amplamente utilizado para a exposição de violência ou material sexual (p.56). Por isso foram observadas nos *orkuts* das participantes fotos, comunidades que participa e recados deixados neles que pudessem sinalizar fatores associados à exploração sexual, como material pornográfico.

A troca de símbolos culturais das regiões brasileiras como música, comida, modos de comportamento também foi um momento importante de interação principalmente pelo fato da pesquisadora ser de uma outra região. Em muitas ocasiões as adolescentes perguntavam diante de algum fato se aquilo ocorria de forma diferente onde a pesquisadora residia:

*“ Lá na sua terra se come acarajé? E o carnaval, é bom lá? (Participante C, 13 anos)*

### 2.8.2 A díade pesquisadora-participante

A inserção ecológica foi escolhida como método para essa pesquisa por permitir, na sua intervenção, uma proximidade entre pesquisadora-participantes, favorecendo o desenvolvimento de uma relação baseada na confiança e empatia (Cecconello & Koller, 2003; Eschiletti et al., 2008). Segundo Bronfenbrenner (1996), quando uma pessoa está num determinado contexto e presta atenção ao que a outra pessoa está fazendo ou participa dessa atividade é estabelecida uma relação dual. Em pesquisas que envolvem crianças e adolescentes vítimas de violência, o estabelecimento de um bom vínculo entre os pesquisadores e participantes é um dos critérios para que os procedimentos metodológicos ocorram de forma condizente com os preceitos éticos da pesquisa (Lisboa & Koller, 2002). Em situações peculiares, como na exploração sexual, na qual há violação dos direitos da criança e do adolescente e que envolve estereótipos sociais, o estabelecimento de um vínculo recíproco torna-se fundamental para a pesquisa (Almeida, Ribeiro, Pacheco, Silva, & Koller, 1998). Assim, a confiança e empatia foram dois aspectos importantes para que as adolescentes relatassem o seu envolvimento com a exploração sexual, já que muitas adolescentes, devido às especificidades que envolvem essa prática, têm dificuldade em assumir que realizam tal atividade.

A reciprocidade também foi um dos aspectos significativos para o estabelecimento do vínculo pesquisadora-participante. E para que tenha ocorrido a reciprocidade foi importante que as pessoas envolvidas estivessem engajadas em atividades desenvolvidas em conjunto (Bronfenbrenner, 1979/1996). Por isso, durante a execução das atividades, buscou-se participar com as adolescentes das ações já realizadas por elas, ajudando-as na execução do que estavam fazendo. Depois, as adolescentes passaram a proceder da mesma forma com a pesquisadora.

Um outro princípio importante para o estabelecimento da confiança na díade pesquisadora-participante foi que a reciprocidade acontecesse em padrões de atividades mais complexas e permanentes no decorrer do tempo. Assim, com as constantes idas da pesquisadora ao contexto

da pesquisa, as participantes passaram a abordar não só assuntos corriqueiros da instituição, mas também de outros contextos, como família e escola. A forma como se referiam à pesquisadora também foi mudando. De início, o nome era confundido com outros semelhantes ou utilizado o termo “Sôra”. Depois, o próprio nome da pesquisadora passou a ser a referência.

A expressão “Preciso te contar uma coisa”(sic) passou a ser corriqueira quando as adolescentes se encontravam com a pesquisadora, mesmo que fosse por acaso, no pátio ou nos diversos ambientes da instituição. Algumas vezes, o ato do contar englobava o relato de sentimentos sobre paixões, inquietações ou descontentamentos. Cecconello e Koller (2003), ao apontar como os processos proximais ocorrem em pesquisas, afirmaram que os diálogos se iniciam com conversar informais e se complexibilizam com o tempo. O caráter de informalidade nos diálogos deve permanecer durante toda a pesquisa (Eschiletti et al., 2008). Assim, foi em momentos de descontração e informalidade que as participantes passaram a relatar as suas vidas de forma mais intensa. No caso da Participante C (turno vespertino), foi nesses diálogos que foram observados alguns dos elementos sinalizadores dos fatores de risco para a exploração sexual, como será mostrado nas categorias posteriores.

Segundo Bronfenbrenner (1979/1996), na medida em que os participantes vão se envolvendo em relações duais, há probabilidade de que demonstrem sentimentos mútuos, sejam eles positivos, negativos, ambivalentes ou assimétrico. Durante a inserção, as participantes adolescentes demonstraram sentimentos positivos em relação à pesquisadora por meio de bilhetes, carta com foto, recados no *orkut* e tratamento carinhoso, como beijo e abraço. Para Bronfenbrenner (1979/1996) quando a interação continua em padrões de atividades que se complexibilizam no decorrer do tempo, o relacionamento positivo entre as parte que compõe a díade é fundamental. Assim, os sentimentos positivos contribuíram para o fortalecimento da confiança e empatia no vínculo, facilitando os relatos das participantes.

Para a análise da díade pesquisadora-participante nessa pesquisa, fez-se necessário também analisar o papel da própria pesquisadora. Na Inserção Ecológica, a importância do papel de pesquisador é semelhante ao participante na pesquisa, sendo que ambos se modificam nos processos de interação (Eschiletti et al., 2008). No decorrer da inserção, observou-se a importância da pesquisadora estar aberta e disponível para participar das atividades propostas pela instituição ou pelas adolescentes, como separar e carregar roupas para o brechó da instituição, ajudar a lavar os utensílios domésticos ou jogar e dançar junto com elas em

momentos de descontração. Tal fato exigiu da pesquisadora uma postura ativa para aproveitar qualquer oportunidade surgida no contexto para estabelecer alguma interação. Aproximar-se do contexto específico da adolescente e conhecê-lo de forma mais aprofundada, foi uma outra estratégia utilizada para participar, opinar e iniciar alguns diálogos com as participantes, como conhecer a história dos seus artistas preferidos, as músicas, as gírias, etc. Em alguns casos, foi necessário pesquisar alguns desses assuntos, assim como escutar e aprender a letra das músicas preferidas delas. Já em outros, a escolha da roupa utilizada no contexto da pesquisa, assim como de alguns acessórios femininos, passou a sofrer influências da interação participante-pesquisadora. Com o tempo, a pesquisadora passou a escolhê-los de forma que agradasse as adolescentes, como roupas coloridas, tênis, colares, etc. Esse fato foi também utilizado como estratégia, no início da inserção, para o diálogo com as participantes que se aproximavam da pesquisadora para comentar sobre a roupa ou acessório e a partir dali, ser estabelecido conversas sobre outros assuntos. Ainda com relação às roupas, buscou-se desde o início da inserção, observar o contexto institucional e a forma como os profissionais se vestiam para que não houvesse uma grande disparidade entre pesquisadora e instituição. A vestimenta ou o entorno é um elemento que faz parte dos símbolos do contexto e pode ser usado como um elemento de aproximação, como ocorreu na pesquisa.

De acordo com Eschiletti et al.(2008), os pesquisadores ao se implicar no contexto da pesquisa sofrem modificações no seu desenvolvimento. No decorrer da pesquisa, foram desenvolvidas algumas habilidades na pesquisadora como preparar refeições novas, tecer capas para almofadas, costurar flores de pano para fazer chaveiros ou presilhas de cabelos.

A proximidade pesquisadora-participante foi se constituindo e estabelecendo, assim como a relação de confiança e empatia necessária para a realização da pesquisa. Porém, as relações vinculares estabelecidas não foram lineares e, em alguns momentos, oscilaram de acordo com o momento das adolescentes. Algumas vezes as adolescentes não demonstraram interesse em conversar, seja porque tinham outra atividade para realizar, como o esporte, ou por se sentir indisposta. Na outra semana, demonstravam mais interesse e passam mais tempo com a pesquisadora. Esses momentos foram respeitados e também analisados no intuito de verificar se o comportamento de negar-se a participar das atividades iria permanecer, o que não ocorreu. No caso da participante A (turno matutino), por conta de suas constantes faltas, foi necessário reafirmar o vínculo com outras estratégias. A constância da interação ao longo do tempo, como

já foi citado, é um dos elementos importantes para formação de relações recíprocas. Para lidar com isso, uma das estratégias foi intensificar o contato quando a participante estava presente e também mandar recados por uma de suas sobrinhas que participa do projeto. O objetivo foi manifestar que, mesmo com suas faltas, ela era lembrada na pesquisa. Em uma das últimas entrevistas com a participante, a confiança foi manifestada em uma das suas falas depois de ter relatado a sua experiência com a exploração sexual:

*“(...) Que eu só conto da minha vida para quem é de Fé mesmo né, que não fala para ninguém. (Participante A, idade 17 anos)*

*(...) Eu gosto de conversar com uma pessoa que confie em mim né que dá para confiar na pessoa que não vai falar para ninguém da minha vida e eu não vou falar para ninguém da tua vida, da vida de vocês, da tua vida entendeu?(...) (Participante A, idade 17 anos)*

### 2.8.3. A inserção ecológica e as atividades lúdicas

De acordo com um dos princípios da inserção, as atividades propostas devem ser estimulantes e interessantes para as participantes (Cecconello & Koller, 2003). Além desses aspectos, a atividade lúdica é considerada uma estratégia importante para o estabelecimento de aproximação, confiança e fortalecimento do vínculo (Neiva-Silva & Koller, 2002). Por isso, no grupo buscou-se utilizar atividades lúdicas, tais como desenhos, colagem, jogos, música, com o objetivo de fortalecer o vínculo e integrar as participantes nos propósitos da pesquisa.

Antes de mencionar as atividades lúdicas, faz-se necessário abordar uma etapa que antecedeu essa atividade, que foi a leitura do TCLE. Como mencionado no método, o TCLE foi lido em grupo e depois solicitado que as adolescentes explicassem o que foi compreendido. O TCLE é uma forma concreta de formalizar a relação recíproca entre pesquisadora-participante, abordando os direitos dos participantes e dos deveres do pesquisador (Eschiletti et al., 2008). Por isso a importância de se certificar se esses aspectos foram compreendidos pelas participantes após a sua leitura. Nessa pesquisa, a leitura do TCLE permitiu observar como as participantes compreendiam os objetivos da pesquisa. No caso da Participante C (vespertino), ela relatou que o objetivo da pesquisa era estudar crianças e adolescentes que sofreram violência sexual. Tal fato foi significativo já que em nenhum momento o TCLE abordou o termo violência, e sim crianças e adolescentes que participavam de instituições.

O uso do lúdico permitiu que os encontros fossem prazerosos e, com isso, as adolescentes se sentissem estimuladas a falar sobre o que desejassem diante do tema selecionado. Para Garcia (1996), o espaço lúdico é “como aquele em que é possível brincar com um alto nível de interatividade” (p.22). Além disso, as atividades lúdicas como música e a utilização de movimentos com o corpo contribuem para a manifestação das experiências, “dramas e conflitos” das crianças e adolescentes (Neiva-Silva & Koller, 2002, p.212). Para os autores, com a atividade lúdica é possível observar como a criança e o adolescente organizam a sua interação com o mundo, compartilhando espaços e experiências com as outras pessoas. O ato de construir um material, utilizando diversos objetos lúdicos permitiu não só o engajamento com a atividade em si, mas também com o tema no qual ele estava tratando. Num estudo com crianças em situação de rua, observou-se que a construção de objetos lúdicos com sucata foi uma forma de observar como elas desenvolviam a sua criatividade e como elas se apoderavam do seu ambiente físico (Santos, 2004). Com isso, as adolescentes materializavam, por meio dos objetos construídos, os seus pensamentos, sentimentos e comportamentos sobre o que estava sendo tratado nos encontros, de forma espontânea e engajada. Tal fato é apontado como um fator importante para o bom desempenho da inserção ecológica, já que a pesquisa deve ser vista como uma oportunidade de desenvolvimento e não como uma obrigação imposta pelo pesquisador (Eschiletti et al., 2008). O engajamento das adolescentes com os encontros também foi observado nos intervalos de um grupo para o outro no qual elas comentavam de forma positiva as atividades desenvolvidas, assim como relatavam as expectativas para o encontro seguinte.

Segundo Luckesi (1998), quando se está participando de uma atividade verdadeiramente lúdica, não há espaço para outra atividade além dela mesma. Ou seja, a pessoa quando realiza uma atividade lúdica está totalmente engajada nessa atividade, com toda a sua atenção focada nela. No caso das adolescentes, foi possível observar esse engajamento nas atividades que eram previstas para uma hora e terminavam em uma e meia ou até duas, sem que nem elas e nem a pesquisadora dessem conta desse tempo.

No caso da manifestação de sentimentos dolorosos, como perdas ou vivências de violência, o uso da linguagem não verbal, por meio do lúdico, facilitou o relato dessas experiências. Tal função é vista na ludoterapia, na qual o lúdico tem uma função de facilitar por meio de jogos ou brincadeiras a manifestação de conflitos e dificuldades das crianças (Pergnolato, 2006). Na pesquisa, apesar do objetivo do grupo não ter sido terapêutico, as adolescentes relataram

sensações de bem-estar como tranquilidade e satisfação após os relatos de sentimentos dolorosos no grupo.

As atividades também tiveram o objetivo de criar o vínculo de confiança e empatia não só com a pesquisadora, mas também entre as adolescentes. Para isso, foram utilizadas atividades de apresentação, de interação com música e exercícios, e de compartilhamento no grupo do que foi produzido nos encontros. Foi também trabalhado o sigilo para o conteúdo que foi expresso no grupo e, assim, reforçar ainda mais o sentimento de confiança. Uma das adolescentes, ao encontrar a pesquisadora no corredor, fez menção em falar algo perto de outros adolescentes, porém lembrou de que não poderia comentar algo do grupo próximo aos demais que não participavam das atividades.

A utilização da garrafa ou do diário personalizados fez com que as adolescentes relatassem o seu cotidiano, abordando aspectos bons, ruins, as aflições, dúvidas, etc. No caso da Participante A, a garrafa foi uma forma de expressar os seus conflitos com familiares e com seu namorado. Já com a Participante B, foi nos relatos colocados na garrafa que mencionou um forte fator de risco para a exploração sexual:

*“(...) Esses dias eu estava sozinha na parada de ônibus e um conhecido me ofereceu uma carona e eu aceitei um homem, mas graças a Deus não aconteceu nada de grave comigo”*  
(Participante B, 17 anos)

O grupo também foi um espaço onde algumas adolescentes se sentiram protegidas para manifestar algumas opiniões sobre temas mais controversos, como o sexo e a virgindade. O relacionamento estabelecido entre os membros do grupo é fundamental para que a atividade desenvolvida alcance o objetivo esperado. Para os adolescentes, o sentimento de pertencer ao grupo é analisado como uma questão fundamental para o desenvolvimento de suas características pessoais, assim como uma oportunidade de experienciar as suas habilidades sociais de convivência (Harris, 1995). A Participante C (vespertino), após os exercícios com movimentos corporais, relatou com desenvoltura as manifestações do seu corpo diante do desejo sexual, assim como descreveu, utilizando o corpo, como foi o seu primeiro exame ginecológico. Tal fato aponta a importância da atividade lúdica para o estabelecimento de um espaço favorável para a manifestação de pensamentos e sentimentos, muitas vezes difíceis de serem relatados quando mencionados ou perguntados diretamente. Atividades que estimulem a espontaneidade e desafiem a criatividade demonstraram ser mais propensas ainda para a obtenção desse fim.

Com relação às diferenças na quantidade de atividades lúdicas no grupo do turno matutino e vespertino, observou-se que o fortalecimento dos vínculos nessa etapa dependeu mais da qualidade das atividades do que da quantidade. Porém, os sete encontros feitos no grupo vespertino permitiram ampliar a análise dos fatores de risco e de proteção nos temas abordados, já que o material lúdico favoreceu o engajamento das adolescentes do ponto de vista cognitivo e afetivo, como já discutido anteriormente.

#### 2.8.4. A inserção ecológica e a entrevista

As etapas utilizadas na inserção partiram do princípio bioecológico do desenvolvimento, o qual afirma que as atividades devem ser regulares e se tornarem complexas no decorrer do tempo. Assim, como uma das etapas finais da inserção, as entrevistas abordaram de forma mais aprofundada e detalhada os aspectos sobre a vida da adolescente e das mulheres adultas. No procedimento das entrevistas com as adolescentes, esperou-se que elas mencionassem a situação de exploração sexual de forma espontânea. Por conta disso, essa questão foi tratada nas últimas entrevistas. Segundo Lisboa e Koller (2002), as perguntas no roteiro da entrevista devem seguir uma seqüência em que as primeiras perguntas devem conter elementos com menos envolvimento emocional, como os dados sociobiodemográficos. Depois, seguem perguntas sobre o contexto em que os participantes estão inseridos para então, especificar as questões principais da pesquisa. As perguntas finais devem abordar assuntos que não tenham menos ou nenhum conteúdo doloroso. Por isso, Lisboa e Koller (2002) sugerem na pergunta final um assunto que envolva um aspecto positivo na vida dos participantes.

Como as Participantes B (matutino) e C (vespertino) não relataram diretamente a experiência com a exploração sexual, foi necessária uma atenção maior para a forma como elas estavam indiretamente comunicando o envolvimento com essa realidade para falar da exploração sexual. Uma das formas utilizadas pela Participante C foi abordar essa situação por meio da experiência de sua irmã. Estudos mostram que algumas adolescentes envolvidas com esse fenômeno utilizam a experiência de uma terceira pessoa conhecida para falar da exploração sexual (Moraes, 1998). Tal estratégia pode ser uma forma de lidar com essa realidade, sem se implicar no processo, nem sofrer algum tipo de represália ou preconceito.

No caso da participante B, foi levado em consideração todos os fatores de risco associados à exploração sexual (a ser discutido na categoria o processo de revelação da exploração sexual)

apresentados durante as duas primeiras etapas da inserção e aprofundados na entrevistas. Já com a participante A, os relatos do seu envolvimento com a exploração sexual só foram ser descritos nas últimas entrevistas.

Apesar do vínculo estabelecido nas etapas anteriores, observou-se que relatar sobre a experiência da exploração sexual não é uma tarefa fácil para essas adolescentes. Afirmar que estão envolvidas nessa realidade foi como assumir um lugar social que abarcava uma atividade considerada “inaceitável” e carregada de concepções negativas. Além disso, confirmar o envolvimento com essa prática foi permitir que o outro lhe julgasse, seja para vitimizá-la ou condená-la. Tal situação foi observada nas falas da Participante A que ao relatar, na entrevista, sobre o seu envolvimento com exploração sexual, mencionou a palavra vergonha duas vezes:

“*Ai que vergonha (...)* (Participante A, 17 anos.

“*Não gosto de falar sobre isso, ai que vergonha(...)* (Participante A, 17 anos).

A Participante C, durante a pesquisa, também mencionou que estava com “*vergonha*” (sic.) de falar. Segundo Araújo (1998), o sentimento de vergonha ocorre quando a pessoa analisa se o seu comportamento se contrapõe ou não aos valores da outra pessoa. A vergonha pode ser um sentimento moral quando é utilizada para regular o comportamento perante a si e aos outros a partir de códigos morais. Em um relato de experiência com atendimento de adolescentes envolvidas na exploração sexual, foi mostrando o quanto é difícil para essas adolescentes, perante o outro, identificarem-se no papel social de alguém que pratica sexo por dinheiro perante o outro (Teixeira, 2003). Por tanto, a vergonha demonstrada pela Participante C está fundamentada na sua preocupação em abordar um tema que é visto como algo transgressor e negativo socialmente. Por isso, a sua reação de vergonha foi vista como uma estratégia para lidar com uma questão de difícil abordagem. Com a Participante A, os sentimentos de vergonha foram diminuindo no decorrer da entrevista e, assim, foi possível que ela relatasse as suas experiências de uma forma mais espontânea. Com a Participante C, o sentimento de vergonha permaneceu na entrevistas, o que pode ter contribuído para que ela falasse pouco. Foi nos contextos de informalidade que os fatores de risco associados à exploração sexual foram mais identificados. Tal fato também foi observado em uma outra pesquisa com adolescentes envolvidas com a exploração sexual no quais os aspectos mais relevantes sobre essa experiência foram relatados nos contextos informais (Moraes, 1998).

Assim, estabelecer o tempo e espaço para que esse relato aconteça, seja numa pesquisa ou numa intervenção, apesar de todo o investimento no vínculo participante-pesquisadora, a adolescente pode optar por não revelar a sua situação. Portanto, no manejo da entrevista foi necessário observar as diferentes formas das adolescentes expressarem o seu envolvimento com a exploração sexual.

## 2.9. Contexto

Nessa categoria foram analisadas as rede de serviços para a proteção de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, a família e a prática da exploração sexual.

### 2.9.1. A rede de proteção de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual

No processo de identificação das instituições pertencentes à rede de atendimento em Porto Alegre, observou-se o baixo número ou a inexistência de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual atendidas nas instituições pesquisadas. Esse fato pode levar a conclusão de que o fenômeno na exploração sexual não acontece com grande frequência em Porto Alegre e outras cidades do Rio Grande do Sul. Porém, tal situação é contrastada com os dados obtidos na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da prostituição realizada no ano de 1993 e o último relatório realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Polícia Rodoviária Federal. Segundo Sousa (2004), na CPI foram denunciadas redes de quadrilhas especializadas para o tráfico de crianças e adolescentes em Porto Alegre envolvendo taxistas, donos de hotéis e cafetões. Já no relatório da OIT e da Polícia Rodoviária Federal, o Rio Grande do Sul é apontado como o segundo maior foco de exploração sexual nas estradas (Polícia Rodoviária Federal, 2007). Diante disso, a realidade apresentada nas instituições observadas pode estar sinalizando que as crianças e adolescentes em situação de exploração sexual não estão sendo identificadas e nem acompanhadas pela rede de atendimento especializado.

Um dos aspectos que podem estar contribuindo para a baixa identificação de crianças e adolescentes é a dificuldade em se definir o que é uma situação de exploração sexual, já que na pesquisa alguns profissionais abordaram o tema com o mesmo significado do abuso sexual. Na proposta do governo federal para o atendimento às vítimas de violência sexual, a exploração sexual aparece como uma realidade a ser combatida assim como o abuso sexual (Ippolito et al., 2004). Nessa proposta a exploração sexual e o abuso são tratados como duas questões diferentes, mas que fazem parte da mesma proposta de enfrentamento à violência sexual. Segundo o guia

feito pela ANDI (2007), abordar o abuso e a exploração sexual com o mesmo significado é um “equivoco” comum nas questões sobre a violência sexual (p.12). Para Dos Santos (2004), um dos aspectos que influenciam a análise desses dois fatores como uma realidade única é a imprecisão tanto dos conceitos da exploração sexual como das diferenças entre as suas modalidades. Na literatura especializada sobre o tema, a exploração sexual é definida como uma forma de abuso sexual (ABRAPIA, 2002; Leal, 1999). Segundo Dos Santos (2004), outros autores utilizam o conceito da exploração sexual apenas na perspectiva comercial. Para o autor, essa “confusão” de conceitos faz com que a exploração e o abuso sexual sejam utilizados em algumas situações com o mesmo sentido. Tal fato dificulta o estabelecimento de estratégias de intervenção que leve em consideração as especificidades do perfil das adolescentes e crianças envolvidas e do contexto de cada uma dessa realidade.

Porém, ao analisar o percurso histórico da exploração sexual no Brasil, observa-se que essa realidade foi se destacando das outras formas de violência pelas especificidades mostradas em diversos contextos como no dossiê “Criança da Amazônia”, no livro “Meninas da noite”, nas experiências de atendimento em Pernambuco e a CPI da Prostituição Infantil, etc. (Ippolito et al., 2004, p.14). Os autores também mostram que as próprias campanhas nacionais passaram a focar o tema da exploração sexual. Surgiram também organizações mundiais para lidar como o tema como a *End Child Prostitution Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes* (ECPAT), os Congressos Mundiais de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. Devido à complexidade que envolve esse fenômeno, a exploração sexual passou a ser o “carro-chefe da mobilização social brasileira” (p.16). Assim, no abuso sexual a criança e o adolescente são utilizados para a satisfação sexual de um adulto ou alguém mais velho que ela, que pode ser manifestada de diferentes formas. A violência sexual no abuso pode acontecer dentro (intra-familiar) ou fora da família (extra-familiar) e em instituições de atendimento (Ippolito et al., 2003). Na exploração sexual há uma troca comercial do sexo com crianças e adolescentes por dinheiro ou algum tipo de mercadoria.

Na análise do relatório da II Jornada Estadual de 2004 (Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004) contra a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, observa-se que apesar da jornada ter no seu título a exploração sexual como uma realidade a ser enfrentada, só foi citada em um caso de uma vítima de abuso sexual na cidade de Santa Maria. Já na III Jornada (Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2005) a

exploração sexual foi mais discutida, aparecendo nas falas como um uma realidade que existe no Rio Grande do Sul e que precisa ser enfrentada. Em um dos relatos foi mencionada a existência do turismo sexual no estado e que muitas crianças e adolescentes desaparecidos podem ter sido vítimas do tráfico sexual. Em São Leopoldo, depois da realização de uma ação chamada “força tarefa” (p.120), foram identificados 35 casos de exploração sexual. Nessa cidade foram realizadas *blitzs* policiais com o objetivo de coibir as pessoas que estavam procurando os serviços sexuais com crianças e adolescentes. Porém, apesar desse número, foi relatado que não há um local para onde se possa encaminhar esses casos. De acordo com o relatório, a “força-tarefa” dessa cidade está atuando na prevenção por meio de palestras educativas sobre família, drogas, escolas, fatores de proteção. Em Rio Grande, Tramandá e Farroupilha os casos de exploração foram incluídos nas estatísticas da violência sexual, não sendo possível assim identificar quantos casos existem nessas cidades. Em Passo Fundo, das denúncias feitas sobre a violência sexual, o Ministério Público registrou que 9% dos casos eram de exploração sexual. Na cidade de Montenegro foram mencionados 17 casos de exploração sexual. Em Uruguaiana foi abordado um programa voltado para os filhos das profissionais do sexo e que realiza também contatos com as adolescentes em situação de exploração sexual para convidá-las para participar do projeto. Em Santana do Livramento foram registrados pela Secretaria de Assistência Social 30 casos de exploração sexual, mas não foi mencionado para onde esse público está sendo encaminhado. Já em Porto Alegre, foi citado apenas que uma instituição atendia casos de exploração sexual sem mencionar o número e que tipo de atendimento era feito.

No IV relatório, as ações específicas para a exploração sexual aparecerem no município de São Gabriel num trabalho executado por policiais militares que foram treinados para identificar os casos junto à comunidade e à escola (Assembléia legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006). Um outro dado relevante é sobre o número de crianças desaparecidas no Rio Grande do Sul é de, aproximadamente, sete por dia. Segundo um dado do III relatório, há suspeitas que essas crianças estejam sendo utilizadas para o tráfico sexual e para a pornografia na internet (Assembléia legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005).

No V relatório foram apresentadas varias ações nos municípios para a prevenção da violência em geral, como campanhas para a denúncia, capacitações sobre o tema, palestras para a comunidade envolvendo os jovens, escola e a família (Assembléia legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006). Porém, nos dois últimos relatórios, ainda não aparecem dados e políticas

específicas para a exploração sexual. Apesar do IV relatório mostrar o trabalho da polícia militar no combate ao fenômeno da exploração sexual em São Gabriel, não foi detalhado como acontece essa aproximação dos policiais com as crianças e adolescentes e o que é feito com eles depois dessa intervenção. Demonstrar como esse trabalho é feito se faz importante, principalmente no seu impacto junto às crianças e adolescentes, já que a polícia costuma ter uma representação social repressora. Tal fato se agrava com a exploração sexual já que ela envolve uma situação criminosa.

Diante desses dados, observa-se que a identificação dos casos de exploração acontece mais nas cidades do interior do que na capital. Nos relatórios não são apontados os motivos para tal situação em Porto Alegre. Um outro fato é que apesar da identificação da realidade da exploração sexual em outras cidades, não foi explicitado o sexo, a idade, em que serviços os adolescentes e as crianças se encontram e que tipos de atendimento são oferecidos para eles. Tal fato pode ter influenciado nas dificuldades ocorridas nessa pesquisa para encontrar adolescentes em situação de exploração sexual nas instituições pertencentes à rede de serviços de atendimento.

Em Pernambuco, foi feita uma pesquisa com as Organizações Não Governamentais (ONG) e Organizações Governamentais (OG) com objetivo de oferecer subsídios para a implementação de estratégias de intervenção institucional (Lacerda & Nepomuceno, 2002). Nessa pesquisa, a exploração sexual foi a situação mais identificada pelas instituições sendo o maior número encontrado nas OG. Portanto, diante desse contexto faz-se necessário que haja um maior investimento na identificação da realidade da exploração sexual no Rio Grande do Sul, principalmente na cidade de Porto Alegre para que ações para esse público possam estar baseadas num parâmetro mais sólido e condizente com as necessidades da região.

### 2.9.2. Microsistema família

Nessa categoria foram analisadas as relações estabelecidas no microsistema família, abordando as seguintes subcategorias: a família e a situação de rua, a família e a violência intrafamiliar, subdivida em: família e a violência doméstica; a família e o abuso sexual intra e extrafamiliar; a família e a figura materna; a família e a experiência com as drogas e a família e a exploração sexual.

### 2.9.2.1. A família e a situação de rua

Nessa subcategoria foi analisada a experiência da família da Participante A com a situação de rua. De acordo com a Participante, durante um período do seu desenvolvimento ela e a sua família moravam na rua:

*“Eu morava em Ipanema né na beira da praia né. Nos morava em barraquinha né, em barraquinha na beira da praia. A gente passava fome, nos ia nas casas pedir para nós se alimentar(...)Tudo junto, a gente passava fome, frio e aí comia as coisas do lixo, ta louco.”* (quanto tempo você ficou nessa situação?)Um bom tempo. Até a minha mãe arrumar uma casa longe de Ipanema né. E ela conseguiu. Mas eu nunca me lembro.(...). É uma historia, é longa.” (Participante A, 17 anos)

*“Báh, o que nos passemos, ninguém passa por isso que nos passemos”* (Participante A, 17 anos).

A experiência de morar na rua é apontada como uma das maiores forma de exclusão por acontecer quando a pessoa está desprovida de bens materiais e simbólicos mínimos para a sua sobrevivência (Nascimento, 2000). Vivendo nas ruas, as pessoas ficam expostas à violência e marginalização social e são tratadas como inexistentes já que não fazem parte das estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (Escovel, 2000). Assim, na experiência de rua apresentada pela Participante A, vários fatores de risco foram apresentados como: a exposição ao frio aumentando, assim, a probabilidade de contrair doenças respiratórias; a alimentação feita do lixo por aumentar as chances de infecções e contaminações e o fato de não ser assistida por nenhuma política social. Além desses aspectos, tanto a Participante A como seus irmãos ficaram fora da escola, sendo, assim um fator de risco.

### 2.9.2.2 A família e a violência intrafamiliar

#### 2.9.2.2.1 A família e a violência doméstica

Nessa categoria foi analisada a violência cometida pelos parceiros das mulheres pertencentes à família das Participantes. Na família da Participante C, a sua mãe foi vítima da violência cometida por seu pai enquanto viviam juntos. Tal violência fez com que a sua família ficasse sobre a proteção do estado em uma instituição específica para mulheres vítimas de violência:

*“Quando eu nasci ele, a gente não... Eu acho que... Quando eu nasci ele na, o ele não me conheceu... Eu não me lembro... Não sei... A minha mãe falava que ele batia nela e ela grávida... Era drogado... Vivia drogado... Não dava nada para dentro de casa... A minha mãe té que... a minha mãe teve que ir para uma casa de apoio se não ela ia perder nós .... se ela não fosse ia perder os filhos, a guarda. Por causa que ele batia demais, daí se ela ficasse lá eles iam tirar os filhos dela, aí ela foi embora para a casa de apoio e depois que a gente veio para cá.”*(Participante C, 13 anos)

A Participante A relata que a sua mãe sofreu agressão física do seu pai e que a sua irmã sofre agressões constantes do seu cunhado:

*“Eu acho que os dois brigaram e meu pai deu na minha não sei, sei lá eu. Brigaram mas se separaram né. Daí eu nasci.”* (Participante A, 17 anos)

*“O apelido dele é louco, mas o nome dele é W. Ele bate nela (irmã) toda hora né e ela tá grávida. Ele bate nela grávida. (...) Ela tá casada, ela escolheu errado né.”* (Participante A, 17 anos).

Com a Participante B, apesar dos seus pais continuarem juntos, relata que eles costumam ter conflitos constantes:

*“Eles vivem brigando... Ela ficou braba por que ele saiu para beber e voltou bêbado”* (Participante B, 17 anos)

A violência contra a mulher é considerada uma violência manifestada com agressões físicas, psicológicas ou sexuais dirigidas especificamente para a mulher. Essa violência é chamada de “doméstica” ou “intrafamiliar” devido primeiro a agressão ocorrer no espaço da casa e por seus maiores agressores serem pessoas próximas ou da própria família da vítima (Schraiber & D’Oliveira, 1999). A probabilidade da mulher ser agredida no seu ambiente doméstico por seu companheiro, ex-marido ou o pai de seus filhos é nove vezes maior do que ser vítima de uma violência na espaço da rua ou do trabalho (Guerra, 2004). O que torna a mulher mais vulnerável a essa violência está relacionado com a sua condição de gênero que é definido pelos papéis de submissão e de desigualdade perante o masculino. A concepção de gênero abrange as relações sociais que definem, instituem e organizam a maneira como os homens e mulheres estabelecem as relações entre si, se inserem na sociedade e efetuam as suas atividades (Duque-Arazola, 1997). Segundo a autora, as relações sociais que estruturam os papéis de submissão e desigualdade feminina estão baseadas numa cultura patriarcal que concebe o homem como um

ser superior à mulher e com isso favorece a sua exclusão, o seu silenciamento e os sentimentos de inferioridade. O comportamento agressivo do pai da Participante C contra a sua mãe e do cunhado da Participante A mostra que as relações de gênero estabelecidas por eles se fundamentam na lógica acima descrita de que o homem possui poder para realizar tal atitude. A atitude das mulheres também sinaliza a lógica de submissão da mulher ao permanecer na situação de agressão por seus companheiros. No caso da Participante A, o uso contínuo das drogas por parte do seu pai pode ter agravado o seu comportamento violento dele, já que pesquisas mostram que o uso de substâncias psicoativas aumenta a manifestação da violência (Navaz & Koller, 2006a). Outro fato relatado pela Participante A foi a contaminação da sua mãe pelo HIV, transmitido por um dos seus companheiros:

*“É que assim oh, o meu padrasto ele mora no X né, a mãe dele tinha doença né e foi bebezinho né, aí ele falou para minha mãe né que ele era nenezinho e a mãe dele tinha a doença né. E a mãe dele não conseguiu desagatizar ele, por que ele engoliu sangue... Aí na hora que ele foi transar com a minha mãe né sem camisinha né, aí ele falou tudo isso para mãe né, ai sei lá, eu fico preocupada com ela, transou sem camisinha né e ele morreu e ela tá aqui até hoje né”* (Participante A, 17 anos)

Segundos dados epidemiológicos da AIDS no Brasil, o número de contaminação em mulheres tem crescido, principalmente no grupo das que tem um parceiro fixo (Knauth, 1999). O padrasto da Participante A, mesmo sabendo da sua contaminação, teve relação sexual com ela sem proteção. Da mesma forma, a sua mãe ao saber do fato também não tomou providência para se proteger disso. Nesses casos, algumas mulheres podem perceber que a sua contaminação ocorreu dentro de um contexto em que ela exercia o seu papel de esposa e que a contaminação não ocorreu de forma intencional (Knauth, 1999). Por outro lado, os homens alegam que é desconfortável o uso da camisinha e que ela diminui o prazer sexual (Heilborn & Gouveia, 1999). O fato de o padrasto ter relatado que a contaminação ocorreu no seu nascimento pode ter contribuído para o comportamento da mãe da Participante A, já que não foi adquirido de uma relação extraconjugal. A mãe da Participante A teve mais dois filhos depois da sua contaminação, sendo que um deles faleceu após o nascimento:

*“Ele tem uma doença né, ele é HIV, HIV(...). Como nós, nós somos livres né mas a minha mãe e ele tem uma doença... Vai ou não vai (...)”* (Participante A, 17 anos)

Outro fator de gênero apontado no relato da Participante C é que o seu pai “não dava nada para dentro casa”(sic.), ou seja, o seu pai não exercia o papel de provedor da família, cabendo a mãe toda a responsabilidade dos cuidados dos filhos. De acordo com Navaz e Koller (2006a), no modelo da família patriarcal burguesa cabe ao homem o sustento financeiro e a mulher os cuidados da casa, dos filhos e dos maridos. Esse papel feminino foi posto em questão diante da possibilidade da perda da guarda dos filhos por conta da violência sofrida, o que a obrigou a romper com o seu companheiro. Assim, a mãe da Participante C teve que abandonar o seu lar e se “esconder” do agressor numa instituição especializada para mulheres vítimas de violência. A existência de instituições voltadas para essa questão mostra um avanço no que tange a garantia dos direitos da mulher. A criação de políticas públicas para o atendimento de mulheres vítimas da violência é considerada um fator positivo para o enfrentamento da sua condição de vulnerabilidade social (Navaz & Koller, 2006b). Porém, nesses casos as mulheres ainda precisam abandonar os seus lares para se proteger da violência já que não se consegue impedir que o agressor continue cometendo violência. Dessa forma, ao responsabilizar apenas a mulher pelos cuidados dos filhos, a sociedade desobriga os homens, o estado e a comunidade de sua responsabilidade social sobre essa questão (Narvaz, 2005).

A experiência cotidiana da violência intrafamiliar cometida pela figura masculina exerce uma influência significativa na formação de gênero dos filhos que aprendem que o papel masculino é constituído pela agressão e o feminino pela submissão. Sobre o seu pai, a Participante C menciona que não lembra dele pois foi para o abrigo com a sua mãe ainda pequena, mas relata que não deseja conhecê-lo por conta do ocorrido:

*“Nem sei, até hoje eu não queria conhecer ele por causa do jeito que ele foi(...) Eu sentia pena dela”* (Participante C, 13 anos)

Assim, esses papéis de gênero repassados por sua família e afirmados socialmente podem ser um fator de risco para as adolescentes se a violência masculina for vista como uma forma naturalizada de homens e mulheres se relacionarem. Por tanto, como fator de proteção faz-se necessário criar nas instituições de atendimento espaços que possam questionar esses modelos e, com isso, propor outras formas menos violentas de se pensar a relação masculino e feminino.

#### 2.9.2.2.2 O abuso sexual intra e extra-familiar

Nessa sub-categoria foram analisadas a percepção das adolescentes sobre a experiências de abuso sexual ocorrido na família, sendo o abuso sexual intrafamiliar com as Participantes A e B, e o extrafamiliar com a irmã da Participante C.

Com a Participante A, o abuso sexual foi cometido por um dos seus padrastos, envolvendo ela e a sua irmã. De acordo com os seus relatos, o abuso sexual ocorreu por meio de olhares, visitas noturnas ao seu quarto e tentativa de estupro.

*“Ai de ele dormir com a minha mãe e eu dormir no meu quarto né e ele levantar para tomar água sei lá eu e ele me olha e passa a mão em mim, sei lá. Ele não é louco. Não gosto de padrasto”.* (Participante A, 17 anos)

*“Ele me olha com uma cara de, de, sabe, parece que ta com vontade de pegar a força o cara. Uma carinha de safadinho mesmo.”* (Participante A, 17 anos)

*“ Por que as vezes quando é criança acontece né. Do pai tentar (...)* (Participante A, 17 anos)

No terceiro relato da participante, o comportamento abusivo de um pai contra a sua filha na infância é retratado como uma coisa que pode ocorrer nessa fase da vida. A percepção da participante sobre o abuso sexual ocorrido na sua família corresponde com a realidade em que o fenômeno se apresentada socialmente. Pesquisas realizadas sobre o tema revelam que é no contexto familiar que ocorre a maior incidência de abuso sexual e que grande parte dos abusadores são pessoas que exercem, para a criança e o adolescente, o papel de cuidador (Habigzang, 2006). Tal fato foi visto nos relatos da Participante B que mencionou o seu pai como agressor da violência sexual sofrida:

*“A minha cisma é que o meu pai se passou comigo, mais ele não se passou até que me olhava com “maus olhos”, mais graças a Deus não aconteceu nada...”* (Participante B, 17 anos)

*“Quando eu fiquei adolescente o meu pai passou a me olha com outros olhos. Ficava olhando eu me trocar de roupa. Entrava no banheiro quando eu estava tomando banho”* (Participante B, 17 anos)

Na literatura especializada sobre o tema, o abuso sexual pode ocorrer de diversas formas, incluindo o sem contato como *voyeurismo*, exibicionismo, telefonemas e assédio sexual (ABRAPIA, 2002). Assim, apesar da participante ter descrito que “não aconteceu nada”(sic.), o fato do seu pai ter praticado o *voyeurismo* foi um abuso sexual e por isso pode gerar conseqüências negativas para o seu desenvolvimento. Segundo pesquisas realizadas na área, a

experiência do abuso sexual gera efeitos negativos para a vida da adolescente como a drogadição, suicídio e comportamentos anti-sociais (Ferrari & Vecine, 2002). Segundo a Participante C, a sua irmã sofreu muito com o ocorrido. Para ela, por conta desse “trauma” ela acabou se envolvendo com as drogas, principalmente o *crack*, a exploração sexual e com um traficante de drogas.

Na vivência com o abuso sexual incestogênico, a percepção da criança e do adolescente sobre a família pode sofrer mudanças por quebrar normas sociais a respeito das relações afetivas no contexto familiar. A quebra dessas normas pode fragilizar os vínculos familiares e favorecer a busca da rua como uma forma de lidar com essa violência (Paludo & Koller, 2008). Conforme relatos de crianças e adolescentes, ao estarem nas ruas elas tornam-se mais vulneráveis à situação de exploração sexual por ser uma forma de sobrevivência (Dimenstain, 1992; Libório, 2004; Verardo, Reis, & Vieira, 1999). Além desses aspectos, o abuso sexual também gera conseqüência para a vida sexual de suas vítimas. O comportamento erotizado e promíscuo, ou comportamento sexual “inadequado” são apontados como um dos indicadores para a identificação da ocorrência do abuso sexual (ABRAPIA, 2002; Habigzang & Caminha, 2004). Uma das explicações para esse comportamento é o fato de que as crianças ou adolescentes na experiência do abuso sexual estabelecem uma relação diferenciada com o seu corpo em que ele é potencializado sexualmente para se conseguir afeto ou algum tipo de objeto que possa representar isso (Verardo, Reis, & Vieira, 1999). Assim, nessa troca a criança ou adolescente pode estar experienciando, de maneira precoce, como utilizar o seu corpo sexualmente para obter aquilo que deseja. Um dos aspectos que pode fundamentar essa concepção é o fato de que muitas adolescentes em situação de exploração sexual relataram ter sofrido algum tipo de abuso sexual (Dimenstein, 1992; Verardo, Reis, & Vieira, 1999). Apesar da forte relação entre o abuso e exploração sexual, muitas crianças e adolescentes vítimas do abuso sexual não se envolvem com a exploração sexual e por isso, a relação dessas duas situações deve ser melhor definida para que a sua análise não seja feita de forma “mecânica” (Dos Santos 2004, p.134).

#### 2.9.2.3 As adolescentes e a figura materna

Nessa subcategoria, foram analisadas as relações estabelecidas das Participantes com a figura materna, abordando os conflitos experienciados pelas adolescentes na família e a sua relação com a violência intrafamiliar. Nas famílias das participantes estudadas, a composição familiar é baseada na monoparentalidade na qual a figura feminina é a responsável pelos

cuidados e criação dos filhos. Por isso, os conflitos familiares das participantes foi direcionado para a figura materna. No caso da participante B, mesmo com a existência dos seus pais, a sua avó tornou-se a sua responsável diante do comportamento negligente dos pais. Porém, as figuras dos pais foram influentes no seu desenvolvimento e alguns dos conflitos descritos pela Participante B foram descritos nas relações estabelecidas com eles. No caso das Participantes A e C, os conflitos formam centralizados na figura da mãe que assumiu toda a responsabilidade de sua criação. A Participante A, numa das entrevistas, relatou estar chateada com a sua mãe devido às cobranças dela:

*“Que minha mãe fala coisas que o cara não quer ouvir né. Tu não gosta disso né que ela fala uns negócios errados né. Tá certo que eu sou filha dela né mas, báh. Ela fala uns negócios que o cara vai a loucura com ela, da vontade de fugir de casa, da vontade de dar uma banda, não sei. Ela disse que é para mim ir para casa, sei lá eu, estudar, para ser alguém na vida. Ai eu não gosto que ela me xaropeia toda hora. Todo o dia, todo o dia. Por isso que eu não gosto muito, que eu não gosto muito da minha mãe. Por isso que eu tô louca para conhecer o meu pai para ir embora com ele. Eu gosto um pouquinho dela mas ela viaja legal na minha também”.*  
(Participante A, 17 anos)

Nessa fala, a Participante menciona um papel importante da sua mãe em exigir dela que faça atividades consideradas importantes para o seu desenvolvimento como estudar e “ser alguém na vida”(sic.). Alguns adolescentes diante do conflito emocional com a mãe podem idealizar na figura ausente de um dos seus cuidadores a relação que não consegue estabelecer com o cuidador presente, como se esse figura fosse tirá-la da situação de sofrimento que está passando (De Antoni & Koller, 2000a). Nessa situação, a busca por uma figura afetiva ausente pode desgastar ainda mais a relação da adolescente com a mãe já que ela é a única figura cuidadora presente na sua vida. Além desses aspectos, o desgaste emocional pode gerar o distanciamento, a ausência de diálogo, aumentando, assim, a probabilidade de conflitos verbais e físicos (De Antoni & Koller, 2000b). Em uma das suas discussões com a sua mãe, a Participante A relata que sofreu agressão física e por isso decidiu sair da casa:

*“Esses 3 meses quando eu fui embora foi uma hora que ela deu um pau em mim só de mangueira. Eu fiquei toda roxa, foi a hora que eu me irritei, tava toda roxa, e larguei para canoas. Usando drogas, usando isso... programas”* (Participante A, 17 anos)

A fuga de casa e a situação de rua vulnerabiliza a adolescente para diversas formas de violência, seja pelos moradores de ruas, seja pela própria polícia (Gomes, 1996). No caso da Participante A, foi morando nas ruas que o uso das drogas foi intensificado. Além desse fato, ao utilizar a agressão física como uma prática educativa para modificar os comportamentos indesejados dos filhos, os pais podem estar ensinando os seus filhos que a agressão é uma forma de se conseguir resultados almejados (Reppold, Pacheco, & Hutz, 2005).

Com a Participante B, a relação com a mãe foi descrita como conflituosa por ela não assumir a responsabilidade dos filhos, cabendo a Participante o papel de cuidar dos irmãos:

*“Ela não fazia nada. Uma vez ela fez curso aqui também de costura e ela não fazia nada. Ela só sabia mandar e mandar e mandar. Ia para casa das amigas, ficava, vivia na casa dos outros. Sempre me mandava fazer as coisas. Eu tinha nove anos e já, eu tinha nove dez anos por aí e eu já cozinhava. Eles saiam de noite e eu ficava em casa, sempre foi assim. E ele mentia (o pai) que cuidava de nós, se eu que era a mais velha, era eu que cuidava dos outros.”*

(Fragmento do texto da Participante B, 17 anos)

Nesse relato, a Participante B aborda a situação de negligência cometida por seus pais por não assumirem os cuidados dos filhos. A negligência é uma violência que se caracteriza pela omissão dos pais ou responsáveis em fornecer a criança e ao adolescente condições favoráveis ao seu desenvolvimento (ABRÁPIA, 2002). Algumas dessas condições são cuidados com a saúde, educação, higiene e supervisão das atividades que podem gerar riscos. A negligência pode gerar conseqüências negativas para o desenvolvimento da criança já que a ausência de cuidados torna a criança vulnerável a todos os riscos como: acidentes domésticos, violência, baixo desempenho na escola, etc. No caso da Participante B, a negligência familiar fez com que os papéis familiares fossem invertidos, já que os pais transferiram a responsabilidade de cuidar dos filhos para ela. Os vínculos afetivos também foram fragilizados já que os seus pais passavam a maior parte do tempo fora de casa e durante a convivência com a Participante não exerceram a função de cuidadores. O enfraquecimento do vínculo afetivo foi um fator de risco devido às figuras parentais não representarem para a adolescente um papel de apoio e segurança emocional (Beserra, Correia, & Guimarães, 2002). A inversão de papéis apresentados na família da Participante B também é apontada como um fator de risco já que os pais não assumiram os seus papéis efetivamente. A Participante B também não pode assumir seu papel de filha e como tal merecedora de cuidados e proteção. Assim, partindo de uma perspectiva do desenvolvimento

ecológico do desenvolvimento, a análise da negligência também é abordada de acordo com o contexto macrosocial em que a família está inserida. As famílias podem encontrar dificuldades em prover as necessidades de seus filhos devido às condições precárias em que vivem, como também pela ineficiência dos serviços públicos como a saúde, educação, cultura, etc. (Beserra, Correia, & Guimarães, 2002). Nesses casos, torna-se difícil identificar os fatores da negligência familiar já que eles estão relacionados com os fatores socio-econômicos do macrosistema. No caso da Participante B, a vivência da rua, as dificuldades financeiras e o uso de drogas contínuo podem ter contribuído no comportamento negligente da sua família.

As relações afetivas da Participante B com a sua mãe são descritas como conflituosas, sendo apontada além da negligência o comportamento de rivalidade entre elas:

*“Eu podia ter né por que a minha mãe não se importava comigo, nunca se importou, e na rua se eu quisesse eu já tinha filho né, se eu quisesse né. Por que ela fala tanto né que eu sou isso e que eu sou aquilo”*. (Participante B, 17 anos)

*“Meus pais não pensam na gente pra eles nós somos um atraso de vida, minha mãe me odeia ela tem inveja de mim só porque eu tenho 17 anos e sou virgem até agora, mesmo assim ela me ofende, e sem razão porque se eu fosse assim até com um filho nos braço (...)”* (Participante B, 17 anos)

*“Ela tem inveja de mim, das minhas roupas, do meu corpo. Ela se metia no meio, se mostrando, se atirando pros guris. [Quais guris?] Para todas as pessoas da rua. [Quais]? Dos homens”*. (Participante B, 17 anos)

A rivalidade apresentada pela Participante B sinaliza que o vínculo entre ela e a sua mãe não está baseado na confiança e no respeito, elementos fundamentais para um desenvolvimento afetivo saudável. A sexualidade da Participante B mostrou ser um fato determinante para que os conflitos surgissem, principalmente pelo fato dela se sentir cobrada pela mãe com relação ao seu comportamento sexual. O fato de ainda ser virgem e nunca ter tido filho na sua idade representa para a Participante B a sua diferenciação para com o modelo materno, considerado por ela como um modelo negativo. Esse comportamento também foi observado em relação a uma outra pessoa da família que teria o mesmo sentimento da mãe sobre o fato dela ainda não ter tido filho:

*“É que a filha dela tem inveja de mim, é que eu tenho 17 e não tenho filho e a filha dela tem 15 e já tem uma filha.”* (Participante B, 17 anos).

Assim, a forma como a sua mãe concebeu os filhos pode estar representando para a Participante B um fator causador de sofrimento vivenciado por ela e seus irmão na sua família. Somado a isso, o comportamento negligente dos seus pais permaneceu apesar deles continuarem tendo outros filhos. Durante a pesquisa, a Participante foi chamada, juntamente com o seu irmão, pelo serviço de assistência social da cidade para falar da situação dos seus pais e de sua irmã mais nova que vive com eles:

*“Ontem meu irmão e eu fomos numa reunião com a assistente social na FASC pra resolver o caso da minha irmãzinha B, com quem ela vai ficar o que fazer para ajudar, e eu falei que lá em casa não dá porque a minha avó não tem condições de sustentar mais um porque ela já cuida de mim e de meus 3 irmãos mais 1 não dá mesmo assim meus pais vão estar sempre juntos se aproveitando da situação, gostaria de ter uma família diferente, mais como não se pode escolher tenho que me contentar com o que tenho”.* (Fragmento do texto da Participante B, 17 anos).

Nesse relato, a Participante B mostra mais uma vez que os papéis familiares foram invertidos já que os filhos são chamados pelo estado para responder pelo comportamento inadequado dos seus pais para com a sua irmã pequena. Tal fato gerou sofrimento para a Participante B já que não é a família que gostaria de ter. Por outro lado, a sua percepção realista de sua família é considerado um fator positivo pois permite que ela enfrente a realidade de violência e negligência da sua família (De Antoni & Koller, 2002a).

Apesar da Participante B ter tido essa experiência negativa com os seus pais, a presença da avó na sua vida foi um elemento importante para o seu desenvolvimento:

*“Amo muito a minha avó, agradeço por tudo o que ela me fez me ajudou muito nas horas de dificuldade e me ajuda até hoje. se não fosse ela eu e os meus irmão não estaríamos aqui agora”* (Fragmento do texto da Participante B, 17 anos)

A avó também foi uma referência normativa quando a Participante B mencionou que estava fazendo um comportamento indesejado por ela:

*“Eu peguei carona ontem na volta da escola. Se a minha avó souber vai me matar”* (Participante B, 17 anos).

A violência doméstica sofrida pela Participante B e seus irmãos fez com que a avó paterna assumisse a responsabilidades deles e com isso afastou os seus netos do contexto de violência familiar, oferecendo a eles um espaço protetivo. Assim, a presença da avó na vida da

Participante B proporcionou a ela um vínculo afetivo seguro necessário para o seu desenvolvimento, sendo assim um fator de proteção.

Com a Participante C, os conflitos foram descritos em relação a sua mãe que se queixava de sua participação no “batuque” (religião candomblé) semanalmente. Para a sua mãe, o envolvimento com essa religião fazia com que as coisas ruins na sua casa acontecessem e, com isso, os conflitos entre elas aumentassem. Porém, na percepção da Participante C, os conflitos com a sua mãe aconteciam devido à ausência de carinho e afeto por parte dela:

*“Eu fico lá em casa toda sentimental e ninguém percebe, para eu receber carinho tenho que ir atrás”.* (Participante C, 13 anos)

Segundo o relato da Participante C, quando ela ficou doente a sua mãe não percebeu a situação, o que fez com que sua doença se agravasse. Foi depois levada ao posto de saúde por um dos seus irmãos. Para melhorar a sua relação com a sua mãe, decidiu que não iria mais participar do “batuque”:

*“Eu sentei com ela e conversei, daí ela me pediu pra mim que não era mais para eu sair de noite, nesse batuques, aí eu num fui mais e agora já a gente tá se dando bem. Que ela queria que eu estudasse, que eu fosse para a aula, que eu não ficasse de manhã dormindo e não fosse para a aula. Ai... A gente conversou.”* (Participante C, 13 anos)

Assim, de acordo com a fala da Participante C, as confusões surgiram devido às cobranças da mãe para com a sua frequência na escola que estava sendo prejudicada com a sua ida para os “batuques”. Apesar da mãe estar exercendo a sua função de cuidadora, a cobrança foi vista inicialmente pela Participante C como algo negativo já que foi interpretado como uma barreira para o exercício da sua autonomia. Porém, a saída da religião fez com que a relação delas melhorasse.

Em estudos realizados com adolescentes em situação de exploração sexual, a violência intrafamiliar é vista como um forte fator de risco para a exploração sexual (ANDI, 2008; Gomes, 1996; Libório, 2004). Porém, para Leal (1999) a violência intrafamiliar não é um fator de risco que determina isoladamente a entrada da criança e do adolescente na exploração sexual, mas é um fator de risco que quando associado a outros fatores como a pobreza, desemprego, separação, migração, mortes e disputas aumentam a probabilidade de envolvimento com a exploração sexual (p.9). A violência estrutural e social está fortemente relacionada com a violência intrafamiliar, pois a exclusão social e material, os altos índices de desemprego, a feminilização

da pobreza, a discriminação por cor, raça e gênero favorecem o aumento dos conflitos interpessoais e, conseqüentemente, enfraquecem os laços familiares (Leal , 2001).

#### 2.2.9.4. A família e a experiência com as drogas

A questão da drogas foi relatada nas três famílias das participantes, sendo que apenas a Participante A mencionou também fazer uso das drogas. Nas famílias das Participantes A e B, alguns de seus irmãos estavam envolvidos com o tráfico.

De acordo com o relato da Participante A, na sua família todos os seus irmãos são usuários de drogas, sendo que três deles estão envolvidos com o tráfico e atualmente estão presos:

*“A minha irmã, essa aí que tá na cadeia ela fuma macinha sabe, maconha, pedra. Eu tenho um irmão também, o Z, ele usa droga, ele usa crack. Mas ele não mora com nós, ele mora na rua. É o que eu te falei, ele mora na rua, pode ver a foto dele é diferente, aí ele tá magro”* (Participante A, 17 anos)

*“Aí, o cara apresentou uma tal de pedra aí elas não sabiam o que era essa pedra. Daí eles pediram para elas darem um pega, daí elas fumaram e fissuraram e foram vender e pegaram elas. Pegaram elas.”* (Participante A, 17 anos)

*“Nos tava precisando de coisa dentro de casa né daí o meu irmão, ele tava na cadeia e se irritou e quis voltar. Se deu mal e não conseguiu né. Aí ligaram para minha mãe e avisaram que ele tava em cana né, e as minhas duas irmãs tavam vendendo droga. A minha mãe não sabia nem o que eu era. Aí descobriu..., tá louco”.* (Participante A, 17 anos)

A Participante C relata que a sua irmã passou a usar *crack* quando ela conheceu o pai do filho dela na prática da exploração sexual. Segundo a Participante C, por conta do uso das drogas a sua irmã está se “estragando” (sic.).

Estudos mostram que o uso de drogas por crianças e adolescentes vem aumentando nos últimos anos, sendo o álcool, tabaco, solventes, medicamentos e maconha os mais utilizados por essa população (Pratta & Santos, 2006). Nas populações de baixa renda, as drogas mais utilizadas têm um teor mais alto de toxicidade tanto nas bebidas com álcool, com na maconha, cocaína e derivados, sendo o crack e a pasta básica (merla) os mais usados (Sudbrack & Macedo, 1996). Para os autores, essa população tem sentimentos de frustração mais intensos e devido às privações geradas por suas condições socioeconômicas, não encontram formas saudáveis para a sua manifestação, sendo o uso de drogas uma delas. Nesse contexto, o uso da drogas pode ser

uma estratégia de sobrevivência para lidar com as adversidades advindas da sua realidade e o envolvimento com o tráfico além de lhe permitir manter o vício, oportuniza um trabalho, ou seja uma renda. Assim, nas famílias de A e C as experiências de violência intrafamiliar, as dificuldades financeiras e a situação de rua (Participante A) podem ter sido fatores de risco significativos para o envolvimento dos membros com o uso das drogas e com o tráfico. Porém, com o uso abusivo das drogas, outros fatores de risco podem ser criados a partir dessa experiência, como prejuízos na saúde física, psíquica e nas relações familiares. Os usuários dependentes e abusivos têm dificuldade de manter os vínculos afetivos nas famílias, sendo que alguns nem chegam a constituí-la (Schenker & Minayo, 2004). No caso da Participante A, os vínculos familiares foram rompidos pois além da questão das drogas, os seus irmãos se envolveram com o tráfico como uma forma de manter o vício e acabaram sendo presos. Um deles, inclusive, passou a morar na rua, perdendo por completo os vínculos com a família.

O uso abusivo das drogas está associado a alguns comportamentos de risco como o comportamento infrator, atividades sexuais precoces e abandono da escola (Schenker & Minayo, 2004). No caso da Participante C, a sua irmã saiu de casa para morar com o seu companheiro que segundo a Participante foi quem apresentou a droga para ela. No rompimento da sua irmã com o marido, a guarda do seu sobrinho foi dada ao pai devido às condições precárias de sua família. Por conta do comportamento negligente do pai, o seu sobrinho veio a falecer afogado em uma piscina. Diante desse fato, a Participante C mencionou que se isso aconteceu foi por que ele sofreria mais se ficasse vivo. Assim, o contexto conflituoso de drogas e violência fez com que a Participante C pensasse que no “céu” o seu sobrinho estaria melhor.

Com a Participante B, o uso de drogas pelos seus pais fez com que muitas vezes a sua mãe solicitasse que ela fosse para as ruas enquanto eles utilizavam a maconha:

*“Eles gastavam o dinheiro com as drogas. Depois de um tempo ele começou a usar o crack”* (Participante B, 17 anos)

Sob o efeito das drogas, a Participante disse que presenciava a intimidade de seus pais que segundo ela “se pegavam”(sic.) na frente deles. Nesse caso, o uso da droga fez com que o vínculo com os pais fosse afetado já que o seu uso fazia com que eles ficassem afastados dos filhos e que eles permanecessem na rua sem a supervisão de um adulto responsável. Além disso, a exposição da intimidade sexual do casal para ela e os seus irmãos foi vivenciada como um

aspecto negativo. Nesse caso, o uso excessivo das drogas pode ter contribuído para que os pais perdessem o controle sobre o seu comportamento sexual.

#### 2.9.2.5 A família e a sua relação com a exploração sexual

Nessa sub-categoria foram analisadas a relação da família com a prática de exploração sexual das adolescentes estudadas. Foram utilizadas apenas as falas da Participante A que relatou como a sua mãe lidava com essa realidade. A Participante A fez relatos contraditórios a respeito da reação da sua mãe para com o que ela e a sua irmã faziam. Em alguns momentos mencionou a mãe como uma figura cuidadora e protetora e que não permitiria que os seus filhos fizessem algo ruim:

*“Sabe que a tua filha já é mulher já né. Como é que eu vou saber que a minha filha anda fazendo essas coisas na rua aí, que nem uma das irmãs dela falam para mim. Mãe, eu vou te falar um negocio, quem me levou para mau caminho foi a T, a sua própria filha que fazia programa aí no centro e ela me levou né. Eu não sabia que ela fazia isso na rua aí. Daí a minha mãe deu um pau nela por que ela me levou para mau caminho”.* (Participante A, 17 anos)

Por outro lado, relatou uma mãe permissiva com a prática da exploração sexual:

*“Vou fazer o programa né, eu fazia antes né, eu fazia antes com a minha mãe né que me mandava fazer, mas eu não, eu não fazia né, como a minha irmã fazia.”* (Participante A, 17 anos)

*“(...)Ela nunca levou os filhos dela para mau caminho, ela nunca levou. Ela falava que quem sabe da cabeça de vocês é vocês mesmo né. Se vocês quiser ir para rua fazer isso na vida de vocês, vocês vão né. A mãe não teve nada de culpa nisso aí, nada de culpa. Nós mesmo que fazia da nossa vida né?”.* (Participante A, 17 anos)

Apesar de nessas falas não ficar claro a participação da mãe, a Participante menciona que o dinheiro ganho nos programas foi dado para a sua mãe para ajudá-la nos cuidados com a família:

*“Fiz o programa né, para ajudar a minha mãe. (...) Eu dava tudo para ela né, não ficava nada para mim. Para ela ajudar os meus irmãos. Dava o dinheiro para a mãe”.* (Participante A, 17 anos)

Nos relatos mostrados por Trindade (2005), as famílias apresentaram diversas formas de envolvimento com a exploração sexual, seja incentivando as adolescentes a ajudarem na renda familiar por meio da exploração sexual ou concordando que elas mantenham relações afetivas

com homens mais velhos que possam sustentá-las. Uma das questões associadas a esse comportamento é que a necessidade financeira pode se sobressair às outras questões normativas que envolvam a violação dos direitos da criança e do adolescente, como a violência sexual e o trabalho infantil. A dificuldade financeira gerada pelos baixos salários e poucas oportunidades de emprego para as mulheres faz com que a família recorra a outras estratégias para adquirir renda como a entrada de crianças no trabalho (Prá, 2005). Assim, as famílias buscam sobreviver com os recursos que o seu contexto lhe proporciona. Na família da Participante A, a vivência como moradores de rua, a experiência de passar fome e frio e as perdas dos familiares pelo vício e pela doença podem ter minimizado, na percepção dos familiares, os problemas que envolvem a exploração sexual, já que é uma prática que propicia dinheiro para a família.

### 2.9.3. A prática da exploração sexual

Na pesquisa, a forma de perceber a exploração sexual aconteceu de maneira diferenciada para as participantes A e C, e diversos fatores estão associados para que, com a Participante A, em um momento a prática da prostituição seja associada a uma coisa positiva, em outro seja associada à negativa. A participante A ao relatar pela primeira vez sobre a exploração sexual classificou a sua experiência como uma coisa negativa:

*“Uma coisa horrível... Tá louco”* (Participante A, 17 anos)

*“Eu não sabia que ela ia me levar o mau caminho, mas ela me levou né, fazer o que.”*  
(Participante A, 17 anos).

Para a participante C, a exploração sexual também foi vista como uma coisa negativa, praticada com homens mais velhos e como algo que não deveria se envolver:

*“Ah, ela me falava também que quando ela ia transar com os véi, e os véi dava dinheiro e isso num era bom”* (Participante C, 13 anos)

*“Ela contava que era ruim isso, que nunca era para eu fazer isso”* (Participante C, 13 anos)

Para C a experiência da exploração sexual foi ruim para a sua irmã devido ao impacto que isso causou nas pessoas em sua volta. Tal impacto fez com que a imagem da irmã fosse estigmatizada socialmente:

*“Eu achava ruim isso por que ela tava ficando mal falada. Todo mundo falava dela”*  
(Participante C, 13 anos)

*“Eu ficava desmoralizada por causa dessa história(...)”* (Participante C, 13 anos)

O conteúdo trazido nessas falas mostra o quanto a percepção sobre a prática da exploração sexual é complexa. A prática da exploração é um estigma fortemente carregado de conotações negativas por ser considerada uma prática criminosa que viola os direitos da criança e do adolescente (Libório & Sousa, 2004). Porém, a percepção negativa das Participantes A e C para a prática da exploração não se embasou numa compreensão de violação aos seus direitos, mas numa prática que rompe com as expectativas sociais e morais sobre a sexualidade feminina. O termo *“mal falada”* trazido pela participante C reflete a sua preocupação com um processo descrito por Faleiros (2004) de marginalização social e de autoexclusão de uma *“vida honesta e boa”* (p.52).

A mudança do termo prostituição para exploração sexual teve como objetivo mudar a concepção de que a criança e o adolescente ao se encontrarem nessa situação não estão se prostituindo de forma autônoma, mas são vítimas da prática criminosa cometida por um outro (Leal, 1999). Assim, esperava-se que a sua prática não fosse mais comparada ao da prostituição adulta. Porém, a realidade trazida pela participante A e C mostra que mesmo com essa modificação, a exploração sexual ainda é associada à prostituição no que tange a culpabilização e condenação das mulheres envolvidas nessa prática:

*“Mas eu nem comento nada, não comento com eles isso aí que eu fazia, eu acho que eu era errada, eu era culpada por isso, fazia as coisas tudo errado, não sei....”* (Participante A).

Um estudo realizado com professores de rede estadual e municipal em Presidente Prudente sobre a percepção deles em relação as adolescente envolvida com a exploração sexual, mostrou que elas são referidas como as grandes responsáveis pelo envolvimento com essa realidade (Libório, Camargo, Dos Santos, & Santos 2007). Assim, tanto a participante A como a C ao falarem da prática da exploração sexual, reproduzem o discurso social adulto discriminatório e culpabilizante sobre a adolescente envolvida. Nesse discurso sobre a exploração sexual há também fatores de gênero sobre o discurso masculino a respeito da sexualidade feminina que será mais amplamente discutido nas categorias sobre o corpo e as relações afetivo-sexuais.

Assim, no decorrer da pesquisa, a Participante A foi trazendo outras percepções sobre a maneira de abordar a exploração sexual, sendo atrelada a outros aspectos como ter acesso ao consumo, não só em relação aos bens materiais, mas também a locais que lhe proporcionasse lazer:

*“Aí eu fui de carro com ele e com a minha irmã. Daí nos fomos, nos fomos para bar né, para bar tomar cerveja se divertir bastante”* (Participante A, 17 anos)

*“Que é bom fazer o sexo né, mas eu nunca experimentei né. Mas eu não sei. É bom fazer o sexo, é bom fazer um dinheiro, é bom sair de vez em quando e comer um veio aí”* (Participante A, 17 anos)

*“Comecei a gostar e a fazer todo o dia, todo o dia, sem falta”* (Participante A, 17 anos)

A forma como a Participante A relata a sua percepção sobre a exploração sexual, mostra uma estratégia comum de algumas adolescentes envolvidas nessa prática. Segundo os relatos mostrados em um projeto de atendimento a esse público, como forma de proteção as adolescentes inicialmente relatam à experiência como uma coisa ruim, que lhe causa vergonha e sofrimento (Teixeira, 2003). Depois, ao se sentirem mais “à vontade”, essa percepção vai mudando e dando lugar a sentimentos e idéias opostas às inicialmente abordadas, como mostrado pela Participante A. Os sentimentos ambíguos em relação à prática da exploração sexual também são mostrados por Faleiros (2004) ao abordar que as adolescentes se sentem excluídas, humilhadas ou tristes por estarem envolvidas numa prática marginalizada. Por outro lado, ao relacionarem a prática com uma possibilidade de aquisição financeira, relatam sentimentos de contentamento ao poderem ter acesso ao que desejam como roupas, diversão, drogas, etc. As adolescentes vêem na exploração sexual uma forma de ser bem remunerada financeiramente em comparação a outras atividades que podem desempenhar no seu contexto (Farinha & Bruns, 2006).

Assim, a Participante A ao relatar que *“comecei a gostar e a fazer todo dia”*(sic.), não refere a sua experiência como uma violação aos seus direitos. Em uma pesquisa realizada em Corumbá-MS, adolescentes identificadas na situação de exploração sexual não se percebiam como exploradas e nem que havia algum risco eminente nessa prática (Kassar, et al., 2005). Segundo essa pesquisa, um dos fatores que influenciam na percepção positiva sobre a exploração sexual é o fato delas terem algum tipo de ganho, seja em dinheiro ou em bens de consumo como perfumes, roupas, sapatos, etc., como já foi abordado. De acordo com Hazeu e Fonseca (1998), a exploração sexual pode ser vivenciada na fase da adolescência como um exercício da autonomia, liberdade e conquista.

Tais fatos podem estar sinalizando o distanciamento que existe entre a realidade da adolescente e o que tem sido discutido sobre ela pelas instâncias governamentais e não

governamentais, assim como a sociedade civil. O que leva uma adolescente a perceber a prática da exploração pode estar sinalizando que os avanços com a conquista de novas leis e novas concepções sobre essa realidade ainda não conseguem atingir a adolescente que está diretamente vivenciando essa realidade. A forma como elas entendem o que fazem está coerente com a relação de troca estabelecida pelo capitalismo. Isso, de fato, pode dificultar o entendimento do estar explorada, pois o ganho financeiro ganho com essa experiência permite sustentar o desejo de consumo, tão mantido e defendido pelo capitalismo.

#### 2.9.4. A exploração sexual e as primeiras experiências

Os primeiros contatos das participantes com a exploração sexual se mostraram de diferentes formas, seja pelos assédios sexuais ou pela aproximação com a experiência de um dos seus familiares, irmã ou tia. Nessa categoria foram discutidas: a exploração sexual e os assédios sexuais e a exploração sexual e a família.

##### 2.9.4.1. A exploração sexual e os assédios sexuais

Ao relatar experiências de adolescentes envolvidas na exploração sexual, Moraes (1998) explica que os “convites sexuais” são uma iniciativa que parte de homens mais velhos, seja utilizando o dinheiro, roupas ou qualquer outro objeto de interesse da adolescente para a troca sexual. No caso da participante A, ao ficar exposta na rua com a sua irmã, o assédio aconteceu primeiro de forma indireta ao olhar e avaliá-la com bonita e “sexy” e depois quando o cliente oferece a proposta do dinheiro:

*“ Ele quer te conhecer para ver se tu é bonitinha. Me achou bonita, me achou sexy. Tá e aí, tu não quer me conhecer e ganhar dinheiro? Não, eu não quero (...) não pretendo fazer nada(...)”* (Participante B, 17 anos)

Na primeira atividade de grupo a participante B relatou que quando era criança o seu pai lhe obrigava a vender balas e biscoitos nos semáforos e algumas vezes os homens que passavam mexiam com ela, oferecendo dinheiro caso ela fizesse “algo”(sic.) para eles. O segundo assédio ocorreu quando a adolescente se deslocava da sua casa para um outro estabelecimento:

*“Eu tinha 15 anos, daí ficou eu, ela e a minha tia, a gente foi no mercado, na padaria. Daí um homem te dou 50 reais o ti entrar aqui no meu carro. Falou, mas aí ela eu, não vou.”* (Participante B, 17 anos)

*“Quando eu estava no centro na parada chegou um homem e segurou no meu braço. Eu fui andando na frente. Nem dei bola (...) Na parada da escola também os caras de carro ficam mexendo”* (Participante B, 17 anos)

Já com a Participante C o assédio sexual aconteceu quando um homem que trabalhava num posto de gasolina próximo a sua casa “alisou” (sic.) a sua mão quando ela lhe pedia dinheiro. Ao relatar isso, disse que costumava ter esse comportamento de pedir dinheiro a ele, porém nesse dia percebeu que ele “queria algo a mais”(sic.) com ela.

Nas situações abordadas, é importante observar a forma como os assédios ocorreram e quais interações foram estabelecidas entre a adolescente e aquele que a assediava. No processo descrito pela Participante A, ela recebeu o “convite” dentro de um contexto em que já se configurava de exploração sexual. Mesmo descrevendo que não aceitou o convite, a adolescente estava junto com a sua irmã a espera desse cliente. Ela se encontrava no centro para que o cliente fizesse uma análise se ela estava compatível ou não com o que ele esperava. Nesse caso, a adolescente se encontrava ali com um objetivo específico de estabelecer uma relação de troca entre ela e o possível “cliente”. A participante C relata que antes de receber o “convite sexual”, freqüentava o local de trabalho do homem que lhe assediou para lhe pedir dinheiro. O comportamento de ganhar dinheiro numa relação de pedinte com um homem adulto apresentou-se como um fator de risco considerável para a exploração sexual. Além disso, os postos de gasolina são apontados como locais propícios para a exploração sexual por ser um espaço de passagem de muitas pessoas, inclusive de caminhoneiros (ANDI, 2007). Com a participante B, o assédio ocorreu em dois momentos de sua vida, um quando era criança e outro quando adolescente. No primeiro, a Participante B estava obedecendo a uma ordem paterna para comercializar alguns produtos nas ruas. Porém, tal situação a tornou vulnerável a outros riscos, entre eles o assédio sexual. Segundo Faleiros (2004), a exposição de crianças no trabalho de rua é um fator de risco significativo para a exploração sexual, tráfico, como também agressões físicas. Em um segundo contexto, o assédio ocorreu quando a adolescente se deslocava no seu bairro, quando estava caminhando pelo centro e quando estava no local de embarque para transporte coletivo. Tal fato sinaliza a situação de vulnerabilidade que adolescentes mulheres vivenciam no seu cotidiano perante a figura masculina. Segundo Moraes (1998), a forma como essas adolescentes se sentem observadas e avaliadas pelo público masculino é um aspecto importante para a análise do fenômeno da exploração sexual. Ao analisar dessa forma, faz-se

necessário abordar a posição dicotômica de vítima e acusada que a adolescente assume socialmente quando se envolve com a exploração sexual. Tal dicotomia vem sendo discutida na perspectiva de que ao colocar a criança e o adolescente na condição de vítima de uma violência gerada por um outrem, a responsabilidade é do adulto que comete (Libório, 2004). Assim, a adolescente sai da condição de acusação e passa para a de proteção. No entanto, ao ser analisada nessa perspectiva, a participação e o envolvimento da adolescente nesse processo não são levados em consideração.

No III Congresso Mundial de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, um dos pontos discutidos foi o quanto a perspectiva de analisar a criança como agentes ativos de suas vidas tem provocado mudanças na visão tradicional sobre o envolvimento da criança na exploração sexual como vítimas passivas (Ennew, 2008). Nessa discussão, foram utilizados os termos prostituição forçada e “prostituição voluntária”. Para a primeira, foram analisados os fatores já conhecidos como desigualdade econômica, violência intra e extra familiar, violência de gênero, etc. Porém, com relação ao termo “voluntária” as discussões foram mais polemizadas ao se questionar em que circunstâncias as crianças e adolescentes podem consentir uma relação sexual com um adulto. Segundo Ennew (2008), as crianças têm decisões ativas, mas as suas decisões não estão embasadas de informações completas a respeito das conseqüências e alternativas que essas decisões podem gerar. Porém, a autora não aponta como essas questões podem ser analisadas com relação às adolescentes. Na fase da adolescência, a autonomia e a responsabilidade sobre si estão aguçadas pelas transformações afetivas e cognitivas que permitem o adolescente experienciar a sua sexualidade de forma mais intensa. Um dos pontos postos em questão na exploração sexual é com relação aos direitos sexuais do adolescente que reconhece a sua autonomia e liberdade de expressão sexual (Libório, 2004). Para a autora, os adolescentes têm competência e autonomia para exercer a sua sexualidade, mas nas circunstâncias da exploração sexual há a possibilidade de que eles sejam manipulados ou forçados a consentir a relação sexual. Por outro lado numa pesquisa realizada por Moraes (1998), algumas adolescentes relataram que estavam na exploração sexual por que queriam e que ninguém as obrigavam a isso. Um outro ponto abordado pela autora é como analisar, por exemplo, os casos de adolescente que estruturam sua vida a partir do que ganha na exploração sexual, sem estarem subjugadas à figura do explorador sexual. Nas participantes estudadas, a figura do explorador, ou do “cafetão” não esteve presente nas relações que estabeleceram na

exploração sexual. Porém, para Libório (2004), de alguma maneira o consentimento da adolescente para a exploração sexual pode ser induzido com diversas estratégias de sedução que oferecem ganhos e probabilidades de mudanças na sua vida. Para a autora, essas adolescentes encontram-se em situação de vulnerabilidade pelas “privações, fragilidade e inexistência de opções” (p.40).

Assim, mesmo sendo considerada vítima de uma violência, a adolescente não é um ser passivo nesse processo e por isso é importante analisar como elas participaram e quais estratégias utilizaram para lidar com isso. Por outro lado, faz-se necessário considerar todo o contexto em que as participantes estavam inseridas antes de se envolver com a exploração sexual. De acordo Saphira & Herbert (2004), anterior à escolha das adolescentes em se envolver na exploração sexual, há um longo processo que envolve violência, pressão, coerção, hedonismo, fome e desespero. Outras autoras também afirmam que a exploração sexual não é uma escolha, mas o resultado de um contexto que não oferece opções de desenvolvimento satisfatório para essas adolescentes (Farinha & Bruns, 2006). Por isso, as autoras questionam se não é o mercado do sexo que as selecionam por não demandar delas nenhum pré-requisito profissional para o seu exercício, a não ser o fato de serem jovens e sem experiência. Partindo desse princípio, a lógica defendida de que a criança ou adolescente escolhem se “prostituir” deve ser posta em questão já que essa capacidade de escolha pode ficar comprometida pelas restrições de oportunidades impostas pelo contexto em que vivem. Assim, para a análise dessa “escolha” faz-se necessário observar quais oportunidades surgiram para essas adolescentes no seu desenvolvimento, em que condições elas apareceram, como o contexto significou isso para elas e de que forma elas interpretam essa significação. Portanto, o processo de decisão ou escolha da adolescente para a entrada na exploração sexual é um fenômeno complexo, pois além de envolver todas as instâncias já citadas, é um fator de forte influência para a vida delas.

#### 2.9.4.2 A exploração sexual e a família

No relato das participantes, a experiência de familiares com a exploração sexual ou a prostituição foi um elemento presente tanto para tornar essa prática conhecida por elas, como também para aproximá-las dessa realidade. No caso da participante A, foi acompanhando a irmã no centro da cidade que ele teve acesso à prática da exploração sexual:

*“Eu não fazia nada né. Ela fazia né(...) eu ficava esperando ela no centro né, na esquina ali”* (Participante A, 17 anos)

*“É que assim, eu fui no centro com a minha irmã, a T,(...) A minha irmã fazia programa né, a minha irmã fazia programa e ela me levou junto né. E eu báh, será que eu vou, daí foi na hora que... báh, tá louco”* (Participante A, 17 anos)

A participante A de início relata que ela apenas observava a sua irmã sair e voltar com os clientes delas. Porém, tal fato não foi um processo passivo, já que constantemente se questionava se deveria participar ou não do programa. De acordo com os relatos de adolescentes envolvidas na exploração sexual mostrados em Trindade (2005), o ato de acompanhar outras adolescentes no programa sexual foi descrito como uma etapa inicial para o envolvimento com a exploração sexual. Segundo esses relatos, mesmo não fazendo o programa, as adolescentes começam a participar do processo observando, cuidando das colegas, depois com programas envolvendo carícias até chegar ao ato sexual propriamente dito. Em cada uma dessas participações, a adolescente recebe um dinheiro diferenciado. Nessas experiências, o dinheiro foi um fator determinante para a decisão do envolvimento das adolescentes, principalmente quando saiam do programa para comprar aquilo que desejavam. No caso da participante A, o dinheiro também apareceu com um aspecto importante para a sua decisão, como mostra o relato a seguir:

*“Eu dizia, T é bom tu fazer programa assim? É bom por que aqui é bom, porque eu ganho muito dinheiro, tu não quer fazer aqui comigo?”* (Participante A, 17 anos)

*“É bom fazer o sexo, é bom fazer um dinheiro, é bom sair de vez em quando e comer um veio aí”* (Participante A, 17 anos)

*“Eu achava que ia conseguir dinheiro. Eu achava que ia conseguir dinheiro para ajudar minha mãe né?”* (Participante A, 17 anos)

Os aspectos positivos abordados na prática da exploração sexual por pessoas envolvidas nessa situação foram significativos para a participação das adolescentes. As amigas podem ser mediadoras no processo de aproximação das adolescentes com a exploração sexual ao darem ênfase aos aspectos positivos como o dinheiro (Farinha & Bruns, 2006). Tal discurso produz uma sensação de deslumbramento com essa realidade. Esse mesmo discurso é utilizado pelos intermediários (aliciadores) que prometem uma vida melhor (ANDI, 2007). Segundo Leal (1999), na análise sobre as adolescentes envolvidas na exploração sexual, faz-se necessário levar em consideração o fascínio que essa experiência desempenha na vida delas. A oportunidade de

ganhar dinheiro e com isso ter acesso a alguns bens de consumo causa significativas modificações na forma das adolescentes se verem no contexto social. Num relato de experiências em atendimento com crianças e adolescentes envolvidas com a exploração sexual, uma adolescente atendida ao se envolver com a exploração sexual passou a se portar diferente, com aparência definida como “bonita”, “bem-cuidada” e “bem-vestida” (Verardo, Reis & Vieira, 1999, p.76). A participante B, ao falar de sua tia que começou na exploração sexual com 16 anos e permanece na prostituição, a descreve como uma pessoa bonita, que se veste bem :

*“ Mas ela era bem chique, ela se vestia bem (...) ela fazia academia”* (Participante B, 17 anos).

Assim, os ganhos obtidos com a exploração sexual fizeram com que as adolescentes não só satisfizessem as suas necessidades de sobrevivência, mas também de ter a oportunidade de vivenciar hábitos e costumes de uma outra classe sócio-econômica mais elevada que a sua. O dinheiro obtido na exploração sexual permite que as adolescentes acessem a lugares e a bens de consumo que o seu padrão social e econômico anterior não lhe possibilitaria (Faleiros, 2004). Assim, o desejo de mudar e ascender socialmente com o dinheiro ganho na exploração sexual é visto por essas adolescentes como uma forma de interromper com a realidade em que vivem.

## 2.10 Pessoa

Nessa categoria foram analisadas as relações que estabelecem com o corpo, as relações afetivo-sexuais, as adolescentes e as drogas, as adolescentes e as figuras masculinas e femininas, a adolescente e o cliente, a adolescente e a escola e a adolescentes e a instituição de atendimento.

### 2.10.1. As adolescentes e o corpo

Nessa categoria, foram analisadas a forma das adolescentes perceberem e sentirem o seu corpo, assim como os outros o vê. Os aspectos abordados nessa categoria levaram em consideração aspectos de gênero e a prática da exploração sexual. A imagem estética que o corpo delas representa para elas e para os outros foi uma das preocupações que surgiram nos relatos das participantes. A participante C relatou a sua insatisfação com o seu corpo por ele não apresentar ainda todas as características femininas que deseja:

*“Eu acho muito magrinho... Eu queria ter mais peito... É isso que eu acho. Todo mundo desenvolve, menos eu. Os meus seios começaram a crescer quando eu tinha 11 anos. Era bem magrinha.* (Participante C, 13 anos)

A participante A ao falar de um grupo de *funk* que participava, relatou que um dos critérios para ser selecionada nesse grupo foi ter um corpo “chamativo”. Na seleção que também fez de outras meninas para o grupo, a participante A descreveu que avaliava se o corpo das candidatas se enquadrava no perfil do grupo:

*“ Olhando o corpo da pessoa né, daí da para saber se vai poder fazer parte(...) Não pode ser gordinha né. (...) Tem que ser que nem o meu corpo né. Gordinha é ter barriga. Magrinha no caso da para saber, mas no caso gordinha... (Participante A, 17 anos)*

A imagem social do corpo tem sido avaliada como uma construção histórica e social, ou seja, o corpo é um somatório de significados definido por uma determinada cultura, num determinado período histórico (Goellner, 2003). Segundo a autora, desde o século XVIII o corpo passou a ganhar importância nas relações entre as pessoas, seguindo uma moral baseada numa aparência que prioriza a jovialidade, magreza e beleza. Nos relatos das adolescentes, foi possível perceber que a imagem corporal delas não corresponde com os seus anseios, mesmo quando ele se enquadra nos moldes culturais esperados, como ser magra. No caso da participante C, além da insatisfação com a sua massa corporal, existe a expectativa de que seu corpo se desenvolva mais nas suas características femininas.

Sobre o seu corpo, a participante B demonstrou duas reações distintas sobre ele. No primeiro momento relatou ter vergonha de mostrá-lo para outra pessoa quando por algum motivo tem que se despir na frente delas:

*“Eu tenho vergonha de tirar a blusa na frente de amiga minha. Até em casa quando eu tô me trocando eu não gosto que fiquem me olhando pelada, eu tenho vergonha, eu acho que é isso que eu tenho” (Participante B, 17 anos)*

Porém, no final da coleta, relatou estar satisfeita com as novas formas de se vestir e de maquiar o rosto, chegando até a perguntar para a pesquisadora se essa mudança no seu visual foi percebida:

*“Percebeu que eu estou diferente hoje?” (Participante B, 17 anos)*

*“Adquiri um jeito de me vestir bem legal ultimamente. Agora tô adorando pintar meus olhos de preto... Tô num estilo diferente e sedutor. Acredito que demonstro no olhar uma magia e quando pinto os olhos me sinto poderosa e confiante no estilo... Chique, bem! (Fragmentos do texto da Participante B, 17 anos)*

A descoberta do corpo como uma manifestação da identidade do ser humano tem sido apontada como uma das características mais incentivadas pela mídia na população adolescente (Figueira, 2004). Segundo a autora, as revistas e a mídia especializada para o público adolescente têm valorizado um corpo belo, saudável e atraente baseado numa estética glamourizada. Para isso, as adolescentes são estimuladas a criarem o seu próprio visual e a cuidar dele objetivando manter um *glamour*. Para a participante B, além da sua estética está lhe transmitindo mais confiança, o elemento sedutor aparece como mais um atributo do seu corpo. A sensualidade feminina é demonstrada de forma mais intensa quando o corpo passa por transformações hormonais e psíquicas na adolescência. Com o corpo, a adolescente sente que é desejada e que de alguma forma ele tem algum tipo de poder perante o masculino (Verardo, Reis, & Vieira, 1999). Com a participante A, ao relatar a reação que provoca quando dança músicas de *funk*, com roupas que mostram o seu corpo, demonstra o seu entusiasmo em ver a reação masculina:

*“Um descontrole total, tá louco(...) Eles ficam loucos”* (Participante A, 17 anos)

*“Daí eles ficam louco com nós. Eu faço uns negócios para eles né e eles quase vão a loucura com nós.”* (Participante A, 17 anos)

Segundo os relatos abordados em Trindade (2005), as adolescentes investem quase tudo o que ganham na sua própria imagem, como roupas mais caras do que podem manter, para que assim se sintam mais bonitas e atraentes. Na fase da adolescência, as meninas percebem que o seu corpo chama a atenção masculina e isso de alguma forma produz uma sensação de prazer pela valorização de sua feminilidade (Verardo, Reis, & Vieira, 1999). Segundo Rolnik (1998), a manifestação da sensualidade do corpo feminino que transitou da “boazinha do lar à boazuda da rua” continua partindo da idéia de uma imagem feminina dependente da masculina (p.70). Para a autora, a condição de ser desejada pelo homem torna-se a base do seu valor e da sua existência. Tal condição era favorecida pela necessidade da mulher em investir na sedução como forma de conquistar o seu “provedor”. Para Rolnik (1998) essa condição do corpo feminino está num processo de mudança já que a mulher não necessitaria mais da figura masculina para a sua sobrevivência. O desejo feminino, assim, estaria mais voltado para questões do âmbito profissional e o espaço público. Contudo, essas mudanças não chegam da mesma forma para todos os grupos sociais. Para as mulheres advindas de contextos sócio-econômicos desfavorecidos, a emancipação feminina pode ficar fragilizada devido à exclusão gerada pela pobreza (Narvaz & Koller, 2006). Assim, para as participantes estudadas “ser a boazuda da rua”

pode ser um aspecto positivo, porém o investimento exclusivo nesse aspecto pode vulnerabilizá-las para uma relação exclusivamente sexual com a figura masculina. Na relação do corpo feminino com o masculino, esse corpo pode aparecer como um instrumento de satisfação masculina mesmo contra a permissão feminina, estabelecendo, assim, uma relação de violência como mostra o relato da participante B:

*“Mas eu acho que os guris também são muito... só, só olham para corpo das gurias se a guria é bonita ou feia, o importante é que tenham corpo por que eles querem é passar a mão.”* (Participante B, 17 anos)

*“Um guri me agarrava a força na rua, nos ficamos sentadas na pedra e um guri veio para cima de mim e a minha mãe pensou que fui eu que deixei o guri me agarrar.”* (Participante B, 17 anos)

*“Eu ficava muito braba e eu levantava, por isso que eu não gostava de vestir vestidinho ou saíinha pro colégio, para lugar nenhum. (...) Por que sobe a escada e eles ficam olhando, eu não gosto, e de noite eu jamais uso saia (...)”* (Participante B, 17 anos)

No comportamento sexual masculino de paquera, o corpo apresenta uma atividade mais intensa manifestada em olhares, sorrisos, uso público de palavras, que é definida na sociedade como um exercício da função viril masculina (Heilborn, 1999a). Para a autora, tais comportamentos garantem a masculinidade tanto para si como para os outros, mesmo quando feita de forma mecânica. Dessa forma, muitos homens para se sentirem masculinos ou “machos” assediam o corpo feminino e, em muitos casos, esse assédio é atrelado a um comportamento violento. Em alguns relatos de experiências em atendimento com adolescentes em situação de exploração sexual, o corpo feminino é alvo de agressões sexuais de homens, sejam eles da família ou desconhecidos, que se autorizam a tocar o corpo feminino em busca do seu prazer, sem o consentimento da adolescente (Trindade, 2005; Verardo, Reis, & Vieira, 1999). Assim, as adolescentes estudadas retratam as ambigüidades de vivenciar um corpo feminino que por um lado lhe propicia um poder pela valorização social que lhe é atribuída. Mas, por outro lado, é alvo de concepções de gênero que favorecem comportamentos agressivos masculinos contra elas.

#### 2.10.2 Relações afetivo-sexuais:

Nessa categoria foram analisadas as relações amorosas estabelecidas pelas participantes, abordando como elas lidam com a paixão, o amor e o sexo. Nas participantes estudadas não foi

relatada nenhuma experiência com pessoas do mesmo sexo e, por isso, nessa questão foram analisadas como o sexo feminino lida o sexo oposto. As subcategorias foram a virgindade, a percepção do ato sexual e as relações de namoro.

#### 2.10.2.1. A virgindade

Nos relatos das três participantes, a virgindade apareceu como um elemento definidor da sexualidade feminina perante a sociedade, principalmente com relação às suas mães. Como mostram os relatos das Participantes A e B, a perda da virgindade ou a manutenção dela gerou um impacto familiar, principalmente na figura da mãe. No caso da Participante A, o fato foi delatado para a sua mãe por um “ex-fica” seu:

*“E a minha mãe não sabia que eu não era mais virgem. Esse guri aqui ligou para minha casa, dona S, tu sabe que a tua filha não é mais virgem mais. Não? Capaz. A minha mãe me deu porrada. Bateu em mim quando eu perdi a virgindade.”* (Participante A, 17 anos)

Já com a Participante B, a sua virgindade é utilizada como um elemento diferenciador para sua história de vida em relação à da sua mãe que “perdeu a virgindade aos 15 anos”(sic.). Além desse aspecto, a virgindade é uma referência de que ela não faz sexo e, com isso, não corre o risco de engravidar, sendo, assim, reconhecida como uma adolescente responsável:

*“Um guri veio para cima de mim e a minha mãe pensou que fui eu que deixei o guri me agarrar. Ai que não sei o que. E me deu um tapa na minha cara ela deu em mim por que ela achou que fosse eu que deixei o guri me agarrar. Mas aí na hora ele veio assim em cima de mim e eu cai assim no chão, bem na hora ela viu né”* (Participante B, 17 anos)

*“É, daí eu ficava de noite na rua né brincando com os gurus. Eu podia ter engravidado né, nessas brincadeiras né, brincando de esconde esconde e eu uma guria. Minhas irmãs também iam para rua.”* (Participante B, 17 anos)

*“A minha mãe me odeia, ela tem inveja de mim só por que tenho 17 anos e sou virgem, até agora”* (Participante B)

*“Eu acho que eu sou mais responsável eu acho. É isso eu acho. Por que muitas meninas na minha idade já tem filhos né e eu não. Eu podia ter né, por que a minha mãe não se importava comigo, nunca se importou, e na rua se eu quisesse eu já tinha filho né, se eu quisesse né. Por que ela fala tanto né que eu sou isso e que eu sou aquilo”* (Participante B)

Com a participante C, a virgindade também foi uma característica repetida e defendida por ela. Nas atividades de grupo, relatou que era virgem e em uma das etapas da inserção ecológica,

a participante fez questão de mostrar para a pesquisadora a sua resposta num questionário no qual afirmava que era virgem.

Para a análise desses relatos, faz-se necessário retomar as questões de gênero sobre o comportamento da mulher. Segundo Dos Santos (2004), a sexualidade feminina está inserida numa construção social e cultural de gênero que estabelece diferenças entre homens e mulheres num processo de desigualdade em que há a dominação masculina sobre a feminina. De acordo com alguns estudos, a sexualidade feminina estava restrita ao ambiente familiar, sendo os seus papéis reconhecidos como de mãe e esposa (Narvaz & Koller, 2006; Rago, 1991). O comportamento sexual da mulher considerada “honesta” estava voltado especificamente para o casamento com a função primordial de procriação (Roberts, 1992). Portanto, a virgindade para as mulheres solteiras representava a garantia dessa “honestidade” perante a sociedade. Para adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, deixar de ser virgem pode representar a perda da possibilidade de conseguir um bom casamento já que deixaram a de ser uma mulher “de bem” (Verardo, Reis, & Vieira, 1999, p.55). A perda da virgindade pode desvalorizar a adolescente perante o seu grupo e, com isso, vulnerabilizá-la socialmente (Hazeu & Fonseca, 1998). As mães das participantes ao cobrarem isso, podem estar também agindo sobre a mesma lógica de que a virgindade pode mudar o “destino” de suas filhas. Em um estudo realizado com mães vítimas de violência doméstica de classe popular, a virgindade apareceu como uma forma das suas filhas garantirem um casamento melhor do que os elas tiveram (Serpa, *in press*). Em outros estudos realizados também com mulheres advindas dessa classe sócio-econômica, a virgindade seria a garantia para as mães de que as suas filhas não seriam mães solteiras e, com isso, conseguiriam um bom casamento (Fonseca, 2006; Soihet, 2006). Para Soihet (2006), a honra da mulher está vinculada ao papel legitimador do homem seja pela sua ausência, com a virgindade, seja pela sua presença, com o casamento. Assim, percebe-se que as mães das participantes reproduzem na educação de suas filhas uma lógica de submissão feminina na qual a virgindade assume uma posição importante para definir a sexualidade de suas filhas perante aos outros. Por tanto, o discurso moralizador da sexualidade feminina também é mantido pelas mães que se utilizam da força física e da violência psicológica para com as suas filhas, mesmo quando o percurso da sexualidade delas é o exemplo contrário disso.

Segundo os relatos da Participante A, na exploração sexual a virgindade tem um valor e pode ser negociada por um preço maior do que o programa comum, como mostra a participante A:

*“Quando ela perdeu né. O cara deu 200 contos para ela (sua irmã), foi o que ela falou para mim né. O cara deu 200 pila, deu 200 contos para ela para tirar a virgindade dela da frente, daí ela foi né. Ai que horror.”* (Participante A, 17 anos)

*“A primeira vez quando eu perdi a virgindade eu não ganhei dinheiro. Ele me deu uma cesta básica”* (Participante A, 17 anos)

Nas reportagens apresentadas por Dimenstein (1992), a virgindade aparece como um elemento valorizado na exploração sexual. Segundo essas reportagens, em algumas cidades do norte do Brasil as crianças e adolescentes virgens são anunciadas publicamente e depois leiloadas em boates. Nesses casos, a negociação não é feita pelas crianças ou adolescentes, mas pelos donos do estabelecimento que absorve todo o lucro da negociação.

Além desses aspectos, a virgindade foi citada pela Participante A diversas vezes como um critério para delimitar a sua entrada na exploração sexual, já que enquanto virgem não poderia se identificada como uma adolescente envolvida na exploração sexual, mesmo estando nesse contexto todos os dias:

*“Eu era moça ainda. É que assim, eu fui no centro com a minha irmã”* (Participante A, 17 anos)

*“Báh, tá louco, que a minha irmã me apresentou sei lá eu o que que o homem era dela, ela apresentou ele para mim e aí ele: han tu é virgem ainda né, aí eu: han, eu sou, tá mas, ai que loucura, loucura mesmo”* (Participante A, 17 anos)

*“Eu não fazia nada né. Ela fazia né, ela não era mais virgem né, eu ficava esperando ela no centro né, na esquina ali.”* (Participante A, 17 anos)

*“Que ele ia me levar prum, que era eu e a minha irmã, que ia ver eu e ela... Não sei. No cinema, num hotel, ai... eu era virgem ainda. Eu era virgem(...)”* (Participante A, 17 anos)

*“Não, eu nem sabia né que na hora que é para perder a virgindade né? Eu nem sabia o que era. Eu queria ser moça né, mas agora (...)”* (Participante A, 17 anos)

Na separação estabelecida pela Participante A entre a fase mulher “moça” e a mulher na prostituição observa-se que a perda da virgindade aparece um fator que justifica a entrada ou permanência da adolescente na exploração sexual. De acordo com os relatos mostrados em

Trindade (2005), a avó de uma das adolescentes ao ficar sabendo da perda da virgindade de sua neta passou a incentivá-la para a exploração sexual como uma maneira de trazer dinheiro para a casa. Em um estudo realizado em Teresina, Piauí, a expressão “prostitui-se” foi utilizada para adolescentes que tinham a sua primeira relação sexual antes do casamento (Serpa, *in press*). Quando isso ocorria ou quando haviam dúvidas sobre esse fato, as mães das adolescentes cogitavam a possibilidade de submetê-las a um exame de virgindade. No interior do Pará a perda da virgindade antes do casamento é considerada uma prática libidinosa comparada à prostituição (Silva, Dias, Hazeu, & Nascimento, 1997). Para “honrar a sua moral e a da sua família”, as meninas são muitas vezes obrigadas pela família a casar, (p.146). Em muitos casos, ao se separarem devido à violência doméstica, essas mulheres se deparam com uma sociedade que não lhe reconhece como uma mulher digna, não oportunizando nenhum tipo de trabalho. Tal fato acaba, assim, favorecendo a busca da prostituição como alternativa de sobrevivência (Silva, Dias, Hazeu, & Nascimento, 1997).

A virgindade para as participantes estudadas apareceu como uma forma de controle da sua sexualidade por parte de sua mãe e da sociedade. Em um relato sobre a exploração sexual, uma adolescente mesmo pegando caronas com caminhoneiros para realizar programas, afirmava que não estava em situação de exploração sexual por ainda ser virgem (Verardo, Reis, & Vieira, 1999).

#### 2.10.2.2. A percepção do ato sexual

Como as participantes B e C relataram que nunca tiveram experiências sexuais, os seus relatos abordaram os seus sentimentos ou idéias sobre o que o ato sexual despertava nelas. No caso da Participante B, o assunto já é abordado por ela com a sua prima mais velha e com as amigas. Ao abordar esse tema sobre o sexo, a adolescente falou sobre os sentimentos de vergonha e de não se sentir ainda preparada para o ato sexual. Além disso, procurou enfatizar que não desejava no momento fazer sexo mesmo com os relatos positivos das amigas ou mesmo da insistência delas para que ela faça com um determinado garoto:

*“Ai, eu não pergunto para ela ( a prima) né, eu tenho vergonha de perguntar. Mas ela fala. Quando eu tenho dúvidas sobre sexo ela fala tudo para mim então nem precisa ficar perguntando, nem pergunto muito por que ela fala tudo para mim. Ela fala né quando tu quiser não sei que daí ela fala, ela explica, ta bom, mas eu não quero...” (Participante B, 17 anos)*

A participante B, apesar de relatar que tem o desejo sexual, não se sente preparada ainda para fazer sexo e que precisa se sentir mais segura para isso:

*“Aí vontade sim né. Mas eu não sei, quando eu tiver... Mas quando eu tiver preparada assim né.(...) Quando eu me sentir segura, que eu quiser, não sei. Por exemplo. Eu não vou fazer só se ele tiver afim e eu não tô. Eu não sou assim, que nem me perguntam, tu não vai fazer com o fulano? e eu não, não. Não sei que e eu não to afim eu não vou(...)”* (Participante B, 17 anos).

Um outro motivo apontado pela participante B é que com o sexo tenha algumas perdas e algumas mudanças:

*“Não quero perder a minha virgindade. Quando perde a virgindade, perde a infância. O corpo da mulher muda e quando a mulher perde muda mais ainda. Depois fica com necessidade, dependente, minha prima que disse ”* (Participante B, 17 anos)

Assim, para a Participante B o sexo é visto como uma passagem no seu desenvolvimento da infância para a vida adulta. Além disso, demonstrou receio sobre o quê o sexo pode produzir no seu corpo e no seu desejo.

Com as amigas, relata que sofre pressão delas para iniciar a vida sexual tanto por ser descrita com uma experiência positiva, como pela indicação de que ocorra com uma pessoa escolhida por elas:

*“As minhas amigas são tudo mais novas que eu e já fizeram né. Elas dizem que é bom, que é... Sei lá né, elas ficam falando(...) ai que não sei que de fulano de tal, não, eu não quero. ‘Ai que legal não sei que’, elas só falam isso assim. Mas eu não to preparada ainda. (Participante B, 17 anos)*

Um outro aspecto que é mencionado é a questão da idade das suas amigas que são mais novas que ela. De acordo com pesquisas realizadas sobre o tema, a idade média para a iniciação da vida sexual das adolescentes no Brasil é de 15 a 17 anos (Heilborn, 1999b). Segundo uma pesquisa realizada com a população de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Bahia, as mulheres porto alegrenses são as que iniciam a vida sexual mais cedo (Bozon & Heilborn, 2006). Nesse mesmo estudo foi mostrado que as primeiras relações sexuais ocorrem no namoro e para as mulheres a dimensão afetiva é importante para a sua decisão em ter a relação sexual. A Participante B relatou que nunca teve um relacionamento de namoro, o que pode ter contribuído para os seus constantes questionamentos sobre essa questão. Um outro aspecto mostrado pela Participante B foi a sua constante necessidade de mostrar controle sobre os seus desejos sexuais como uma

forma de diferenciar a sua sexualidade de outras mulheres, como a sua mãe e sua prima. A Participante B também demonstrou ter um comportamento repressor para com a sexualidade de sua irmã:

*“Ela tem uma blusinha tomara que caia assim e ela fica mostrando o peito né meu.”*  
(Participante B, 17 anos)

A participante C também afirmou que nunca teve experiência sexual, mas na atividade lúdica sobre o corpo, relatou algumas reações ao ver um filme pornô com os seus irmãos:

*“Eu fiquei toda excitada... Me deu vontade de fazer xixi (...)”* (Participante C, 13 anos)

A expressão utilizada pela Participante C chama à atenção pela forma como significa as suas reações corporais diante de um estímulo sexual. Numa das conversas realizadas na primeira etapa da inserção ecológica, a Participante C falou de um caso mencionado em um programa televisivo em que um homem *“quebrou o pau trepando com uma mulher”*(sic.). Em uma das atividades de grupo, enquanto discutíamos sobre o namoro, a participante desenhou na classe um casal nu. Assim, mesmo procurando afirmar a sua virgindade, a Participante C demonstrou que o sexo está fazendo parte do seu contexto, como o esperado para a fase em que se encontra: a adolescência. Porém, a forma insistente de afirma a sua virgindade, pode ter sido uma forma também de se proteger, assim como a Participante B, de possíveis suspeitas sobre a sua conduta sexual.

### 2.10.2.3 A relações de fica-namoro

Nessa subcategoria foram analisadas as relações que as participantes estabeleceram com seus “ficas” e com os seus namorados. Nas três etapas da inserção, a Participante B relatou os seus sentimentos sobre um “guri” que estava ficando há três meses. Em um dos relatos escritos, a Participante B relata como se percebe em relação ao seu comportamento com meninos:

*“Na minha vida sentimental tá tão ‘frau’, chato porque eu não consigo tomar a iniciativa, eu sou muito tímida, estou ‘ficando’ com um guri antes eu não gostava dele, eu não conhecia ele direito mais agora to gostando dele, mais não queria, porque ele ta se apegando em mim, sei lá, a 1ª vez que fiquei com ele foi no dia..., mais eu pensei que só ficaria com ele naquele dia, mais ele me procurou e pediu pra ‘ficar comigo’ de novo, esse ‘lance’ ta ficando sério (...)”*  
(Fragmento do texto da Participante B, 17 anos)

O processo descrito pela Participante B mostra como ela está vivenciando uma etapa considerada importante no desenvolvimento de sua sexualidade que são as relações afetivo-sexuais. O relacionamento com um parceiro envolve etapas progressivas de exploração física e emocional durante um determinado período de tempo (Heilborn, 2006). Na cultura brasileira, essas etapas progridem do namoro, antecedido ou não do ficar, noivado e casamento. Nessas etapas estão incluídas algumas regras socialmente delimitadas que definem o momento em que o casal se encontra e que tipo de comportamentos são esperados para essa etapa. Segundo pesquisas sobre o tema (Heilborn, 2006), o comportamento de “ficar” é descrito como uma etapa anterior em quase todos os namoros. Assim, no processo de “ficar”, a Participante B passou a lidar com os seus sentimentos de gostar e com as reações da outra pessoa em relação a ela:

*“(...) Amanhã vai fazer 3 meses, que to num fica e não fica com o P., mais faz um tempinho que não falo com ele, a última vez que falei com ele perguntei pra ele se ele ainda tava afim de ficar comigo e ele disse que sim, mas ta tão chato, por que eu to gostando dele (...)”.*

(Fragmento do texto da Participante B, 17 anos)

*“(...)Na quarta-feira um amigo dele me disse: que umas gurias tinham agarrado ele e deitado vários ‘chupões’ e aí na quinta-feira fui na casa dele querer saber se era verdade e era ele me disse que tinha sido as ‘primas dele’. Não esquentei a cabeça e deixei para lá, apesar de tudo ele não é meu namorado, mais ele tem que ter limites por que ele ta ficando comigo. Mas, eu to gostando dele não sei (...) a cada dia que eu fico com ele fico pensando nele a cada segundo, ele não sai da minha cabeça”* (Fragmento do texto da Participante B, 17 anos)

Para a Participante B, a etapa do “ficar” estava se prolongando e a etapa do namoro não estava definida. Tal fato estava lhe causando confusão já que não sabia como se posicionar em relação a ele e aos seus sentimentos. Essa confusão provocou sentimentos ambíguos e contraditórios sobre o seu interesse em firmar um relacionamento mais sério com ele:

*“(...)Hoje não é o meu melhor dia por que eu to muito gripada, carente, triste, com muita vontade de fica sozinha. Bom, para começar o motivo dessa tristeza toda é que porque meu ‘namorado’ não aparece mais para me ver, sei lá, porque ele ta trabalhando (...) Os amigos dele dizem que ele quer falar comigo (...) Ele veio no curso uma quarta-feira dessas e não falou nada (...) Faz dois meses que estamos nesse ‘fica e não fica’, chato, será que ele quer terminar comigo ou assumir ou compromisso sério ainda mais agora que ele ta trabalhando será?”*

(Fragmento do texto da Participante B, 17 anos)

*“(...) Eu acho que não vai durar muito tempo, mais às vezes penso que esse lance ta durando muito tempo vai fazer dois meses dia 30 de setembro, às vezes eu acho que eu gosto dele, mais às vezes fico enjoada dele, não quero compromisso sério, pelo menos agora.”* (Fragmento do texto da Participante B, 17 anos).

Como já abordado, nos relacionamentos afetivo-sexuais há um processo progressivo de contatos e experiências físicas que pode ser iniciado na etapa do ficar. O comportamento do ficar é definido como uma relação que ocorre entres pessoas que buscam obter prazer, através de carícias, beijos ou sexo, sem nenhum compromisso entre as partes de manter algum tipo de relacionamento posterior (Matos, Féres-Carneiro & Jablonski, 2005). O “ficar” é diferente do namorar por ser uma relação do “aqui e agora”, ou seja, no “ficar” são estabelecidas trocas afetivas passageiras (Rieth, 1998). Por ser passageira permite que as pessoas possam ter várias experiências sem que em nenhuma delas haja uma relação de exclusividade. A relação de “fica” estabelecida pela Participante B não se enquadrava mais nesses critérios, já que ela estava sendo mantida há três meses. Por outro lado, o namoro ainda não estava estabelecido pois não foi firmado nenhum compromisso “mais sério”, como apresentar para a família e para os amigos:

*“A minha avó até que não está pegando no muito no meu pé, mas fica falando para eu arrumar um namorado de uma vez e minha prima fala pra que se ela já tem e que o guri que eu fico e minha avó fala que não é namorado, só quando apresentar para ela”*(Participante B, 17 anos).

Na etapa do namoro, uma das características é a comunicação da relação para as pessoas mais próximas como os amigos e principalmente os familiares (Heilbor, 2006). Para a participante B essa etapa passou a ser cobrada pela sua avó não só em relação ao seu “fica” mas como uma fase que ela deveria passar no seu processo de desenvolvimento. A fase de namoro é mais desejada pelos pais por estar associada à ideologia da fidelidade, respeito, confiança e compromisso (Rieth, 1998). Já na relação do “Fica” a ênfase maior é a na atração física e no desejo momentâneo.

A situação de indefinição sobre o seu relacionamento gerou na Participante B sentimentos de angustia e tristeza. Por outro lado, a experiência de “ficar” estava lhe proporcionado a oportunidade de vivenciar o prazer sexual através do contato físico.

*“(...)Mais tô com um desejo enorme de ele e ficar com ele, beija ele muito... Sei lá... To confusa D+(...)”* (Fragmento do texto da Participante B, 17 anos)

Sobre as reações que o “guri” lhe provocava, a Participante B retrata que sente desejo por ele mas, não sabe como deve manifestá-lo. Em outros relatos procura explicar que mesmo com o seu desejo mais aflorado tem mantido os cuidados para evitar o ato sexual:

*“O primeiro guri que fiquei foi com 13 anos e ainda uma amiga me apresentou e ele queria mais que um beijo, mas eu não fui boba e não fiquei mais com ele”* (Fragmento do texto da Participante B, 17 anos)

*“(...) O guri que eu to ficando tá me cansando porque ele ficava reclamando que eu não era ‘ligeira’ e agora eu to tentando ser ‘ligeira’ ele reclama igual (...)”* (Fragmento do texto da Participante B, 17 anos)

*“(...) Eu vi o guri que eu to ficando, fui na ‘casa’ dele fiquei com ele, não dentro da casa dele e sim na rua (...)”* (Fragmento do texto da Participante B, 17 anos)

A experiência relatada pela Participante B permitiu entrar em contato com um aspecto muito importante da sexualidade: as questões de gênero. Na constituição da sexualidade feminina, cabe a mulher o papel de conter os avanços masculinos na tentativa de se obter o sexo, caso ela deseje manter a imagem de “mulher de família” (Heilborn, 2006), ou seja, as mulheres devem controlar o seu desejo e o do outro para que possa ser respeitada. Na sua iniciativa em ficar mais “ligeira” no seu comportamento, a participante se depara com a reclamação do seu “fica”. Tal fato pode ter reforçado a ideologia de que é papel do homem a iniciativa nas relações afetivo-sexuais. Assim, o conflito da Participante B mostrou que apesar da vontade de experimentar o seu desejo sexual, existe a necessidade de se “guardar” para que continue mantendo a imagem de mulher “honesta”.

No final das suas descrições, a Participante B avalia a sua primeira relação amorosa e conclui sobre o que significa o amor:

*“Coração confuso, coração partido: O amor é...Confuso, louco, engraçado, simples, complicado, delicado, reservado, doce, amargo, sensível, agressivo, lento, rápido. O amor é uma mistura de sentimentos!”* (Fragmentos do texto da Participante B, 17 anos)

*“Em relação ao amor, já foi, acabou, mas a vida continua, não era para ser, não era o que eu esperava, me decepcionei? Não! Por que a vida continua, a fila anda(...)”* (Fragmentos do texto da Participante B, 17 anos)

Com a Participante A, as relações afetivo-sexuais aconteceram de forma mais diversificada. Durante a inserção a Participante relatou ter tido três namorados e três “ficas”. O

primeiro namorado foi descrito através de uma tatuagem feita nas suas costas. Depois de um mês, a adolescente teve um outro namoro e no final da pesquisa estava com outro. Entre essas relações a adolescente se envolveu com mais três rapazes, sendo dois do curso no qual participa. Ao descrever a sua relação com os “ficas”, a Participante A demonstrou ter um comportamento ativo, tomando a iniciativa da relação:

*“Eu pedi para ela para falar com ele para ver se ele queria ficar comigo, daí ela foi lá falar com ele e ele quer. Na hora eu disse que não, mas na cancha ali (...) Ele tava jogando bola né e eu tava atrás dele aí ele, cai ali nos braços dele aí ele me beijou né? (...)”* (Participante A, 17 anos)

*“(...) Ele me beijou aqui na quadra ali... A gente tava jogando bola e ele me pegou por trás me pegou por trás ali e creu creu creu. Ele me pegou daí eu beijei ele, não podia fazer nada.”* (Participante A, 17 anos)

*“(...) Peguei ele. Por que ele me pegou de costas né e me beijou daí eu beijei ele. Aí o W viu, o professor e não falou nada. Que viagem (...)”* (Participante A, 17 anos)

Em alguns momentos a participante fala dos seus relacionamentos numa seqüência muito próxima, como se estivesse vivendo essas relações ao mesmo tempo, sendo que com cada tem sensações e expectativas diferenciadas. Em relação ao primeiro adolescente disse que gosta dele, apesar de mencionar gosta de outro adolescente.

*“Eu tenho ciúmes do P. Qualquer uma das gurias, mas ele é bem quietinho, ele não fala com ninguém só comigo. Ele é tímido não fala com ninguém. Mas eu tenho ciúmes dele, bastante. E eu gosto muito dele. E esse beijo que ele me deu. Foi tri bom.”* (Participante A, 17 anos)

*“É que ele tem ciúmes, ele tem ciúmes de mim sabe. Foi aí que eu fiquei com P, mas eu gosto dele ainda (de T). (...) Eu to disponível para ele né, se ele me procurar”.* (Participante A, 17 anos)

Os relatos da participante A mostram que em cada relação ela vivencia intensamente os seus sentimentos e desejos. Na atividade feita em grupo sobre o tema amor, a Participante A junto com a Participante B construiu uma paródia sobre o amor. Os afetos descritos foram de alguém que não sabe viver sem estar envolvida com outra pessoa:

*“Minuto para pensar em nos dois, como será da qui pra frente.*

*O amor que vivemos intensamente*

*O que eu sinto por você não vai passar  
 Mesmo que me deixe não vou parar de te amar  
 Te amarei pra sempre sem perceber que eu estarei pensando em você  
 A tristeza que me encontro não vai terminar  
 Até que você volte dizendo que vai acabar  
 A solidão que me deixa sem você aqui dentro do meu coração  
 Que vem sem perdão que faz sofrer em vão  
 O que faz perder a razão? A insegurança do coração  
 Um amor cheio de confusão que nos deixa sem direção  
 O que nos faz sofrer? Ficar sem você no meu lado  
 Não ligo por que os outros vão dizer  
 O que importa que estarei com você me faz feliz  
 É me sentir segura de todas as maneiras  
 Às vezes penso que é besteira mais sem você perco até a vontade de viver  
 Chego até a enlouquecer em pensar que ficarei sem você pertinho de mim” (Paródia feita  
 pelas Participantes A e B, 17 anos)*

Esses afetos demonstrados pela Participante A não foram direcionados para alguém específico, mas circularam entre todos os garotos nos quais se relacionou. Ao diversificar o seu desejo, a Participante A se contrapõe a uma concepção moral sobre a sexualidade feminina que restringe o sexo a uma relação baseada no parâmetro de exclusividade. As relações estabelecidas fora desse contexto são classificadas como exceção ou transgressão (Heilborn, Cabral, & Bozon, 2006).

Em um dos seus relacionamentos de namoro, a Participante A descreve a traição praticada por seu namorado. Para lidar com isso, justifica que o seu namorado estava “bêbado” e nessas condições ele não teve controle sobre o seu desejo:

*“Ele me traiu. Ele foi no bar sexta feira comigo, aí eu disse tu não vai beber e ficar com várias lá né. Aí ele disse, não, não não. Daí ele bebeu, ele bebeu afu assim e se descontrolou né. Aí eu não gostei né. Aí nos conversamos. (Participante A, 17 anos)*

*“Ele bebeu e não se controlou, eu falei para ele não ficar com ninguém né, e daí ele. Eu fui no banheiro e quando eu cheguei, quando eu abri a porta do banheiro eu vi ele ali grudado na*

*guria na hora que eu fui lá não deu para fazer. Aí ele foi atrás de mim, eu peguei o ônibus, tá louco.*” (Participante A, 17 anos)

Diante desse fato, a Participante relata que brigou com ele, gerando o rompimento do seu relacionamento. Sobre o seu comportamento em relação à fidelidade o seu discurso se confunde, falando inicialmente que não traiu, mas ficou com outras pessoas:

*“Trair eu não digo, mas ficar eu já fiquei já. Mas ele nem, ele nem sabe o que eu fiz, o que trai ele”.* (Participante A, 17 anos)

De acordo com pesquisas realizadas no Brasil, a diversidade de experiências sexuais tem produzido uma maior flexibilização nas concepções de fidelidade (Heilborn, Cabral, & Bozon, 2006). Porém, para a Participante A a traição foi o motivo para o rompimento com o seu namorado, apesar dela também ter mencionado que o traiu. A Participante A não fez mais comentários sobre esse relacionamento nos outros contatos estabelecidos com a pesquisadora. Dessa mesma forma foi acontecendo com os outros namoros que foram se encerrando durante a pesquisa. Em cada contato com a pesquisadora, a Participante A dava ênfase a um rapaz diferente, sendo que o anterior não era mais retomado no outro encontro. Assim, os vínculos amorosos estabelecidos pela Participante A eram efêmeros, vivenciados mais no âmbito afetivo-espontâneo do que racional. A perspectiva racional na sexualidade está embasada no comportamento reflexivo sobre o ato sexual e num maior controle deste (Heilborn, Cabral, & Bozon, 2006). Já a espontânea é fundamentada na pouca flexibilidade sobre o ato sexual e baixo controle interiorizado das emoções. Nas duas perspectivas, há uma forte interação entre as características biológicas, sociais, culturais e históricas da sexualidade humana principalmente na atribuição dada ao que se espera do comportamento sexual masculino e feminino. Para a mulher, o comportamento espontâneo no sexo é visto de forma negativa, já que cabe a mulher o papel do controle nas interações sexuais entre homens e mulheres (Heilborn, 2006). Assim, um papel mais ativo nessa interação pode sinalizar um quebra nas expectativas sociais sobre a mulher, deixando-a a mercê do julgamento social sobre a sua moralidade. Segundo a Participante A, um dos seus “ficas” ao discutir com ela a chamou de “vagabunda”:

*“Vou te ligar amanhã vagabunda não sei o que aí ele faltou com respeito em mim né, aí eu avancei nele né “* (Participante A, 17 anos).

Tais fatos podem estar sinalizando um contraponto da moral masculina que atribui concepções negativas e desmoralizantes para mulheres que rompem com o senso-comum da

moral feminina. Porém, apesar dessa transgressão, as concepções tradicionais já mencionadas sobre a mulher nas relações afetivo-sexuais também aparecem nos relatos da participante ao retomar o casamento, a fidelidade e as atribuições domésticas feminina ao seu papel de mulher:

*“Se a pessoa, assim oh, se a pessoa for fiel a mim, se ficar até, até, até, até casar né, eles também não se nos trair (...) mesmo no trabalho né por que ele vai sair para trabalhar e aí não posso ir junto né eu tenho que ficar de casa ser dona de casa.”* (Participante A, 17 anos)

Assim, mesmo apresentando comportamentos transgressores à moral feminina, a Participante A mostra que o rompimento com esse modelo não é feito de maneira absoluta. As normas mesmo que rompidas, são absorvidas de alguma forma que garanta um lugar para essa adolescente que não seja tão excludente, como a função de esposa zeladora do “lar” em conjunto com o papel masculino de provedor da família. Sobre a questão da maternidade, relata que deseja ter filhos, mas é algo que no presente pode atrapalhar o seu momento de aproveitar a vida:

*“Eu quero duas. Eu quero ter filha, mas eu não sei né. Eu tenho que curtir a vida né, curte a vida por que a vida é curta.”* (Participante A, 17 anos)

Mas, a participante relatou que aos 14 anos ficou grávida de um dos seus namorados quando estava morando nas ruas de uma cidade próxima de Porto Alegre, mas depois sofreu um aborto. Porém, nos seus relatos não ficou claro o motivo do aborto, já que inicialmente menciona que pretendia tomar remédio e depois que foi vítima de violência física do pai da criança:

*“E eu também até engravidei, eu engravidei, mas eu abortei ele. Eu nunca quis ter filho tão cedo assim. De um gurizinho, um gurizinho que eu conheci lá de 20 anos. Dá cidade X, daí eu engravidei. A minha mãe viu que eu tava embuchada e eu vou tirar o meu filho, vou tomar um remédio. Não quero ter filho não. Daí, tá louco”.* (Participante A, 17 anos)

*“As pessoas viram né que ele tava batendo em mim né na rua. As pessoas chamaram e levaram ele para delegacia eu acho, eu fugi, tropecei e caí, caí de barriga no chão e me deu um negocio, eu desmaiei no chão”*(Participante A, 17 anos).

Apesar da confusão sobre o motivo do aborto, tanto em uma situação como a outra, a Participante A vivenciou uma situação difícil e geradora de diversos fatores de risco. Portanto, nos dois casos a adolescente sofreu risco de vida, mostrando a situação de vulnerabilidade em que se encontrava.

Com a participante C, as experiências afetivo-sexuais foram descritas com três meninos, sendo que um foi seu namorado quando ela tinha 12 anos, o outro uma paixão não correspondida

e o terceiro é o seu namorado atual. Apesar de não relatar ter tido experiência sexual, a Participante C mencionou que alguns dos “guris” nos quais ficou fizeram propostas sexuais diretas, assim como solicitaram que a participante tivesse mais intimidade com eles nas carícias físicas. Sobre a sua primeira experiência com o namoro, a Participante C descreveu como positiva, mas que não durou muito tempo por não ter tido paciência em lidar com os comportamentos do seu namorado:

*“(...)Ai... Eu não tinha paciência...Ah... Muito amorzinho aqui, ah eu não tinha paciência... Muito grudes...”* (Participante C, 13 anos)

*“Foi de um jeito foi legal por que ele me tratou bem... Uma semana... Ah não sei, não me lembro...É foi uma semana...Enjoei e larguei ele... Ele ficou brabo, ai ‘o problema é teu’.* (Participante C, 13 anos)

Nas falas da participante C, observa-se um comportamento de distanciamento e indiferença para com o que ocorreu no seu primeiro relacionamento. Esse distanciamento foi relatado em outros momentos da inserção quando conversava sobre isso com as outras colegas. Nessas ocasiões, quando as colegas no grupo mencionavam que havia algum rapaz apaixonado pela Participante C a resposta era a mesma: “Problema dele”(sic.). Além disso, demonstrou irritação diante da manifestação de um comportamento mais afetuoso do seu namorado, sendo esse o motivo para o término do relacionamento.

Nas atividades de grupo sobre o namoro, a participante relatou que gostou de um “guri”, mas que não foi correspondida. Segundo as colegas, esse “guri” era “mau elemento” (sic.) e não “estava nem aí para ela”(sic.). Apesar da relação não está sendo correspondida, a Participante C insistiu na tentativa de conquistá-lo. Na atividade de grupo, mencionou que contou para toda a família dele o que sentia por ele. Na entrevista, confirmou esse sentimento e que uma vez tomou a iniciativa de beijá-lo:

*“Acho que fiquei um ano gostando desse P. Amava ele. Dei um beijo que dei nele. Roubado”* (Participante C, 13 anos)

*“Por que ele não gostava de mim, eu acho. A gente se dava bem, a gente conversava mas ele num queria assim namorar (...) Ah, me sentia mal...”* (Participante C, 13 anos)

O papel masculino mais “dócil”, que demonstra mais o afeto e atenção não foi visto pela Participante A como uma característica atrativa do sexo oposto, chegando, inclusive a ser um motivo para o rompimento com os seus namorados. Os papéis de gênero masculino que definem

uma sexualidade mais agressiva e forte, sem uma manifestação afetiva mais intensa podem ter influenciado na percepção da Participante C sobre alguns comportamentos dos seus namorados. Tal fato pode ter contribuído também para que desenvolvesse um afeto maior por uma figura que tenha tido uma postura mais distante afetivamente. A convivência com modelos masculinos agressivos, como ocorreu com a Participante C, pode ter favorecido que ela interpretasse a masculinidade por esse viés, o que pode tornar as mulheres mais vulneráveis para a violência de gênero.

### 2.10.3. As adolescentes e as drogas:

Nessa categoria foram analisadas as experiências das Participantes com as drogas, sendo a Participante A com as lícitas e as ilícitas e a Participante B com as lícitas. A Participante C não relatou ter tido experiência com as drogas.

A Participante A relata que já teve experiência com o álcool, cigarro e o loló. Com a bebida, a Participante associa o seu comportamento de beber com a da sua mãe:

*“E eu bebo desde... A minha mãe quando era jovem ia pros bailes e chegava do mesmo jeito. Eu puxei ela do mesmo jeito né. Bebendo. Festerê. (...) A minha mãe saía e eu ficava com a minha irmã. E se ela beber, ela bebe só com os outros na rua. Mas eu bebo dentro de casa também. [E tu começaste a beber com que idade?] Com uns 13, 14 anos. Eu comecei pela cerveja né aí depois foi um vinho”.* (Participante A, 17 anos)

Com o cigarro, a Participante A relata que preferiu utilizá-lo a ter que usar o crack como os seus irmãos:

*“É que eu sou assim né, eu vejo um negocio primeiro para né... Báh eu não gosto disso aí, prefiro ta no cigarro né no meu cigarro. Eu sei que o cigarro é uma droga mas eu não digo.... uso de drogas e elas fumam pedra né, eu não quero , tá louco.”* (Participante A, 17 anos).

Na experiência com o loló, a Participante relata ter tido uma vivência mais intensa principalmente quando estava morando sozinha na rua. Associado a esse uso, a Participante A menciona o fato de ter se envolvido com um roubo, o que fez com que fosse encaminhada para um abrigo:

*“Ficava sozinha, de bobeira ali. Eu droga eu não digo né, mas eu usei, nessa época eu usava loló ficava na rua cheirando loló, eu usei loló. A minha mãe não sabia que eu tava nesse*

*negocio aí. Aí um dia ela me pegou cheirando loló e ela me disse ou tu para com esse negocio aí ou tu vai para FEBEM. Daí eu é melhor parar né. Aí eu parei.”* (Participante A, 17 anos)

*[O que tu sentia?] Ai me dava a emoção de roubar as pessoas que tavam passando ali. Eu roubava né. Agora eu parei. [Roubava como?] Ai, eu cheirava, eu viajava sozinha eu mesmo, roubava, sei lá eu. [Viajava para onde?] Viajava a mente, sei La eu. [Quem é que te dava lolo?] Uma mulher que vendia na praça XV. Todo o dia, todo o dia. Um real é uma garrafinha assim né. E cheirava e cheirava e cheirava e depois parava a noção assim né (...) dava na mente será que eu vou roubar?Será que eu vou pedir dinheiro? Será que eu vou no banco pedir dinheiro?Assim eu ficava assim na rua. Eu também já.. Esses três meses que eu fiquei em T, eu já fiquei em T, eu usava tanta, tanta, tanta loló que um dia eu passei mal né na rua, na rua. [Tu fugiu de casa?] Aham. Por três meses eu fiquei na rua. Daí me pegaram roubando né com a minha parceria, parceria mesmo, aí ela foi presa e eu acabei na FEBEM. Na FEBEM eu não digo mas eu tava num abrigo. Aí eu saí do abrigo e me levaram para casa, para minha mãe né. Era o dia do meu aniversario, quando eu completei 17 anos. 16 anos. Quando eu completei o meu aniversario. Aí depois disso aí vai fazer um ano que eu tô em casa.* (Participante A, 17 anos).

Com a Participante B, o uso do cigarro aconteceu pela influência de suas amigas da escola:

*“Tô muito envolvida com as minhas novas ‘amigas’ sei lá porque elas fumam e as vezes eu fumo com eles mas eu não sou de fumar é que eu vejo elas fumando e me dá vontade.”* (Fragmento escrito pela Participante B, 17 anos).

A fase da adolescência é considerada uma das mais propícias ao uso da drogas devido às características peculiares vivenciadas nessa fase como as mudanças físicas, psíquicas, cognitivas e comportamentais (Schenker & Minayo, 2004). A família é apontada como um dos elementos importantes na forma como o adolescente reage ao oferecimento das drogas no contexto em que está inserido. O comportamento de uso de drogas dos pais é apontado como um fator de risco significativo para o uso dos filhos, mas além desses fatores, as relações familiares e as práticas parentais também são fortes fatores de risco para o uso de drogas. Para Schor (1996), esses fatores por si só não determinam o uso da drogas dos adolescentes, mas a combinação deles com as questões sociais e culturais da família são fortes fatores de risco. No caso da Participante A, os constantes conflitos com a mãe, a saída de casa e o uso do álcool por parte da sua mãe foram fatores de risco significativos para o uso de drogas pela Participante A. Por outro lado, a

Participante A relata que interrompeu o uso do loló devido a uma intervenção de sua mãe, mostrando, assim, que a sua mãe também foi uma influência positiva. Associada a experiência da rua e das drogas, a Participante A relata o seu envolvimento com um comportamento infrator. Segundo um estudo realizado com adolescente em conflito com a lei, a ausência de uma estabilidade afetiva, vínculos afetivos enfraquecidos e a experiência de violência intra e extrafamiliar são fatores de risco significativos para o envolvimento das adolescentes com o ato infracional (Dell'Aglio, Santos & Borges, 2004).

Com a Participante B, o uso do cigarro ocorreu devido ao seu grupo de amigas utilizá-lo quando estão juntas. A influência dos pares é apontada como um forte fator de influência para o uso das drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas (Schenker & Minayo, 2004). Porém, as autoras discutem que a escolha de colegas que façam uso de drogas ou que sejam mais permissivos a esse uso é o resultado de um processo que envolve outros fatores, como individuais, familiares e sociais. Assim, o adolescente usuário de drogas buscará conviver num contexto que facilite o uso da droga (Steinberg, Fletcher & Darling, 1994). O fato da Participante B ter experimentado o cigarro não significa que ela fará uso excessivo dele, já que muitos adolescentes experimentam drogas nessa fase. Porém, as experiências conflituosas com os pais, e o uso excessivo de drogas por parte delas além do fato de ter sofrido violência intra e extrafamiliar podem ser fatores de risco significativos para o uso excessivo de drogas. Por outro lado, o bom vínculo estabelecido com a avó e o monitoramento desta pode ser um fator de proteção para a Participante B.

Para Schenker e Minayo (2004), um outro risco para o uso intensificado das drogas é o desejo manifestado pelo adolescente em buscar prazer por meio das drogas. No caso de adolescentes em situação de exploração sexual, estudos mostram que o uso de drogas tem sido comum na vida delas, sendo a maconha, cocaína e *crack* as mais usadas (Libório, 2005; Soethe, 2008). Apesar de não haver estudos que comprovem a relação direta entre drogas e a exploração sexual, os motivos para o seu uso por crianças e adolescentes que sofreram violência sexual têm sido associados à necessidade de lidar com sentimentos difíceis gerados por essa violência como baixa auto-estima, vergonha, angústia, etc. (Ippolito et al., 2004). Tal fato é mostrado em relatos de adolescentes em situação de exploração sexual que fazem uso das drogas como uma maneira de lidar com seus sentimentos, assim como forma de obter prazer (Dimenstein, 1992; Trindade, 2005; Verardo, Reis, & Vieira, 1999). Um outro aspecto mostrado pelos autores é que a

dependência da droga pode fazer com que as adolescentes busquem ou se mantenham na exploração sexual para adquirirem dinheiro para manter o seu uso.

#### 2.10.4.As figuras masculinas e femininas

Essa categoria foi dividida em duas sub-categorias: a percepção dos papéis masculinos e femininos e os papéis masculinos e femininos na relação da adolescente com o cliente.

##### 2.10.4.1.Os papéis masculinos e femininos

Nessa categoria foram analisadas a forma como as participantes percebem a figura masculina e feminina nas relações afetivo-sexuais. Com a Participante A e B a análise dos papéis masculinos e femininos foi feita através dos comportamentos ocorridos nas relações de namoro. Para a Participante B, os homens buscam ter um papel mais dominante na relação, determinando com quem elas podem falar, as roupas que devem usar, como forma de impor a sua dominação:

*“Namoro é mais complicado, eu tenho uma amiga agora que ela tá de namorado. E meu amigo, ele é meu amigo e ele namorou com ela já faz mais de 5 meses já ou 6 meses eu acho, mas eles sempre brigam né,(...) Não pode dar beijo nos amigos dela que ela via antes, fica todo o dia na casa dela, busca ela no colégio, é muita pegação. [E o que você acha disso?] muito chato (...), muito chato. Tem guri que não é assim, mas eu acho que a maioria deles são assim.[E por que você acha que um homem faz isso]? Por que eu acho que ele quer ser dono da mulher. (Participante B, 17 anos)*

Esse mesmo comportamento masculino foi observado no seu “fica” em relação a ela:

*“Ele também uma vez reclamou que eu tava com uma roupa apertadinha aí ele falou onde é que ela vai com uma roupa assim, aí ele olhou para mim, como assim com roupa apertada, mas assim, eu não gosto disso. Eu acho que se tiver de namorado é normal namorar, agora mudar o jeito, só por que eu to namorando, aí tem gente que muda né, que não pode mais fazer as coisas que fazia antes. Tem tuas coisas que tu pode fazer né sozinha, mas não totalmente. [Os homens mudam o comportamento?]Sei lá não sei. Eu acho que sim. [O que eles mudam?] Chiclete sei lá eles ficam mais chiclete, mas a amizade deles também muda. Mas pouco, por que fora quando a gente não tá olhando eles já tão trovando outra guria. (Participante B, 17 anos)*

O comportamento de controle do homem perante a sexualidade da mulher na relação de namoro também é apontado pela Participante A:

*“Eu não quero ter mais namorado, eles querem mandar nos outros. Mal começa a namorar e eles já querem mandar nos outros. Mandar. Não dá para fazer isso, não dá para fazer aquilo, daí eu não gosto. Namorado é aquele que curte né, que dança né, sei lá eu”*  
(Participante A, 17 anos)

No relato das Participantes A e B, os papéis masculinos no comportamento afetivo-sexual assumem um papel controlador da sexualidade feminina no qual ele passa a definir, no namoro, como a mulher deve se portar em relação ao seu corpo e aos outros. Tal atitude é vista como negativa pelas Participantes que acabam definindo a experiência do namoro como uma experiência “chata”. De acordo com Heilborn (2006), o namoro é uma das etapas de experimentação da sexualidade, sendo o compromisso e aprofundamento dos vínculos a maior característica dessa etapa. Um estudo realizado com adolescentes mostrou que elas não desejam namorar devido à restrição ao exercício da sua sexualidade, pela limitação gerada pelo compromisso assumido e da exclusividade exigida no namoro (Romanelli & Prietto, 2002). Nesse estudo, as adolescentes relataram que preferem ficar a namorar, deixando essa última etapa para quando, de fato, encontrar alguém que goste. Para a Participante A, o namoro não seria uma fase de cobranças, mas uma etapa mais descontraída, na qual o namorado serve para lhe acompanhar nas atividades divertidas. Em outro estudo realizado com adolescentes, os meninos relataram que escolhem a menina para namorar de acordo com a sua reputação social (Scott, Marion, & Longhi, 2002). Tal reputação inclui uma atitude mais “comportada” sexualmente por parte das mulheres ao terem poucos parceiros. Essa postura também é defendida pelas meninas que se definem a partir dessa reputação estabelecida pelos meninos, seguindo, assim, a lógica masculina sobre a sexualidade feminina. De acordo com o relato da Participante B, o controle da sexualidade no namoro por meio da restrição do círculo de amizades e da própria forma de se vestir pode ser uma estratégia de garantir a “boa reputação” perante a sociedade. O controle da sexualidade feminina pelo homem é uma forma dele assegurar na mulher a sua honra, ou seja, é no comportamento da mulher que está localizada a dignidade masculina (Dauster, 1986). Porém, segundo a Participante B as mudanças no comportamento após o namoro são maiores para as mulheres do que nos homens pois eles mesmo namorando, não deixam de estar com outras meninas. Na sexualidade masculina, a quantidade de relações que tem ou já teve é um demarcador importante para a sua masculinidade já que o desejo sexual

do homem é concebido como algo incontrolável e necessário para a sua existência (Salem, 2004).

Com relação às mulheres, a Participante B as descreve como mais afetivas e por isso mais vulneráveis nas relações afetivo-sexuais com os homens:

*“As mulheres são muito burras. É o que acontece com a minha prima. Ela termina com as pessoas e volta, termina e volta. Eu também sou bem assim. As gurias são muito bobinhas, de paixão. As gurias falam de mais.”* (Participante B, 17 anos)

Apesar de se contrapor ao comportamento feminino em ser mais afetiva, a Participante B se reconhece nesse papel, comparando-a com a sua prima que é a figura feminina mais próxima dela. A expectativa para um papel feminino mais afetivo é discutida em diversos estudos que mostram que essa afetividade é relacionada aos cuidados da casa, dos maridos e dos filhos (Dauster, 1986; Narvaz & Koller, 2006a). A Participante B ao mencionar as suas expectativas sobre o seu papel como mulher, relata um desejo em ser uma mulher afetiva e voltada para o seu companheiro.

*“Quero ser uma mulher dedicada, carinhosa, fiel”* (Participante B, 17 anos)

Assim, observa-se que romper com as normas socialmente definidas sobre as mulheres e homens não é uma tarefa fácil para as Participantes. A avó da Participante B, mesmo criando os seus filhos e netos sozinha, exigia que a Participante B *“arrumasse um namorado logo”* (sic) pois considerava que já estava com idade para isso. Assim, mesmo quando o modelo de família nuclear não é a realidade de muitas mulheres, é esse modelo que é desejado e esperado por elas em relação aos seus filhos. A Participante B demonstra a sua vontade em estabelecer relacionamentos mais sérios ao mencionar que não deseja mais namorar ou ficar com meninos mais novos, devido à inexperiência e à inabilidade deles em lidar com as mulheres:

*“Os guris conhecidos não querem nada com nada. Os pequeninhos são mais ligeiros que os grandes (...) Os guris não sabem como chegar nas gurias. Não tem atitude de homem. Os homens são mais experientes, com mais idade. Os homens crianças só quer saber de joguinhos, brincadeiras. Os homens sabem como fazer, tem mais atitude”.* (Participante B, 17 anos)

A experiência masculina é descrita pela Participante B como um fator positivo já que eles têm mais conhecimento sobre as mulheres e, com isso, sabem lidar melhor com algumas situações, principalmente em relação à atitude de aproximação e definição do que vai ocorrer na relação. No caso da Participante B, essa percepção sobre os homens pode ter tido influência da

convivência com a sua prima mais velha. Ao falar de um evento bom na sua vida, menciona o fato de estar conhecendo pessoas mais velhas, amigas da sua prima:

*“Estou convivendo com os amigos de minha prima que tem 20, 22 anos. No grupo tem mais homens do que mulheres. Eu acho eles legais e divertidos”* (Participante B, 17 anos)

Para a Participante B, a relação com homens mais velhos também é uma oportunidade se estar com alguém que possa lhe dar algum bem financeiro, o que não poderia acontecer com os homens mais novos:

*“Eu num quero mais ficar com esse guruzinhos de 13, 15 anos, que não fazem nada, tem que ser alguém que pague as coisas para mim. Alguém tipo mais velho, um pouco mais velho, alguém que com a mesma idade que eu, mas que trabalhe ”* (Participante B, 17 anos)

A percepção do homem como alguém que deve prover financeiramente a mulher mostra que o modelo patriarcal ainda é um padrão normativo das relações entre homens e mulheres. Nesse modelo, uma das formas de submissão feminina é a sua dependência financeira que é reforçada pelos baixos salários e pela destinação da mulher para as funções domésticas (Navaz & Koller, 2006a). Tal fato pode ser um forte fator de risco e vulnerabilização feminina já que estudos mostram que a dependência financeira é um dos motivos para que, nas situações de violência, as mulheres se submetam a esse modelo (Navaz & Koller, 2006b).

Em uma das etapas da inserção, a Participante A relatou que a Participante B estava namorando, mas que a Participante B não mencionou o nome dele, nem a idade. Tal fato chamou a atenção devido ao discurso que a Participante B estava fazendo sobre as suas expectativas sobre o namoro (mencionadas anteriormente), e pela necessidade de manter esse namorado em sigilo. A necessidade de conseguir um homem que seja o seu suporte financeiro pode fazer com que elas busquem formas de se relacionar que se enquadrem na situação de exploração sexual. A exploração sexual pode ocorrer de diversas formas, em que o dinheiro recebido pela adolescente é dado como uma forma de ajuda, mesmo quando o foco da relação é a troca sexual por algum objeto, podendo ser o dinheiro ou alguma mercadoria.

Para a Participante C, as diferenças entre homens e mulheres foram definidas inicialmente pelas questões biológicas. Depois, a figura masculina foi definida como agressiva e a mulher mais passiva, sendo que em algumas situações a mulher é mais agressiva e o homem mais passivo:

*[O que define o que é ser mulher?] Quando ela menstrua [E o homem?](Risos)... não sei... é que o homem tem uma coisa diferente da mulher. [O quê?] O pênis. É daí que a gente ver o que é homem e mulher. [E com relação ao comportamento?] O homem é mais forte. O homem é mais agressivo e a mulher mais calma. As vezes os homens são amorosos e as mulheres estúpidas, as vezes as mulheres são amorosas e os homens são estúpidos.*

Porém, a reação descrita por pela Participante C da mulher é feitas em circunstâncias que o homem contraria a mulher, fazendo coisas indesejadas por elas:

*“A minha cunhada com o meu irmão, quando ele queria beber e ela não queria, daí ela ficava agressiva e começavam a brigar”.* (Participante C, 13 anos)

#### 2.10.4.2. Os papéis masculinos e femininos na relação adolescentes e cliente

A participante A ao falar das suas primeiras relações com os clientes, menciona a sua dificuldade em fazer o programa e a reação do cliente diante disso. Nas duas situações, diante da resistência da Participante A, os clientes utilizaram da força física para ter a relação sexual. Um deles a levou para uma outra cidade, mas foi encontrada pela polícia e trazida de volta para a casa.

*“Eu entrei no hotel né, daí entrou eu e ela, aí ela foi para rua e aí ficou só eu e o cara no hotel né e aí, ele forçou um negócio que eu não queria e eu não quero, eu não quero, eu não quero, eu não quero fazer nada. Ai mas eu te dou um dinheirinho para ti. Ai mas não é nem dinheiro que eu quero, eu quero ir para casa aí ele disse... Aí cadê a minha irmã, aí ele disse a tua irmã tá lá na rua, ela foi para rua e não tava mais na rua. Aí ele me arrastou para dentro do carro, mesmo. Aí ele me levou para longe, eu nem sei para onde que eu tava. Aí ele falou tu vai fazer o negócio quietinha aí eu pensei que se eu gritar ele vai me matar sei lá eu, e eu gritei né socorro, socorro, socorro, eu gritei né, mas ele queria me estuprar a força. Ai que loucura(...) (Participante A, 17 anos)*

*“ Nós tava num hotel. Sorte que eu não entrei né. Ela acertou o dinheiro com ele, aí ela saiu e eu entrei com ele. Ai, tu não quer ganhar um dinheirinho para fazer uns negócios comigo? Ai eu não quero nem fazer nada. Ai que loucura. Por dinheiro eu não quero fazer nada. A minha mãe, a minha mãe me ajuda, me apóia. Mas nem se preocupa com a tua mãe, com a tua família, tu tem que se preocupar aqui agora. Aí ele me forçou a força foi a hora que eu gritei né*

*socorro, socorro, socorro. Báh, o que eu passei com isso né. Báh. Tá louco.*”(Participante A, 17 anos)

Nas duas experiências relatadas pela Participante A, mostra uma relação com o cliente em que há um processo de dominação e violência além da que já envolve a prática da exploração sexual em si. De acordo com depoimentos de adolescentes em situação de exploração sexual, em algumas circunstâncias elas são vítimas de violência dos clientes que as agredem e não pagam o serviço (Verardo, Reis, & Vieira, 1999). Porém, nas últimas entrevistas, ao ser perguntado sobre como é tratada pelos clientes, menciona que recebe um bom tratamento:

*“[Como é que esses clientes te tratam?] Me tratavam bem, como se eu fosse a esposa deles (...) Ai, me tratavam bem, bem, bem assim (...) (Participante A, 17 anos)*

*“[Já aconteceu de algum cliente fazer alguma coisa que você não gosta?] Não, nunca aconteceu nada disso. E se um dia acontecer... Se eu souber eu vou mata ele. Se um dia isso acontecer eu vou matar ele(...) (Participante A, 17 anos)*

Com relação à idade dos clientes, a adolescente não definiu uma faixa etária específica, mas mencionou que eles eram mais velhos. Além disso, os clientes também são casados e têm família:

*“Eles não falavam a idade deles né(...), é véio. É meio véio.” (Participante A, 17 anos)*

*“Eu tinha cinco clientes. Esses cinco clientes aí já eram né. São casados né, tem filhos né. Eles têm que ajudar a mulher deles né, os filhos. Aí eu perdi os contatos deles, eu perdi.” (Participante A, 17 anos)*

Em uma pesquisa realizada com adolescentes em situação de exploração sexual, foi mostrado que a maioria dos clientes são mais velhos e casados (Soethe, 2008). Em relatos de experiências de adolescentes com tal situação, os clientes também são mais velhos e com maior poder aquisitivo (Trindade, 2005; Veraldo, Reis & Vieira, 1999). Dentre as razões apontadas para a busca de adultos por sexo com adolescentes e crianças está na valorização social de práticas sexuais associadas à juventude. No caso dos homens mais velhos, a relação sexual com adolescentes e crianças é vista como uma maneira de afirmação da sexualidade masculina (Ippolito et al., 2003; Dos Santos, 2004). As razões para que homens se envolvam nessa condição de cliente estão baseadas numa lógica androcêntrica (ANDI, 2007). Por tanto, mais do que uma questão de patologia ou desvio de conduta sexual, a exploração sexual está inserida numa relação assimétrica de poder entre o cliente e a adolescente e a criança. Segundo a ANDI

(2007), muitos homens envolvidos como clientes na exploração sexual não se percebiam violadores da lei e justificam o uso dos serviços sexuais de adolescentes por esse público estar a sua disposição. Segundo Koller et al.(2007), alguns caminhoneiros ao realizar o programa sexual com as adolescentes relataram que ao dar dinheiro e comida sentem que estão ajudando para que elas não passem fome ou necessidade.

O fato de ser bem tratada pelos clientes faz com que algumas adolescentes não se vejam na situação de exploração sexual, já que existe para elas uma relação de ajuda (Kassar, et al., 2005). Com a Participante A, os clientes são descritos como um suporte financeiro seguro:

*“Eu ligava para eles e pedia dinheiro eles me davam, davam na hora. Agora eu perdi né. Não tinha o telefone deles. Agora que eu tô aqui, que eu tô com esse cara aqui, eu falo com ele todos os dias. Todo o dia eu falo com ele. Ele me liga para saber se eu tô bem, se eu tô precisando de alguma coisa.”* (Participante A, 17 anos)

*“Um deles era casado e tinha filhos. E ele me explicou a vida dele né que ele era casado e tinha filhos. E ele brigou com a mulher dele, e a mulher desconfiou que ele saia com uma gurria nova no centro de canoas. Aí ele falou isso né, para mim. Me apoiando aí eu levei ele para Porto Alegre para conhecer a minha mãe. Daí ele, a mulher dele, aí ele voltou para mulher dele de volta.”* (Participante A, 17 anos)

Com um dos clientes, a Participante A menciona que estabeleceu uma relação afetiva:

*“Faz pouco tempo já. A minha irmã que apresentou ele para mim né. Aí eu fui até o fim né. Que ele gostou de mim, que eu era muito bonita, e eu comecei a dar coisas, ele me dava roupa das lojas. Eu tenho uma roupa que ele me deu ainda, roupa das lojas. Ele voltou para mulher dele, brigou com a mulher dele e falou que arrumou outra, outra mulher para ele, não sei que, então tamo aí né”.* (Participante A, 17 anos)

*“Ele me ajuda, ajuda a minha mãe também”* (Participante A, 17 anos)

*“Esse cara que eu tô agora ele não é velho né, esse cara que eu tô agora. Ele me apóia me ajuda, aí, eu to gostando muito dele. Tô muito mexida(...) Ele me mandou um buquê de flores (...)* (Participante A, 17 anos)

*“Eu nem sabia sabe, eu só fiz a flechinha ali e a tatuagem o coração TZ alto. Aí chegou a mensagem e eu perguntei quem foi que mandou essa mensagem aí ele falou: De X para C. Aí aí que lindo.”* (Participante A, 17 anos)

*“Ele trabalha né, ele não tem tempo para nada. Ele tem mulher né, ele tem mulher, ele tem filho também para criar. Ele tem trabalho. Ele trabalha em X . Ele não tem tempo né, aí eu quem é que mandou isso para mim? Só pode ser o C, aí eu liguei para C. C, foi tu que mandou para mim esse essa flores aqui? Foi, com todo amor e carinho, aí eu agradei ele né, não pude (...) por que ele tem que cuidar da mulher dele e dos filhos dele”.* (Participante A, 17 anos)

Na situação apresentada pela Participante A, a sua relação com o cliente passou a ser definida como uma relação afetiva em que por parte dele havia preocupação com o seu bem-estar. Nessa questão, é necessário analisar como fica a relação de exploração sexual quando existe uma relação afetiva entre a adolescente e o cliente. Na literatura especializada sobre o tema, essa questão não tem sido discutida, já que a relação adolescente e cliente é sempre definida como uma relação de exploração, em que o cliente estabelece uma relação desigual com a adolescente, pelas suas diferenças sociais, financeiras e culturais (Faleiros, 2004; Libório, 2004;). Em um dos casos apresentados por Trindade (2005), uma das adolescentes descreve que se sentia amada por um dos seus clientes mais antigos e que ele tinha proposto uma relação fixa, mas que ela não aceitava por não corresponder esse sentimento. Porém, em alguns momentos essa adolescente se questionava se não era mais vantajoso ter uma relação fixa, mesmo que seja com alguém mais velho, do que realizar programas com homens desconhecidos. A Participante A descreveu estar envolvida por seu cliente e demonstrou interesse por um relacionamento afetivo. Diante desse fato, há a necessidade de se repensar como ficam os critérios para a definição de exploração sexual, já que ela é explicada pela uso/utilização da criança e do adolescente em atividades sexuais remuneradas (Andi, 2007; Ippólito et al., 2003; Leal, 1999).

Assim, com a troca afetiva, além da financeira, a relação estabelecida pela Participante A não se diferencia de outras relações em que mulheres recebem ajuda financeira do homem ou almejam no relacionamento se ascender socialmente, seja no papel de namorada, esposa ou amante. Além disso, a idade descrita pela Participante A do seu “ex-cliente” e agora namorado é de 22 anos, o que sai também do padrão homem mais velho comum nos clientes para a exploração sexual. Um outro aspecto foi o fato dele ter sido apresentado a família, o que é uma prática comum nas relações afetivas de namoro. O fato da família apoiar, apesar do relacionamento ter partido da exploração sexual, pode estar baseada na idéia de que um relacionamento com alguém que tem mais dinheiro pode ser um boa oportunidade da adolescente

mudar de condição sócio-econômica. Tal característica é enfatizada pela Participante A ao descrevê-lo:

*“E eu decidi com a minha mãe e fui para casa dele. Fiquei um dia com ele morando na casa dele. Ele mora sozinho lá né ele separou da mulher dele, dos filhos dele. Ele mora num apartamento chique, chique. Ele me convidou para morar com ele lá, mas eu para morar com ele lá eu não vou mas para posar eu vou até posso contigo. Eu tenho a minha mãe, a minha família para cuidar né. Daí tá. Mas se tu quiser visitar a tua mãe ou a tua irmã tu sempre vem aqui fica aqui que eu te levo de carro depois para tua mãe. Daí eu vou né, de vez em quando eu fico na casa dele. Dois dias eu fiquei na casa dele. Nos vai, se diverte com som. Ele tem carro né, ele trabalha”* (Participante A, 17 anos).

Segundo a Participante A, a idéia de apoiar a família nas relações que estabelece com o cliente foi passada pela sua irmã quando iniciou a prática da exploração sexual:

*“Se tu te interessar com ela né, pode pegar ela e ficar com ela. Eu tenho que apoiar a minha mãe, a minha família no caso, apoiar a minha família e ela também né, que ela tá precisando também né. Tá na mão. Vem ver”* (Participante A, 17 anos).

Ao estar exposta na negociação com cliente pela sua irmã, a relação de apoio foi colocada como uma condição para que ele permanecesse na relação com ela. A condição sócio-econômica desfavorável também é utilizada na negociação com o cliente para garantir mais “apoio” financeiro. Em estudos sobre mulheres em condições sócio-econômicas desfavorecidas, os homens pobres não apresentavam condições econômicas de assumir a função de mantenedor da família (D’Incao, 2006; Soihet, 2006). Para essas autoras, as mulheres tinham que criar estratégias de garantir um casamento que gerasse benefício para toda a família.

A Participante A ao abordar as suas expectativas sobre o papel masculino, menciona a sua condição financeira:

*“Quero um homem que tem valor, que possa me dá apoio. Não quero mais pegar guri novo que só quer leva para comer”* (Participante A, 17 anos)

Para a Participante A, o “valor” e o “apoio” utilizados para a escolha do seu parceiro está relacionado com o suporte financeiro que ele pode lhe dá. O “leva para comer” (sic.) refere-se aos homens mais novos que só desejam fazer sexo com ela, sem que ela tenha nenhum outro de ganho, como o financeiro. Essa mesma característica é utilizada pela Participante A quando menciona as qualidades de um bom cliente:

*“O cliente bom é aquele que dá dinheiro. É o que tem talento”* (Participante A, 17 anos)

*“Aí ele começou a me ajudar, a me dar coisa para comer, para me alimentar na vida aí né, aí foi me ajudando, me apoiando”* (Participante A, 17 anos).

A inconsistência de um dos clientes em dar “apoio” é apontada pela Participante A como um dos motivos para a sua insatisfação com ele:

*“Ele me apoiava num dia, depois não. Me apoiava num dia depois não. Aí enjoa né. Só fuder, fuder, fuder e nada (...)”* (Participante A, 17 anos)

A percepção da Participante A sobre os homens é vista como alguém que deve dar suporte financeiro permanece. Assim, o modelo patriarcal no qual cabe ao homem o sustento da família e da mulher é mantido nas relações da Participante A. Porém, mesmo assim a mulher não é totalmente passiva nessa relação. Num estudo sobre exploração sexual, as adolescentes relataram que em algumas situações com os clientes “tiraram proveito” e “iludiram o homem” (Moraes, 1998, p. 43). Para a autora, essas reações das adolescentes é uma estratégia de reverter um contexto de coerção em que se encontram, utilizando comportamentos ativos e de defesa como: fugir com o dinheiro sem fazer o programa ou não aceitar que o cliente não use o preservativo. Para a Participante A, o “tirar proveito” está nas relações que estabelece com os homens na qual eles devem ajudá-la financeiramente, assim como a sua família.

#### 2.10.5. Escola

Nessa categoria, foi analisada a percepção da Participantes sobre a escola, incluindo os professores e os colegas. Para a Participante A, a escola é vista como um espaço positivo para o seu desenvolvimento pela aprendizagem adquirida e pela possibilidade de ser uma pessoa diferente:

*“[Como é a escola para ti?] para mim é bom né. A escola daqui o cara aprende várias coisas, esquece o passado que o cara passou né, e é só seguir em frente depois né”* (Participante A, 17 anos).

Em relação a Participante C, ela mencionou que não gosta muito da escola e tem dificuldades em prestar atenção nas aulas:

*“Eu não gosto muito da escola (...) Não consigo prestar atenção(...) A diretora da escola chamou a minha mãe e disse que era para eu ver menos TV. Achei um absurdo pois como vou ficar sem a TV pois com ela tenho acesso à várias informações.”* (Participante C, 13 anos).

Para a Participante C, a escola não tem sido estimulante para o seu desenvolvimento, sendo a televisão mais atrativa. Essa relação da Participante com a escola refletiu nas dificuldades que demonstrou ter na escrita e na leitura. Apesar disso, ela relatou no final da pesquisa que passou de ano. Tal fato mostra a dificuldade que a escola tem em lidar com crianças e adolescentes que não conseguem ler, mas que apesar disso, passam de ano. Assim, o fato da Participante não conseguir ler e escrever de forma condizente com a série em que se encontra (7ª série do ensino médio) pode estar interferindo na sua motivação em permanecer na escola, já que essa sua dificuldade não tem sido melhorada nas mudanças das séries escolares.

Com os professores, a Participante A menciona que partilha a sua situação e a da sua família, mostrando que essa relação é importante na sua participação na escola:

*“(E como é que são os professores?) Eles também já conversaram comigo sobre, sobre a minha família, eu expliquei a minha situação para eles.”* (Participante A, 17 anos).

Em estudos sobre a relação professor-aluno na Educação para Jovens e Adultos mostrou que a questão afetiva é um dos critérios mais utilizados para avaliar o ensino de aprendizagem (Camargo & Martinelli, 2006). É na relação professor-aluno que a instituição escolar se concretiza, já que eles são os seus maiores protagonistas (Aquino, 1999). A Participante A relatou que não conseguiu passar de ano, mas que continuará na escola. Assim, a relação positiva descrita pela participante com os professores pode ser um fator de proteção para a adolescente por estimulá-la a permanecer na escola.

A Participante C descreve uma relação positiva com um dos seus professores por ela usar uma didática divertida e criativa em sala de aula, assim como a estratégia que utiliza para cobrar dos alunos a disciplina:

*“A gente tem uma sôra de filosofia que... ela gosta que a gente brinque, dança com elatudo. Mas, as vezes ela tem aquela maneira de puxar, de pedir para parar. Mas, ela é muito legal... Ela é a que eu mais adoro.”* (Participante C, 13 anos).

Uma didática adequada para a realidade dos alunos, pode ser um fator positivo para a aprendizagem, já que com isso os alunos se sentem mais estimulados para estudar e participar das aulas. Porém, a Participante C menciona relações conflituosas com alguns professores pelo confronto de idéias e procedimentos:

*“Ah tem uns que eu brigo de vez em quando. [O que é que acontece?] As vezes... as vezes... as vezes eles querem de um jeito e eu quero de outro. [Isso acontece com que frequência?] Duas*

*vezes eu acho, só... Eu falei várias coisas para o professore, daí ele ficou brabo(...)*” (Participante C, 13 anos).

A questão da disciplina na escola é discutida como uma das mais difíceis para a realização do trabalho do professor em sala de aula (Aquino, 1999). Porém, a indisciplina pode ser entendida como uma estratégia de resistência do aluno a um modelo educacional que ainda insiste em discipliná-lo nos molde autoritário elitista e conservador. Por isso, o fato da Participante C se contrapor alguma decisão ou conduta do professor mostra que adolescente pode estar exercendo a sua capacidade crítica e de autonomia, o que são fatores de proteção para lidar com as adversidades do seu contexto.

Em relação com os colegas, a Participante A menciona que elas são legais, mas que as vezes é incompreendida por elas:

*“[E os colegas são legais?] São. De vez em quando são. Às vezes me chamam de louca, que eu sou louca, não sei o quê mas, eu não dou bola para eles.”* (Participante A, 17 anos).

Já a Participante C aborda os conflitos que tem com algumas colegas e que em alguns momentos sente vontade de brigar com elas:

*“Tem umas meninas que são muito chatas e várias vezes senti vontade de brigar com elas.”* (Participante C, 13 anos).

A Participante B relata que gosta da escola e que com isso conseguirá uma oportunidade melhor de trabalho:

*“Tem que estudar para ser alguém na vida. Se não estudar não é nada. Espero conseguir um trabalho bom”* (Participante C, 13 anos).

Em um estudo realizado com adolescentes em situação de exploração, observou-se que a baixa escolaridade e o abandono da escola foram apresentados em todas as participantes envolvidas na pesquisa (Libório, 2005). Apesar das dificuldades apresentadas pelas Participantes A e C na escola, todas elas encontravam-se freqüentando a escola e no ensino médio. No caso da Participante B, a escola é vista como uma possibilidade de mudar a sua vida. Tal aspecto é um fator de proteção já que a escola é um espaço de socialização importante por dar acesso a informações que reforçam a questão da cidadania, como os direitos humanos, educação sexual, etc. (Aquino, 1999). No caso da exploração sexual, a escola é vista como um espaço de identificação e de prevenção não só para esse fenômeno como para todas as formas de violência contra a criança e adolescentes (Ippólito et al., 2003).

#### 2.10.6. A instituição de atendimento como um fator de proteção

A instituição de atendimento foi analisada pelas Participantes como algo positivo em sua vida. Para a Participante A, a instituição foi importante pelas amizades e pelos meninos conhecidos lá:

*“Aqui fiz amizades, fiz bons passeios e beijei muito(...) (Participante A, 17 anos)*

*“Aqui no curso eu fico conversando com meus colegas falando sobre a minha vida para eles e elas. Mais também eles falam sobre a vida deles para mim. Eu gosto de fazer curso no X fazer mais amigas ter uma boa amizade com as pessoas novas. Aqui no curso eu brinco fasso amizade falo de mais. eu gosto de jogar futebol. Curtir música”. (Fragmento do texto da Participante A, 17 anos).*

Para a Participante B, a instituição permitiu que ela aumentasse a sua rede de amizade, mudasse o seu comportamento introvertido, assim como favoreceu o aprendizado de novas habilidades, como a culinária:

*“[O que mudou na sua vida depois que tu entraste na instituição?] Mudou um monte de coisa, eu conheci mais pessoas, eu era mais solitária não falava com ninguém. Ainda eu sou um pouco assim quietinha, mas sei lá, eu fiz um monte de amizade, preendi um monte de coisa, cozinhar eu já sabia mas eu aprendi a fazer outras coisas que eu não sabia bolos na culinária. E na informática eu aprendi um monte de coisa quê... Não sei. A conversar com as pessoas, eu não conversava com ninguém. Eu não falava com ninguém, era muito difícil de eu falar, só quando eu confio bastante se não. Se eu não confio nos outros daí eu não falo.” (Participante B, 17 anos)*

Para a Participante C, apesar de ter mencionado o seu desentendimento com alguns colegas, a instituição também aparece como um fator positivo para a sua socialização, pelo estabelecimento de amizades. Além disso, a Participante C menciona que na instituição tem acesso a alimentos que não possuem na sua casa:

*[O que acha da instituição?] Acho legal, por que tem atividades muitos boas. Eu sempre freqüentei aqui. Chegou um período que faltava e foi chato pois perdi a vaga. Não vinha por que tinha umas pessoas chatas, uns guris maloqueiros. Gosto das amigas e dos professores. (O que mudou na sua vida?) Tudo. Tem com quem conversar, pode brincar, comer. Aqui tem bolo, Nescau. Lá em casa não tem isso (...). (Participante C, 13 anos).*

Portanto, todas as participantes relatam a importância da instituição para o estabelecimento de uma rede de amigos. A amizade e o estabelecimento de vínculos positivos é um dos aspectos importante para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, pois favorecem a competência social das crianças. A amizade é um fator de proteção para lidar com situações estressoras e por favorece o processo adaptativo (Ladd, Kochenderfer, & Coleman, 1996). Para crianças e adolescentes em situação de risco, a amizade é vista como uma estratégia para lidar com experiências de exclusão ou outras dificuldades geradas pela situação de risco (Hutz & Koller, 1997).

A Participante A também mencionou as atividades esportivas como uma das coisas que gosta de fazer na instituição. As atividades esportivas tem sido uma das ações mais importantes nos atendimentos com crianças e adolescentes por desenvolver a psicomotricidade e o comportamento moral, permitindo, portanto, a manifestação de comportamentos agressivos num contexto socialmente controlado (Neiva-Silvia & Koller, 2002). Por tanto, as mudanças positivas observadas nos seus comportamentos sinalizam que a instituição de atendimento é uma fator de proteção para as adolescentes.

#### 2.10.7 Tempo: Projetos de vida para o futuro

Nessa categoria foram analisadas como as Participantes planejam a sua vida para o futuro, abordando as suas expectativas. Com a Participante C, o projeto de vida foi trabalhado por meio do desenho nas atividades lúdicas no grupo. A Figura 8 ilustra como a Participante C elaborou as suas expectativas para o seu futuro:



*Figura 8. Projeto de vida*

Sobre o desenho, a Participante C relata que quer estar com alguém no futuro, mas de uma forma diferenciada da que percebeu na sua família:

*“[Quem são essas pessoas?] Sou eu e meu namorado, estaremos bem. Mas, não quero ter filhos, não quero passar pelo que a minha irmã passou”* (Participante C, 17 anos)

*“Para casar tem que ser com um cara legal, que seja carinhoso, trabalhador”* (Participante C, 17 anos).

Já a Participante B sobre o seu futuro menciona:

*“Sou decidida no que quero. Quero ser feliz, trabalhar estudar, deixar o que vir pra frente. Quero conhecer pessoas diferentes, mais experientes”* (Participante B, 17 anos)

*“Espero no meu futuro estar casada e trabalhando(...). Diferente dos meus pais. Sem brigas, normal (...)”* (Participante B, 17 anos)

Para a Participante A, os planos para o futuro estão relacionados a sua vida afetivo-sexual:

*“Espero ficar com ele (namorado). Mas, não quero casar ainda... Sou muito nova”.* (Participante A, 17 anos)

As experiências vividas na família contribuem na forma como as adolescentes percebem a sua vida futura. A difícil convivência entre os pais e as violências ocorridas na relação entre eles fazem com que o modelo familiar seja visto como um padrão a não ser seguido. Segundo um estudo com adolescentes de escola pública, a relação familiar conflituosa fez com que os adolescentes percebessem a relação a dois de forma negativa (Cardoso & Cocco, 2003). Além desses aspectos, a Participante C também vê a maternidade como um aspecto negativo pela situação da sua irmã. Já a Participante A, apesar de desejar casar, não espera que isso aconteça logo em sua vida. Tal proposta corresponde com outras perspectivas apresentadas pela Participante A em outras categorias em que demonstra o seu desejo de “curtir a vida” (sic.) antes de assumir algum relacionamento mais sério.

Portanto, mesmo diante das experiências negativas de seus pais, todas as Participantes mantêm o desejo de constituir família a partir de um casamento. Nos moldes da família burguesa, o casamento é considerado uma condição de ascensão e respeito para a mulher (Soihet, 2006). O fato das Participantes A e C não terem abordado a questão profissional pode ser um fator de risco, já que a profissionalização pode minimizar a sua dependência financeira perante o companheiro. Assim, o desejo das Participantes corresponde com o esperado socialmente dos seus papéis enquanto mulher. Com a Participante B, além da questão afetiva, também foi incluído no seu projeto de vida a questão profissional. Segundo um estudo com mulheres, o aspecto profissional foi um fator importante para o bem-estar pelo desenvolvimento da capacidade de autonomia, aumento das redes sociais, experiências de desafio e possibilidade de ajudar os outros (Possatti & Dias, 2002). Para esses autores, quando as mulheres não são dependentes economicamente dos maridos tem mais condições de lidar com alguns efeitos estressores como as dificuldades econômicas de seu parceiro, doenças ou possíveis crises.

## CAPÍTULO III

### ESTUDO II-MÉTODO

O objetivo desse estudo foi identificar os fatores de risco e proteção de mulheres adultas prostitutas, analisando os contextos como a família, as instituições de atendimento, seu corpo, ser mulher, a atividade de exploração sexual e prostituição, afetividade, escola e a relação do tempo e o trabalho. Foi também objetivo desse trabalho aprofundar como as Participantes adultas, enquanto adolescentes, vivenciaram a exploração sexual e como elas lidavam com essa questão após tomarem-se adultas. Com isso, esperava-se investigar como os fatores de risco e de proteção se apresentaram nesse processo, observando as semelhanças e diferenças apresentadas pelos dois grupos, a das adultas e das adolescentes.

#### 3.1 Delineamento

Foi utilizado um estudo de casos múltiplos por ser um método que propicia uma análise abrangente de variáveis sobre um determinado fenômeno contemporâneo, situado em um contexto real (Yin, 2001). O estudo de casos múltiplos permitiu uma análise mais convincente dos dados obtidos na pesquisa, pela diversidade de variáveis obtidas sobre um mesmo fenômeno e pela possibilidade de observar a repetição dessas variáveis em casos diferentes.

#### 3.2 Participantes

Participaram dessa pesquisa três mulheres adultas, com idade de 29 e 30 anos, atendidas por uma instituição voltada para famílias, crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade em Porto Alegre. As participantes desse estudo foram selecionadas na mesma instituição do Estudo I. O critério utilizado para a escolha das Participantes foi estar na prática da prostituição e ter iniciado essa atividade ainda na adolescência.

##### Participante D

A Participante D tem 29 anos, frequentou a escola até a 8ª série do ensino fundamental. Participa do programa Núcleo de Apoio Sócio Familiar (NASF) oferecido pela instituição há um ano. Tem cinco filhos e mora com a mãe. Foi indicada para pesquisa pelas técnicas da instituição por ter iniciado a prática da prostituição na adolescência, permanecendo até a idade adulta.

Durante as entrevistas, não confirmou a exploração sexual, mas nos dados do seu prontuário constava que iniciou a prática da Prostituição aos 15 anos.

#### A Participante E

A Participante E tem 29 anos, freqüentou a escola até a 7ª série do ensino fundamental. Participa do programa NASF oferecido pela instituição há poucos meses. Tem cinco filhos e mora sozinha com eles. Embora a participante tenha relatado que iniciou na prostituição na fase adulta, quando adolescente envolveu-se com uma mulher em situação de prostituição que morava perto de sua casa. Durante a sua adolescência, conviveu com a sua vizinha, freqüentando sua casa constantemente e as ruas onde ela trabalhava. Quando adulta, a sua vizinha veio a falecer e a partir daí passou a adotar o nome fictício que era usado por ela na prostituição.

#### Participante F

A Participante F tem 30 anos, freqüentou a escola até a 4ª série do ensino fundamental. Tem oito filhos, sendo que apenas quatro moram com ela. Foi indicada pela Participante F que trabalha junto com ela. A Participante F estava no processo de inserção na instituição durante a pesquisa e foi incluída por ter começado a prostituição no período da adolescência.

### 3.3 Instrumentos

Foi utilizado um roteiro semi-estruturado (Anexo A) com perguntas que continham os seguintes temas: aspectos biosociodemográficos, escola, lazer, corpo, gênero, família, infância e adolescência, atividades da exploração sexual e prostituição, percepção sobre si e sobre os outros, afetividade, redes de apoio e projeto de vida. Os temas foram semelhantes ao Estudo I, sendo incluídas perguntas sobre a prostituição. Para as entrevistas foi utilizado o gravador digital para as Participantes F e G e o diário de campo para a Participante D. As entrevistas tiveram uma duração média de uma hora.

### 3.4 Procedimentos

Para a realização do segundo estudo foi contatada uma instituição que desenvolve pesquisas na área da prostituição e presta serviços às mulheres trabalhadoras do sexo em Porto Alegre. Foi feito dois contatos sendo um por telefone e um pessoalmente com as coordenadoras responsáveis pela instituição. No primeiro contato foi solicitado que a pesquisadora levasse um documento explicando os objetivos e procedimentos da pesquisa. No segundo, foi levado o documento, projeto e o aceite do Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da UFRGS. No

contato com a coordenadora, foi explicado o objetivo da pesquisa e o seu procedimento. Segundo a coordenadora, as mulheres usuárias da instituição não gostariam de participar da pesquisa por não se sentirem à vontade para falar da exploração sexual. Para ela, as mulheres sofrem com essa lembrança e por isso preferem falar apenas do presente ou futuro. Diante disso, foi explicado que a pesquisa abordaria vários aspectos, inclusive os aspectos referentes ao momento de vida atual. Foi retomado o TCLE (Anexo D) no qual explica que a participante poderia desistir da pesquisa, em qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo para ela. A coordenadora informou que ela mesma levaria a idéia para as mulheres e que informaria depois o resultado para a pesquisadora. No terceiro contato com a coordenadora, ela comunicou que nenhuma mulher se dispôs a participar da pesquisa. Assim, buscou-se o contato de outras instituições que atendessem o público pretendido. Em conversas informais com os técnicos da instituição do Estudo I sobre os propósitos da pesquisa, foi mencionada a existência de um grupo de mães na instituição, sendo que algumas delas apresentavam o perfil da pesquisa. O contato das técnicas com elas foi fundamental para a realização das entrevistas. No caso da primeira Participante (D), a pesquisadora foi apresentada no dia da entrevista junto com uma das técnicas que permaneceu na sala até o término da leitura do TCLE (Anexo D). No caso participante E, a aproximação também foi facilitada pelas técnicas que convidaram a pesquisadora para participar de uma das atividades de grupo no qual a participante se encontrava. No intervalo do grupo, as técnicas apresentaram a pesquisadora e solicitaram que elas comparecessem na semana seguinte na instituição para conversar com a pesquisadora. Foi agendado dias e horários de acordo com a disponibilidade delas. Na semana seguinte, apenas duas Participantes compareceram, a Participante D e F. Depois de lido o TCLE (Anexo D), a Participante F mencionou que tinha uma colega de trabalho que apresentava o perfil da pesquisa e que iria entrar em contato com ela para que participasse tanto da pesquisa como da instituição. Na semana seguinte, a mulher indicada pela Participante F veio até a instituição e aceitou participar da pesquisa.

A leitura do TCLE (Anexo D) foi um dado significativo para a pesquisa, pois sinalizou a forma como as participantes estavam lidando com a situação de prostituição. Na explicação dos propósitos da pesquisa, a participante D emocionou-se relatando o quão difícil era essa realidade para ela. Diante disso, foi reafirmado os seus direitos na participação da pesquisa, assim como os deveres da pesquisadora. Assim, a participante aceitou participar da pesquisa, sem o uso do gravador. Os dados foram registrados no diário de campo após o término das entrevistas. Diante disso, utilizou-se a estratégia de que a participante falasse o que desejasse e a partir daí fossem

formuladas as perguntas. A condução do segundo encontro com a Participante D exigiu da pesquisadora uma atenção mais específica para o seu estado psicológico. Em alguns momentos, no início da entrevista, ela trouxe a informação de que tinha sido encaminhada pelo médico para um psicólogo com o objetivo de avaliar o seu estado psicológico, devido as suas queixas de cansaço, humor triste e desmotivação. Porém, mencionou que não queria procurar psicólogo, pois já tinha passado por um processo psicoterápico e que essa experiência foi dolorosa por lhe trazer lembranças da sua vida. Apesar disso, ela mencionou que informou ao médico que já estava conversando com uma psicóloga. Assim, foi explicada a função da pesquisadora nas entrevistas e mencionados os serviços disponíveis na UFRGS para o atendimento psicológico. Então, foi retomado o procedimento anterior de deixá-la falar sobre o que desejasse, seguindo os princípios éticos da pesquisa. Em alguns momentos de seu relato sobre a prostituição, foram observados sentimentos de tristeza e por isso essa experiência só foi abordada quando foi trazido espontaneamente por ela. No decorrer da entrevista, foram surgindo outros sentimentos em relação à prostituição, sendo possível, então, ampliar as perguntas sobre essa experiência. Devido ao seu estado psicológico, não foi possível cumprir todo o roteiro da entrevista, sendo apenas focado que a Participante D desejasse falar.

Com a participante F não foi possível terminar a leitura do TCLE (Anexo D) no início da entrevista. Ainda na explicação dos objetivos, a participante passou a relatar a sua experiência com a exploração sexual. Tentou-se uma segunda vez retomar a leitura do termo, o que foi novamente interrompido. Observou-se que a necessidade da participante em relatar a sua experiência foi maior do que ouvir a pesquisadora falar do estudo. Assim, optou-se por ler o TCLE (Anexo D) só final da entrevista. A Participante F não compareceu ao segundo encontro e não foi mais localizada pela Participante E no seu local de trabalho. Por isso, não foi possível cumprir todo o roteiro de pesquisa. Com a Participante E, foram realizados dois encontros, sendo possível cumprir todo o roteiro da entrevista.

### 3.5. Análise dos dados

Os dados obtidos foram submetidos à análise de conteúdo, de acordo com o método de Bardin (1977/1979). Foram produzidas categorias e subcategorias temáticas e analisadas qualitativamente, destacando diferenças e semelhanças entre os grupos.

### 3.6.Devolução dos resultados

Os resultados da pesquisa serão apresentados para os técnicos da instituição de forma direta com a entrega do relatório e com a explanação oral do mesmo. Para as Participantes, será elaborado junto com as técnicas da instituição uma oficina para o grupo das mães, abordando temas como a família, sexualidade e trabalho.

## ESTUDO II-RESULTADOS

Assim como no estudo I, os resultados foram categorizados segundo o modelo bioecológico do desenvolvimento humano que propõe o seu estudo por meio da interação de quatro núcleos inter-relacionados: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Partindo desses quatro elementos, foram construídas as seguintes unidades de análise, categorias e subcategorias, de acordo com a Tabela 2:

Tabela 2: Unidades de análise, categorias e subcategorias do estudo II

Unidades de análise	Categorias	Subcategorias
1 Processo	Aproximação com a prostituição na fase da adolescência Aproximação com a prostituição na fase adulta	
2 Contexto	Família	A família e a violência intra e extra familiar Modalidades do abuso sexual Violência contra a mulher A família e as drogas A relação com a figura materna As relações de conflito com a mãe A relação da mãe com a prática da prostituição As crianças e adolescentes envolvidas com a exploração sexual

3 Pessoa	Corpo As relações afetivo-sexuais Escola  O trabalho da prostituição  Filhos-família Instituição de atendimento	A prostituição e a necessidade de sobrevivência A prostituição como profissão Clientes
4Tempo	O tempo de trabalho e a prostituição	

### 3.7 Processo

Nessa unidade foi analisada a forma como as participantes se aproximaram da prática da exploração sexual e da prostituição, abordando: aproximação com a prostituição na fase da adolescência e aproximação com a prostituição na fase adulta.

#### 3.7.1 Aproximação com a prostituição na fase da adolescência

A aproximação com a prática da prostituição na fase da adolescência ocorreu de forma diferenciada para as Participantes. Para a Participante E, a sua proximidade com a essa prática ocorreu quando ela conheceu uma prostituta que morava próximo dela:

*“Aí tinha uma mulher lá perto da casa da minha mãe, aquela mulher era, eu tinha sete anos, aí quando eu fiz quinze, eu estudava ali perto, eu estudava no colégio X, aí eu fui indo assim vendo ela, sempre daquele jeito bem arrumada. E aí naquela época elas caminhavam na rua, elas trabalhavam na rua. Daí eu comecei a ver aquelas roupas e aí eu começou a ir indo mais para baixo, descer aquelas ruas e vendo assim, ela entrava no carro, e as vezes ai da casa da mulher ali, ai, me compra uma coisa para mim, me compra um leite para mim, aí eu comecei a ir indo”.* (Participante E, 29 anos)

O primeiro aspecto que lhe chamou a atenção foi a forma como a sua vizinha se vestia:

*“[Como é que eram as roupas dela] As roupas eram, eram bonitas as roupas, um casacos bonitos. Era curta, era umas coisas bem curtas (...) ela botava um cabelo dela era curtinho, ela usava uma peruca e as vezes umas coisas amarradas”* (Participante E, 29 anos)

*“[E aí o que fez tu te aproximar dela] E também eu achava legal né, o jeito que ela andava de salto, um jeito diferente né. (Participante E, 29 anos)*

Na história da prostituição em São Paulo, as roupas utilizadas pelas prostitutas nas ruas e prostíbulos transmitiam exuberância e deslumbramento para a sociedade paulistana no período de 1890 a 1930 (Rago, 1991). As roupas, acessórios e maquiagem são utilizadas pelas prostitutas como estratégia de sedução para os seus clientes (Gaspar, 1985; Pasini, 2001) e dependendo do tipo e da forma como são usadas, também comunicam quais serviços sexuais são oferecidos (Pasini, 2001). Para a Participante F, a sua vizinha lhe chamava a atenção pela representação de poder que tinha no seu bairro. Esse fato fez com que ela se aproximasse para pedir comida e, com isso, passasse a frequentar a casa dela. A Participante E destaca também o respeito que as pessoas tinham pela sua vizinha pela maneira como ela tratava e era tratada pelas pessoas do seu bairro:

*“A minha mãe sempre soube dela, mas a minha mãe nunca falou dela porque todo mundo conhece ela e ela era bem discreta. Nunca fez nada onde a gente morava. Ela nunca fez nada, a gente só sabia que ela trabalhava nisso. Mas nunca ninguém falou nada dela, nunca ninguém falou. Ela sabia como tratar as pessoas” (Participante E, 29 anos)*

Segundo a Participante F, além da questão financeira, o comportamento discreto da sua vizinha foi uma condição importante para que fosse respeitada no local onde morava. Tal imagem pode ter contrastado com as representações que se fazem das mulheres envolvidas com essa realidade. Segundo uma pesquisa feita com garotas de programas, os clientes percebiam essas mulheres como “indiscretas”, que “falam palavrões” e costumam fazer “escândalos” (Gaspar, 1998, p.98). Assim, de acordo com os relatos da Participante E, a sua vizinha tinha conseguido dois aspectos importantes: o poder financeiro e respeito da comunidade. A relação da Participante E passou a ficar mais próxima, fazendo com que ela frequentasse também o local de trabalho da sua vizinha:

*“E daí vamos comigo lá que eu vou cobrar umas mulher lá. Ela dizia assim, e não dizia que ia trabalhar, ela dizia que ia cobrar.... Mas eu sabia e comecei a entende tudo[Como é que era esse lugar que ela te levava?] Era na rua assim, tinha uma linha.. Ela ficava na rua assim no meio dos carros. E eu não entendia aí deve tá lá, fazendo alguma coisa.[Como é que era isso?] Ela saía e voltava. [Tu observava os carros parados, e o que acontecia?]Ai, ela conversava e dizia, aí, eu já volto, espera aí. Ela fazia um programa.” (Participante E, 29 anos)*

A Participante E relatou que começou a compreender como a sua vizinha fazia para adquirir as coisas que tinha. Apesar de não relatar que nessa época tenha feito programa, a proximidade com a prática da sua vizinha fez com ela participasse do contexto da prostituição, ainda na adolescência. Além desse aspecto, a aproximação foi feita pela própria Participante E devido à admiração que tinha pela sua vizinha. Essa admiração permaneceu até a sua fase adulta. Quando decidiu fazer programa, passou a adotar o nome que a sua vizinha utilizava no trabalho:

*“(...) Eu via o jeito que ela era com as pessoas, o jeito que ela tratava, E aí quando eu fui trabalhar eu fiquei com o nome dela. Eu fiquei com o nome dela, todo mundo me conhece com o nome de W. Eu botei uma tatuagem por que eu gostava dela, eu admirava o jeito que ela era. Ela fazia aquilo ali mas ela não deixava faltar nada pros filhos dela”* (Participante E, 29 anos)

De acordo com o relato da Participante E, apesar da sua vizinha estar numa prática considerada marginalizada, foi por meio dela que ela conseguia sustentar os seus filhos. Numa pesquisa realizada com prostitutas em Porto Alegre, ao se discutir se as mulheres envolvidas nessa realidade optam por fazê-la ou fazem por necessidade, colocou-se que a necessidade e a opção são duas coisas que fazem parte do mesmo processo (Tedesco, 2008). Segundo a autora, para algumas mulheres a prostituição é o único trabalho que permite a elas terem uma renda capaz de satisfazer as suas necessidades. Numa outra pesquisa realizada com prostitutas, a prostituição aparece como uma opção vantajosa para mulheres de classe econômica desfavorecida para alcançar um status financeiro que não conseguiria em outro trabalho (Moraes, 1995; Pateman, 1988; Saffiotti, 1984). Assim, a procura pela prostituição não acontecia apenas pela necessidade de sobrevivência, mas por ser um “negócio altamente lucrativo” (Menezes, 1992). Um outro aspecto apontado por Pateman (1988) é que a prática da prostituição é vista pelas mulheres como um trabalho que permite a combinação com outras atividades como o cuidado da casa e dos filhos. Essa percepção da prostituição não é apenas vista dessa forma pelas classes de mulheres economicamente desfavorecidas. As garotas de programa são mulheres de classe média que buscam, numa prostituição considerada de luxo, uma remuneração que sustente as suas necessidades de consumo como apartamentos luxuosos, carros, roupas e jóias (Gaspar, 1988; Pereira, Ribeiro, Souza, & Rogers, 2006). Além desses aspectos, a prostituição é uma atividade que permite uma remuneração elevada, adquirida num espaço curto de tempo (Pateman, 1988). Assim, a Participante E, na convivência com sua vizinha, aprendeu que essa prática era uma forma possível e viável de ganhar dinheiro.

Com a Participante F, a aproximação com a prostituição aconteceu quando na adolescência ela trocava carícias sexuais por dinheiro com homens mais velhos:

*“Então às vezes tinha aquele velho que queria né, então eu deixava passar a mão nos meus peito, nas minhas perna, né, pra aquele dinheiro porque eu gostava de sair, né. (...) Daí eu conheci uma amiga minha e ela disse que eu iria ganhar muito dinheiro.” [Ela tinha quantos anos essa sua amiga?] Ah, eu acho que ela era bem mais velha do que eu, ela tinha “uns 22” eu tinha “uns 14” (...) [Você falou que tu começou com esse senhores mais velhos. Onde é que eles estavam?] É que eu moro ali na baixa de X aí as vezes eu tava ali parada as vezes eu, aí eles paravam né no carro né e convidavam para ir, e eu ia. Eu estudava no Y, tinha gurias que iam bem arrumadas, sabe o preconceito cê ta mal arrumada. Elas eram filhinhas de papai aí eu ficava com vergonha das roupas que eu ia. Aí eu falava para minha mãe que eu tinha ganhado de uma amiga as roupas eram roupas de marquinhas da Y e ela não podia me dar por que ela tinha muito filhos.” (Participante F, 30 anos)*

Para a Participante F, o dinheiro ganho na exploração sexual permitiu que ela tivesse acesso a bens materiais e a um lazer que a sua família não podia lhe proporcionar. Se na fase adulta a prostituição é vista como um trabalho vantajoso, na adolescência esse aspecto pode ser maximizado já que no mercado do sexo a juventude é mais valorizada. A beleza, a jovialidade, o corpo firme desempenham uma forte atração nos clientes (Gaspar, 1988). Num estudo realizado em Porto Alegre, observou-se que a idade das mulheres em 75 % dos anúncios de acompanhantes em jornais de alta circulação da cidade se situa na faixa etária entre 18 a 25 anos (Fábregas-Martínez, 2000). O dinheiro ganho na exploração sexual tem um papel dúbio na vida da adolescente por permitir que ela tenha acesso à sociedade de consumo, mas ao mesmo tempo a uma prática marginalizante (Faleiros, 2004). Porém, para a Participante F, a maior discriminação estava no fato de ser vista ou tratada diferente por não ter a mesma condição financeira das suas colegas. As roupas são consideradas um objeto importante que identifica o adolescente e facilita a sua aceitação no grupo (Cara, 2008). Na sua escola, a Participante F percebia que havia segregações nos grupos partindo de critérios de classe social, demarcados nos tipos de vestimenta que os grupos utilizavam. Segundo Saffioti (1984), a sociedade de classes cria estratégias ideológicas para sustentar e incentivar pretensões semelhantes em pessoas que são de contextos socioeconômicos diferentes. Para a autora, a desigualdade de oportunidades para a materialização desses desejos cria tensões sociais e psicológicas que geram respostas comportamentais variadas para a obtenção desse desejo. Para a Participante F, a prática da

prostituição foi a forma encontrada, no seu contexto, para adquirir as mesmas características do grupo predominante na sua escola e, com isso, sentir-se mais aceita.

### 3.7.2 Aproximação com a Prostituição na Fase Adulta

A Participante E ao mencionar como ocorreu o seu processo na prática da prostituição quando adulta abordou as características do seu corpo, a rede social que estabelecia nas ruas e o assédio sexual que recebeu de um taxista ao mostrar a prostituição como uma prática favorável para se ganhar dinheiro:

*“Eu comecei indo por que no caso (...) Eu tinha um corpinho né aquela coisa, aí eu comecei, eu andava na rua e eu sempre conheci muita gente, aí parou um taxi e aí que horas tu vai sair? A gente vai sair. Aí eu vou no carnaval, eu vou para carnaval. Nunca mais me esqueci né desse homem, bem legal ele conversando comigo e tudo. Ali na frente da igreja Z. É eu entro ali e paro converso, ele só foi meu amigo né, e falou, báh guria, tu vai ganhar dinheiro ali em tal lugar não sei que, vai vai, tu trabalha? Não eu trabalho(...)É que eu sei que tem um jeito de ganhar dinheiro eu falo, tu é bonita e tal, aí eu comecei, aí depois eu encontrei ele e falei, aí, eu to ganhando dinheiro como tu falou mesmo. Aí ele aí, agora tu pega os teus clientes e faz a corrida no meu carro agora. Eu disse um monte de coisa assim para ele, eu pegava o carro dele, ele me pegava. (Participante E, 29 anos).*

Num estudo realizado com mulheres prostitutas, ao falar da aproximação com essa prática, uma delas mencionou um diálogo estabelecido com um taxista no qual ele elogiava a sua beleza e sugeria a prostituição como alternativa para se ganhar dinheiro rápido (Moraes, 1995). Então, o taxista ao sugerir a prática da prostituição para a Participante E ele reforçou a ideologia de que uma mulher bonita tem na prostituição uma garantia de ganho financeiro. Além disso, o taxista viu ali uma maneira de também ganhar dinheiro ao sugerir que as corridas fossem feitas no seu táxi. Apesar da Participante E defini-lo como amigo, o taxista agiu dentro dos princípios capitalista em que as relações se baseiam em trocas financeiras. Os assédios sexuais com a Participante E também ocorreu em outros contextos:

*“Eu era magrinha assim, sempre falavam coisa. E até quando eu trabalhei no, não sei se no restaurante que eu trabalhei ou no balcão que também. Só sei que parece que a pessoa vem é por que a pessoa já tem aquilo né. Aí ficava mexendo (...)Teve um que levou uma rosa, aí uma aliança, vamos casar. Sabe coisa assim, não tem, eu nem dava bola, eu nem pensava em nada. Sai, olha o que eu fiz uma vez, esse mesmo cara, foi indo e indo e indo, aí uma vez ele aí, deixa*

*eu ver a cor da tua calcinha, aí eu peguei e mostrei. Imagina assim, eu nem pensava, eu nem imaginava, nem imaginava mesmo. Aí eu levantei, eu até tava de saia, ou de vestido, não sei, aí eu levantei assim e mostrei* (Participante E, 29 anos).

De acordo com o relato da Participante E, o assédio sexual acontecia de diversas formas, desde a mais sexualizada a mais romantizada. No assédio, as características atrativas femininas são acentuadas e valorizadas, e nesse processo de sedução e jogo sexual, a Participante F percebeu o poder que o seu corpo produzia, sendo confirmado com a exposição de uma peça íntima da sua vestimenta. Os homens afirmam a sua sexualidade expondo o seu desejo de forma explícita (Heilborn, 2006) para que não só a mulher perceba e confirme isso, mas todos o que estão ao seu redor. Por isso, o espaço público é um lugar privilegiado para essa demonstração, como aconteceu com a Participante F ao trabalhar num balcão de restaurante.

A Participante D relatou que o seu primeiro contato com a prática da prostituição foi quando, ao procurar serviço de garçoneiro, deparou-se com um local de prostituição que oferecia serviços de dançarina e de *striptease*. Porém, não aceitou o trabalho por que achava que “aquilo não era para ela” (sic). O segundo momento aconteceu quando uma amiga ao saber de suas dificuldades financeiras para criar seus filhos, falou da prostituição como uma “boa” alternativa para ganhar muito dinheiro e sustentar os filhos. Diante desse fato, decidiu procurar uma boate na cidade, indicada por essa amiga. Devido às condições socioeconômicas precárias pelo difícil acesso ao mercado de trabalho e por assumir a função de chefe de família, as mulheres se “sacrificam” pela sua família, sendo, assim, a prostituição uma estratégia “quase legítima” para a obtenção de dinheiro (Gaspar, 1998, p.56).

Com a Participante F, as suas primeiras experiências com a prostituição foram numa boate. Em alguns momentos da entrevista mencionou que esse episódio ocorreu aos 19 anos, mas em outro com 14 anos. Mas, apesar a sua confusão com a idade, o local descrito e forma como era submetida à prática sexual apresentou características do tráfico de pessoas para a exploração sexual:

*“Depois aí pelos 19 anos eu fui trabalhar numa boate daí um rapaz me pagou droga a noite inteira e eu achei que ele era boa uma pessoa aí eu fiquei um mês aqui no morro da T apanhando todo o dia até pagar o dinheiro para ele. Eu acho que uns 2 anos assim.[Mas ele é o que seu? Nada, é que eu conheci ele na boate e ele começou a me pagar dose né e ele pagou o programa certo e ele me convidou para sair né e me levou para esse morro da T e fiquei com ele trancada eu fiquei um mês ali, só saia para com ele né. [Tu tinha quantos anos nessa época?]*

*Eu tinha uns 14 é. Aí depois eu fui para Caxias aí de Caxias eu consegui fugir. [Você foi para Caxias com ele?]É, eu e mais outras gurias. Tinha varias né. [Da tua idade?]É tinha umas até mais jovens que eu. [Nesse lugar que você tava era boate? Era boate. [Quais eram as idades sãs mulheres que trabalhavam lá?] Era mulheres novas na época, que ele era o dono da casa , dava casa comida e né.. Era uma casa fina até só que ele paga para os policiais] (Participante F, 30 anos)*

Nesse local, descreveu que tinha um preço estabelecido pelo seu “patrão” a ser alcançado por ela e pelas demais adolescentes e caso isso não ocorresse, sofriam violência física:

*“Eu apanhei daqueles litros de Pepsi cola, sabe, só nas minhas costas né. Por causa que ele tinha falado que não era para eu beber champanhe e aí chegou justo um homem que me pagou champanhe. E eu não podia dizer não, né, aí dali eu vim e daí eu fiquei um mês de cama, me deu até uma irritação por que eu nunca tinha apanhado daquela maneira né. (...) Na época que hoje tinha que fazer cem, naquela época tu tinha que fazer quinhentos, se não aparecesse naquela hora tu tinha que virar. Virava vinte e quatro horas, quarenta e oito horas até fazer aquela cota de dinheiro e tinha que fazer(...)” (Participante F, 30 anos)*

No tráfico de crianças e adolescentes para o mercado do sexo, a relação de exploração não acontece apenas nas práticas sexuais, mas no trabalho escravo e forçado (Leal & Leal, 2004). Para as autoras, o tráfico além de violar os direitos humanos, “afronta a dignidade humana” (p.267). O que caracteriza o tráfico humano para fins de exploração sexual é o transporte de crianças e adolescentes para uma outra região ou país, com o uso da força ou coerção, abuso de poder no qual a pessoa tem total controle sobre a outra e usa esse poder para forçá-la a trabalhos sexuais. Por tanto, devido às características de confinamento, privando a sua liberdade e autonomia, a violência física como punição para o não cumprimento das regras do local e as condições para a prática sexual, a Participante F sofreu uma das maiores violações contra a humanidade. Ao falar sobre como reagia ao que estava acontecendo, a Participante F relata que a drogas e a convivência com as colegas era uma forma de amenizar o sofrimento que estava passando:

*“Quando eu chegava ali daí eu já começava a tomar cerveja, daí eu já começava a cheirar para não precisar pensar naquilo ali que eu tava fazendo. Por que daí eu sabia que meus planos... existia uma carência, quando tu conhecias uma pessoa que tava com o mesmo problema que tu, que não tava gostando daquela situação, a gente conversava e se tornava*

*amiga, entendeu. Assim, carinho... Nem todo mundo tem carinho, nem todo mundo quer saber ele quer o lucro e não quer saber porque tu tá passando, entendeu.”* (Participante F, 29 anos).

As conseqüências negativas do tráfico de crianças e adolescentes para fins comerciais envolvem aspectos psicológicos, sociais e físicos, comparáveis aos traumas gerados pela tortura, como depressão, uso abusivo de drogas, baixa auto-estima, estigma social e a percepção de que a prostituição é a sua única forma de sobrevivência (O’Brian, Van Den Borne, & Noten, 2004). Segundo o seu relato, a polícia era conivente com o que acontecia com ela e as demais garotas que estavam no local e como não havia nenhum estabelecimento ou rede de serviços que pudessem protegê-las, ela fugiu com uma outra colega. Segundo Leal e Leal (2004), há a necessidade de se criar uma política específica para lidar com a complexidade dessa realidade pelas sequelas que gera nas suas vítimas, e por envolver uma rede lucrativa e organizada no mercado do sexo.

### 3.8.Contexto

#### 3.8.1.Família

Nessa categoria foram analisadas a família das participantes, abordando a violência intra e extra familiar, nas modalidades do abuso sexual e a violência contra a mulher, a família e as drogas, a família e a prostituição e a relação das mulheres adultas com a figura materna.

##### 3.8.1.1. A família e a violência intra e extrafamiliar

Nessa categoria foram analisadas as violências ocorridas no espaço familiar, seja por um membro da família ou alguém externo a ela nas seguintes subcategorias: violência contra a mulher e o abuso sexual.

##### 3.8.1.1.1 A violência intrafamiliar: a violência contra a mulher

Nessa categoria foi analisada a violência contra as mães das participantes, cometidas por seus companheiros. Segundo a Participante E, a sua mãe era vítima de violência cometida pelo seu pai:

*“Meu pai assim ele dá na minha mãe aí veio o meu tio veio para assustar ele né aí pegou de jeito assim e matou e aí, eu nem sei, eu não vi nada, eu não tinha muita, quem conta é a minha vó (...). [“O quê a tua mãe fala dele? Ela chegava a falar dele para ti?]]Não, não muito. É que ele batia nela aí um dia chegou o meu tio assim, ele avisou mas aí não adiantou, aí ele chamou mas não foi nem pra atirar assim, ele atirou naquelas pedrinhas da rua(…)”* (Participante E, 29 anos).

Segundo a Participante D, a sua mãe teve experiências negativas com seus companheiros, sendo que um deles cometia agressão física:

*“A minha mãe teve outros relacionamentos, mas foram ruins. Um deles batia nela (...) E ela tava grávida. O meu irmão se meteu e bateu nele”* (Participante D, 29 anos)

A violência contra a mulher é toda violência física, psicológica ou sexual voltada especificamente para o gênero feminino. Essa violência é considerada intrafamiliar e/ou doméstica por ser uma agressão cometida por uma pessoa próxima da família e por ocorrer no espaço da casa (Schraiber & D’Oliveira, 1999). A probabilidade dos companheiros ou ex-companheiros, e pais dos seus filhos cometerem violência contra a mulher é nove vezes maior do que ela ser vítima de uma agressão perpetrada por um estranho no espaço da rua ou do trabalho (Guerra, 2004). A mulher é mais vulnerável a essa violência devido a sua condição de gênero que a define como submissa e com menos direitos em relação ao homem (Arrazola, 1997). Com relação às filhas que presenciam essa violência no seu cotidiano, observa-se que a imagem de mulher vítima de violência pode ser repassada para os filhos (Mendonça, 2002). Apesar das Participantes D e E não terem sofrido violência física dos seus companheiros, assim como as suas mães, a violência de gênero ocorreu de uma outra forma. No caso da Participante D nenhum dos pais dos seus filhos assumiu a paternidade. A Participante E também teve que assumir toda a responsabilidade dos filhos, além da violência psicológica cometida pelo seu atual companheiro. Os fatores de risco associados a essa violência não estão apenas relacionados à família, já que ela sofre influência do contexto no qual está inserido. No século XVI e XVII, por conta do alto custo do casamento, muitas relações foram estabelecidas pelo concubinato ou relações por consenso nos quais os homens não se responsabilizavam por seus filhos (Bruschini, 2005). Nessa perspectiva, é responsabilidade da mulher o cuidado dos filhos mesmo que elas não tivessem condições financeiras para tal. Atualmente tal responsabilidade ainda é uma função mais exercida pelas mulheres, como pode ser observados nos elevados números de mulheres chefes de família no Brasil. Caso a mulher abandone o seu filho, é motivo de repúdio e criminalização na sociedade mas tal fato não é tratado da mesma maneira quando o pai abandona o seu filho (Serpa, *in press*). Mesmo com a lei que obriga os pais a pagarem uma pensão alimentícia como estratégia de implicar os pais na responsabilidade no cuidar dos filhos, cabe ainda a mãe a proteção diária e permanente dos filhos. Assim, mesmo não sendo analisada como uma violência direta contra a mulher, o cuidado quase que exclusivo dos filhos pode vulnerabilizar essas mulheres a diversas situações, como a procura pela prostituição para sustentar os seus filhos.

### 3.8.1.1.2. Abuso sexual

O abuso sexual foi descrito pela Participante F como uma violência cometida por um conhecido de sua família:

*(...)Eu me lembro da minha infância. Depois a minha mãe conheceu um senhor que trabalha ali no palácio que ajudava ela, mas eu nunca falei para minha mãe que ele abusou ali de mim, entendeu. [Ele te abusou?]É, ele só não fez penetração por que ele não conseguiu por que o meu irmão chegou na hora, entendeu, e eu não quis falar para minha mãe por que eu sabia que ele ajudava muito a minha mãe.. Mas eu parei de ir na casa dele. [Vc ia sozinha?] Ia eu e meu irmão, mas com meu irmão ele não tinha maldade, ele era uma pessoa que trabalhava num lugar né e ele era tipo um policial né, jamais o meu irmão ia imaginar né. Aí ali eu fiquei né, eu vi que eu mudei bastante né por que meus planos eram outros.Eu queria ser medica. Eram meus planos né eu queria ser medica, era isso que eu falava para minha mãe. Ela me levava a serio né, eu sempre fui inteligente né. Depois de adulta não tive mais retorno(...)*  
(Participante F, 30 anos)

No caso da Participante F, o abuso sexual foi extrafamiliar, já que foi cometido por um amigo de sua mãe. O agressor tende a ser uma pessoa próxima da criança e do adolescente que se utiliza dessa aproximação para cometer o abuso sexual (ABRÁPIA, 2004) A proximidade do abusador com a família pode gerar a convivência de outros membros da família (Ippólito et al., 2004). Segundo a autora, os abusadores geralmente têm “poder moral, econômico e disciplinador sobre a criança abusada” (p. 24). Segundo a Participante F, a relação da sua família com o abusador foi estabelecida pela necessidade financeira e isso fez com que ela não revelasse o abuso ocorrido com o objetivo de garantir essa ajuda para a sua família. Assim, o abuso sexual ocorria numa relação de poder pelo fato do abusador ser adulto, policial e com mais condições financeiras. Esse fato traz uma situação complexa para vítima do abuso, pois além dos efeitos gerados pela violência, havia a impossibilidade de revelá-lo, pois para a Participante isso colocaria em risco um suporte financeiro para a sua família. Nesse caso, a situação socioeconômica da sua família foi um fator de risco significativo para que a Participante F não revelasse o abuso e, com isso, não fosse tomada alguma medida de proteção. O abuso sexual é considerado um tipo de violência que gera consequências graves no desenvolvimento da criança e por conta disso, a intervenção deve ocorrer com urgência (Ippólito et al., 2004; Miranda & Yunes, 2007). A Participante F não encontrou espaço para revelar a situação ocorrida, não

recebendo apoio e ajuda nessa situação. Para a Participante F, esse fato fez com que ela mudasse os seus planos de vida, que era de ser médica. O abuso sexual ocorrido foi um fator de risco significativo para o envolvimento da Participante com a exploração sexual. Segundo Verardo, Reis, & Vieira (1999), no abuso sexual a criança ou adolescente aprende precocemente como valer-se do seu corpo para conseguir afeto ou algum tipo de objeto.

Além desse episódio, a Participante F relatou que a sua filha se envolveu com um homem mais velho numa relação permitida pela sua mãe:

*“Com onze anos ela se envolveu com um homem bem mais velho que ela, como a minha mãe que criou, daí a minha mãe deixou com doze ou treze anos ela tivesse o primeiro filho, entendeu. Aí quando a gente ficou sabendo ela já tava fazendo programa na praça da alfândega. Ela era adolescente. [Ela foi morar com esse homem mais velho?] Foi morar. E eu achava errado, só que a minha mãe, disse que não podia fazer nada. Até que quando ela contou que perdeu a virgindade saía bolas de sangue né. Era uma criança, tinha logo um caminho... [E onde ela conheceu esse homem?] Na vila mesmo, por que ele é pai das crianças dela.*  
(Participante F, 30 anos)

No caso de sua filha, o abuso sexual ocorreu numa relação “amorosa” entre ela e um homem mais velho, na qual a sua filha foi morar com ele. O casamento com crianças é um fato aceito em algumas culturas na qual a família da noiva recebe um dote do noivo pelo casamento. Para alguns autores, esse tipo de casamento é considerado uma forma de exploração sexual por ser uma maneira das famílias pobres, como na Turquia, conseguirem dinheiro (Yucel, Karatay, & Ogel, 2006) ou, no caso de famílias no Sul da Ásia, terem uma fonte segura financeira (M’Jid, 2003). No Brasil, não há casamento institucionalizados entre crianças e homens adultos, nem o hábito cultural da família receber algum dote por isso. Mas, em casos da família permitir esse relacionamento pode estar embasada na perspectiva da filha ter uma ascensão financeira melhor do que a família pode proporcionar. No caso da filha da Participante F, não fica claro como foram as negociações entre o suposto marido de sua filha e, por isso, não há como delimitar se há uma situação de exploração sexual. Porém, segundo a Participante F, um dos motivos para a permissão de sua mãe foi a perda da virgindade de sua filha, caracterizando, assim, uma relação abusiva. Depois, a Participante F relata que a sua filha estava fazendo programa na rua, entendendo, portanto, na situação de exploração sexual. Então, o abuso sexual foi um fator de risco significativo para o envolvimento da sua filha com a exploração sexual, assim como para o uso de drogas.

### 3.8.1.2. A família e as drogas

As relações das famílias com as drogas se manifestaram de forma variada, seja pela via da dependência, seja pela via do lucro com o tráfico de drogas. Com a Participante E, o uso do álcool pela sua mãe e pelo seu pai fez com que ela fosse criada pela sua avó:

*“(...) Não tinha aquela coisa de perder o meu pai né, ele bebia muito, mais a minha mãe né. “[Você falou que você morava com a sua vó] É, eu morava com a minha vó por que a minha mãe bebia também e ela morava na praia.”* (Participante E, 29 anos)

Num estudo realizado com dependentes de substâncias alcoólicas, a família foi relatada como o sistema mais afetado pela droga devido à dificuldade dos usuários em dar atenção aos membros de sua família pelas ausências de casa (Campos, 2004). Para a Participante E, o afastamento dos pais gerado pelo uso excessivo do álcool não foi só físico, mas também afetivo. Nas entrevistas realizadas, a Participante E mencionou o seu pai apenas duas vezes, sendo uma para relatar o uso do álcool e a outra o comportamento agressivo dele com a sua mãe. Com a mãe, o vínculo foi maior, ao mencionar ter cuidado dela até a sua morte devido ao câncer de útero.

Com a Participante F, a experiência da sua família com a droga foi pelo envolvimento do seu pai com o tráfico:

*“A minha mãe tem 5 filhos, mas a minha mãe ficou viúva muito cedo né. Eu tinha 5 anos, o meu irmão mais velho tinha 10 e ele foi para rua para vender laranja para ajudar ela por que ela não podia trabalhar, então foi uma vida difícil. A minha mãe quando foi enterrar meu pai roubaram todas as nossas coisas, ficamos só com a roupa do corpo. [Porque roubaram?] Por que meu pai era, era, como é que eu vou dizer, era traficante né, aí polícia matou ele, daí a policia entrou quando tava enterrando ele e a gente ficou sem nada, e os parentes dele queriam botar a gente num internato, mas aí a minha mãe não quis (...)”* (Participante F, 30 anos).

Segundo a Participante F, a morte do seu pai gerou mudanças significativas para a sua família:

*“(...) Eu lembro da época do meu pai chegar com brinco, com uma corrente, por que eu era chorona né, eu era a única filha né, a minha irmã tinha um mês quando ele morreu. Entende, então eu andava bem vestida, eu tinha as minhas fotos, eu era uma criança bem cuidada, eu era a única filha mulher na época(...)”* (Participante F, 30 anos)

A relação da sua família com a droga teve um papel duplo na sua vida, pois por um lado permitiu que ela se sentisse bem tratada com os objetos que ganhava de seus pai como roupas e acessório. A busca pelo tráfico de drogas para algumas pessoas de comunidades desfavorecidas pode ser uma estratégia para mudar a sua qualidade de vida, pois com o dinheiro adquirem autonomia, bens de consumo necessários à sobrevivência, além de proteção dos traficantes na comunidade (Guareschi et.al., 2003). Com a Participante D, com o dinheiro do tráfico o seu irmão ajudava no sustento da família:

*“O meu irmão fazia tráfico, né, dava tudo o que a mãe queria... Mas agora que ele tá doente, não pode mais trazer dinheiro pra casa.”* (Participante D, 29 anos)

Por outro lado, o envolvimento com uma prática delituosa como o tráfico pode vulnerabilizar o indivíduo pela rotina rigorosa desse tipo de trabalho, assim como o uso de drogas e risco de assassinato. Tal prática também pode vulnerabilizar a família, expondo-a a conflitos com a polícia, comuns no mercado das drogas ilícitas (Moreira, 2000). Os conflitos entre as gangues e a polícia geram mortes violentas nas comunidades envolvidas, além do constante sentimento de insegurança (Guareschi et al., 2003).

### 3.8.1.3. A relação com a figura materna

#### 3.8.1.3.1 As relações de conflito com a mãe

As Participantes D e F relataram ter conflitos com as figuras maternas. Para a Participante F, um dos conflitos descrito com a sua mãe foi sobre a relação que ela estabelecia com o seu padrasto:

*“Depois a minha mãe conheceu o meu padrasto que agora ele já faleceu. Só que a gente via que tinha diferença. Né, que quando ele comprava as coisas boas ele escondia e ia lá e dava para minha mãe escondido e a gente ia lá e esperava ele sair e pegava. Entende. Nunca foi assim, eu gostava muito dele, mas ele não... Ele não tinha carinho por nós né. Ele só nos aturava por que ele gostava da minha mãe, entendeu. Se a gente chegasse tarde e não fosse no horário a gente ficava na rua. E eu achava errado essa atitude da minha mãe, eu achava que em primeiro lugar seria os filhos e depois o homem né, homem teria aos montes entendeu.”* (Participante F, 39 anos)

Para a Participante F, o fato do seu padrasto não gostar dela e de seus irmãos fez com a sua mãe negligenciasse os filhos. A negligência é considerada uma violência que se caracteriza pela omissão dos pais ou responsáveis em fornecer condições propícias para o desenvolvimento da

criança e do adolescente (ABRAPIA, 2002). Para alguns autores, a negligência é o sinalizador para que alguma situação de risco na qual a criança e adolescente estejam passando, já que essa violência não acontece de forma isolada (Morais & Eidt, 1999). A negligência pode ter conseqüências negativas no desenvolvimento da criança e do adolescente pela exposição a riscos como: acidentes domésticos, violência, baixo desempenho na escola (ABRAPIA, 2002). A negligência pode ser considerada intencional ou não intencional, sendo necessário analisar o contexto socioeconômico no qual a família está inserida. Em casos de famílias desfavorecidas economicamente, os recursos podem não ser providos pelas dificuldades financeiras que a família está passando. Porém, nessa relação de negligência, é importante analisar se a negligência afeta a qualidade do vínculo entre a criança e os seus cuidadores. A negligência no vínculo pode ser manifestada por comportamentos de indiferença a necessidade da criança, de rejeição, de violência e de abandono físico e psicológico (Morais & Eidt, 1999). Segundo a Participante D, na sua adolescência, a sua mãe não interferiu na forma como conduzia as suas escolhas, principalmente aquelas envolvendo a sua sexualidade:

*“Na minha adolescência eu nem tinha ninguém que dissesse o que eu tinha o que fazer. A minha mãe nunca me deu um freio (...) Eu precisa de alguém que me desse, assim, alguma orientação do que fazer. Não é a toa que tenho cinco filhos de pais diferentes ”* (Participante D, 29 anos)

No caso da Participante D, o fato da sua mãe se ausentar no papel de orientá-la com relação ao seu comportamento trouxe para ela conseqüências, consideradas por elas como ruins, como o fato de ter engravidado aos 15 anos e ter usado drogas. Já com a Participante F, a negligência de sua mãe ocorreu devido à preferência dela em ficar com o seu companheiro em detrimento dos filhos. Nesse caso, as duas funções destinadas às mulheres entram em conflito, ser esposa e mãe, pois ao ficar do lado dos filhos, teria que romper com o seu parceiro e ficar sem o suporte financeiro. Porém, ao ficar junto do seu companheiro, pode vulnerabilizar os seus filhos a violência cometido por ele. Nessas duas situações, a família pode ser vulnerabilizada, porém tal contexto fez com que o vínculo da Participante F com a sua mãe se fragilizasse, gerando algumas situações de risco para ela:

*[Como é que era a relação tua com a tua mãe?] Com a minha mãe nunca foi boa, por que teve uma época, na gravidez do P, eu fiquei muito ruim né, nossa casa foi até um cara que vendia drogas que tinha um táxi para me levar para hospital por que ela não, por que ela disse que queria que eu morresse. Entendeu. Que ela não ia me levar. Aí foi uma cumadre e essa*

*minha filha que ela registrou como filha legítima né, e me levaram. E ele já tava mais tempo dentro de mim e já tava passando mal, nunca foi boa, aí depois eu voltei e como não tinha dinheiro eu não voltei.”* (Participante F, 30 anos).

Quando a Participante F ganhou dinheiro com a prostituição passou a ajudar financeiramente a sua mãe. Essa ajuda contribuiu para a sua permanência em casa, que só acontecia quando tinha dinheiro para dar para a sua mãe. Mesmo com essa ajuda financeira, a relação com a sua mãe permaneceu distanciada e desgastada, sendo o que ainda a mantinha em casa era o fato de contribuir financeiramente:

*“Eu passava no máximo que eu passava assim era uma semana, três ou quatro dias, depois eu tinha que ir. Até hoje a gente não tem... Mas ela não teve maturidade comigo, eu com ela sempre fui muito boa com ela, eu não tinha dinheiro, mesmo se sobrava pouco para mim eu dava tudo para ela, entendeu. Até hoje se eu tiver bem para ela tá ruim. Se eu tiver mal para ela é uma felicidade e eu não entendo por que isso (...) Falei pra ela que quem estragou a vida dos meus filhos foi ela. Ela nunca foi boa. E isso ela jogava na cara. Às vezes ela me botava para dormir na rua, a minha filha essa, se a minha filha chegasse e fosse dar um dinheiro para ela, e querer fumar ela deixa entendeu.”* (Participante F, 30 anos)

Assim, a vinculação da Participante F com a sua família foi influenciada pela sua vulnerabilidade econômica, fazendo com que a Participante suportasse o abuso sexual e a violência psicológica cometida pelo companheiro de sua mãe para que fosse garantido o sustento financeiro para a sua família. Essa responsabilização precoce vivenciada pela Participante foi um fator de risco significativo por ter gerado sofrimento e seqüelas psicológicas.

#### 3.8.1.3.2. A relação da mãe com a prática da prostituição

Nessa subcategoria foi analisado como as mães das Participantes se relacionam com a prática da prostituição exercida pelas suas filhas. De acordo com os relatos das Participantes estudadas, as mães tinham conhecimento da prática da prostituição, sendo que algumas delas além de saberem desse fato, tanto recebiam o dinheiro, como as estimulavam para continuar ganhando dinheiro com essa prática. Com a Participante E, a sua mãe sabia do seu envolvimento com a vizinha que fazia a prática da prostituição, mas não impediu essa aproximação por considerar que a vizinha tinha uma conduta “discreta” (sic) e por não se prostituir próximo a sua casa:

*“A minha mãe sempre soube dela, mas a minha mãe e nunca falou dela porque todo mundo conhece ela e ela era bem discreta. Nunca fez nada onde a gente morava. Ela nunca fez nada, a gente só sabia que ela trabalhava nisso. Mas nunca ninguém falou nada dela, nunca ninguém falou.”* (Participante E, 29 anos)

Porém, com a Participante D, a sua mãe não só sabia da sua prática, como também lhe incentivava a ganhar dinheiro com isso:

*“A minha mãe não fala nada sobre o que eu faço (...) A minha mãe me cobra que eu arranje um homem para cuidar de mim. Por que tu não arruma um homem para ti? Para tu tirar as coisas? Ela fala que ela tá só, doente, não tem ninguém por ela. Uma vez eu parei de fazer programa e ela ficava me cobrando que eu ligasse para alguns clientes... alguns que tenho contato no celular”* (Participante D, 29 anos)

Apesar da Participante D não ter mencionado o envolvimento da sua mãe com a prostituição, segundo as técnicas da instituição pesquisada, a sua mãe também foi prostituta e atualmente não trabalha com isso por estar com a sua saúde comprometida pela AIDS. Essas cobranças para a Participante D são relatadas com negativas, pois para ela “arranjar um homem”(sic.) é necessário estabelecer uma relação afetiva fixa na qual a mulher estabelece uma dependência financeira mais permanente:

*“Eu acho que tenho que tirar dinheiro dos homens, mas prefiro fazer isso trabalhando”* (Participante D, 29 anos).

Assim, segundo a Participante D, para a sua mãe ter uma relação afetiva com um homem era mais vantajoso do que estabelecer uma relação só profissional, já que essa relação não garantiria a sustentabilidade dela ao longo dos anos.

Com a Participante F, a sua mãe também tinha conhecimento sobre a sua prática com a prostituição e também a incentivava:

*“[A sua mãe sabe?]A minha mãe sempre soube. A minha mãe na época que eu tinha dezoito anos que daí eu voltei para dentro de casa aí eu briguei de novo com o meu irmão e aí ela falou tu não vai com a tua amiga (...) é o que eu falo para ela que quem errou foi ela que por ter me induzido, que tinha me empurrado para voltar a trabalhar, não para mim trabalhar em boate né.”* (Participante F, 29)

Assim, diante das dificuldades financeiras das famílias das Participantes advindas da sua situação econômica e social, a prostituição passou a ser vista como uma forma de ganhar dinheiro, mesmo quando essa prática não é compartilhada diretamente pelos membros das

famílias. No caso da Participante E, o fato da sua mãe estar na prostituição fez com que essa realidade fosse discutida por elas abertamente, principalmente com relação à maneira de conduzir os “negócios”.

#### 3.8.1.4. As crianças e adolescentes envolvidas com a exploração sexual

Nessa categoria foi analisado como as participantes percebem a prática da exploração sexual no seu contexto de trabalho. Para a Participante E, o envolvimento de crianças e adolescentes na exploração sexual é tratado como uma questão de polícia:

*[o que tu acha assim das meninas mais jovens, das meninas que começam cedo?] Na verdade que eu conheço, quando eu tava lá na sauna eu só vi o caso de uma guria só, eu não vi mais. Nenhum caso, nenhum caso aonde eu trabalhei eu vi uma de menor. Só nesse aí mesmo. Vem a policia para fechar, mas fechar não por que tem a policia com as constas quentes lá. Chama a policia mas... É o único caso que eu vi só. [E o que tu acha disso?] Ai, eu acho feio assim o caso, no caso esse caso daquela guria que era de menor, eu só fui saber quando a policia veio ali, deu um abate na guria e era de menor. Eu acho que ela tinha dezesseis, mas uma baita de uma guria né. Mas não tem como saber. Se eu sei assim eu até aviso até, olha, se bater a policia aqui nos vamos tudo preso, tem menor aqui. É caso assim que eu falo. Mas as vezes até vem umas gurias assim, o guria, tu não é de menor? mas em sauna assim não tem tanto, é mais na rua. [E o que vocês falam entre vocês sobre isso, sobre essas meninas mais novas?] Só comenta mesmo, mais comentários assim não rola. Só comenta mesmo. Quando tu vê, sabe, as gurias que usam drogas. Ou chega menor. Se chega a policia tem que sair do jeito que tiver, de calcinha, pelada... Uma vez ali na rua X saiu as gurias tudo com pano na cabeça por que entrou a policia e foram parar tudo na delegacia. Mas eu não tava nessa aí. Nessa época eu não tava nem trabalhando.” (Participante E, 29 anos)*

De acordo com a Participante E, o envolvimento das adolescentes na prostituição dificulta o seu trabalho, pois a deixa vulnerável na intervenção com a polícia e por isso procura ficar atenta a presença de “menores” (sic) no seu local de trabalho. No caso da Participante F, que trabalha no contexto da rua, a presença maior é de crianças em busca de drogas:

*“Tinha gurias de nove anos que a gente pensava que tavam sentadas ali, um dia elas vinham, porque a gente tava ali, ela vinha e passava a mão no meu cabelo e me pediam um lanche e eu dava para elas, e eu perguntava e ela dizia que porque a minha mãe me bota para rua. Ta, mas tu não faz programa, porque se eu te ver fazendo programa eu vou te levar para o*

*postinho. Aí quando a gente chegou a gente viu que tavam cheirando loló. Aí eu disse não. Elas tavam cheirando loló e a gente se incomoda né. Elas sentiam carência de carinho né, por que ela gostava de ficar perto de mim. Aí outro dia tinha um veio rodando ela. Aí a gente deu no veio”. (Participante F, 30 anos)*

Para a Participante F, a presença de crianças envolvidas com a exploração sexual no seu local de trabalho reflete uma realidade difícil das famílias que não conseguem suprir as necessidades afetivas dos filhos. Porém, a Participante F também percebe os riscos de se envolver com as adolescentes que estão na exploração sexual devido ao risco de ser presa:

*“(…) São bem mais novas né. É uma chance né de estudar, fazer um curso, né, pegar qualquer tipo de serviço né. Mas não tão ali, e às vezes passam necessidade né, as vezes não passam necessidade. Ali tu vai ali e transa e de noite tu encontra guria de doze treze anos.[Como é que a sua relação assim das profissionais com as meninas mais novas?]A gente não se envolve com elas por que a gente pode ir presa né, as gurias adolescentes assim que são menores, pelo menos a gente não aceita né, menina que cobram muito da gente né que qualquer coisa que aconteça a gente tem a ver né. E ali não. Então ali não, quando eu trabalhava na minha época tinha mais, várias gurias novas e o que mais elas atendiam eram pessoas acima de quarenta, entendeu.” (Participante F, 30 anos)*

Para a Participante F, as adolescentes podem procurar a prostituição devido a alguma necessidade financeira ou ausência de afeto familiar. Mas, para a Participante E, as adolescentes que buscam essa atividade fazem por conta própria:

*“Ninguém vai com uma corda no pescoço, as gurias vão por que elas querem, o pessoal fala né, tu vai ganhar dinheiro, eu vou ganhar tanto e o resto é teu. Então ela vai por que ela quer. Eu não vejo nenhuma exploração, a não ser que tu vai trancar a guria num quarto e os caras entram para dentro e vai fazendo, mas eu acho que isso aí não existe. Só se existe num lugar longe daqui, mas aqui não, aqui elas vão por que elas querem.” (Participante E, 29 anos)*

Para a Participante E, a exploração sexual só acontece quando as adolescentes são forçadas a fazer o programa, o que para ela não ocorre quando a própria adolescente procura o serviço. Nessa questão, é retomado um dos pontos mais complexos com relação à exploração sexual que é se a criança ou adolescente estão aptos para decidir se devem ou não se envolver com essa realidade. De acordo com a literatura especializada sobre a exploração sexual, na relação da exploração sexual existe uma hierarquia de poder na qual a criança e o adolescente estão em posição de desigualdade, seja pela questão maturacional, econômica, cultural ou psicológica

(Faleiros, 2004; Leal, 2004; Libório, 2004). Assim, mesmo que a criança ou adolescente decida por se envolver com a prática da prostituição, elas fazem por estarem em um contexto que envolve violência nas suas diversas modalidades, e que não garante outras oportunidades de sobrevivência (Farinha & Bruns, 2006; Saphira & Herbert, 2004).

Na prostituição, os termos prostituição forçada e prostituição voluntária também são discutidos no qual o primeiro se refere ao direito que as mulheres têm sobre o seu corpo e por isso podem utilizá-lo da forma que desejar (Trapasso, 2003). Já no segundo, existe a coerção por parte de um outro em que obriga a mulher a trabalhar na prostituição, negando, assim, o seu direito de escolha. Um aspecto importante nessa discussão é que na literatura especializada sobre a prostituição feminina, assim como na exploração sexual, muitas mulheres “optam” por se envolver na prostituição pelas dificuldades socioeconômicas e pelas poucas oportunidades de trabalho (Gaspar 1988; Moraes; 1995; Saffioti, 1984). Nessa questão, então, discute-se se caso a prostituta tivesse a oportunidade de ter um outro trabalho que lhe garantisse as mesmas condições financeiras, se ela permaneceria na prática da prostituição (Tedesco, 2008). Tal fato coloca em perspectiva se de fato a prostituição é uma escolha ou uma condição imposta pelas dificuldades socioeconômicas. Nesse caso, mesmo que não exista a imposição personificada na figura de alguém que a força por uso de violência física ou psicológica, o contexto pode estar fazendo isso ao não lhe oportunizar outras formas de trabalho. Mas, para o movimento organizado das prostitutas de Porto Alegre, a exploração sexual é crime e deve ser combatido, inclusive denunciado, caso alguma das prostitutas, no seu contexto de trabalho, presencie alguma criança ou adolescente envolvida nessa situação (Tedesco, 2008).

### 3.9. Pessoa

Nessa unidade de análise foram abordados as categorias: corpo, as relações afetivo-sexuais, escola, o trabalho da prostituição, filhos-família e instituições de atendimento.

#### 3.9.1 Corpo

Nessa categoria, foram analisadas a percepção que as Participantes E e F fazem sobre o seu corpo. Para a Participante E, o seu corpo é percebido pela sua aparência:

*“Ai eu era bem magrinha, bem magrinha, bem magrinha mesmo. Aí depois eu fui tendo os meus filhos e eu engordei. Meus filhos que me engordaram por que eu não sou de comer assim, comer, comer, comer. Aí outra, eu era tão magrinha que ai tu tem que engordar, tu é muito seca, não sei o que, terminava tomando os remédios. [E agora, o que que tu faz?] É agora eu tentei ir*

*na academia mas ele fez minha cabeça e no fim eu ... Não é que eu seja gorda e esteja toda mole. Não é isso, mas eu queria ir para me ajustar um pouco. Sei lá. [O quê que tu mudaria no teu corpo?]A minha barriga né, a minha barriga né quando eu fiquei grávida criou estrias (...) O meu problema maior é a minha barriga. A única coisa assim que eu tenho pavor”.* (Participante E, 29 anos)

Na adolescência da Participante E, a magreza era vista como uma coisa negativa, mas com as mudanças do seu corpo depois da gravidez, a magreza é novamente almejada. A imagem que o corpo representa socialmente, principalmente a sua estrutura física, é uma forma do indivíduo se perceber no mundo (Coelho Jr & Carmo, 1991). Nessa imagem corporal estão incluídos elementos culturais, específicos de um período histórico, que determinam como as pessoas percebem a beleza, bem estar, doença, saúde, etc. Na sociedade atual, a imagem corporal vista como positiva é a de um corpo magro, sendo o emagrecimento uma das maiores metas a serem alcançadas e a gordura o seu maior inimigo (Campos, 2004). Essa imagem é unificada e tratada como um modelo a ser seguido por todos, independente das diversidades culturais, econômicas e genética. A utilização dos meios de comunicação é uma forma muito utilizada para divulgar como as pessoas devem buscar esse corpo perfeito, chegando a uma homogeneização do corpo (Campos, 2004). Assim, segundo o autor, a magreza na nossa cultura representa para a mulher a superação do corpo doméstico e uma afirmação social do seu esforço, da sua autonomia e disciplina. Para a Participante E, a maternidade foi um marco significativo para o rompimento do seu corpo anterior com o seu atual, sendo o atual um modelo a ser superado e o antigo a ser alcançado. Além dessas questões, o corpo é um instrumento importante no trabalho da prostituta e para a indústria atual do sexo a exposição excessiva do corpo, principalmente nos meios de comunicação, é uma estratégia constantemente utilizada para a manutenção do mercado do sexo (Nunes, 1987; Paterman, 1988). Essa exposição do corpo também tem sido utilizada no mundo virtual, no qual essa imagem é hipersexualizada (Sampaio & Aragon, 2002).

A imagem que a Participante F tem do seu corpo é uma imagem negativa, classificada como sujo devido à prática sexual que exerce na prostituição:

*“Hoje o meu corpo é um corpo sujo né, por que eu engordei (...) Eu era uma mulher bonita né.[ Você acha que é sujo?]Se eu vou para lá e faço um dinheiro, eu me sinto suja, sabe. Eu vou, tomo um banho mas aquela coisa não sai, fica ali, até as vezes eu vou lá nos meus filhos e xingo eles, por que não é aquilo ali que eu to querendo, entendeu, né, e não é tomar banho, passar um creme e te olhar no espelho que tu ta... É só ilusão.”* (Participante F, 30 anos)

Para o discurso médico sobre mulher nas décadas de 40 a 90, a prática da prostituição era vista como uma degradação ao corpo feminino, sendo considerada uma anomalia sexual por não ter o sexo para fins de reprodução e sim para o prazer (Engel, 1989; Rago, 1991). Segundo o discurso médico, o casamento é o único caminho para a normatização da sexualidade feminina e por isso, qualquer mulher que tivesse o sexo fora do casamento era considerada uma prostituta. A imagem da prostituta era associada ao risco de contaminação de doenças sexualmente transmissíveis e por isso foi tratada como uma prática a ser combatida e controlada. Assim, para a Participante F, o banho e o uso de cosméticos não são suficientes para eliminar a representação social que o seu corpo tem para si e para a sociedade.

### 3.9.2. As relações afetivo-sexuais

Nessa categoria foi analisado como as participantes estabeleceram suas relações afetivo-sexuais com os seus companheiros. Devido às participantes não terem relatado nenhum envolvimento em relações homoafetivas, o enfoque nessa categoria foi nas relações afetivo-sexuais com o sexo oposto.

A participante D descreve uma relação que teve com um dos amigos de sua vizinha quando ela freqüentava constantemente a casa dela:

*“No caso ele sempre me viu ali né, mas no caso ele se tornou amigo dela e o irmão dele ficou com ela. Daí tu fica ali, mas eu não namorava. Daí no caso ele ia para colégio e ficava me cuidando e a minha mãe viu aquilo ali e assim, e ela ficava cuidando mas ela não sabia né. E aí, mas o que que é que ta acontecendo. eu disse não, agente só ta conversando. Aí eu comecei num ensaio de uma escola de samba que tinha. Aí ele perguntou quem é que ia comigo, aí eu não eu vou sozinha não sei o que. Aí ele sabe que eu vou. Aí nisso ele foi lá e falou para minha mãe. Mais aí foi assim né. Ele morou um ano no bairro X, ele era bem amigão dela. (Participante E, 29 anos)*

Durante essa relação, a Participante E conheceu o pai dos seus filhos e passou a ter um relacionamento com os dois ao mesmo tempo:

*“Esse que eu contei no caso dela, eu fiquei com ele aí eu fui ficando, aí eu fui ver, eu fiz o aniversário de 15 anos, aí eu fiquei com ele ali e depois acabou, não ficamos mais junto assim, daí eu continuei uma relação com ele, ficando com ele assim, anos e anos, ao mesmo tempo que eu gostei do Pai da T, eu tive um filho com ele, não tive nenhum filho com o outro aí eu conheci*

*o pai da T e fui ficando com os dois assim . Ainda mais quando eu descobri que ele era casado, daí eu fui ficando com os dois..” (Participante E, 29 anos)*

*“[E como é que tu te sente quando ta envolvida com alguém, emocionalmente?]Olha, nem me fala isso aí que....(...) Eu tive depois os outros eu gostei mas não foi um gostar como foi o amigo da minha vizinha., eu tinha dezesseis anos , mas engravidei com dezoito. E depois quando ela fez um aninho os nos separamos. Esse, o pai dos meus filhos. Eu gostei dele [você conheceu ele com quantos anos?]Eu conheci ele com 16, mas eu tive ele com 18, aí ela fez um aminho e nos separamos. Eu converso com ele até hoje, nos conversamos, mas eu digo para ele que ele me estragou assim. Eu não consegui nunca mais gostar de alguém. Eu gostei assim por um tempo né, ele tocava numa banda. Eu contava os dias para chegar aquele dia. Daí depois eu fui descobrir que ele era casado, báh, daí eu han, mas agora eu já to gostando dele, daí eu continuei ainda. Aí eu vi que ele morava com a família e tudo. Aí eu apareci lá e a família dele levou um choque assim e eu, ai por que que tu não apareceu e tal mais. Estragou mesmo. (Participante E, 29 anos)*

Para a Participante E, a relação com o amigo de sua vizinha foi descrita como um fato marcante para a sua vida afetiva devido à decepção que sentiu ao saber que ele era casado. Com o pai dos seus filhos não foi possível continuar a relação por conta do envolvimento dele com as drogas:

*“[E o quê tu pensa sobre namoro, casamento?] Não sei. Não sei, eu acho que nem existe mais. No meu caso eu acho que não existe mais. Por que esse homem eu acho que não vai me largar nunca mais na minha vida para mim poder ficar em paz né. Vai viver assim” (Participante E, 29 anos)*

Apesar da Participante E descrever a sua relação atual numa perspectiva fatalista na qual estaria “condenada” a ficar com ele, a sua postura relatada em relações aos homens se contrapõe ao comportamento de submissão feminina:

*“Ai, homem não é querer mandar, eu tenho pavor que mande em mim, é uma briga comigo. E no caso eu nunca tive homem por que homem é que fala que faz tudo e eu quero ser o homem e a mulher da relação, bem assim que ele diz. E eu sou mesmo, eu não preciso de ninguém. E daí ele é tu precisa é dum homem por que tu quer fazer tudo sozinha, tu não me deixa fazer nada. Como eu não deixo fazer nada? É só tu me dar o dinheiro que eu faço tudo. Não preciso de mais nada. Eu falo bem assim e ele não é assim. Tu quer uma mulher para ficar dentro de casa, para ficar cozinhando, limpando, cuidando das crianças. Eu quero sair para*

*rua, eu quero fazer as minhas coisas. Daí ele acha que homem tem que mandar, tem que chegar e a comida ta pronta ali. Eu não gosto, eu não consigo. Eu não consigo ser mandada, eu não nasci para ser mandada. Eu não posso.”* (Participante E, 29 anos)

Na perspectiva de gênero masculino e feminino dentro da família, os papéis masculinos estão voltados para a responsabilidade do sustento financeiro e para a mulher aos cuidados da casa, incluindo os filhos e o marido (Dauster, 1986; Narvaz & Koller, 2006). No relato da Participante E, o papel de cuidadora do lar é reconhecido como uma responsabilidade sua, assim como a do homem de prover financeiramente a família. Porém, o seu papel como mulher não se restringe ao espaço doméstico, reivindicando também a sua permanência em outros espaços com a rua. Na sociedade burguesa, a mulher tinha pouco acesso à vida pública, sendo o espaço doméstico o *locus* privilegiado para sua permanência (D’Incao, 2006). Assim, a administração do espaço doméstico seria uma responsabilidade da mulher, o que é desejado pela Participante E. Para ela, o homem tem o papel de provedor, mas cabe apenas a ela a responsabilidade de administrar todas as questões referentes à sua casa. Ao mencionar que em casa gostaria de assumir o papel feminino e masculino, a Participante E pode estar demonstrando um desejo de ter também a função de provedora da sua família, o que pode ser impossibilitado pelas dificuldades da mulher em ter acesso igualitário ao homem no mercado de trabalho. Tal fato pode estar influenciando na sua decisão em permanecer com o seu companheiro que apesar dele não corresponder as suas expectativas afetivas, ele ainda consegue ser um suporte financeiro importante para a sua família.

Em relação a sua vida sexual com o seu companheiro, relata que não há prazer com ele, assim como com os seus clientes:

*“(…) Às vezes tu tem que fazer ali por que... Até esse que eu to né, quer fazer ali e se eu não faço é por que eu to fazendo com alguém, por que eu fiz com alguém, ele quer que eu faça e ele acha que eu tenho que sentir vontade de tá ali fazendo. Eu sei que eu fico apavorada. É mais difícil que não sei o que aí eu repito o que falo pros outros. [E faz quanto tempo que tu sente isso?] Sentir prazer assim, eu não sei quanto tempo, eu não consigo nem pensar. Eu fiquei 12 anos com o pai dos meus filhos né, eu fazia assim, não era nada forçado assim, mas esse já é forçado já. Não é que eu gostava mas também não era uma coisa forçada. Era mais tranquilo assim né. Esse que eu fazia por que eu gostava mesmo era o pai da minha filha.”* (Participante E, 29 anos)

Nessa questão, a Participante E relata que o prazer sexual só ocorreu nas relações em que tinha algum sentimento pelo parceiro. Nos estudos que abordam as relações amorosas das prostitutas, a dimensão afetiva no sexo é restrita para as relações com os seus companheiros, diferindo assim das relações estabelecidas nos programas sexuais (Pasini, 2001; Tedesco; 2008). Para a Participante E, a dimensão afetiva não aparece como um elemento importante na suas relações com os seus companheiros, assim como o prazer sexual. Para lidar com isso, ele utiliza uma posição sexual que segundo ela acelera o gozo do homem:

*“No caso assim eu só faço de quatro mesmo por que é mais rápido, é mais rápido pro home, é bem mais rápido para acabar.”* (Participante E, 29 anos)

Para a Participante F, a sua relação afetiva foi comprometida devido a sua contaminação com o vírus da AIDS:

*“Eu era apaixonada pelo pai dos meus filhos esse que tá preso. Ele era também, do posto né, aí ele foi para cadeia, ele ficou quinze anos, naquela ali, foi paixão que tive com dezoito anos entendeu, daí depois quando ele saiu, daí a gente não ficou mais junto por que eu era portadora e eu não ia prejudicar ele né, mas ele sempre falava né que quando a gente ficar velho a gente vai ficar junto né, mas eu chamei ele, para ver os meus filhos, para dar atenção, que tava errado, eu pedia para ele explicar, entendeu. E hoje eu não tenho assim, como é que eu vou dizer, eu não me abro assim para gostar de alguém, por que eu sei que eu, não é que eu não posso gostar de alguém, mas é que eu sou portadora, quem é que vai me querer, né, daí eu nem procuro tentar gostar, eu nem faço questão de ter relacionamento Para ele oh, ai hoje eu comi alguém sem camisinha, ai, ele falou que não sai com ninguém então é mentira. Mentira. Eu tava com um cara que disse que não saía com ninguém, aí quando ele foi lá no hospital para examinar no hospital conceição, quando eu cheguei lá ele tava tri mal por que ele era o único cliente melhor que eu tinha né, aí eu fui, e quando o médico falou aquilo ali eu sabia.* (Participante F, 30 anos)

*“E eu não tive, eu não tive lucro nenhum, e eu prejudiquei a minha saúde né, valeu bem mais do que valia o programa para fazer o programa sem camisinha”* (Participante F, 30 anos)

Para a Participante F, o fato estar com AIDS interferiu na sua vida afetiva, o que não aconteceu com o seu trabalho, já que continuou na prática da prostituição. Dados epidemiológicos têm mostram que o número de mulheres contaminadas com o vírus da AIDS tem aumentado, principalmente com as mulheres com parceiros fixos (Knauth, 1999). No caso da Participante F, o seu parceiro fixo era um cliente, considerado por ela como um dos seus

melhores, que lhe garantiu que não tinha nenhuma doença. Apesar da forte conscientização do uso de camisinha pela prostituta, algumas delas optam por não usá-la em clientes fixos ou para aumentar o valor do programa (Guimarães & Merchán-Hermam, 2005; Moraes, 1995). No caso da Prostituição, o não uso da camisinha é negociado por um valor maior (Gaspar, 1985). Dessa forma o dinheiro cobriria simbolicamente o risco da contaminação. Essa questão mostra também que existe ainda uma dificuldade dos homens em aceitar o uso da camisinha na relação sexual com as mulheres nas quais tem sexo. Um outro aspecto abordado é com relação ao processo de negociação no sexo para o uso da camisinha, que pode ser dificultado pelo desconhecimento do corpo e da história da vida sexual do parceiro (Ávila, 1999). Além desse fato, o não uso da camisinha pode representar também um papel submisso da mulher que na negociação do sexo acata a decisão masculina em não usar o preservativo. Para a Participante F, assim como outras mulheres contaminadas, a AIDS tem sido um fator de exclusão social, o que também significou a impossibilidade de manter relacionamento afetivo.

Sobre o seu último relacionamento, a Participante F mencionou a sua decepção com o seu companheiro por ele permitir que ela trabalhasse com a prostituição:

*“Mas eu tenho nojo, esse meu último eu era juntada né, daí ele Fez, ele se tornou viciado daí eu larguei, faz uns três quatro anos que a gente se separou, mas eu continuava saindo por que o dinheiro que ele dava fazia falta dentro de casa. Mas eu cheguei a criar nojo, como é uma pessoa pode não gostar de uma mulher e querer que uma mulher se venda né. E ele, e eu não sentia mais vontade de fazer sexo com ele. Entendeu, então não tem mais aquele afeto assim por homem. Não e eu, eu acho que por tudo o que eu passei eu acho que eu me bloqueei entendeu. Em acreditar ou sem sentir um sentimento.”* (Participante F, 30 anos)

Num estudo realizado com prostitutas, o trabalho com a prostituição foi descrito como um elemento dificultador para se estabelecer relacionamentos devido a dificuldades dos companheiros compreenderem esse trabalho (Pasini, 2001). Nessa questão, foi abordado um aspecto importante sobre a sexualidade masculina e feminina na qual o desejo da mulher deve ser exclusivo de um homem, sendo a infidelidade um das maiores agressões que uma mulher pode cometer contra a honra masculina (Araújo, 2006). No caso da prostituição, a mulher estaria constantemente nessa troca sexual com outros homens, podendo agravar assim as reações de ciúmes por parte dos companheiros. Por outro lado, para a Participante F ter essa reação de ciúmes significa para ela a manifestação de um afeto positivo por parte do seu companheiro, o

que não ocorreu com ela. Para a Participante F, a relação com os homens deve ser compartilhada e prazerosa, diferente das relações que estabeleceu:

*“Que nem um dia chegou essa Senhora para mim, aí eu sou obrigada por que ele me sustenta. Eu disse não, casamento não é obrigação, eu não acho isso, é companheirismo, é gostar um do outro, não, isso aí não, então é a mesma coisa tu ir para rua e te vender por um preço. Aí eu fiquei olhando para ela e disse eu não quero mais homem (...)”* (Participante F, 29 anos)

*“O meu último namorado... Eu ficava com ele porque ele me dava as coisas. Será que foi por isso que eu me prostituí? Sei lá (...) Com o meu terceiro namorado, eu me apaixonei por ele, queria casar com ele”* (Participante D, 29 anos).

Para lidar com os seus sentimentos de frustração nos relacionamentos afetivos, algumas mulheres podem optar por viverem sozinhas, sem a companhia masculina (Serpa, *in press*). Essa escolha pode não ter sido fácil devido às exigências sociais para que as mulheres tenham um companheiro e formarem família.

### 3.9.3 Escola

Nessa categoria foi analisado como as participantes percebem a escola e a sua importância na vida delas. Para a Participante F, a escola foi descrita como um fator positivo na sua vida:

*“Agora né, como é que eu vejo, era a melhor fase da minha vida a época que eu estudava né. Que eu tive, que é o que eu falo pros meus filhos não perder essa parte de colégio, essa parte que tu não tem responsabilidade com nada, só com o estudo né. Era uma coisa boa né, entendeu. Eu não via perigo né, nem me passava pela cabeça entendeu (...) Eu acho que a melhor parte da minha vida foi a do colégio. [Quando você estava na escola, o que você achava da escola?] Eu achava que quando eu estudava de manhã e de tarde depois eu tinha as minhas tarefas em casa, eu achava bom. Eu estudava de manhã, das sete e meia até as dez e meia, e como eu tinha que pegar ônibus, eu tomava banho ligeiro, eu voltava, pegava o ônibus e voltava por que começava quinze para uma né. Entendeu, e por que eu não gostava de que eu tinha um horror, não adiantava, não entrava na minha cabeça, sabe e aquilo ali me desgostou. Sabe quando não tinha como entrar. Eu gostava de matemática, mas química e física não adiantava por que não entrava nada. Daí eu me aborreci com aquilo ali por que eu não conseguia aprender, não tinha como a mãe pagar alguém para me ensinar.. Equações, báh, deus o livre, eu adoro fazer. Eu vejo o caderno do meu filho e explico para ele.”* (Participante F, 30 anos)

Para a Participante F, o seu envolvimento com a escola remete a uma época descrita como necessária para uma criança, na qual a sua única responsabilidade é com as tarefas escolares. Com a Participante E, a escola também é vista como uma questão importante na sua vida e por isso pretende retomar os estudos e conseguir outro trabalho:

*“Eu estudei num colégio de freiras né, lá no W. Dos treze até os 15. Mas eu não fiquei lá, eu ia toda a semana para casa, eu estudava fora, fora da li, eu só ficava ali para dormir, então para mim foi tranquilo...”* ( Participante E, 29 anos)

*“Eu e a D (a Participante D), vamos nos matricular na escola, naquela que dá aula para pessoas mais velhas. Eu tô querendo fazer uns cursos”* (Participante E, 29 anos)

De acordo com estudos realizados com prostitutas, o baixo nível de escolaridade é visto como um elemento negativo para a imagem delas por associá-las a uma mão de obra desqualificada (Moraes, 1995). Nesse estudo, as mulheres com um maior nível de escolaridade procuram se profissionalizar em outras áreas, aumentando assim as possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

#### 3.9.4 O trabalho da prostituição

Nessa categoria foram analisados: a prostituição e a necessidade de sobrevivência, a prostituição como profissão e a relação com os clientes.

##### 3.9.4.1. A prostituição e a necessidade de sobrevivência

Nessa subcategoria foi analisada a forma como as Participantes descreveram o seu envolvimento com a prática da prostituição. Para a Participante F, há uma diferença entre as mulheres que gostam de estar na prostituição e aquelas que fazem por necessidade para sustentar a família:

*“(...) Faz treze anos né, beber, para ter coragem né, tem mulheres que nascem para isso né, mas tem mulheres que é por obrigação que é para não passar necessidade. Eu no meu caso eu não gosto. Entendeu, mas tem mulheres que gosta. É essa a diferença. A diferença é que elas fazem isso por prazer do que te forçar para fazer saber que faz com nojo só para pegar o dinheiro, porque tem que dar comida para teus filhos, é diferente, eu antes, tem épocas, que eu gostava por casa do dinheiro. Eu hoje, eu já tenho pavor. Entendeu. Eu não quero que chegue nem que me toque, eu tenho uma revolta grande e com vontade de matar.* (Participante F, 30 anos)

Para a Participante E, a prostituição também aparece como uma estratégia para sustentar os seus filhos:

*“Eu não. Eu não gosto disso aí. Capaz. No caso eu faço isso aí, mas não por que eu gosto, não é por que eu faço que eu tenho que gostar né, eu faço por que eu preciso assim. Eu vou pegar o dinheiro e deu. Eu nunca saí de um lugar que eu to trabalhando e pegar o dinheiro para ir prum bar gastar. Isso aí não. Pelo contrario,, eu sempre preferi trabalhar de dia por que eu posso voltar e ir no supermercado, mas isso aí.. Mas essas daí não, Fica até o final ali e aí depois vão para outro lugar e tomam o dinheiro e no outro dia não tem nada né. (Participante E, 29 anos)*

Para a Participante D um dos motivos para se sentir depressiva é por não “agüentar mais” estar na prostituição, mas que permanece nessa prática pela necessidade financeira para o sustento dos filhos e da sua mãe. Relatou que tentou para uma vez quando conseguiu juntar algum dinheiro, mas precisou retornar, pois não tinha como manter a sua família.

Nos relatos de todas as Participantes, a família aparece como o grande motivador para se manterem na prática da prostituição. Nas famílias, elas assumem o papel de chefia ao se sentirem as únicas responsáveis pelo sustento dos filhos. Porém, segundo Fonseca (1987) o termo “chefe de família” nem sempre deixa claro como acontece esse poder da mulher, já que sustentar a família não significa que ela tem o poder doméstico. No caso das Participantes F e D, não há uma figura masculina presente na vida delas, seja na convivência doméstica, seja para dar algum tipo de dinheiro. Assim, ao assumirem a responsabilidade do sustento dos filhos, a prática da prostituição aparece como uma justificativa plausível para a permanência na prostituição (Moraes, 1995). As Participantes procuram demarcar que não gostam do que fazem, mas que fazem porque precisam, afirmando as dificuldades que envolvem essa realidade. Em estudos realizados com prostitutas, observou-se que umas das características do discurso delas é a ênfase na dificuldade financeira como justificativa para a entrada na prostituição (Moraes, 1995). Segundo a autora, essa é uma estratégia para minimizar os estigmas e preconceitos que possam aparecer. No outro caso mostrado pela Participante F, a existência de mulheres que se prostituem “por prazer” (sic) aponta a possibilidade do prazer nessa prática. Para Rago (1991), quando a análise da prostituição parte da perspectiva de que a mulher se prostitui para sobreviver está embasada na lógica da “prostituta-vítima” (p.21). Fazer um discurso positivo e singular da prostituição é romper com conceitos moralistas que delimitavam a sexualidade feminina a uma

relação fiel e monogâmica numa família nuclear (Rago, 1991), tarefa esta não muito fácil, principalmente para as prostitutas.

A Participante E, apesar de todo o seu sofrimento manifesto nas entrevistas e dos sentimentos de vergonha ao fazer a prática da prostituição, mencionou que passou a gostar do que estava fazendo:

*“No início era difícil, ficava com vergonha... Daí eu falava para eles que eu tava com começando, que eu estava com vergonha (...) Com uns deu certo, outros não. Depois, passei a beber para ficar mais solta. Chegou um tempo que não precisa mais beber, fazia tudo o que tinha que fazer sem beber. Tinha a luz, a música, a bebida... Daí eu comecei a gostar... De fazer...”* (Participante D, 29 anos).

A música, bebida, iluminação, presentes no local de trabalho da Participante D mostra um ambiente festivo em que os homens se deslocam até lá com o objetivo de estar com elas, sendo assim, as mulheres o centro das atenções. Segundo Rago (1991), os bordéis em São Paulo no período de 1890-1930 eram espaços de socialização dos homens cultos e poderosos da cidade em que a presença das prostitutas era vista como um espetáculo. Essa dimensão mais glamourosa da prostituição dava a prostituta um certo poder social pelo fascínio exercido sobre homens e mulheres da época.

#### 3.9.4.2. A prostituição como profissão

Nessa subcategoria foi abordado como as Participantes analisam a prática da prostituição. Para a Participante E, antes de iniciar a prática da prostituição, pensava nessa atividade como algo associado à “vagabundagem”:

*“Não quando eu via ela, né, assim tipo vaga (vagabunda) né, uma palavra terrível. Mas agora sim eu tando nisso eu acho horrível falar isso daí uma para outra. No caso a gente fala, e a gente não é isso daí. Eu sou profissional, mas chamar a gente de puta, vagabunda, essas coisas aí, chamar a gente de vagabunda é aquela que fica mudando de casa e que não ta nem aí pros filhos. Esse é o meu pensamento. Eu to ali trabalhando, pagou dinheiro e tão vagabunda mesmo é aquela que fica dando de graça, usa drogas (...). A gente acha isso daí. Agora a gente escuta ai vagabunda, a gente até da risada, mas assim conversando a gente acha que a gente é profissional, mas vagabunda é isso aí né.”* (Participante E, 29 anos)

A separação feita pela Participante E entre a “vagabunda” e a prostituta mostra que ser prostituta não é sinônimo de ser irresponsável ou desviante, mas de alguém que trabalha, que é

responsável com a sua família e se esforça para conseguir o que tem. Nesse relato, observa-se a contradição posta na prática da prostituição que é vista como algo desviante da moral feminina por não estar circunscrita no espaço doméstico, numa relação exclusiva com marido e filhos. Porém, tal perspectiva não leva em consideração a vida dessas mulheres que mesmo sendo tratadas como desviantes não rompem com o que é estipulado para as mulheres em relação ao seu papel de mãe. Segundo Velho (1985), o desviante não é alguém que está fora completamente das regras sociais e que em alguns momentos ela apresenta comportamentos ou atitudes comuns ao grupo social considerado não-divergente. Um outro aspecto mostrado pelo autor é que o desvio não é algo só do sujeito, mas da relação que ele estabelece com um outro que o define como desviante, partindo de conceitos majoritários estipulados socialmente. Com a Participante E, ao ver a sua vizinha na prostituição, a definia com o estigma de “vagabunda” mas, ao fazer parte desse grupo, essa definição só era lembrada quando era dada por alguém de fora do seu contexto. Um outro elemento apresentado na fala da Participante E foi a sua identificação como profissional do sexo, configurando a sua prática como um trabalho. Para Pateman (1988) a prática da prostituta está embasada nas relações contratuais de trabalho estabelecidas no sistema capitalista na quais as mulheres vendem os serviços sexuais e os clientes a contratam para prestar esse serviço. A autora discute as idéias de grupos feministas que defendem a prostituição como um trabalho e por isso deve ter os seus direitos garantidos, inclusive de ter o controle da indústria sexual. Ao atribuir a prática da prostituição um caráter profissional, as mulheres constroem um perfil positivo da sua prática e, com isso, se protegem de concepções preconceituosas (Moraes, 1995). Já para a Participante F, a percepção da prostituição como trabalho é vista de uma outra forma:

*“Por que a mulher que tava querendo ser vereadora e ela foi fazer campanha, ai, como é que ta o trabalho, eu falei para ela que isso aí não é um trabalho, e ela falou que sim, que isso é profissionais do sexo, e eu disse que não, que eu acho que as gurias novas podem ter uma vida melhor, eu não falo que isso aqui é trabalho e eu não falo para nenhuma delas que isso aqui é trabalho. Por que eu gostaria de ver elas modificando a vida delas. Ter uma estabilidade mais tarde né, o que que é que eu tenho? Eu não tenho nada, se eu tivesse trabalhando eu com certeza eu teria alguma coisa, eu saberia que e to trabalhando e meus filhos têm algum direito, mas os meus filhos não têm direito nenhum. Se eu não trabalhar e se eu não tenho dinheiro, os meus filhos passam fome. Ou falta roupa, ou alguma coisa dentro de casa. Então eu falo, não é futuro,*

*não é, pode trabalhar de doméstica, ou de varredora de rua e é bem melhor, pelo menos tu ganha aquele dinheirinho o que que é que tu vai fazer... Só se tu odiar”* (Participante F, 30 anos)

*“Então falam profissionais do sexo. Eu virei para mim que é um incentivo para pessoa continuar nessa vida. Eu acho que tinha que ter um negócio assim que incentivassem elas a procurar um outro meio de ganhar dinheiro.”* (Participante F, 30 anos)

Na realidade da Participante F, não cabe a idéia da prostituição como profissão por não ser um trabalho que garanta muitos benefícios trabalhistas. Por conta dos sofrimentos que passou nessa prática, sugeri-la ou defendê-la pode representar, para a Participante F, uma atitude de aceitação ou conformidade com o que aconteceu com ela. Por outro lado, mesmo reconhecendo que existem outras profissões possíveis de trabalho, segundo o seu relato, ela nunca as procurou. Mesmo com todas as dificuldades encontradas, a Participante F continuou na prostituição por ela ainda ser uma forma rentável para mulheres com poucas condições de competitividade no mercado de trabalho formal (Pateman, 1988; Saffioti, 1984)

#### 3.9.4.3. Clientes

Nessa categoria, foram analisadas as relações que as Participantes estabeleceram com os seus clientes, sendo abordados as definições de um bom e mau cliente e as relações amorosas estabelecidas com eles.

Para a Participante D, existem vários tipos clientes que freqüentam a boate onde trabalhava: o que vai só para conversar, os que vão para se sentir bem e os que vão só para fazer sexo. Para o primeiro, a relação é definida como mais profissional na qual o cliente vai até a boate, paga pelo serviço e vai embora. Nessa relação descrita pela Participante D, a prostituta tem o papel de proporcionar prazer sexual aos clientes, sendo o mais importante o serviço e a satisfação sexual (Rago, 1991). Para alguns homens a compra dos serviços sexuais pode ser uma forma de manifestar a sua masculinidade e afirmar o seu poder patriarcal (Pateman, 1988) que para alguns, como no caso dos clientes da Participante D, pode ser exacerbado numa relação sexual mais agressiva:

*“Não sei... Não sei se é porque a gente é prostituta, mas tem homens que fazem um sexo, assim, mais, sabe, mais agressivo”* (Participante D, 29 anos)

De acordo com a Participante D, o segundo tipo de cliente vai em busca de auto-afirmação ao solicitar que ela diga o quanto ele é bom no desempenho sexual. Já os últimos são aqueles que querem partilhar algum problema vivenciado no trabalho, no casamento ou para conversar

assuntos corriqueiros. Segundo a Participante D, com o segundo tipo ela percebeu que mentindo sobre a sua situação poderia ganhar mais dinheiro. Com o último, passou a usar uma estratégia de contar as dificuldades financeiras que passava com os seus filhos e, com isso, recebia ajuda deles.

Nos dos relatos da Participante F, com alguns clientes estabeleceu relações de ajuda financeira, mas a maior parte das descrições envolve relações agressivas:

*“Tem, tem pessoas que te dão até valor, tem um senhor que é de H até faz horas que ele não aparece, aquele ali se eu cobrasse 50 ele me dava 100, mas aquele ali é uma pessoa carinhosa, mas tem homens que chegam até a dar em nós. Eu já fui um que tinha AIDS e quando eu cheguei lá não tinha condições de eu fazer programa com ele. Não tinha como fazer penetração, ele só faltou dar em mim. Se eu não chamasse o cara do hotel ele ia dar em mim. [Por que? o que foi que aconteceu?] Por que ele queria penetração de qualquer jeito, só que não entrava, não tinha como, entendeu. E ele era exagerado, ele achou que não, que tinha por que ele tinha me pagado. (...) (Participante F, 30 anos)*

*“Eu já cansei de fazer programa com homem bruto. Eu nunca tinha feito anal, por que eu nunca gostei, eu não gosto, aí um dia um homem apareceu, a recém tinha saído o real, que ele me deu sessenta no outro dinheiro e mais cem no real e eu falei, aí mas eu nunca fiz mas eu to precisando desse dinheiro, aí eu fui, e depois eu falei que eu não queria mais aí ele me pegou pelo pescoço e ele ficou até a hora que ele quis, entendeu. Tem homens que são educados, mas tem homens que não te da valor, que te tratam que nem...” (Participante F, 30 anos)*

A Participante F, ao falar de como se sente em relação ao cliente, menciona que eles buscam a prostituta para compensar alguma carência afetiva na relação dele com a esposa:

*“Eu sou usada, o homem não vem por que gosta de ti, o homem vem por que não tem o carinho da mulher em casa.” (Participante F, 30 anos)*

A Participante E defini que um cliente bom é aquele que é discreto, que não interfere na sua vida pessoal e que ajuda financeiramente:

*“Um cliente bom é aquele que chega ali ele é teu cliente mesmo. Tem clientes que tem o meu número e outros que não tem, tem uns que eu dou, tem outros que não. Só dou para o que eu posso confiar. Por que tem uns que são incontroláveis né, tem uns que ligam para ti e não querem nem saber. E se tu falar com jeito daí eles vão pensar que tu é casada e se eles souberem que tu é casada ele não te ajudam, e daí tem aquele pensamento que é teu cliente mas eles já vai pensando que querem ficar contigo. Por que daí eles acham que vão ficar contigo e te tirar dali.*

*Aí tu fica meio que... tem que mentir né, aí não, é, acho que sim... Mas tu tá sabendo que tu não vai ficar com ele. (...) Eles acham que são os donos né, eles acham que já são teus donos né, eles já chegam lá e se tu tá atendendo alguém daí deu. É uma viagem isso.”* (Participante E, 28 anos)

Segundo a Participante E, o fato de ser solteira contribui para que os seus clientes mantenham a ajuda financeira. Nessa perspectiva, tanto a Participante D como a Participante E, utilizam estratégias de conseguir mais dinheiro com o cliente, não só por meio do trabalho com o sexo, mas também mantendo uma relação na qual os seus clientes lhe ajudam financeiramente. A prostituta, em alguns casos, ao se colocar na posição de uma mulher carente, fragilizada pela vida e que precisa de dinheiro, faz com que ela se coloque numa posição inferior para que desperte no outro sentimento de compaixão (Gaspar, 1985). Para a autora, esse discurso se aproxima da posição tomada por algumas pessoas em situação de mendicância que expõe a sua miséria, seja ela na dor física ou psíquica, para provocar no outro sentimento de piedade. Ao assumir esse papel, a pessoa demanda um papel de salvador por parte do outro (Moraes, 1995). Para a Participante D, falar de sua vida, focando nas suas dificuldades financeiras, foi percebida por ela como uma alternativa a mais de ganhar dinheiro no seu trabalho. A visão da prostituta como vítima é mais aceita socialmente por corresponder com algumas expectativas, inclusive religiosas, de que elas fazem isso em sacrifício por alguma coisa respeitada socialmente, como a família (Rago, 1981). Assim, fazendo esse discurso, a prostituta pode gerar um certo “alívio” social ao corresponder com as características de vítima e com isso ter alguns benefícios, como o da ajuda financeira. Essa conduta constituída pelas Participantes com os seus clientes pode ser analisada como uma estratégia de ter controle nessa negociação (Pateman, 1988). Já na perspectiva do homem cliente, a atração pela mercadoria, aqui representada pela prostituta, é estabelecida pelo forte poder de sedução que ela exerce no mundo capitalista (Rago, 1981). Porém, nesse papel, as participantes encontraram uma oportunidade de aumentar os seus rendimentos, colocando em perspectiva o seu papel de mulher passiva. Segundo Navaz e Koller (2006b), as mulheres encontram estratégias, dentro do seu contexto de submissão, de subverter essa lógica.

Para a Participante E, na sua relação com os seus clientes é importante separar a sua vida pessoal do trabalho. Nas relações com os seus clientes, não há a troca afetiva, sendo o afeto um sentimento locado para a relação deles com as suas esposas:

*“Era o mais o meu jeito de ser eu sempre fui assim, e mesmo assim eu sempre tive clientes, assim. Aí, toda seca, toda não sei o que, aí, como é que esses caras querem, aí não sei, é que no*

*caso vocês ficam todas alisando ele e não sei que, sei lá, eu acho que desse jeito eles já são em casa, eu acho que se maltratar eles vão ficar bem mais feliz. Até esse que eu to agora é assim. Eu não sou nem um pouco, eu nunca fui assim de ir para cima, ele fica comigo por que ele quer. É o meu jeito. Eu nunca fui de ficar dançando nem nada. Eu não sou nem um pouco carinhosa, por que que ele quer ficar comigo eu não sei.” (Participante E, 28 anos)*

Nessa questão, para a Participante E ser “seca” (sic), ou seja, pouco afetiva é uma forma de contrapor ao modelo feminino exercido no casamento, sendo inclusive esse aspecto considerado o diferencial do seu trabalho como prostituta. Em alguns relatos de prostitutas sobre esse aspecto, o assédio ao cliente pode ocorrer pela via do afeto, inclusive, assumindo papéis maternos no qual a função de cuidar é privilegiada (Pasini, 2001; Rago 1991).

Para a participante D, alguns homens também buscam com as prostitutas um espaço para falar das suas vidas. Alguns clientes fazem das prostitutas as suas confidentes e, nesse papel, as mulheres percebem uma outra maneira de ganhar dinheiro. No caso dos clientes, segundo Gaspar (1988), a confiança aparece como uma oportunidade para relatar as suas angústias ou conflitos para alguém que não está ligado diretamente aos ambientes de convívio pessoal. Segundo uma pesquisa realizada com prostitutas, os papéis desempenhados por elas nos programas são amplos que vão desde confidentes, psicólogas, mães até o papel tradicional de objeto de prazer sexual (Soethe, 2008). De acordo com essa pesquisa, a maior parte dos clientes são homens casados e com filhos que buscam na prostituição uma relação diferenciada, inclusive afetiva, da que estabelece com as suas esposas. Para a Participante F, os homens buscam além do afeto, um “carinho” que não tem em casa (sic). Segundo Rago (1991), a prostituição representava para o homem burguês um espaço para transgressão dos comportamentos morais estipulados socialmente em que possibilitava “a vivência de toda uma diversidade anárquica dos modos de funcionamento desejantes” (p.188). Para alguns clientes, a prostituição pode não estar sendo apenas uma vivência que rompe com a moral sexual burguesa, mas uma substituição ou complementação de uma relação desgastada afetivamente no casamento. Estudos com prostitutas mostram que com alguns clientes elas exercem um papel comparado ao de amantes pelas trocas afetivas e de cumplicidade que estabelecem, porém com a vantagem de não ter nenhuma obrigação doméstica (Moraes, 1995; Roberts, 1992). A Participante E relatou que o tratamento de saúde de sua mãe foi todo pago por um dos seus clientes. No segundo encontro para a entrevista, comentou que estava fazendo tratamento ortodôntico pago por um dos seus clientes, definido por ela como “amigo” (sic.)

Com relação ao prazer no trabalho com os clientes, a Participante E menciona que ele está diretamente relacionado com o dinheiro que ele pode lhe pagar:

*“[E a questão do teu trabalho, existe algum tipo de prazer sexual quando você tá trabalhando?] Existe , tem, é só pensar no quanto ele deu, em como tu deu ou da para outro, se te pega pelo, assim, aí tu fala, aí, já tem isso, faz isso, depois que eles alcançam, se tu quer fazer isso então tu paga mais daí tu vai lá, se não vai ficar sem gozar. Mas depende né, depende do que ele quer fazer ali, se ele quer dar uma rapidinha, vai rápido mesmo. Ainda mais se for assim, 15, 20. 10 é no caso é a metade né, daí cinco continhos”* (Participante E, 29 anos).

No discurso da Participante E, o programa sexual ocorre num contexto de negociação entre a prostituta e o cliente no qual são estabelecidos o tipo e o tempo de serviço, assim como o preço (Freitas, 1985). Nessa negociação, a questão financeira eliminaria o elemento pessoal do outro, sendo a compra o seu grande foco (Rago, 1991). Para Kempadoo (1998) as trabalhadoras do sexo são hábeis para separar a intimidade e o afeto no sexo, assim como terapeutas que separam a sua vida pessoal do trabalho. Para a Participante D o que lhe interessa é o valor que o cliente lhe paga, sendo, assim, uma relação estritamente de trabalho, no qual um se oferece e o outro paga. Para Farinha e Buns (2006), na prostituição o cliente vale o que pode pagar.

De acordo com os relatos das participantes D e F, há clientes que estabelecem relações agressivas na suas práticas com a prostituição. Com a Participante F, a agressão física e sexual foi mais comum, o que a levou a defini-los como “bruto” (sic). Segundo um estudo realizado com garotas de programa, o medo de sofrer violência com clientes desconhecidos é uma das maiores preocupações apontadas pelas mulheres pesquisadas (Gaspar, 1994). Segundo Roberts (1992), as prostitutas, principalmente de rua, costumam sofrer violência física e sexual de clientes. Partindo desse princípio, o fato da Participante F ter ficado mais exposta a prostituição de rua pode ter lhe vulnerabilizado para a violência. Porém, podem existir outros fatores associados a essa situação como, por exemplo, a ausência ou a pouca existência de instituições protetivas para as prostitutas vítimas de violência dos seus clientes. Por ser uma relação paga, muitos clientes se autorizam a realizar qualquer desejo sexual, mesmo quando a prostituta não concorda com o que foi solicitado. Mas, por estar a só com o cliente, em um espaço reservado, nem sempre a prostituta tem como se defender de um cliente insatisfeito.

Com a Participante E, o seu namorado atual já foi seu cliente e uma das suas maiores queixas durante a pesquisa foi sobre esse relacionamento, principalmente em relação às cobranças que ele tem feito para ela:

*“Ele não gosta que eu pegue o ônibus para vir aqui ou que eu use o celular. (...) Ele quer que eu fique só dentro de casa, ele não quer que eu saia, aí eu saio eu vou e vou fazer curso, agora eu to indo no colégio daí eu posso sair para rua, se não não tem condições de sair para rua. Ele chega e faz coisas assim, cavernosas. Ele não respeita mais nem na frente dos meus filhos. E eles ficam olhando assim. E ele fica falando assim para mim aí tu vai ver isso, aí eu falo assim não tem por que e eu não gosto, e eu quero ir embora e ele não vai mais e ele fica ali. Vai de vez em quando assim. Mas fica ligando, fica me monitorizando, eu to com as crianças, não tem por causa das crianças, elas não tem culpa de nada. Ta louco. A gente não é casado nem nada. A casa é minha. Ele trabalha mas vai para ali. Ele diz não sai, não vai fazer bobagem. Eu vou ter que me mandar. [Como é que foi o início do relacionamento de vocês?] Eu conheci ele no trabalho (...) [E como foi que você começou a gostar dele assim?] Ele gostava de mim do jeito que eu era e a gente começou saindo aí eu já tive os meus filhos e ele me ajudando (...) [Ele ficou quanto tempo sendo teu cliente? Um ano. Depois de um ano a gente começamos a sair eu levava as crianças e ele ia junto, mas ele não ia na minha casa, e depois ele começou a ir na minha casa fazer churrasco, daí ele não ia embora. Começou tudo tranqüilo, ele não fica na minha casa. Assim que eu conheci ele, tranqüilo assim. Amigo assim, depois namorado, nos começamos assim. Aí era tudo tranqüilo.”* (Participante E, 29 anos)

Segundo a fala da Participante E, o seu namorado não concorda com o fato dela ainda trabalhar com a prostituição, apesar deles terem se conhecido nesse contexto. De acordo com o seu relato, para o seu namorado, o fato de estarem tendo um relacionamento justifica a sua cobrança para que ela deixe de trabalhar na prostituição. Um das suas estratégias para lidar com isso foi omitir dele que ainda continua trabalhando com isso:

*“Ele começou a falar, aí, tu tem que parar, não sei o que, eu não quero continuar assim, você fazendo isso. Mas eu fui entendendo e entendendo, aí eu parei. E ele me ajudou com as crianças por que eu não tava trabalhando. Mas aí ele agora ele começou a jogar na minha cara. Mas aí eu vou e ele não sabe. E ele não ta falando, agora ele não ta falando pros meus filhos. Parou de falar. Ele fica jogando na minha cara. Até se ele ficasse com a consciência tranqüila, quieto eu ficaria quieta e tranqüila mas eu não vou esperar e ver que ele tem coisa para fazer não vou esperar até o final do mês ficar aí fica esperando. Eu tenho os meus filhos”* (Participante E, 29 anos).

Mesmo com ajuda financeira do seu namorado, a Participante E relata que não poderia ficar dependendo do dinheiro que ele lhe dava e por isso continua trabalhando. Mas, por outro

lado, mesmo se queixando do comportamento dele reconhece a sua contribuição na construção de sua casa, fazendo com que ela permita a sua presença dele na sua casa:

*“O homem não sai de lá, ele não sai de lá. Ele fica, tem um monte de coisa ali na minha casa, ele construiu cerca, ele construiu o muro, comprou umas coisas para mim. Ele fez um monte de coisa, ele conheceu os meus filhos. Aí ele ficava. Sei lá.”* (Participante E, 29 anos).

Para a Participante estabelecer um relacionamento fixo pode ser uma garantia para uma renda fixa, o que não acontece na relação com um cliente. Mas, para o seu namorado, sair da condição de cliente pode ter representado que ele, nessa posição, tenha o direito de cobrar a exclusividade da Participante E. Porém, segundo Flax (1991) nas discussões sobre o papel de gênero é necessário levar em consideração que o homem também está submetido a algumas regras que podem de alguma forma oprimi-lo. Mesmo sabendo que a sua namorada tem uma relação com outros homens num contexto de trabalho, o papel masculino esperado é que ela exija que a companheira seja exclusiva como forma de garantir a sua masculinidade. Os papéis de gênero desempenhados pela Participante E e por seu companheiro podem estar contribuindo para que ele seja agressivo e que ela submeta aos seus filhos a exposição desse comportamento. Tal fato mostra que ao estabelecer uma relação afetiva, a Participante E se expõe a uma condição semelhante de outras mulheres se vulnerabilizam pela dependência financeira. Para a Participante E, a sua relação com os homens deve ser sempre mediada pelo dinheiro:

*“Eu não consigo ficar com alguém se não for me pagar. E ele é mais ou menos assim, eu sou fico com ele por que ele me alcança dinheiro. Mas eu não consigo. Eu não sei se eu me estraguei, com isso aí né. Pegando dinheiro e indo nesses lugares né, eu não sei, eu nem penso nisso, eu aceito. Deus me livre, eu nem consigo pensar em ficar com alguém que não tenha o dinheiro para me alcançar. Eu não sei, eu já tenho os meus filhos para me incomodar, vou me incomodar com mais um acumulo, daí não dá.”* (Participante E, 29 anos)

A relação afetiva descrita pela Participante E se contrapõe ao que é descrito em outros estudos sobre as diferenças que as prostitutas estabelecem entre a relação com os seus clientes e com os seus companheiros. Segundo esses estudos, o aspecto que diferencia a relação não comercial é a presença do afeto e do sexo sem a mediação do dinheiro (Pasini, 2001; Tedesco, 2008). De acordo com essas pesquisas, a necessidade de demarcar essa característica está embasada numa lógica de afirmação para a profissão, sinalizando que existem regras e procedimentos a serem seguidos, assim como em todo trabalho. Para a Participante E, a prática

de sempre ganhar dinheiro na prostituição, assim como a necessidade de cuidar dos filhos, fez com que a troca financeira permanecesse nas suas relações com as figuras masculinas.

### 3.9.5 Filhos-família

Nessa categoria foram analisadas as relações que as Participantes estabelecem com os seus filhos e como eles lidam com o trabalho delas. No caso da Participante D, uma das suas maiores queixas e preocupações relatadas na entrevista é sobre as dificuldades que tem em estabelecer limites com os seus filhos. Além dessa questão mencionou que teme que eles tenham conhecimento sobre o seu trabalho e por isso evita ter aproximação com as pessoas do bairro. Essa mesma preocupação é relatada pela Participante E que teme perder o controle dos filhos:

*“Agora ta ficando tão difícil por que eu falava como eu sempre falava, sabe, eu deixava eles ali um pouco, tranqüila, deixava e chegava tava de um jeito, agora tão virando aí que nem esse jeito desse homem, ta estragando os meus filhos né. Por que eles ficam vendo o jeito que eles ficam falando. Antes ele falava baixinho, agora ele fala bem alto pras crianças escutar. Eu acho que... E ele fala eles vão pensar que tu ta me batendo, tu quer mandar em mim e eles fazem o que querem. Tu não pode te comprar com os meus filhos, eles são crianças e eu to tentando ajeitar eles, tu ta estragando eles, tu não é nada deles para ficar falando coisa aqui dentro de casa. (Participante E, 29 anos)*

Para a Participante E, o fato do seu companheiro estar ameaçando falar sobre o tipo de trabalho que faz está mudando o comportamento dos seus filhos de forma negativa:

*“É no caso agora os guris falam nome e parece que eu to falando com as paredes. Eles fazem o que eles querem. É difícil. Eu falava ali e deu né. Mas agora ta mudando tudo. Não adiantam agora ele fica dizendo que meus filhos sou eu que to estragando por que eu vivo na rua, mas eu vivia na rua e eles sempre foram tranqüilo e tudo certo. É ele falando essas coisas que ta estragando as crianças. (Participante E, 29 anos)*

De acordo com o relato das Participantes D e E, o fato dos filhos saberem do envolvimento delas com a prostituição pode ser um fator para prejudicial para o desenvolvimento deles. Por exercerem uma prática considerada subversiva e por isso desviante, temem que isso possa ser um “mal exemplo” e com isso dificulte o exercício da autoridade materna. Num estudo realizado com prostitutas, foi abordado que no processo de enfrentamento dos preconceitos sociais sobre essa prática, a revelação para a família mostrou-se ser a etapa mais difícil e complicada (Moraes, 1995). Nesse estudo observou-se que uma estratégia utilizada pelas prostitutas foi situar a família

sobre as dificuldades financeiras e como a prostituição contribuiu para minimizar essas dificuldades. Porém, com a Participante F, mesmo apontando essa realidade para os seus filhos, o preconceito externo permaneceu, seja na escola ou no bairro, mostrando, assim, que a participante não conseguiu proteger o seu filho de todas as situações geradas por realizar uma prática considerada desviante:

*“[Você sentiu preconceito?] Sim tem. [Que tipo?] Que nem as crianças da escola do meu filho falam ne quando eu passo (...) que eu prejudiquei ele. Eles não gosto de ouvir né mas eu falei para eles que foi a única maneira que eu tinha para sustentar eles.[Quando foi que você falou isso para eles?]Faz uns 6 anos, entendeu, mas até hoje falam na cara deles, ai tu mãe trabalha na rua, vira bolsinha. Assim né, entendeu. (Participante F, 30 anos)*

Num estudo realizado sobre as famílias da prostituta, os filhos ao se darem conta do estigma e do preconceito referentes à prática da prostituição, demonstravam dificuldade em falar das suas mães na escola (Bacelar, 1982). Uma das estratégias utilizada por esses filhos foi modificar algumas informações sobre o trabalho de sua mãe no preenchimento dos cadastros solicitados na escola. Para o autor, tal atitude não se refere a algum sentimento de rejeição por suas mães, mas de uma estratégia para lidar com o preconceito da sociedade.

Na literatura especializada sobre a prostituição, a relação mãe e filhos, no que se refere às condutas parentais, é pouco abordada. Nos trabalhos apresentados sobre o movimento de organização das prostitutas, não é mencionado como elas abordam essa questão com os filhos e como lidam com o preconceito. Dentro do movimento, as prostitutas estão protegidas, mas como elas vão proteger os seus filhos é uma questão a ser pensada. No caso da Participante F, ela atribui o seu envolvimento com a prática da prostituição como a grande causadora dos problemas dos seus filhos:

*“Como é que eu vou te explicar assim, o que eu fiz de errado também pesou pros meus filhos entendeu. Meus filhos se criaram invocados por que eles também ouviam as pessoas falarem que eu era garota de programa, ai falavam horrores para eles né, até que eles começaram a brigar, a dar. Depois ficaram maiores daí não aceitavam, daí começaram a fazer coisas erradas. E eu não tive, eu não tive lucro nenhum, e eu prejudiquei a minha saúde né (...)* (Participante F, 30 anos)

Segundo a Participante F, uma das maneiras dos seus filhos lidarem com essa questão foi reagir com agressão, o que pode ter gerado outros problemas na socialização deles. No caso de

uma de suas filhas, criadas por sua mãe, ela não só passou a trabalhar na mesma atividade, como também no mesmo local:

*“Eu parei de trabalhar onde eu trabalhava por que ela tava lá, eu achava feio né, mãe e filha, né. [Vocês trabalhavam no mesmo lugar?] Eu trabalhava já ali mas eu fiquei dois anos sem trabalho, sem trabalhar, aí eu fiquei com o pai dos meus filhos mais novo né daí ele trabalhava, daí eu fiquei dois anos parada em casa. Aí quando eu voltei me falaram né, as colegas olha só que ela ta ali. Né. Então eu peguei e troquei de lugar. [ Ela tinha quantos anos nessa época?] Ela tinha uns catorze. [E como foi isso para você saber que ela tava lá?] Ai para mim, para mim foi um choque né, mas eu não tinha direito nenhum sobre ela, por que o meu padrasto e a minha mãe registraram ela como filha legitima né. Então, e a minha mãe não fazia nada. Eu cansava de dar nela, corria ela e ela voltava. (Participante F, 30 anos)*

No relato da Participante F, observa-se que na história de vida de sua filha aparecem elementos semelhantes ao que a Participante vivenciou como o abuso e exploração sexual e a prostituição. O fato de se deparar com a sua filha no mesmo local onde exercia a prostituição foi relatado como um momento muito difícil. Tal situação pode ter representado para a Participante F uma lembrança das dificuldades que ela viveu, incluindo também as consequências que isso gerou como o uso de drogas e a contaminação com vírus da AIDS:

*“Ela tá no sanatório por que ela pegou tuberculose da pedra e a AIDS também né só que o dela é bem avançado né por que ela usa droga né.” (Participante F, 30 anos)*

*“Daí quando eu fiquei grávida do meu filho de onze anos que eu descobri, quando eu fui fazer o pré-natal e na santa casa o doutor pediu o do HIV. No ultimo mês apareceu sífilis. E daí eu fui fazer foi quando eu descobri. Daí eu descobri que eu tinha o vírus.” (Participante F, 30 anos)*

*“Aí tinha uns alcoólatras, eu usei e graças a deus hoje eu não sou mais. Eu bebia todo o dia, depois que eu descobri que eu era soropositivo eu acho que eu tinha uns 17 anos por causa das drogas e das bebidas.” (Participante F, 30 anos).*

### 3.9.6 Instituição de atendimento

Nessa categoria foram analisadas como a Participante F percebe a instituições nas quais participa, sendo aqui levado em consideração o local da pesquisa e outra instituição voltada para o atendimento das prostitutas na qual as Participantes E e F participam. Sobre essa segunda

instituição, a Participante E relata que por meio dela consegue consultas e exames com mais facilidade:

*“As gurias ai ficam comentando, lá no X tem camisinha, marca a tua consulta, agora dia 19 eu tenho uma consulta lá no presidente Vargas, faço todos os exames que eu tenho que fazer. Todos. Faço todos os exames, e a gente entra, quando a gente vai lá eles já sabem que a gente é encaminhada pelo X e quando a gente sai de lá eles nos dão um saco de camisinha e contam, e conversam com a gente coisas”* (Participante E, 29 anos)

De acordo com o relato da Participante E, a facilitação no acesso aos serviços de saúde mostrou-se ser um aspecto importante para a garantia do seu bem-estar, assim como para a sua proteção no que se refere à entrega de camisinha. Além desse aspecto, foram também apontados pela Participante E como ponto positivo a convivência com outras prostitutas e a proteção para alguma violência que possa ocorrer no seu contexto de trabalho:

*“[E o que tu acha do X?] Eu gosto, eu gosto por que a gente conversa tudo. E as mulher são da minha idade, já trabalharam, na época que nós trabalhava nos ganhamos dinheiro, agrata numa época que não ganha, elas não ta ganhando mais. Mas te que continuar né. Ou as vezes acaba do cara não fazer e tira a camisinha né. Ou se é ali no X a gente chama eles rápido”* (Participante E, 29 anos)

O movimento organizado das prostitutas é considerado um fator de proteção significativo para as prostitutas por ser um espaço no qual busca legitimar a sua identidade como uma trabalhadora e com isso se contrapor aos estigmas e preconceitos existentes sobre essa prática (Moraes, 1995). Nesse espaço de coletividade, o compartilhamento das experiências, das dificuldades e das alegrias torna-se um instrumento poderoso para o movimento reivindicatório de seus direitos, como para melhores condições no trabalho. Uma dessas melhoras refere-se às informações sobre as DST's e a AIDS, assim como a prevenção dessas doenças (Moraes, 1995). Para a Participante E, essas informações foram fundamentais para no seu cotidiano de trabalho:

*“[E o que você acha que melhorou ou que mudou depois que tu entrou no X]? Ai, a gente sabe mais coisas né que como pega isso, como pega aquilo, como não fazer, como cuidar, até como a gente usar a camisinha feminina né quando começou, isso nos ensinou muito com aquela camisinha. Então tem cara que quer colocar duas, duas ou três vezes e isso aí não tem nada a ver né. É só colocar a camisinha bem colocada que não estoura. . Ensinava a colocar a camisinha. Nunca estourou a camisinha comigo. Meus deus, mesmo que não estourou eu tenho*

*sempre aquele pensamento fazer exame e tal por que uma vez nos fizemos sem né, mas eu faço mais é com camisinha*". (Participante E, 29 anos).

Sobre o local de pesquisa, apesar de relatar que frequenta há pouco tempo, também a percebe como um espaço positivo para o aprendizado de informações importantes:

*[O que tu acha daqui?] Aqui eu conheço há pouco tempo, né, mas... Até a minha tia é que vinha aqui. E eu vim mais ou menos por ela. [O que você acha das pessoas que trabalham nessas instituições?] Ai, eu acho legal assim, por que ajudando né, por que tem coisas que se falam que a gente não sabia né, acaba aprendendo né.* (Participante E, 29 anos)

Estudos realizados com prostitutas mostram que o uso de preservativos tem sido uma prática corriqueira no seu trabalho, sinalizando, assim, que a consciência sobre o cuidado com o seu corpo é uma forma de se preservar e, conseqüentemente, garantir o seu trabalho (Gaspar, 1985; Moraes, 1995; Pasini, 2001). Com a Participante F, a prevenção não ocorreu de forma satisfatória, já que se contaminou com algumas DST's como a sífilis e a AIDS. Apesar dela ter relatado que também participa da instituição citada pela Participante E, não foi possível avaliar como foi o seu envolvimento com essa instituição e quando ela começou a frequentá-la devido ao seu não comparecimento no segundo encontro para a entrevista.

### 3.10 Tempo

#### 3.10.1 O tempo e o trabalho da prostituição

Nessa categoria foi analisado como as participantes percebem a prática na prostituição ao longo do tempo. Para as Participantes, a desvalorização do seu trabalho é manifestada no preço que os clientes pagam e na forma como eles as tratam:

*"Ele fazia e não me dava dinheiro, mas se precisar também é só ligar, oh, eu to precisando. E clientes assim, vários tipos eu tive. Agora eu não tenho mais. [Não tem mais clientes assim?] Não, só assim de chegar. Não tem mais. Ih, já tem... Ih já cheguei na loja e comprei tudo o que eu quis assim. Mas não tem mais isso assim, as mulher agora tão usando drogas né. Aí umas tem uns cara e tratam os caras, e cobram baratinho. Não tem mais como antes."* (Participante E, 29 anos)

Para a Participante D, as vantagens que tinha com os clientes foram reduzidas por conta das usuárias de drogas que para manterem o vício, fazem o programa por um valor reduzido. Tal fato também já é observado pela Participante F:

*“Por que agora eu vou te dizer assim, é que antes eles não eram tão abusados que nem é agora, agora tem homem que é abusado, entendeu. Eles acham que é por que eles pagam a gente vinte ou trinta reais tu tem que fazer de tudo. E as próprias mulheres que gostam desse tipo de coisa fazem, entendeu. Elas não têm limites, elas não se dão valor. Elas não se valorizam. A questão ficou bem mais desvalorizada de quando eu comecei. Por que antes tu podia fazer um programa de uma hora, mas se fosse agora teria que ser uns duzentos reais. Por isso agora por dez ou quinze eles querem fazer horrores com a gente né. Ai, tu não quer fazer isso, tu não quer fazer aquilo, tu não quer fazer aquilo outro, ela faz tudo por bem menos por causa da droga, entendeu. É mais violência. É mais abuso. É mais mesmo agora ali no mercado publico.” (Participante F, 30 anos)*

*“Ai, quando eu era adolescente eles valorizavam bem mais né a mulher, entendeu. Agora não, agora não tem, agora eles não dão mais esse valor, por que agora tu vai ali na quinze e tu vê é mulher suja, advogada, e as vezes quando tu vê um homem bem vestido do lado dela (...) Elas vão ter que fazer oral sem camisinha, eles querem gozar na boca delas e elas aceitam. Entendeu. Então dependente da droga, né, então, como é que eu vou te dizer, eu não culpo tanto elas né por que elas são dependentes daquilo ali. Mas acho sem vergonhice por parte do homem, saber do problema que a pessoa tem e usar isso. Entendeu. É o que ta acontecendo hoje. O homem não tem, o homem não dá mais valor, deus o livre presente, presente, nossa, quantos presentes, eles davam hoje se tu pedia um real para tomar um café eles pegam(...) e o que tu vai fazer por um real. Uns davam presente né quando gostavam da mulher né. Entendeu. Antes, faz o que, vinte e oito anos atrás era bom por que eu tirava três mil reais por noite, daí outro tirou não sei quanto, ele me deu um tênis na G, me deu um celular de natal, era época de natal. Entendeu. Então é isso aí. Se tu bobear... Se tu não cobrar antes eles fazem o que querem e depois não param. Coisa que eu digo até por que por que antes era difícil tu vê uma mulher drogada né, hoje, se tu for ver tem gurias que fazem programas ali onde eu trabalho que se tu for ver elas dormem ali pela rua. Que usam drogas e tão ali atiradas ali. (Participante F, 29 anos)*

Além da questão do vício, a Participante F retrata alguns modos de funcionamento do trabalho no sexo, que assim como qualquer outro, sofre oscilações de acordo com a lógica do mercado financeiro. O aumento de mão de obra tende a intensificar a oferta e com isso desvaloriza o valor do trabalho. O sentimento de desvalorização do seu trabalho também é abordado pela Participante D ao falar do quanto ganhava antes e do que ganha agora:

*“Quando eu lembro do que ganhava, do que eu conseguia comparar... E agora eu vejo que o quanto eu ganho... No quando eu me desvalorizei...”* (Participante D, 29 anos)

Um outro aspecto abordado pela Participante F para a redução do valor do seu trabalho foi com relação a sua idade. Para ela, quando jovem obtinha mais lucros do que hoje. No mercado do sexo, a jovialidade é um elemento valorizado e por isso com o envelhecimento da mulher, algumas dificuldades podem surgir para a obtenção de maiores lucros. A imagem de “puta velha” é um estereótipo associado a aspectos decadentes e imorais (Moraes, 1995, p.41). Na literatura especializada sobre a prostituição, questões específicas do seu trabalho como o tempo e as suas implicações diretas nas mulheres, assim como as dificuldades referentes aos valores dos serviços são pouco abordados. Além desses aspectos, a questão da drogadição com as mulheres que estão entrando atualmente na prostituição pode estar sinalizando um elemento importante para a análise do perfil das novas trabalhadoras do sexo.

## CAPÍTULO IV

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

#### 4.1 Aspectos metodológicos: a inserção ecológica

Nessa pesquisa buscou-se utilizar um método que favorecesse a identificação e a revelação de adolescentes envolvidas com a exploração sexual atendidas numa instituição. Por se tratar de um tema de difícil acesso, como a criminalização daqueles que buscam o serviço sexual de adolescente e a culpabilização destas por estarem numa atividade degradante e desmoralizante, o vínculo entre o(a) pesquisador(a)-participante se torna fundamental para o bom desenvolvimento da pesquisa. Assim, o método da inserção ecológica permitiu que a pesquisadora e as participantes construíssem um vínculo recíproco e empático para que a confiança fosse estabelecida e os relatos sobre a sua vida e do seu envolvimento com a exploração sexual pudessem ser acessados nessa pesquisa.

O conhecimento da rede de serviços no atendimento a crianças e adolescentes para a escolha do local de pesquisa foi necessário para entender como a exploração sexual estava sendo discutida em Porto Alegre. Com isso foi possível contextualizar a pesquisa de acordo com as especificidades da região onde ela estava sendo realizada. Seguindo os princípios da teoria bioecológica do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979/1996), as informações adquiridas sobre o funcionamento das políticas públicas foi fundamental no processo da pesquisa por indicar quais aspectos do contexto são críticos para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional das adolescentes.

A divisão da inserção em três etapas foi importante para o estabelecimento dos processos proximais. Segundo Bronfenbrenner (1999), para que o processo proximal ocorra são necessários cinco aspectos como: o envolvimento das pessoas em uma atividade; a interação deve ocorrer em atividades regulares, num determinado período de tempo estendido; as atividades devem ser desenvolvidas de forma mais complexa e progressiva; as relações devem ser recíprocas e os objetos, símbolos do ambiente devem instigar a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa. Assim, na primeira etapa, a aproximação com as participantes por meio da participação nas mesmas atividades mostrou-se relevante para as trocas recíprocas de informações iniciais entre a pesquisadora e a participante. Além desse aspecto, a realização de uma atividade em conjunto coordenada pela

educadora do local situou a pesquisadora numa posição hierárquica favorável ao vínculo, já que estavam regidos por condições semelhantes, como cumprir as mesmas regras para realizar a tarefa da atividade. Porém, a aproximação não se restringiu apenas à realização das atividades, o que exigiu da pesquisadora um cuidado constante para observar as ocasiões oferecidas pelas participantes para manter contato. Em outras ocasiões, as oportunidades foram criadas pela pesquisadora, mostrando assim que o papel ativo do pesquisador também é necessário para o estabelecimento do vínculo. Esse papel ativo abrangeu abertura e disponibilidade para conversar assuntos específicos sobre a realidade das participantes (música, artistas, novelas, filmes). Nessa etapa, os espaços livres como o lanche e a recreação foram importantes para a realização de conversas informais. Essas conversas foram fundamentais para a revelação de algumas informações sobre a intimidade das Participantes, assim como para avaliar o vínculo pesquisadora-participante. Da mesma forma, a primeira etapa contribuiu para a escolha da participante para a realização da segunda etapa. Nesse processo, foi importante levar em considerações os critérios de inclusão para que esse fato não gerasse sentimentos de exclusão nas adolescentes que não se enquadravam no perfil da pesquisa. Esse procedimento permitiu a inclusão das adolescentes que desejaram participar, assim como a identificação daquelas que pudessem estar envolvidas com a exploração sexual, mas que ainda não tinham sido identificadas pela instituição.

Na segunda etapa, as atividades lúdicas em grupo contribuíram para o aprofundamento do vínculo pesquisadora-participante, principalmente em relação aos assuntos considerados mais íntimos como namoro e sexo. A construção de materiais lúdicos pelas participantes adolescentes foi relevante para que elas tivessem os resultados do seu trabalho materializados, contribuindo, assim, para o envolvimento delas na pesquisa. A utilização de um material sigiloso, como a “garrafa” e o “diário do coração”, foi primordial para um acompanhamento mais próximo sobre o cotidiano das participantes. Além disso, foi nesses registros que uma das Participantes relatou um episódio sinalizador do seu envolvimento com a exploração sexual.

Na terceira etapa, as entrevistas realizadas contribuíram para especificar e aprofundar mais os assuntos discutidos em grupo e demais temas não abordados na segunda etapa. Porém, o relato direto e o detalhamento sobre o envolvimento com a exploração sexual só ocorreu com uma das Participantes (Participante A). Com relação às outras, foram identificados fatores de risco associados à exploração sexual como o abuso sexual, uso de drogas, violência intra e extra-familiar. Além desses aspectos, as participantes mostraram familiaridade com a

exploração sexual ao relatar experiências de outras pessoas. As estratégias utilizadas para negar o envolvimento com a exploração sexual foi afirmar constantemente a virgindade. Com uma das Participantes (Participante C), o fato de estar sozinha na sala com a pesquisadora foi descrito como uma situação geradora de sentimentos de vergonha, o que não ocorria nos contextos informais. Por isso, os diálogos estabelecidos nos espaços livres foram essenciais nessa pesquisa. No estudo realizado (Moraes, 1998) com adolescentes em situação de exploração sexual, os dados mais significativos sobre a prática da exploração sexual também foram coletados nas observações e conversas informais.

O estabelecimento do vínculo pesquisadora-participante foi fundamental para que os objetivos dessa pesquisa fossem alcançados, sendo esse um aspecto a ser fortemente investido em pesquisas que utilizem o método da inserção ecológica. Em temas como a exploração sexual, sem esse vínculo a pesquisa não teria obtido os resultados esperados. Tal realidade esteve presente durante toda a pesquisa com algumas participantes que apresentavam mais dificuldades para a vinculação, seja pelas ausências na instituição, seja pelas próprias características da adolescente. Por isso, a combinação das três etapas permitiu que o vínculo fosse construído de forma dinâmica e interativa, respeitando o tempo e a realidade de cada participante. Por conta dessa relação de proximidade estabelecida, a saída da pesquisadora do local de pesquisa foi feita paulatinamente para que o vínculo não fosse rompido de forma brusca e com isso gerasse algum sentimento negativo nas participantes.

Um outro aspecto a ser destacado foi a abertura e disponibilidade demonstradas pelos profissionais da instituição que facilitou a convivência da pesquisadora no local e o acesso às participantes. Segundo Brofenbrenner (1979/1996), a relação da pesquisa e com as políticas públicas devem ser complementares e integrais. Por isso, a devolução dos dados será uma etapa privilegiada para que os resultados possam contribuir na intervenção com o público atendido pela instituição. Além disso, dar retorno para as participantes também é um procedimento necessário, principalmente pela implicação delas em todo o processo da pesquisa.

#### 4.2. Fatores de risco e proteção para as participantes adolescentes e adultas: integrando os dois estudos

A análise dos resultados dos estudos I e II realizados nessa pesquisa mostrou a existência de fatores de risco e de proteção associados ao envolvimento com a prática da

exploração sexual e da prostituição com as participantes estudadas. Nos dois estudos foram encontrados fatores de risco e proteção no contexto familiar, nas relações afetivo-sexuais, na escola, nas instituições de atendimento, na relação com os clientes e no seu envolvimento com a prática da exploração sexual e da prostituição.

No contexto familiar, os fatores de risco observados foram o uso de drogas e o envolvimento como o tráfico, a experiência como moradores de rua, violência intra e extrafamiliar, a relação conflituosa entre mãe-filha e a relação da família com a prática da exploração sexual e a prostituição. Nos dois estudos, as participantes conviveram com o uso abusivo de drogas nas suas famílias, seja o álcool, drogas injetáveis ou o *crack*, e presenciaram as conseqüências negativas desse uso como o comprometimento no bem estar físico e psicológico, aumento do comportamento agressivo por parte dos seus pais ou companheiros de suas mães e a contaminação com o vírus HIV. No envolvimento com o tráfico, as famílias sofreram conseqüências graves como a prisão e a morte de alguns dos seus membros.

A violência intra e extrafamiliar foi manifestada de diversas formas, como a negligência, violência física, psicológica e sexual. A negligência, a violência física e psicológica tiveram um impacto negativo na constituição do vínculo das participantes com a sua mãe, fragilizando, assim, o desenvolvimento emocional das participantes nas questões como auto-imagem positiva e confiança nas relações afetivas. No caso de duas Participantes (Participante A e F), os conflitos constantes com a sua mãe fizeram com que elas saíssem de casa e buscassem no espaço da rua estratégias de sobrevivência, como o uso das drogas e a exploração sexual. Os efeitos negativos do abuso intra e extrafamiliar foi verificado nas participantes estudadas como: sentimentos de baixa auto-estima, sexualização precoce e a percepção do seu corpo com um instrumento de troca para se obter o que deseja (Habigzang, 2006). No caso da Participante F, o abuso não foi denunciado para que a sua família não perdesse o apoio financeiro que recebia do seu agressor. Tal situação mostrou-se como um forte fator de risco devido a Participante F ter experienciado precocemente que o seu corpo poderia ser utilizado para a obtenção de dinheiro para a sua família.

Na aproximação da família com a exploração sexual e a prostituição, observou-se que de alguma forma as famílias se envolviam com esta questão seja consentindo, estimulando ou aceitando o dinheiro no orçamento familiar. Apesar de não ser um tema discutido abertamente na família, quando a mãe aceita o dinheiro adquirido na exploração sexual ela legitima aquela prática e pode estar estimulando a permanência das Participantes nessa prática. Porém, tal fato

mostrou que diante das dificuldades em que viviam, os riscos envolvidos na exploração sexual tornavam-se mínimos na percepção da família. Em alguns casos, essa experiência foi repassada diretamente ou indiretamente por alguns familiares para as adolescentes como a mãe, irmã e tia, o que pode ter contribuído ainda mais para o envolvimento delas com essa realidade. No caso da Participante D, a mãe não só tinha conhecimento como interferia na maneira como ela conduzia os negócios na prostituição.

Na relação das Participantes com a família foram identificados alguns fatores de proteção, como a presença das avós, o estabelecimento de limites e o reforço para a permanência na escola por parte da mãe e o afastamento do abusador sexual da família. Apesar do comportamento negligente das mães que muitas vezes ocorria pelas próprias dificuldades da família, as mães também desempenharam papel protetivo ao estabelecerem limites como horários para saída e retorno no período noturno e incentivo para a frequência escolar. No caso da Participante A, a sua mãe ao presenciar o abuso cometido por seu companheiro, afastou o abusador da convivência com a sua família, exercendo, assim, um papel protetivo para as suas filhas. As avós, como cuidadoras substitutas de algumas mães, exerceram um papel fundamental para o desenvolvimento das adolescentes que encontraram nessa relação apoio e proteção, como no caso das Participantes B e E.

No envolvimento das Participantes com a exploração sexual, os fatores de riscos observados foram: violência física e sexual por parte dos clientes e o tráfico de pessoas humanas para a exploração sexual. A experiência da exploração sexual, tanto nas ruas, como em espaços fechados, sinalizou aspectos de vulnerabilidade das adolescentes para as agressões de clientes e principalmente para o tráfico. No caso da Participante A, houve a tentativa de deslocá-la de forma forçada para um outro estado, o que foi impedida pela ação da polícia. Porém, com a Participante F foi observando os efeitos negativos para o seu desenvolvimento enquanto adolescentes por não ter tido nenhum contato permanente com figuras protetoras, como na família, escola ou instituição de atendimento, tornando-se, assim, um “alvo fácil” para aliciadores.

Um aspecto complexo em relação à exploração sexual é com relação à possibilidade de existir algum fator de proteção nessa prática, já que na literatura especializada a exploração é vista como uma das piores formas de violência contra crianças e adolescentes, sendo elencadas diversas consequências negativas como: baixa auto-estima, deterioração física e psicológica, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, estigma social, etc. (Faleiros, 2004;

Leal, 1999; Libório 2004). Porém, faz-se necessário distinguir quais são as conseqüências geradas pela prática da exploração sexual em si e quais são geradas por outros fatores que contribuíram para o envolvimento de crianças e adolescentes na exploração sexual, como o abuso sexual, dificuldades financeiras, violência doméstica, uso de drogas, etc. Tal fato se faz necessário para que as discussões sobre a exploração não estejam embasadas apenas em questões de ordem moral, assim como acontece na prostituição. Segundo Dos Santos (2004), as questões moralistas costumam estar presentes nas discussões sobre a exploração sexual, que muitas vezes podem ocorrer de forma “falalista e alarmista” (p.135). De acordo com a realidade observada na pesquisa, a exploração sexual vem acompanhada de diversos fatores de risco, não sendo fácil identificar quais foram os geradores primários da situação nem o quanto isso foi alterado depois do envolvimento das participantes com a exploração sexual. Em famílias de baixa renda, a necessidade de que os adolescentes tenham uma fonte de renda se torna maior, porém o trabalho não é permitido por lei para menores de 16 anos, a não ser em condição de aprendiz. Por isso, as oportunidades de trabalho legalizado para as adolescentes são baixas, dificultando assim intervenções no enfrentamento da exploração sexual que proponham outras atividades remuneradas. Assim, é importante observar qual o impacto que a renda adquirida na exploração sexual provoca nessas famílias e na vida das adolescentes para avaliar com mais clareza a influência desse aspecto na vida delas e o quanto isso interfere para a permanência das adolescentes nessa prática.

No envolvimento com a prostituição os fatores de risco observados foram: a violência cometida por alguns clientes, a desvalorização do trabalho, os conflitos com os filhos e a falta de amparo legal em relação aos direitos e garantias mínimos para o seu trabalho, como proteção médica, proteção social, renda mínima, etc. Apesar das participantes sustentarem as suas famílias com o dinheiro adquirido na prostituição, o seu trabalho é escondido ou negado para os seus familiares. Tal medida é entendida pelas participantes como uma estratégia de proteção para os seus filhos para que eles não sofram com discriminações, como ocorreu com a Participante F. Porém, o fato de omitir essa situação também produz conseqüências negativas para as famílias das Participantes, principalmente com relação ao sentimento de autoridade perante aos filhos. Portanto, os filhos são afetados pelo envolvimento das suas mães e tal fato precisa ser levado em consideração nos serviços de proteção a essas mulheres.

Na violência cometida pelos clientes, as participantes tornam-se vulneráveis à violência física e sexual. Com a Participante F foi possível observar que essa violência

permaneceu ao longo do seu envolvimento com a prática da prostituição. Porém, de acordo com as Participantes há muitos clientes que contribuem ajudando com dinheiro, comida, pagamento de serviços de saúde, sendo assim, um fator de proteção para algumas dificuldades vividas pelas Participantes. O não reconhecimento da prostituição como uma profissão vulnerabiliza as Participantes por não terem a proteção necessária para o desenvolvimento do seu trabalho. Além desse aspecto, o uso de drogas pelas prostitutas mais novas tem sido visto pelos participantes adultos a grande causa para a desvalorização da prostituição, o que tem trazido prejuízos na renda das participantes.

Nas relações afetivo-sexuais foram observados os seguintes fatores de risco: a ênfase na figura masculina como provedor financeiro em detrimento da autonomia delas e a relação de submissão perante dependência financeira que estabelecem com os seus companheiros. Nas participantes estudadas, observou-se que a imagem masculina foi associada ao poder aquisitivo, sendo mais valorizado os homens com uma condição financeira melhor. Com as adolescentes apenas a Participante B demonstrou interesse em se profissionalizar e ganhar dinheiro com isso. Tal fato aponta para as expectativas das participantes de que sejam os homens os responsáveis para o sustento financeiro delas. Isso por si só não constitui um fator de risco já que a boa renda do parceiro pode ajudar as participantes a terem uma qualidade de vida melhor. Porém, quando essa condição não é acompanhada de sua autonomia seja ela financeira, psicológica ou social, essa situação pode torná-la vulnerável à violência por parte de seu companheiro, como aconteceu com as mães e as participantes adultas. Mesmo com o trabalho, o risco de estabelecer uma relação de submissão financeira permanece. Tal fato pode ser agravado pelas desigualdades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho que ainda tem o seu salário inferior em relação aos homens (Saffioti, 1984).

A escola foi vista como um fator de proteção por melhorar as oportunidades de trabalho. Com as adolescentes, apesar de todas as dificuldades relatadas, todas estão no ensino médio e permanecem na escola, o que pode ser considerado um importante fator de proteção já que dados mostram que o abandono e a baixa escolaridade é um fator de risco para as adolescentes envolvidas na exploração sexual (Libório, 2005). Com as adultas, apesar de terem abandonado a escola no ensino médio, demonstraram interesse em retomar os estudos, o que também é um fator de proteção.

As instituições de atendimento foram identificadas como fatores de proteção por serem um espaço de lazer e de socialização para as adolescentes e para as adultas, por contribuir na

proteção de violências surgidas no trabalho, acesso aos serviços de saúde e conscientização para o uso de preservativos. No caso das adultas, participar de uma instituição que contribua no enfrentamento da discriminação e no reconhecimento da prostituição pode minimizar os sentimentos de inferioridade sentidos pelas prostitutas. Porém, apesar desse movimento para o reconhecimento da profissão, nem todas as prostitutas aderem a essa proposta (Moraes, 1995). Para a Participante F, diante da sua experiência, o reconhecimento da prostituição como profissão ainda está muito distante. Nesse aspecto, verificou-se que nenhuma das participantes adultas tiveram algum tipo de atendimento especializado quando adolescente. Essa situação pode ter intensificado os fatores de risco, causando mais danos à vida dessas mulheres.

Na percepção das adultas sobre a exploração sexual observou-se os seguintes aspectos: o questionamento sobre a percepção de que as adolescentes envolvidas com essa realidade, já que as Participantes adultas existe uma vontade por parte das adolescentes em estar na exploração sexual. Devido à exploração sexual ser crime, esse aspecto é visto como um fator complicador para o exercício do trabalho das prostitutas já que elas podem ser responsabilizadas caso sejam vistas próximas ou no mesmo local que as adolescentes. Na percepção das adolescentes sobre as adultas verificou-se a ênfase na virgindade como o elemento que aproxima as duas realidades, já que ambas não apresentam mais essa condição. Já as diferenças estariam nas causas para o envolvimento com a prostituição, que no caso das adultas seria para o sustento familiar e nas adolescentes para manter o vício das drogas. Nessa questão verifica-se que tanto as adolescentes como as adultas identificam a droga como um elemento pertencente à realidade das adolescentes envolvidas com a prostituição, sendo a droga como um forte fator de risco. O outro fator é que a ilegalidade da situação da exploração sexual faz com que as prostitutas não desejem conviver com as adolescentes. Apesar do movimento organizado das prostitutas ser contrário à exploração sexual, o debate entre essa instância com o movimento de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes tem sido escasso ou quase inexistente (Dos Santos, 2004). Tal fato deve ser repensado, principalmente nas situações em que a adolescente está próxima a completar 18 anos. Nesses casos, é importante refletir sobre o olhar que será dado para essas adolescentes, pois por lei ao sair dessa fase, elas não estão mais na condição de proteção garantida pelo estado. Porém, ao se tornar prostituta com o tempo, faz-se necessário observar que tipo de impacto isso terá na sua vida, principalmente nas adolescentes que são atendidas em instituições e que deixarão de ter esse atendimento quando completam 18 anos. Diante desse fato, observa-se que o limiar entre

a exploração sexual e a prostituição não é tão simples de ser delimitado, mostrando, portanto, a necessidade do diálogo entre as instâncias de defesa das adolescentes e das adultas envolvidas com a prostituição para uma melhor compreensão dessa realidade.

De acordo com os dois estudos realizados, observou-se a importância de pesquisas que identifiquem os fatores não só de risco, como também de proteção presentes na vida das mulheres adolescentes e adultas envolvidas com a exploração sexual e prostituição e como esses fatores se manifestam nessas duas fases do desenvolvimento. Diante dos resultados, verificou-se: 1) A necessidade de atendimentos para as famílias abordando questões como: gênero, violência contra a criança e o adolescente, direitos sexuais e reprodutivos, sexualidade na adolescência e na vida adulta e práticas parentais; 2) Para as famílias das mulheres adultas, atendimentos voltados para os seus filhos e companheiros, focando estratégias de enfrentamento para os preconceitos que envolvem a prostituição; 3) A importância de serviços que ofereçam atividades para as adolescentes que envolvam os aspectos pedagógicos, sociais, psicológicos e educativos (teatro, música, artesanato, esporte); 4) A relevância de se trabalhar os direitos sexuais, o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões de gênero e a sexualidade com as adolescentes; relações familiares e projeto de vida; 5) Diante do baixo número de adolescentes atendidos na rede de serviços em Porto Alegre, a importância de um trabalho voltado para a identificação das crianças e adolescentes envolvidas com a exploração sexual; 6) O método da inserção ecológica como uma ferramenta significativa para a identificação e revelação das adolescentes envolvidas com a exploração sexual; 7) A aproximação da pesquisa com as políticas públicas como uma ferramenta importante no enfrentamento da exploração sexual.

## REFERÊNCIAS

- ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção a Infância e Adolescência) (2002). *Abuso sexual de crianças e adolescentes* (3rd ed.). Petrópolis, Brasil: Editora Autores & Agentes & Associados.
- Agência de Notícias dos Direitos das Crianças (ANDI)(2007). *Exploração sexual de crianças e adolescentes: guia de referência para a cobertura jornalística*. Brasília: ANDI, Petrobrás e Unicef
- Almeida, A. M. de O., Ribeiro, A. S. M., Pacheco, J. G., Neiva- Silva, L., & Koller, S. (1998, outubro). *Estratégias de intervenção na rua*. Paper presented at XXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, Ribeirão Preto, São Paulo.
- Aquino, J.R.G.C. (1999). A desordem na relação professor-aluno: Indisciplina, moralidade e conhecimento. In J. G. Aquino (Ed.), *Indisciplina na escola: Alternativas teóricas e práticas* (pp.39-45). São Paulo, Brasil: Summus editorial.
- Araújo, U. F. (1998). *O sentimento de vergonha como um regulador moral*. Unpublished doctoral dissertation. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São de Paulo. São Paulo, Brasil.
- Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (2004, novembro). *Relatório II Jornada Estadual contra a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes: fortalecendo as redes de proteção*. Porto Alegre, Brasil: Assembléia Legislativa Estado do Rio Grande do Sul.
- Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (2005, maio). *Relatório III Jornada Estadual contra a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes: transformando compromissos em ações*. Porto Alegre, Brasil: Assembléia Legislativa Estado do Rio Grande do Sul.
- Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (2006, agosto). *Relatório IV e V Jornada Estadual contra a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes: valorizando as iniciativas locais e ampliando a rede de proteção*. Porto Alegre, Brasil: Assembléia Legislativa Estado do Rio Grande do Sul.
- Ávila, M.B. (1999). Direitos reprodutivos, exclusão social e Aids. In R.M. Barbosa, & R. Parker (Eds.), *Sexualidade pelo avesso: Direitos, identidade e poder* (pp.39-48). Rio de Janeiro, Brasil: IMS/UERJ e São Paulo: Editora 34.

- Bacelar, J.A. (1982). *A família da prostituta*. São Paulo, Brasil: Ática.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. (L.A. Reto & A. Pinheiro, Trans.). São Paulo, Brasil: Edições 70/Livraria Martins Fontes. (Original published in 1977).
- Barros, J.M.F & Baú, M.K. (2007). *Dano moral no site de relacionamento pessoas orkut*. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Direito, Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, Brasil.
- Beserra, M.P., Corrêa, M.S.M., & Guimarães, K.N.C (2002). Negligência contra criança: um olhar do profissional da saúde. In L.M.P Silva (Ed.), *Violência doméstica contra a criança e o adolescente* (pp.61-82). Recife, Brasil: EDUPE.
- Bower, B. (2005). Childhood's end: In Thailand, poverty isn't the primary reason that girls become prostitutes. *Science News*, 13 (168), 200-201.
- Bozon, M. & Heilborn, M.L. (2006). Iniciação à sexualidade: Modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais. In M.L Heilborn, E.M.L Aquino, M. Bozon, & D.R. Knauth (Eds), *O aprendizado da sexualidade: Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros* (pp. 156-198). Rio de Janeiro, Brasil: Editora Fiocruz
- Bronfenbrenner, U. & Ceci, S. (1994). Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: a bioecological model. *Psychological Review*, 101, 568-586.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In W.Damon (Ed.), *Handbook of child psychology* (Vol.1, pp. 993-1027). New York, USA John Wiley & Sons.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados* (M.A.V, Veronese, Trans.) Porto Alegre: Artes Médicas. (Original published in 1979).
- Bruschini, C. (2005). Teoria crítica da família. In M .A. Azevedo, & V. N. A. Guerra (Eds.), *Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento* (pp.49-81). 4th ed. São Paulo, Brasil: Cortez.
- Camargo, P.S.A.S. & Martinelli, S.C. (2006). Educação de adultos: percepção sobre o processo ensino-aprendizagem. *Revista semanal da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 10 (2), 197-209.
- Campos, E.A (2004). As representações sobre o alcoolismo em uma associação de ex-bebedores: Os Alcoólicos Anônimos. *Caderno de Saúde Pública*, 20 (5), 1379-1387.

- Cara, M. (2008). Gerações juvenis e a moda: Das subculturas à materialização da imagem virtual. *Modapalavra e-periódico*, 1(2), 69-81.
- Cardoso, C.P. & Cocco, M.I.M. (2003). Projeto de vida de um grupo de adolescentes à luz de Paulo Freire. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 11(6), 778-785.
- Cecconello, A. M. (2003). *Resiliência e vulnerabilidade em família em situação de risco*. Unpublished doctoral dissertation. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, Brasil.
- Cecconello, A.M & Koller, S.H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 16(3), 515-524.
- Coelho Jr., N & Carmo, P.S (1991). *Merleau Ponty filosofia como corpo e existência*. São Paulo, Brasil: Escuta
- Corrêa, M. P. S., Sousa, M. C. E. & Petta, N.M (2007, junho). *Formação de novas tribos na pós-modernidade a partir da internet, tendo como objeto o orkut*. Paper presented at VI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Norte. Belém. Brasil.
- D´Incao, M.A. (2006). Mulher e família burguesa. In M.D Priore (Ed.), *História das mulheres no Brasil* (pp.223-277). São Paulo, Brasil: Editora Contexto.
- Da Silva, A. P. L., Dias, L. C. De C., Hazeu, M. T., & Nascimento, M.A.C. (1997). *Prostituição & Adolescência prostituição juvenil no interior do Pará: “trombetas e os garimpos do Vale dos Tapajós*. Belém, Brasil: Centro de Defesa do Menor e CEJUP.
- Dauster, T. (1986). A invenção do amor: Amor, sexo e família nas camadas médias urbanas. In S. Figueira (Ed.), *Uma Nova Família? O Moderno e o Arcaico na Família de Classe Média Brasileira* (pp.99-111). Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.
- Davidson, J.O & Taylor, J.S (1995). *Child prostitution and sex tourism*. Bangkok, Thailandia: ECPAT International.
- De Antoni, C. (2000). *Vulnerabilidade e resiliência familiar na visão de adolescentes maltratadas*. Unpublished master's thesis. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
- De Antoni, C., Hoppe, M. W., Medeiros, F., & Koller, S. H. (1999). Uma família em situação de risco: Resiliência e vulnerabilidade. *Interfaces: Revista de Psicologia*, 2(1), 81-85.
- Dell´Aglío, D.D., Santos, S.S. & Borges, J.L. (2004). Infração juvenil feminina: uma trajetória de abandonos. *Interações em Psicologia*, 8(2), 191-198.

- Dimenstein, G. (1992). *Meninas da noite* ( 8rd ed).São Paulo, Brasil: Editora Átila.
- Dos Santos, B. R. (2004). Contribuições para um balanço das campanhas de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescente no Brasil. In R. M Libório, & S. M. G. Sousa (Eds.), *Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais* (pp.99-148). São Paulo, Brasil: Casa do psicólogo e Goiânia, Brasil:Universidade Católica de Goiás.
- Dos Santos, J. V. (2004). Da senzala à Internet: A violência sexual contra crianças e adolescentes. In R.M Libório, & S. M. G Sousa (Eds.), *Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais*.(pp. 235-266). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo e Goiânia, Brasil:Universidade Católica de Goiás.
- Duque - Arrazola, L.S. (1997). O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In F. R. Madeira. (Ed.), *Quem mandou nascer mulher?-Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil* (pp.347-398). Rio de Janeiro, Brasil: Record/Rosa dos tempos.
- ECPAT (End Child Prostitution Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose) (2006). *Eliminemos la prostitucion la pornografia y la trata con propósitos sexuales de ninos, ninas y adolescentes*. Bangkok, Tailândia: ECPAT International.
- ECPAT (End Child Prostitution Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose) (2007). *Linkages between HIV/AIDS and the commercial sexual exploitation of children in África*. Bangkok, Tailândia: ECPAT International.
- Engel, M.C. (1989). *Meretrizes e doutores: Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro*. São Paulo, Brasil: Brasiliense.
- Ennew, J. (2008, novembro). *Exploitation of children in prostitution*. Paper presented at III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Rio de Janeiro, Brasil.
- Eschiletti P.L., Paula C. M. C. P., Moura, A., Poletto, M., & Koller, S. (2008). Revisando a Inserção Ecológica: Uma proposta de sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21 (1), 160-169.
- Escovel, S.(2000). Vivendo de teimoso: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro (139-171). In M. Bursztyn (Ed.), *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores*. Brasília, Brasil: Garamond.

- Fábregas-Martinez, A.I. (2000). Traçando a batalha: Breve perfil da prostituição em espaços privados de Porto Alegre. In A.I. Fábregas-Martínez, & M. R. Benedetti (Eds.), *Na batalha: identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição* (pp.15-30). Porto Alegre, Brasil: Dacasa e Palmarica.
- Falcke, D & Wagner, A (2003). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: Definições de contatos. In A. Wagner (Eds.), *Como se perpetua a família?* (pp.25-45). Porto Alegre, Brasil: EDIPUCRS.
- Faleiros, E & Campos, J. De O. (2002). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília, Brasil: CECRIA, MJ-SEDH-DCA, FBB e UNICEF.
- Faleiros, V.P. (2004). O fetiche da mercadoria na exploração sexual. In R.M Libório, & S.M.G Sousa (Eds.), *Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais* (pp.51-72).São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo e Goiânia, Brasil:Universidade Católica de Goiás.
- Farinha, M.G., & Bruns, M.A.T. (2006). *Adolescentes Profissionais do Sexo*. São Paulo, Brasil: Átomo.
- Ferrari, D. C. A., & Vecina, T. C. C.(2002). *O fim do silêncio na violência familiar: Teoria e prática*. São Paulo, Brasil: Ágora.
- Figueira, M. L. M. (2004). A revista Capricho e a produção de corpos adolescentes femininos. In G.L. Louro, J.F. Necke., & S.V Goellner (Eds.), *Corpo gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação* (pp.125-135). Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.
- Flax, J. (1991). Pós-moderno e relações de gênero na teoria feminista. In H. H. Buarque (Ed.), *Pós-modernidade e política* (pp. 217-250). Rio de Janeiro, Brasil: Rocco.
- Fonseca, C. (1987). Mulher chefe-de-família? *Revista de Ciências Sociais*, 1,(2), 261-268.
- Fonseca, C. (2006). Ser mulher, mãe e pobre. In M.D. Priore (Ed.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 510-554). São Paulo, Brasil: Contexto.
- Garcia, E. B. (1996). Ação cultural, espaços lúdicos e brinquedos interativos. In D. S. Miranda (Eds.), *O parque e a arquitetura: uma proposta lúdica* (pp. 15-32). São Paulo: Papyrus.
- Gaspar, M. D. (1988). *Garotas de programa: Prostituição em Copacabana e identidade social* (3rd ed). Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor.

- Goellner, S. V. (2003). A produção cultural do corpo. In G.L Louro, J.F Neckel, & S.V. Goellner (Eds.), *Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação* (pp.28-40). Petrópolis, Brasil: Vozes, 2003.
- Gomes, R. (1996). *O corpo na rua e o corpo da rua: A prostituição infantil em questão*. São Paulo, Brasil: Unimarco editora.
- Grant, A., Grabosky, P., & David, F.C. (1999, junho). *The commercial sexual exploitation of children*. Paper presented at Children and crime victims and offenders conference by the Australian Institute of Criminology and held, Brisbane, Australian.
- Guareschi, N. M. F., Oliveria, F. P., Giannchini, L. G., Comunello, L. N., Nardini, M., & Pacheco, M.L. (2003). Pobreza, violência e trabalho: A produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela. *Estudos Psicológicos de Natal*, 8(1), 45-53.
- Guerra, C. (2004). Violência conjugal e familiar: Alguns dados de mundo, Brasil, Minas Gerais e Uberlândia. Retrived in Janeiro, 12, 2009 from Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) Web site: <http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=83>.
- Guimarães, K & Merchán-Hamann, E (2005). Comercializando fantasias: A representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. *Estudos Feministas*, 13(3), 525-544.
- Habigzang, L.F. (2006). *Avaliação e intervenção psicológica para meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar*. Unpublished master's thesis. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
- Habigzang, L.F., & Caminha, R.M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Harris, J. (1995). Where is the Child's environment? A group socialization theory of development. *Psychological Bulletin*, 102, 458-489.
- Hazeu, M. & Fonseca, S. (1998). Exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes no Pará. In M. F. P Leal, & M. A. César (Eds.), *Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes* (pp. 57-67). Brasília, Brasil: CECRIA.

- Heilborn, M. L., & Gouveia, P. F. (1999). Marido é tudo igual: Mulheres populares e sexualidade no contexto da Aids. In R. Barbosa, & R. Parker (Eds.), *Sexualidades pelo avesso* (pp.176-198). São Paulo, Brasil: Editora 34.
- Heilborn, M. L., Cabral, C. S., & Bozon, M. (2006). Valores sobre sexualidade e elenco de práticas: Tensões entre modernização diferencial e lógicas tradicionais. In M. L. Heilborn (Ed.), *Sexualidade: O olhar das sexualidades* (pp.212-265). Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor.
- Heilborn, M.L. (1999a). Corpos na cidade: Sedução e sexualidade. In. G.Velho (Ed.), *Antropologia Urbana cultura e sociedade no Brasil e em Portugal* (pp.98-108). Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor .
- Heilborn, M.L. (1999b). Construção de si, gênero e sexualidade. In M. L. Heilborn (Ed.), *Sexualidade: O olhar das sexualidades* (pp.40-58). Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor.
- Heilborn, M.L. (2006). Experiências da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In M. L. Heilborn, E. M. L. Aquino, M .Bozon, & D. R Knauth (Eds.), *O aprendizado da sexualidade: Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros* (pp.30-58). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Hutz, C.S & Koller, S.H. (1997). Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(1), 175-197.
- Institute of Studies of Children and Families (IDEIF), Cordinadora por los Derechos Del Niño(CODENI), Laicos Unidos Contra La Pobreza (REDES), Movimiento El Pozo (2005). *¿Mercancía Sexual?:Cómo Hemos Creado la Demanda para la Explotación Sexual Comercial de Niños, Niñas y Adolescentes en el Peru*. Bangkok, Tailandia: ECPAT International.
- Ippolito, R.O., Dos Santos, B.R., Nélio, M., Rangel.P.C., De Abreu. V.I., Oliveira, M.L.M., Hezeu, M. et al. (2003). *Guia escolar: Métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual em crianças e adolescentes*. Brasília, Brasil: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Kassar, M.C.M., Mendonça, A.G., Siqueira, C., Wounnsosky, B., Leite, D.C., Jobbins, E.F., & Santos, R.S.N. (2005). Aspectos subjetivos da percepção da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Corumbá. In A. S. Silva, E. Senna, & M. C. M. Kassar, (Eds.), *Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos*

- fins: Contribuições para o enfrentamento a partir das experiências em Corumbá-MS* (pp.33-50). Brasília, Brasil: OIT.
- Kempadoo, K. (1998). Globalization sex worker's rights. In K. Kempadoo, & Doezema, J. (Eds.), *Global sex workers: Rights, resistance and redefinition* (pp.1-26). New York, USA e London, Inglaterra: Routledge.
- Knauth, D.V.(1999). Subjetividade feminina e soropositividade. In R. M Barbosa, & R. Parket (Eds.), *Sexualidades pelo avesso: Direitos, identidade e poder.*(pp.121-136). Rio de Janeiro, Brasil: Editora 34.
- Koller, S.H., Sacco, A., Canidé, A., Santos, E.C., Fernández, F., Burlan, F, Longo, J.L. et al. (2005). *O perfil do caminhoneiro no Brasil*. Childhood e Instituto WCF-No Brasil. Retrieved Abril, 12, 2007 from Would Childhood Foundation Web site: <http://www.namaocerta.org.br/pdf/perfildocaminhoneiro.pdf>.
- Lacerda. L. & Nepomuceno, V. (2002). *Pesquisa sobre violência sexual contra crianças e adolescentes em Pernambuco*. Brasília, Brasil: Centro Dom Helder Câmara de Estudo e Ação Social.
- Ladd, G. W., Kochenderfer, B. J., & Coleman, C. C. (1996). Friendship quality as a predictor of young children's early school adjustment. *Child Development*, 67, 1103-1118.
- Landini, T.S (2004). A pornografia infantil na internet: uma perspectiva sociológica. In R. M .Libório, & S. M. G. Sousa (Eds.), *Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais* (pp.165-182). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo e Goiânia, Brasil: Universidade Católica de Goiás.
- Leal, M. D.F.P. & César, M.A. (1998). *Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescente*. Brasília, Brasil: CECRIA.
- Leal, M. L. L. & Pinheiro, P. (2007). A pesquisa social no contexto do tráfico de pessoas: uma abordagem marxista. In M. L .P .Leal, , M .F. P Leal, & R. M. C. Libório (Eds.), *Tráfico de pessoas e violência sexual* (pp.17-33). Brasília, Brasil: VIOLES/SER/Universidade de Brasília.
- Leal, M. L. P. (1999). *A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe: Relatório final, Brasil*. Brasília, Brasil: CECRIA.
- Leal, M. L. P., Leal, M. de F., & Libório, R. M. C (2007). *Tráfico de pessoas e violência sexual*. Brasília, Brasil: VIOLES/SER/ Universidade de Brasília.

- Leal, M.D. F.P. (1999). *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial: Relatório nacional, Brasil*. Brasília, Brasil: CECRIA.
- Leal, M.L., & Leal, M.F. (2004). Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual e comercial no Brasil-realidades e desafios. In R .M. C. Libório, & S. M .G. Sousa (Eds.), *Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais* (pp.267-288). São Paulo, Brasil: Casa do psicólogo e Goiânia, Brasil: Universidade Católica de Goiás.
- Libório, R. M. C (2005). Adolescentes em situação de prostituição: Uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. *Psicologia e Reflexão Crítica*, 18(3), 413-420.
- Libório, R. M. C. (2004). Exploração sexual comercial infanto-juvenil: Categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In R. M. Libório, & S. M. G Sousa (Eds.), *Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais* (pp. 19-50). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo e Goiânia, Brasil: Universidade Católica de Goiás.
- Libório, R. M. C., Camargo, L. S., Santos, R. C. F dos, & Santos, R. B. (2007). Saberes de profissionais de educação sobre abuso e exploração sexual: Contribuições para políticas educacionais. In M .L. P Leal, M. F. P. Leal, & R. M. C. Libório (Eds.). *Tráfico de pessoas e violência sexual*(pp.147-166). Brasília, Brasil: VIOLES/SER/Universidade de Brasília.
- Lisboa, C. S. M. & Koller, S. H. (2002). Considerações éticas na pesquisa e na intervenção sobre violência doméstica. In C.S Hutz., (Eds.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência* (pp.187-207). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.
- Lopes, J. & Stoltz, T. (2002). *Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes Brasil: Foz do Iguaçu*. Lima, Peru: OIT , IPEC e SIRT.
- Luckesi, C. C. (1998). Desenvolvimento dos estados de consciência e ludicidade. *Interfaces da Educação. Cadernos de Pesquisa – Núcleo de Filosofia e História da Educação* 2(1), 09-25.
- M’Jid, N. (2003). *Situational analysis studies on the commercial sexual exploitation of children in Morocco*. Retrieved in outubro 21, 2008 from End Child Prostitution Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose(ECPAT) from

[http://www.childtrafficking.com/Docs/ecpa\\_2003\\_situational\\_analysis\\_studies\\_cse\\_child\\_ren\\_morocco\\_3.pdf](http://www.childtrafficking.com/Docs/ecpa_2003_situational_analysis_studies_cse_child_ren_morocco_3.pdf).

- Malcon, M. C., Menezes, A. M. B. & Chatkin, M. (2003). Prevalência e fatores de risco para tabagismo em adolescentes. *Revista de Saúde Pública*, 37(1), 1-7.
- Masten, A.S. (2001). Ordinary magic: Resilience processes in development. *American Psychologist*, 56(3), 227-238.
- Matos, M., Féres-Carneiro, T & Jablonski, B. (2005). Adolescência e relações amorosas: um estudo sobre jovens das camadas populares cariocas. *Interação em Psicologia*, 9(1), 21-33.
- McCoy, A. (n/d). *Blaming children for their own exploitation: End Child Prostitution Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose (ECPAT)*. Retrieved in dezembro 20, 2008, from [http://www.make-it-safe.net/eng/pdf/Blaming\\_Children.pdf](http://www.make-it-safe.net/eng/pdf/Blaming_Children.pdf).
- Mendonça, M. C. V. (2002). *Pedagogia da violência de poder entre mães e filhas*. Recife, Brasil: Bagaço.
- Menezes, L. M. (1992). *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro, Brasil: Arquivo Nacional.
- Miranda, A. T. & Yunes, M. A. M. (2007). O ato de denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar. In M. L.P Leal, M.F.P. Leal, & R. M. C. Libório (Eds). *Tráfico de pessoa e violência sexual* (pp.167-190). Brasília, Brasil: VIOLES/SER/Universidade de Brasília.
- Moraes, A. F. (1995). *Mulheres da vila: Prostituição, identidade social e movimento associativo*. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Moraes, A.F.(1998). Prostituição, trocas e convites sexuais na adolescência feminina pobre. In. C. Bruschini, & H..B. de Hollanda (Eds.), *Horizontes plurais: Novos estudos de gênero no Brasil* (pp. 17-47). São Paulo, Brasil: Fundação Carlos Chagas e Editora 34.
- Morais, E. P. & Eidt, O. R. (1999). Conhecendo para entrar: A negligência nos cuidados de saúde com crianças e adolescentes. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 20, 6-21.
- Morais, C. M. D. & Rocha, D. L. (2005, setembro). *Porque existe tanto brasileiro no Orkut? Ou as Redes sociais e o Homem Cordial*. Paper presented at XXVIII Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, Brasil.

- Moreira, M. R. (2000). *Nem soldados nem inocentes: Jovens e tráfico de drogas no município do Rio de Janeiro*. Unpublished master's thesis. Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde da Fundação Oswald Cruz. Rio de Janeiro, Brasil.
- Narvaz, M. G. (2005). *Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. Unpublished master's thesis. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006a). Famílias e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-55.
- Narvaz, M. G., & Koller, S.H. (2006b). Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. *PSICO PUCRS*, 37, 7-13.
- Nascimento, E. P. (2000). Juventude: Novo alvo da exclusão social. In M. Bursztyrn. (Ed.), *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores* (pp.121-136). Brasília, Brasil: Garamond.
- Neiva-Silva. L. & Koller, S. H. (2002). A rua como contexto de desenvolvimento. In E. R. Lordelo, A. M. A. Carvalh., & Koller, S. H. (Eds.), *Infância brasileira e contexto de desenvolvimento* (pp.203-228). São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo.
- Neumann, M.M. (2004). Faces ocultas da violência sexual: fragmentos críticos. In R. M. Libório, & Sousa, S. M. G. (Eds.), *Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais*. (pp. 149-164).São Paulo, Brasil: Casa do Psicólogo e Goiânia, Brasil:Universidade Católica de Goiás.
- Nunes, C. A. (1987). *Desvendando a sexualidade*. Campinas, Brasil: Papyrus.
- O'Briain, M., Van Den Borne, A. & T. Noten (2004). *Joint East West Research on Trafficking in children for sexual purposes in Europe: The sending countries*. Amsterdam, Alemanha: ECPAT-NL.
- Paludo, S. S., & Koller, S. H. (2008). Toda criança tem família: criança em situação de rua também. *Psicologia e Sociedade*, 20(1), 42-52.
- Pasini, E. (2001). Fronteiras da intimidade: Uso de preservativo entre prostitutas de rua. In. C. Bruschini, & C. R. Pinto (Eds.), *Tempos e lugares de gênero* (pp.275-300). São Paulo: Editora 34.
- Pateman, C. (1988). O que há de errado com a prostituição?. In Pateman, C, *O contrato sexual* (pp. 279-342). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Pereira, F.Q., Ribeiro, K.C.S., Sousa, E.G. & Rogers, R. (2006, novembro). *Turismo de negócios e a questão sexual: Um estudo multi-casos com garotas de programa em uma média cidade mineira*. Paper presented at SLADE Brasil e Encontro Luso Brasileiro de estratégias, Camburiú, Brasil.
- Polícia Rodoviária Federal (2007). *Mapa da exploração sexual no Brasil*. Brasília: OIT.
- Possatti, I. C. & Dias, M. R. (2002). Multiplicidade de papéis da mulher e seus efeitos para o bem-estar psicológico. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15(2), 293-301.
- Prá, J.R.(2005). O custo político das desigualdades de gênero e a teoria do capital social. *Educação Unisinos*, 9(2), 99-115.
- Pratta, E. M., & Santos, M. A. (2006). Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: Um estudo bibliográfico. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 11( 3), 315-322.
- Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) & Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2001). *Explotación Sexual Infantil in Sudamérica: Sistematización de la experiencia*. Lima, Peru: OIT.
- Quayle. E., Loof., & Palmer, T. (2008, novembro). *Child pornography and sexual explortation of children online*. Paper presented at III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Rio de janeiro, Brasil.
- Rago, M. (1991). *Os prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.

## Anexo A

## Entrevista semi-estruturada

## 1-Dados biosociodemográficos:

Nome:

Endereço:

Telefone:

Escolaridade:

Idade:

Data de nascimento:

Com quem mora:

Composição da família:

Trabalho do pai e/ou da mãe:

Estado civil:

Tens filhos(as)?

Já engravidou?

## 2-Escola: (Fale para nós como é/era a tua escola)

Se frequêntas a escola, o que achas dela?

Se não frequêntas, quais são os motivos?

O que gostas/gostavas e não gostas/não gostavas na escola?

Como é/era a relação com os professores, colegas e funcionários?

## 3-Lazer: (Conte-nos como tu faz para te divertir)

O que faz para te divertir?

Como?

Com quem?

Com qual frequência?

## 4- Corpo: (Conte para nós como tu vês o teu corpo)

Como vês o teu corpo?

O que sentes sobre ele?

O que gostas e o que não gostas?

O que faz para cuidar do corpo?

5- Gênero: (Fale para nós como tu te vês como mulher)

Como tu te vês enquanto mulher?

Como tu vês a relação entre homem e mulheres?

6- Família: (Conte para nós como é a sua família)

Como é a tua família?

Como é a tua relação com ela? Quem são as pessoas mais que tu se sentes mais próximas?

7- Infância e adolescência:

Como foi a tua infância? (Conte-nos como foi a tua infância)

Como foi a tua adolescência? (Conte-nos como foi a tua adolescência)

8- Atividade da exploração sexual (Conte-nos a tua experiência com a exploração sexual)

Com qual idade começaste?

Como ficaste sabendo dessa prática?

Como definirias essa prática?

O que pensavas sobre isso, quais expectativas tinha sobre a prática?

Atualmente, o que pensas sobre a prática?

Existem/existiram dificuldades na atividade de exploração? Quais?

O que pensas sobre os homens-mulheres clientes? Como eles/elas são?

O que és para ti um bom cliente ou mau cliente?

Como tu fazes o programa? Sozinha? Com outras? Como estabeleces o preço?

Como tu te relacionas com as outras adolescentes que estão na exploração? Como tu te relacionas com as outras mulheres que estão na prostituição?

Qual a tua relação com o dinheiro? O que tu fazes com ele?

Há prazer sexual enquanto faz o programa?

O que mudou na tua vida depois de ter entrado nessa prática?

Como percebes a prática da prostituição? Existem diferenças entre a exploração e a prostituição?

A família sabe? Como lida?

9- Percepção sobre si e dos outros: (Conte para nós o que tu pensas sobre ti)

O que tu pensas sobre adolescentes que estão na prática da exploração sexual?

O que tu pensas sobre mulheres que estão na prática da prostituição?

Como tu gostarias que as pessoas pensassem sobre elas?

O que tu mudarias na tua vida hoje?

10- Afetividade: (Conte para nós o que tu achas sobre o amor, casamento e constituição da família)

Como tu sentes quando estás envolvida emocionalmente com alguém?

Como tu sentes em relação a tua vida sexual? O que mudou depois da prática da exploração sexual/prostituição?

O que tu pensas sobre o amor? Casamento, constituição de família?

Como tu lidas com as suas necessidades sexuais?

Como tu achas que as pessoas percebem a tua forma de conduzir a tua vida sexual/afetiva?

11-Redes de apoio:

O que tu achas da instituição que participas?

O tu achas que as pessoas que trabalham na instituição pensam de ti?

O que mudou na tua vida depois que passou a freqüentar a instituição?

Quando adolescente, recebeste algum tipo de ajuda? Qual? Conte-nos como foi?

12- Projeto de vida: (Fale para nós o que pretendes fazer de tua vida daqui para frente)

Quais eram os seus planos para a tua vida? O que mudou da fase de adolescente para agora?

Quais planos para o futuro? O que vais fazer daqui para frente?

13 – Conte-me sobre um evento bom em tua vida

## Anexo B

### Termo de Consentimento livre e esclarecido

Pesquisa: Um estudo de fatores de risco e proteção com adolescentes e mulheres adultas atendidas em instituições

Pesquisadora responsável: Monise Gomes Serpa

Orientadora: Silvia Helena Koller

1- O que é esta pesquisa: Você está sendo convidada a participar desta pesquisa, que tem como objetivo conhecer os fatores que prejudicam e os fatores que favorecem um desenvolvimento de vida saudável em adolescentes e mulheres atendidas em instituições.

2- Quem participa da pesquisa: 6 mulheres, sendo 3 adolescentes e 3 mulheres adultas que residem em Porto Alegre.

3-Envolvimento na pesquisa: Depois que você entender a finalidade da pesquisa, solicitamos a sua autorização para que uma das pesquisadoras possa entrevistá-la. As entrevistas acontecerão na instituição na qual você participa. Estão previstos mais de um contato com cada participante, sendo, no mínimo, duas entrevistas, de uma hora cada. Como se trata de um tema que pode trazer lembranças e sentimentos desconfortáveis, durante a entrevista você terá espaço para falar livremente sobre o que quiser. Você tem a liberdade para não falar e de se recusar a participar em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você.

4-Sobre as entrevistas: As entrevistas serão marcadas com antecedência. Serão feitas perguntas sobre a sua vida, como a escola, sobre o projeto que participa, lazer, infância, família, etc.

5-Confidencialidade: Todas as informações coletadas nesse estudo são estritamente confidenciais. A sua identificação será preservada em todas as etapas desse estudo. As gravações e os relatos de pesquisa serão identificados por um código numérico, escolhido de forma aleatória, para que as suas informações permaneçam em sigilo. Os dados coletados serão arquivados no Instituto de Psicologia da UFRGS.

6-Benefícios: Ao participar desta pesquisa você estará contribuindo com informações importantes sobre a realidade de adolescentes e mulheres adultas atendidas em instituições de Porto Alegre, RS. Espera-se que essas informações sejam utilizadas em benefício das adolescentes e mulheres adultas atendidas em instituições.

7-Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

8-Assistência psicológica: Caso você necessite de atendimento psicológico durante ou imediatamente após a pesquisa, você será encaminhada para o serviço de Psicologia do Instituto de Psicologia da UFRGS.

9-Contato com os pesquisadores: Caso queria entrar em contato conosco, o telefone é 51-84686419.

Após estes acontecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

#### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida,  
Manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da participante da pesquisa

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Monise Gomes Serpa

\_\_\_\_\_  
Profª.Dra.Silvia Helena Koller

## Anexo C

### TERMO DE CONCORDÂNCIA PARA A INSTITUIÇÃO

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo identificar os fatores de risco e proteção de adolescentes em situação de exploração sexual comercial. O objetivo específico desse estudo será comparar histórias de vida de adolescentes exploradas sexualmente com a de mulheres que estão na prostituição e que iniciaram essa prática ainda na adolescência, investigando como os fatores de risco e de proteção se apresentam nesse processo. Tal estudo prevê a participação de adolescentes do sexo feminino com idade entre 14 a 18 anos, que estão em situação de exploração sexual e mulheres adultas, com idade de 25 a 35 anos. A coleta de dados deverá ser obtida por meio da participação da equipe de pesquisadores na instituição e de entrevistas semi-estruturadas com as adolescentes e com as mulheres adultas, de acordo com a sua disponibilidade e da instituição.

As adolescentes e as mulheres adultas serão claramente informadas de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, tanto os participantes quanto a Instituição poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados ao estudo. No caso das adolescentes, as pesquisadoras evitarão utilizar o termo “exploração sexual”, para que isso não dificulte o depoimento delas. Serão utilizadas as definições dadas pelas próprias adolescentes para essa prática. Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes bem como das instituições envolvidas mesmo com a divulgação dos resultados. Todo o material desta pesquisa ficará sob responsabilidade dos pesquisadores no Instituto de Psicologia e após 5 anos será destruído. Dados individuais dos participantes coletados na pesquisa não serão informados às instituições envolvidas ou aos familiares. Haverá devolução dos resultados, de forma coletiva, para as instituições e participantes. Caso necessário, será assegurado acompanhamento psicológico para os participantes.

Através deste trabalho, esperamos contribuir com o trabalho de profissionais que lidam diretamente no atendimento as adolescentes envolvidas com a prática da exploração sexual e, conseqüentemente, com a qualidade de vida das adolescentes. Agradecemos a colaboração dos participantes e das instituições envolvidas para a realização desta atividade de pesquisa e colocamos-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a psicóloga Monise Gomes Serpa sob supervisão da Prof<sup>a</sup> Dra. Sílvia Helena Koller, do Curso de Pós-graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia, UFRGS. Caso queiram contactar com o

Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da UFRGS, o telefone de contato é 51 – 33085441 ou com a equipe de pesquisadores, o telefone 051-84686419 ou pelo email: [Moniseserpa@hotmail.com](mailto:Moniseserpa@hotmail.com)

---

Monise Gomes Serpa – CRP 11/1891

---

Profa. Dra. Sílvia Helena Koller

Concordamos que adolescentes desta instituição participem do presente estudo.

---

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Instituição

## Anexo D

### Termo de Consentimento livre e esclarecido

Pesquisa: Exploração sexual comercial e prostituição: um estudo de fatores de risco e proteção com mulheres adultas e adolescentes

Pesquisadora responsável: Monise Gomes Serpa

Orientadora: Silvia Helena Koller

1- O que é esta pesquisa: Você está sendo convidada a participar desta pesquisa, que tem como objetivo conhecer os fatores que prejudicam e os fatores que favorecem um desenvolvimento de vida saudável em adolescentes atendidas em projetos de proteção social.

2- Quem participa da pesquisa: 6 mulheres, sendo 3 adolescentes em situação de exploração sexual e 3 adultas trabalhadoras do sexo que residem em Porto Alegre.

3-Envolvimento na pesquisa: Depois que você entender a finalidade da pesquisa, solicitamos a sua autorização para que uma das pesquisadoras possa entrevistá-la. As entrevistas acontecerão na instituição na qual você participa. Estão previstos mais de um contato com cada participante, sendo, no mínimo, duas entrevistas, de uma hora cada. Como se trata de um tema que pode trazer lembranças e sentimentos desconfortáveis, durante a entrevista você terá espaço para falar livremente sobre o que quiser. Você tem a liberdade para não falar e de se recusar a participar em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você.

4-Sobre as entrevistas: As entrevistas serão marcadas com antecedência. Serão feitas perguntas sobre a sua vida, sobre o projeto que participa, lazer, infância, família, etc.

5-Confidencialidade: Todas as informações coletadas nesse estudo são estritamente confidenciais. A sua identificação será preservada em todas as etapas desse estudo. As gravações e os relatos de pesquisa serão identificados por um código numérico, escolhido de forma aleatória, para que as suas informações permaneçam em sigilo. Os dados coletados serão arquivados no Instituto de Psicologia da UFRGS.

6-Benefícios: Ao participar desta pesquisa você estará contribuindo com informações importantes sobre a realidade da exploração sexual em Porto Alegre, RS. Espera-se que essas informações sejam utilizadas em benefício das adolescentes envolvidas com a exploração sexual.

7-Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

8-Assistência psicológica: Caso você necessite de atendimento psicológico durante ou imediatamente após a pesquisa, você será encaminhada para o serviço de Psicologia do Instituto de Psicologia da UFRGS.

9-Contato com os pesquisadores: Caso queria entrar em contato conosco, o telefone é 51-84686419.

Após estes acontecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

#### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida,  
Manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Assinatura da participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Monise Gomes Serpa

\_\_\_\_\_  
Profª.Dra.Silvia Helena Koller